

INOCÉLIO USSIVANE  
TOMÁS DE AZEVEDO JÚLIO  
(ORGANIZADORES)

# CARTAS SOBRE ÁFRICA

AFROPERPECTIVISMO SOCIOCULTURAL,  
ECONÔMICO, AMBIENTAL E POLÍTICO



  
EDITORA  
SCHREIBEN

INOCÉLIO USSIVANE  
TOMÁS DE AZEVEDO JÚLIO  
(ORGANIZADORES)

# CARTAS SOBRE ÁFRICA

---

AFROPERPECTIVISMO SOCIOCULTURAL,  
ECONÔMICO, AMBIENTAL E POLÍTICO

  
EDITORA  
SCHREIBEN  
2024

© Dos Organizadores - 2024  
Editoração e capa: Schreiber  
Imagem da capa: ollegn - Freepik.com  
Revisão: os autores  
Livro publicado em: 25/05/2024  
Termo de publicação: TP0312024

**Conselho Editorial (Editora Schreiber):**

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)  
Dr. Airton Spies (EPAGRI)  
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)  
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)  
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)  
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)  
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)  
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)  
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)  
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)  
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)  
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)  
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)  
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)  
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)  
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)  
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)  
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)  
Dra. Marciane Kessler (URI)  
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)  
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)  
Dr. Odair Neitzel (UFFS)  
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

*Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).*

Editora Schreiber  
Linha Cordilheira - SC-163  
89896-000 Itapiranga/SC  
Tel: (49) 3678 7254  
editoraschreiber@gmail.com  
www.editoraschreiber.com

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

U87c Ussivane, Inocêlio  
Cartas sobre África : Afroperspectivismo sociocultural, econômico, ambiental e político / Organizadores : Inocêlio Ussivane, Tomás de Azevedo Júlio. Itapiranga : Schreiber, 2024.  
200p. : il. ; e-book  
Bibliografia  
E-book no formato PDF.  
EISBN: 978-65-5440-263-7  
DOI: 10.29327/5402532  
1. História sobre a África. 2. Teoria do conhecimento 3. Cartas. I. Título.  
II. Azevedo Júlio, Tomás de.

CDD 960

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

# SUMÁRIO

---

PREFÁCIO.....	5
<i>Celestino Victor Mussomar</i>	

INTRODUÇÃO.....	9
<i>Tomás de Azevedo Júlio</i>	

## PARTE I EDUCAÇÃO E POLÍTICA

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO SENEGAL E A GLOTOPOLÍTICA - UMA ABORDAGEM DA GLOTODIVERSIDADE À LUZ DA ECOLOGIA DAS LÍNGUAS.....	14
<i>Djiby Mané</i>	

A INEFICÁCIA DOS MODELOS DE DEMOCRACIA OCIDENTAIS EM ÁFRICA - NECESSIDADE DE UMA DEMOCRACIA AFROPERSPECTIVISTA.....	33
<i>Inocélio Ussivane</i>	

## PARTE II COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO

A POLÍCIA MOÇAMBICANA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA - ESTADO-NAÇÃO E IDENTIDADE COLECTIVA.....	44
<i>Isidoro Jacob Valia</i>	

TRABALHO DOMÉSTICO COMO HERANÇA COLONIAL NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE.....	59
<i>Fernandes Orlando Zitha</i>	

O ENCARCERAMENTO EM MASSA EM MOÇAMBIQUE DO PERÍODO COLONIAL AOS SEUS LEGADOS PÓS-COLONIAIS.....	91
<i>Joaquim Miranda Maloa</i>	

SANTOS OU DIABOS DISFARÇADOS - UMA ANÁLISE DA COLONIZAÇÃO E RELIGIÃO EM MOÇAMBIQUE.....	107
<i>Manuela de Fátima Carlos Manuel Maloa</i>	

### PARTE III

#### MUDANÇA CLIMÁTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ALIMENTANDO COMUNIDADES E NUTRINDO O DESENVOLVIMENTO - O PAPEL FUNDAMENTAL DO MELHORAMENTO DE PLANTAS NO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E NA QUALIDADE DE VIDA.....	122
<i>Aguiar Afonso Mariano</i>	
<i>Andreza de Brito Leal</i>	
<i>Fane Benedito Eduardo Duarte Macueia</i>	
GESTÃO DE INUNDAÇÕES EM MOÇAMBIQUE - AÇÕES DO ESTADO E PROPOSTA DE APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA.....	139
<i>Gudo Bai Armando Maidjelele</i>	
<i>Daniela Gonçalves Mattar</i>	
<i>Filomena Elídio Filipe Colaço</i>	
<i>Alexandre Strapasson</i>	
A AGENDA CLIMÁTICA EM ÁFRICA - DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	161
<i>Tomás de Azevedo Júlio</i>	
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O ATENDIMENTO JURÍDICO EM AFRICA – MOÇAMBIQUE.....	178
<i>Etelvina Alexandre Caetano Meque</i>	
NOTAS FINAIS.....	196
<i>Inocélio Ussivane</i>	

## PREFÁCIO

---

O presente livro espelha aquilo que chamo a “*Era do revisionismo epistemológico Africano*” que actualmente o continente africano está vivendo. Os autores animados de um profundo amor a África e a ciência, com uma visão pragmática, elaboraram estas cartas em forma de artigos científicos que dirigem aos governantes africanos. O objectivo geral que os encoraja é aquele da reconstrução do continente africano. E acreditam que a política é a chave para a mesma mudança através de um diálogo correlato entre a política e a ciência de forma transdisciplinar. Por isso o livro abrange várias áreas com uma visão afroprospetivada na dimensão sócio cultural, económica, ambiental e política. Na óptica dos autores e dos organizadores: Inocêlio Ussivane e Tomás de Azevedo Júlio, a política é vista como a interação dos Homens para o bem comum. O livro tem como objectivo a restituição da dignidade da política no contexto africano. Partindo de uma análise crítica hermenêutica se pode afirmar que as independências africanas não se transformaram em verdadeiras independências por causa: do capitalismo, neocolonialismo e racismo. E os autores intendem que os verdadeiros interlocutores para um processo emancipatório sejam os governantes. O continente depois das ditas independências africanas desenvolveu-se uma filosofia da esperança que transformou-se na desesperança pelo continente o que levou e leva a fuga de muitos jovens para o estrangeiro. O continente Berço da Humanidade, parece ter-se transformado em perito da desumanidade.

África esta atravessar uma nova era no seu processo de consciência histórica. Até 2050 a sua população vai chegar à 1/4 da população mundial. A maioria dessa população vai ser jovem. O processo da urbanização com problemas de vias de acesso, melhoria das condições de vida da população e saneamento tornaram-se uma urgência e desafios para os futuros governantes. As utopias gnosiológicas elaboradas tornaram-se extemporâneas transformando os sonhos dos pais fundadores de África contemporânea irrealizáveis. Os pais fundadores como Kwame Nkrumah (Gana), Ahmed Sékou Touré (Guinea), Agostinho Neto (Angola), Gamal Abd Al-Nasser (Egipto), Thomas Sankara (Bukina Faso), Eduardo Chivambo Mondlane e Samora Moisés Machel (Moçambique), Sylvanus Olympio (Togo), Jomo Kenhata (Keniya), Julius Nyerere (Tanzânia)... entre outros, tiveram o sonho de liberdade, autodeterminação e felicidade dos povos. A filosofia da História Africana e toda a sua gnosiologia terá que se re-inventar para responder a crise que o continente está atravessando. O

post-colonialismo<sup>1</sup> teria que procurar de elaborar uma epistemologia que não deveria não ser que uma liberdade criativa para melhor catapultar uma África marcada de uma profunda violação do seu imaginário. A tarefa de qualquer *gnose* (saber) que queira dar a subjectividade na intersubjectividade para transmutar na transubjectividade não pode transpassar o que chamo Buntocracia ou seja o espírito africano ubuntu como atesta Inocélio Ussivane neste livro.

A pretesa apologética que os primeiros estudos africanos na África contemporânea foram elaborados, mesmo com intuito de defender a subjectividade do africano, teriam conduzido a uma forma especulativa a imagem e semelhança do ocidente. O continente Africano tem a urgência de elaborar um projecto pragmático cultural. A fragilidade das instituições africanas causada daquilo que Nkrumah chamou neocolonialismo conduziu a uma forma de países aparentemente democráticos que em substância não o são. A causa principal dessa situação é que O político foi a prior antecipado da crise do antropológico, isto é: A actual crise Africana é basicamente antropológica. Este facto levou Frantz Fanon, a definir o africano: como aquele que quer ser como o branco<sup>2</sup>. A tese de Fanon é aquela da urgência da desalienação do Africano como novo Humanismo. A alienação do Africano o levou a uma condição do esvaziamento do seu imaginário. O *antropos* Africano deveria ser suportado pelo político Africano facto que não aconteceu no processo histórico da consciência Histórica na génese dos países Africanos. A crise actual que é fruto da falta de uma justiça cognitiva global como afirma Boaventura de Sousa Santos nos leva a confirmar a necessidade de uma *gnose* emancipatória que possa sustentar uma epistemologia caracterizada de uma justiça global. Na esteira de Boaventura de Sousa Santos, podemos dizer que não existe uma justiça global sem uma justiça cognitiva global.

O capitalismo neoliberal que ontologicamente é canibal é a causa primária de actual pauperização do Africano. O Africano no imaginário europeu é simples objecto e não sujeito da História, reduzido pela sua pigmentação a um condenado da terra como o teria definido mais uma vez Fanon. Uma crítica do capitalismo em África é fundamental para reconstruir uma economia que seja sustentável para o continente<sup>3</sup>. O revisionismo dos acordos já assinados pelos Estados africanos com os países europeus ou asiáticos que não são productivos. Precisa-se de uma nova revisão normativa e este processo deve ser feito pelos governantes e o povo.

---

1 Para os estudos de post-colonialismo cfr. A. Mbembe, *On the postcolony*, California University Press, 2000.

2 Cfr. F. FANON, *Pelle nera, maschere bianche*, trad. di Silvia Chiletti, Edizioni ETS, Bologna, 2015.

3 Cfr. C. V. MUSSOMAR, *O êxodo da grande culpa, uma crítica filosófica a economia africana*, Paulinas, Prior Velho, 2021.

Este livro tem como objectivo o revisionismo epistemológico através da *gnose* (africana) para uma nova revolução cultural Africana. Recomendo vivamente a leitura deste livro à todos Africanos! Mais uma vez podemos dizer que não existe uma África credível sem o Panafricanismo!

África levanta-te!

*Prof. Dr. Celestino Victor Mussomar*

Roma, 12 de Maio 2024



## INTRODUÇÃO

---

A África é o terceiro maior continente do mundo em extensão, com de cerca de 30.221.532 km<sup>2</sup> (equivalente a 20,3% de extensão do território planetário), e localiza-se na zona intertropical, onde parte considerável do seu território encontra-se no hemisfério sul. A região é composta por 54 países, sendo a Argélia o maior país com 2,3 milhões km<sup>2</sup> e Seichelles o menor com 455 km<sup>2</sup>. O continente é igualmente composto por cinco regiões distintas (África Setentrional, África Meridional, África Central, África Ocidental e África Oriental) e possui uma variedade linguística de mais de 2.000 línguas (Guitarrara, 2024).

O continente possui uma população estimada em 1.5 mil milhões de habitantes (equivalente a 17.89% da população mundial), uma taxa de crescimento médio populacional de 2.36%, uma densidade populacional de 49 habitantes/Km<sup>2</sup>, uma taxa de população urbana estimada em 44,7% e a idade média estimada em 18.8 anos (Worldometer, 2024). De 1955 a 2023, a população urbana registrou um incremento de 16,3% (610.787.195 habitantes, em termos absolutos), seguindo os padrões universais do processo desenvolvimento, assentes no fenómeno de êxodo rural, no qual a população rural tende a emigrar para os centros urbanos, atraídos por uma série de oportunidades que o espaço rural não oferece.

Para o ano 2050, projeta-se que África tenha um quarto (25%) da população mundial, ou seja, o continente poderá quase duplicar a sua população de 1.5 mil milhões em 2023 para 2.5 mil milhões em 2050 (Naciones Unidas, 2019). A curva de crescimento populacional do continente será duas vezes mais rápida que a registrada no sul da Ásia e quase 3 vezes mais do que a da América Latina (Naciones Unidas, 2018). Outrossim, perspectiva-se ainda em 2050, que a taxa da população urbana cresça, chegando a 59.9%, e que a população africana seja predominantemente jovem (com a média de 23.9 anos de idade), diferentemente do resto do mundo, onde ritmo de envelhecimento da sua população será consideravelmente maior. Esses indicadores demográficos resultarão num crescimento substancial da demanda por um conjunto de serviços urbanos, centrados no processo de urbanização. Por sua vez, o processo de urbanização demandará uma estrutura de serviços públicos (transporte, energia, habitação, água, educação, saúde, saneamento, etc.), infraestruturas e serviços ecossistêmicos vitais para a dinamização de qualquer atividade em

centros urbanos. Portanto, essa conjuntura complexa demográfica, impõe a África desafios, quer de ponto de vista planejamento estratégico futuro, quer de ponto de vista, de maximização das vantagens comparativas dela decorrente.

Aliado aos indicadores demográficos, África possui os piores indicadores de desenvolvimento socioeconômico a nível planetário. Esses indicadores tendem a deteriorar-se significativamente, quando a análise se centra unicamente na região de África Subsaariana. O continente possui um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 2.955.734,3 milhões de dólares (cerca de 3% do PIB mundial), um PIB *per capita* de cerca de 1.970 dólares (abaixo do PIB mundial que é de 12.234,80 dólares), 27,6% da população vivendo em extrema pobreza (acima da média mundial que é de 10.5%), (OCDE, 2024). A maior parte dos países possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado muito baixo (igual ou abaixo de 0,500) (PNUD, 2022), e elevados níveis de corrupção, segundo o relatório de percepção sobre a corrupção (Transparency International, 2022). O relatório *Doing Business*, (2022), evidencia grandes obstáculos para iniciar e desenvolver negócios na maioria desses países.

Os dados socioeconômicos do continente são extremamente desafiantes na dialética entre crescimento demográfico e a capacidade da economia em sustentá-lo. Essa dialética evidencia a dificuldade do continente em alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo estimativas do relatório da AUC/OECD, (2023), o continente necessitará de um financiamento adicional anual de cerca de 194 mil milhões de dólares para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Ainda segundo o mesmo relatório, este déficit anual de financiamento sustentável é equivalente a 7 % do PIB de África e a 34 % dos seus investimentos durante o ano de 2021.

A mudança climática constitui igualmente uma das grandes ameaças para a sustentabilidade socioeconômica do continente. Embora África tenha uma contribuição marginal nas emissões globais de gases de efeito de estufa, entre 2% e 3% de emissões (Naciones Unidas, 2023), tem sido drasticamente afetada por recorrentes eventos climáticos. Os impactos da mudança climática na região, atingem dimensões drásticas devido a sua fraca capacidade adaptativa, decorrente de uma estrutura socioeconômica e financeira bastante frágil. Esse fenômeno tem gerado ciclicamente uma série de impactos negativos, nomeadamente: insegurança alimentar, refugiados do clima, escassez de água, desertificação e aumento de temperatura. Segundo o relatório da WMO, (2022), em 2022, mais de 110 milhões de pessoas no continente foram diretamente afetadas por desastres meteorológicos, climáticos e hidrológicos, causando danos econômicos no valor de mais de 8,5 mil milhões de dólares. A produtividade agrícola do continente decaiu em 34%, desde 1961 devido à mudança climática (Metereod, 2023). Os

custos de perdas e danos em África devido às mudanças climáticas oscilaram entre 290 mil milhões de dólares e 440 mil milhões de dólares para o período 2020-2030 (United Nations. Economic Commission for Africa, 2023). Por exemplo, na África Subsaariana, a mudança climática poderá reduzir o PIB em 3%, até 2050, afirmou a comissária da Comissão da União Africana.

Os conflitos armados e a contínua desestabilização política são outras dimensões da complexa problemática de África, que faz com que o continente tenha as maiores cifras desses fenômenos a nível mundial. O terrorismo, guerras civis e os recorrentes obstáculos para transição política, são alguns dos exemplos desses conflitos. Segundo o relatório de Índice Global de Terrorismo do Institute for Economics & Peace, (2023), a região do Sahel na África Subsaariana é atualmente o principal epicentro da terrorismo, com o Sahel contabilizando mais mortes por terrorismo em 2022 do que as regiões do Sul da Ásia, Médio Oriente e Norte África juntas. Ainda de acordo com o mesmo relatório, as mortes no Sahel representaram 43% do total global em 2022, Burkina Faso e Mali, foram responsáveis por 73% das mortes por terrorismo e 52 % de todas as mortes causadas pelo terrorismo na África Subsaariana. Dos 10 países mais afetados pelo terrorismo a nível global, 5 são africanos (Institute for Economics & Peace, 2023). Entre 1995 e 2015, cerca de 5 milhões de crianças com menos de 5 anos morreram, decorrente de conflitos armados (Reuters, 2018). Outrossim, são os desafios relacionados a governança, onde o relatório sobre o Índice de Democracia evidencia a existência na maior parte desses países, de regimes autoritários, opostos a processos de transição política pacífica e a efetivação de pleitos eleitorais livres, justos e transparentes (The Economist Intelligence Unit Limited, 2023).

Por último, a globalização também se afigura num tremendo desafio do continente, relativamente à manutenção e conservação dos seus valores socioculturais. O poder econômico e das tecnologias de informação e comunicação do Ocidente (principalmente), tem estado a desconfigurar a estrutura do modelo sociocultural de África, impactando negativamente em áreas como educação e socialização.

Portanto, é dentro dessa conjuntura de complexos e estruturantes desafios, que o livro *Cartas sobre África: Afroperspectivismo Sociocultural, Econômico, Ambiental e Político* se centra, procurando refletir sobre soluções dos dilemas econômicos, ambientais, políticos e socioculturais acima descritos. O livro é direcionado especialmente aos fazedores e implementadores de políticas públicas em África. A obra proporciona reflexões multidisciplinares, centradas numa abordagem *afro perspectivista*, na qual o objeto de análise é o presente e o futuro de África, dentro da lógica do paradigma de desenvolvimento sustentável.

O livro está estruturado em três partes, nomeadamente: (i) Educação

e Política; (ii) Colonialismo e Pós-Colonialismo; e (iii) Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável. A parte relativa a Educação e Política explora as múltiplas identidades linguísticas e as possibilidades de emergência de um modelo de democracia ajustado às dinâmicas socioculturais do continente. A parte 2 (Colonialismo e Pós-Colonialismo), analisa os legados históricos do colonialismo e os desafios enfrentados pelos países africanos na busca pela autodeterminação e desenvolvimento. Finalmente a parte 3, relativa a Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável, discute as iniciativas e estratégias para promover um desenvolvimento humano integrado assente nos desafios da agenda climática, com particular enfoque à segurança alimentar, inundações urbanas e alterações na dinâmica do uso da terra.

*Tomás de Azevedo Júlio*

# PARTE I



# EDUCAÇÃO E POLÍTICA

# EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO SENEGAL E A GLOTOPOLÍTICA - UMA ABORDAGEM DA GLOTODIVERSIDADE À LUZ DA ECOLOGIA DAS LÍNGUAS

*Djiby Mané<sup>1</sup>*

“A educação deve voltar a ser um dos valores essenciais do nosso mundo, deve voltar a brilhar, deve estabelecer-se como força de felicidade, de realização e de esperança”.

**Nelson Mandela**

## INTRODUÇÃO

As línguas são meios de comunicação que, de alguma forma, distinguem as comunidades humanas de outros membros do reino animal. Cada língua carrega uma riqueza extraordinária em relação aos aspectos de mitologia, literatura, história, conhecimento, tecnologia, visão de mundo etc. – riqueza que, muitas vezes e infelizmente, fica trancada na memória dos falantes quando não está escrita ou não é a de instrução, sendo um fato em muitos países africanos colonizados.

Dessa feita, desde as independências políticas (1960), grande parte dos países africanos aceita passivamente ser classificada sob a etiqueta “francófono”, “anglófona”, “lusófono” etc. As antigas potências colonizadoras continuam a ser as únicas referências linguísticas para a identificação política e cultural dos países africanos “independentes e soberanos”. É uma escolha puramente ideológica, cultural e política, com base em uma lógica glotofágica, pondo em risco de morte muitas línguas africanas.

A situação linguística na África, em especial, no Senegal – objeto do presente estudo –, é, sem dúvida, uma ecologia linguística complexa, isto é, apresenta uma grande diversidade linguística. No Senegal coexistem várias línguas maternas que garantem a transmissão de valores culturais, além do Francês – língua oficial, que ocupa um lugar central no sistema educacional e na administração – e do Árabe – língua do Islamismo, religião predominante (95%) no país.

---

1 Doutor em linguística pela Universidade de Brasília (UnB) e professor adjunto no curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade UnB Planaltina (FUP), UnB. E-mail: djibym@gmail.com.

Nessa situação de Glotodiversidade senegalesa, apenas o Francês goza de um maior prestígio por ser a língua oficial da administração e de instrução. Assim, vivendo em ambientes multilíngues, crianças aprendem, em geral, na escola em uma língua que não corresponde àquela que falam em casa – impedindo-as de participar das discussões em sala de aula e de aprender a ler e escrever. Além disso, pode resultar em maus resultados de aprendizagem, repetência e desistências.

Diante dessa situação, estados africanos vêm tentando, logo após as independências, implementar programas de Educação Bilíngue – que incluem as línguas nativas – no intuito de melhorar as habilidades linguísticas e de alfabetização, e reduzir a repetência escolar e as taxas de abandono escolar. A integração das línguas maternas na educação também melhora as identidades culturais das crianças, bem como a confiança, a autoestima e a aprendizagem.

Dirigida ao Ministério da Educação Nacional (MEN) do Senegal, essa carta buscou analisar a Educação Bilíngue no Senegal e os desafios da Glotopolítica para a sua implementação e sucesso. Nesse ínterim, as linhas que se seguem buscaram analisar a Glotodiversidade no Senegal e a Glotopolítica por uma Educação Bilíngue implantada pelo Estado. E ainda, abordaram, além das considerações iniciais e finais, a Ecologia das Línguas, a Glotodiversidade, a Glotopolítica e uma análise da implantação da Educação Bilíngue no Senegal.

### *Ecologias das Línguas*

Como ramo da Ecolinguística ou Ecologia da Linguagem – “o estudo das interações entre uma dada língua e seu meio ambiente”<sup>2</sup>-, a Ecologia das Línguas, segundo Couto (2007, p. 281), diz respeito “às migrações de populações, provocando contato de povos e respectivas línguas mutuamente inteligíveis”. Para aquele autor, a Ecologia das Línguas pode ser abordada de três maneiras diferentes, a saber: 1) Ecologia do Contato de Línguas; 2) Ecologia da Evolução Linguística; e, 3) Ecologias Linguísticas Complexas, que tratam, por um lado, do bilinguismo e multilinguismo e, por outro lado, da língua padrão, dos dialetos e das linguagens especiais.

A abordagem da Ecologia do Contato tem como precursor Calvet (1999), com sua publicação intitulada *Pour une Écologie des Langues du monde*, que trata das relações entre as línguas e a sociedade. Para aquele autor, as línguas, equivalentes às espécies, são organizadas em populações em constante relação com o meio ambiente, evoluindo em resposta aos estímulos provenientes desse meio ambiente. É nesse sistema ecolinguístico que as línguas se multiplicam, variam, se cruzam, influenciam-se, competem ou convergem.

2 Do original: “[...] as the study of interactions between any given languages and its environment” (Haugen, 1972, p. 324).

Cunhada por Weinreich (1953) em sua obra intitulada *Languages in contact: findings and problems*, a expressão “contato de línguas” implica o encontro de, pelo menos, dois povos diferentes com suas respectivas línguas em um determinado território, envolvidos em uma situação de interação.

Apesar de Weinreich ser considerado o precursor, o interesse acadêmico pela mudança induzida pelo contato de línguas remonta ao final do século XIX com Schuchardt (1884, p. 5 *apud* Thomason; Kaufman, 1988, p. 1) que, para explicar a evolução das línguas, já afirmava, em 1884, que dois princípios seriam amplamente retomados pela linguística de contato: por um lado, que “não há língua que esteja totalmente livre de influência de outras línguas”<sup>3</sup> e, por outro lado, o contato de línguas é um dos fatores essenciais na evolução das línguas.

Definido como sendo “o uso de mais de uma língua no mesmo local ao mesmo tempo”<sup>4</sup> (Thomason, 2001, p. 1), a onipresença do contato de línguas sempre foi aparente para qualquer estudioso envolvido na documentação e descrição linguística, por constituir uma faceta da interação humana.

De acordo com Mufwene (2008, p. 17), o contato de línguas se dá:

[...] entre indivíduos e não entre populações (Mufwene, 2001a). [...] a coexistência de duas populações na mesma área geográfica não é condição suficiente para o contato linguístico. Eles devem interagir uns com os outros. No nível da comunicação linguística, isso é possível pela interação de indivíduos, que podem disseminar características da outra língua entre membros monolíngues de suas respectivas línguas. Além disso, como apontado por Weinreich (1953), o verdadeiro *locus* do contato de línguas são as mentes dos falantes individuais<sup>5</sup>.

Diante do exposto, duas populações diferentes com suas respectivas línguas e ocupando o mesmo espaço geográfico não necessariamente caracterizam uma situação de contato de línguas se não interagirem. Nesse viés, o contato de línguas ocorre somente entre indivíduos em situação de interação. Assim, a existência de contato linguístico supõe o contato social dos respectivos falantes, enquadrados em situações de comunicação.

A realidade do contato de línguas é de fundamental importância para

3 Do original: “*Es gibt keine völlig ungemischte Sprache*” (Schuchardt, 1884, p. 5 *apud* Thomason; Kaufman, 1988, p. 1).

4 Do original: “[...] *the use of more than one language in the same place at the same time*” (Thomason, 2001, p. 1).

5 Do original: “[...] *individuals rather than between populations* (Mufwene 2001a, Chapter 2). *As I also explain in Chapter 3, the coexistence of two populations in the same geographical area is not a sufficient condition for language contact. They must interact with each other. At the level of linguistic communication, this is made possible by interacting individuals, who can spread features from the other language among monolingual members of their respective languages. Moreover, as pointed out by Weinreich (1953), the real locus of language contact is the minds of individual speakers*” (Mufwene, 2008, p. 17).

compreender o dinamismo das línguas. Mas sempre houve uma tendência em acreditar que a língua é um sistema fixo e estável, dada a sua definição introduzida por Saussure (2006), que a considera como um sistema estruturado e fechado. Nesse sentido, o fato de a língua ser um sistema ou conjunto estruturado de elementos dependentes uns dos outros não impede que ela evolua e se renove com base em diferentes processos que permitem mudanças dentro desse sistema, considerado fixo, e fornecendo unidades mais ou menos novas.

O contato de línguas é a situação humana onde dois ou mais indivíduos são levados a fazer uso de duas ou mais línguas. É, portanto, o evento concreto que provoca a Glotodiversidade (bi/multilinguismo) e a Glotopolítica como uma forma de gerenciar a diversidade linguística, além de promover as línguas maternas, atribuindo-lhes um *status*.

### ***Diversidade linguística ou Glotodiversidade***

A passagem da “biodiversidade” – termo emprestado da Ecologia à Glotodiversidade ou diversidade linguística – mostra que a diversidade não é apenas uma característica da natureza, ou seja, a ideia de “diversidade de vida” transcende a biodiversidade, incluindo a diversidade cultural e linguística encontrada nas sociedades humanas. Dessa forma, na diversidade linguística, todas as línguas têm os mesmos “componentes”: sons (fonologia), palavras (morfologia), categorias gramaticais e frases (sintaxe). Porém, a diversidade reside no modo como falamos, isto é, as nossas línguas utilizam tais componentes de forma muito diversificada.

Também chamado de Ecologia Linguística Complexa<sup>6</sup> ou Glotodiversidade, o bi/multilinguismo no mundo significa que as línguas estão em contato constante. O contato linguístico é um fenômeno que pode ser encontrado em uma região ou em um país, ou mesmo entre indivíduos que vivem em um ambiente bi ou multilíngue. Assim, nenhum país do mundo possui homogeneidade linguística. Pelo contrário, dada a multiplicidade de línguas, o multilinguismo é a norma. Mesmo os contextos aparentemente monolíngues estão sujeitos às variações dialetais ou socioletais.

Como resultado do contato de línguas, o bi/multilinguismo refere à coexistência de duas ou mais línguas em um mesmo território ou no domínio dessas línguas por uma pessoa. Couto (2007) denomina as situações de bilinguismo e multilinguismo de Ecologias Linguísticas Complexas em oposição às Ecologias Linguísticas Simples (situações de monolingüismo), que são exceção a vários países que entraram em contato com outros povos e suas respectivas línguas durante o processo de colonização.

<sup>6</sup> “Um domínio político (*polity*), um estado, que delimita determinado espaço (no qual convivem diversas línguas) como sendo o seu território” (Couto, 2007, p. 281).

Entre os vários fatores que favorecem o contato de línguas, tem-se a colonização e a migração – esta última sempre existiu e continua se intensificando por meio da globalização, das guerras e das instabilidades políticas, sociais e econômicas em alguns países dirigidos por governos tiranos.

A globalização, que tem origem na economia e na política, é também linguística, por favorecer o aumento de contato de vários povos com suas respectivas línguas. Sobre a questão, Bastardas i Boada (2002a, p. 1) assevera:

O conjunto de processos denominado ‘globalização’ ou ‘internacionalização’ está construindo uma nova situação sociolinguística, pelo menos para as áreas mais avançadas econômica - e tecnologicamente - do planeta, que precisamos explorar e compreender plenamente se quisermos ser capazes de controlar seus efeitos e moldar seu desenvolvimento<sup>7</sup>.

A globalização da economia e a ascensão da *internet* destacam a importância das línguas em sua diversidade. Assim, é possível afirmar que a economia global é uma economia multilíngue (Bastardas i Boada, 2002a), onde o Inglês é amplamente considerado como a língua comercial internacional.

Levar em consideração os efeitos da globalização sobre as línguas é, por um lado, ter consciência de que a diversidade linguística é muito grande e, por outro lado, ter medo do espectro da padronização e de uma língua única: o inglês – considerado hipercentral, conforme o modelo gravitacional de Calvet (2016).

Ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, a globalização não simplificou tudo: a diversidade de línguas atualmente faladas não pode se limitar a uma simples oposição entre a língua materna, por um lado, e o Inglês veicular *globish*, por outro. Tal diversidade linguística é algo que deve ser totalmente compreendido ao estudar a Ecologia de Contato de Línguas.

Diante da diversidade linguística mundial, Calvet (1999) propôs o modelo gravitacional – uma abordagem da pluralidade linguística planetária e das relações entre as línguas e o seu meio ambiente, para explicar a complexidade da comunicação social.

Para o mesmo autor:

É possível ordenar essa grande bagunça babeliana usando o que chamei de modelo gravitacional (Calvet, 1999), partindo da ideia de que as línguas estão ligadas entre si por bilíngues. Em torno de uma língua hipercentral, o inglês, cujos falantes têm uma forte tendência ao monolinguismo, existem assim cerca de dez línguas supercentrais cujos falantes, quando bilíngues, tendem a falar ou uma língua do mesmo nível, ou o inglês. Em torno dessas línguas supercentrais gravitam uma centena de línguas centrais que

<sup>7</sup> Do original: “*The group of processes referred to as ‘globalization’ or ‘internationalization’, are constructing a new sociolinguistic situation, at least for the most economically - and technologically - advanced areas of the planet, that we need to explore and understand fully if we want to be able to control its effects and shape its development*” (Bastardas i Boada, 2002a, p. 1).

por sua vez são o centro de gravidade de milhares de línguas periféricas<sup>8</sup> (Calvet, 2004, p. 288).

O uso de tal modelo é visto como uma via de estruturação da pluralidade linguística e análise da natureza da evolução linguística. Em outras palavras, esse modelo gravitacional consiste em explicar o plurilinguismo do mundo e a hierarquização das línguas do mundo, isto é, uma ação da Ecolinguística para gerenciar a Glotodiversidade, como ressalta Calvet (2004, p. 287):

Existem hoje na superfície do globo entre 6.500 e 7.000 línguas, algumas das quais são faladas por mais de cem milhões de pessoas (chinês, inglês, malaio, espanhol, português, árabe, francês, hindi...) e outras por um punhado de falantes, conforme mostrado na tabela abaixo. É fácil imaginar que estes últimos tenham um futuro sombrio, condenado a desaparecer num futuro próximo. Aqueles que ocupam o topo da tabela, como todas as línguas que se espalharam por um vasto território, são por sua vez confrontadas com a possibilidade de fragmentação: diante do francês ou do inglês padrão, vemos o aparecimento na Índia, Senegal, Congo e Nigéria formas locais que poderiam ser transformadas em novas línguas, como o latim foi transformado em várias línguas ou como o árabe clássico deu as formas “dialetais” atuais<sup>9</sup>.

De fato, a dimensão plurilíngue planetária em comento impõe um contato contínuo e dinâmico entre os povos, sobretudo, quando se tem uma era onde a globalização é um flagelo inevitável, sem contar o contato constante das pessoas via *internet* por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Com esse plurilinguismo planetário, o contato de línguas se torna um fenômeno inevitável, visto que é o dinamismo do plurilinguismo que caracteriza quase todas as comunidades do mundo, podendo acarretar a competição ou guerra das línguas (Calvet, 1987), tornando algumas ameaçadas de extinção.

Assim, a abordagem ecológica das línguas, segundo Bastardas i Boada

8 Do original: “*Il est possible de mettre de l’ordre dans ce grand désordre babélien à l’aide de ce que j’ai appelé le modèle gravitationnel* (Calvet, 1999), *en partant de l’idée que les langues sont reliées entre elles par les bilingues. Autour d’une langue hyper-centrale, l’anglais, dont les locuteurs présentent une forte tendance au monolingüisme, gravitent ainsi une dizaine de langues super-centrales dont les locuteurs, lorsqu’ils sont bilingues, ont tendance à parler soit une langue de même niveau, soit l’anglais. Autour de ces langues super centrales gravitent une centaine de langues-centrales qui sont à leur tour le centre de gravitation de milliers de langues périphériques*” (Calvet, 2004, p. 288).

9 Do original: “*Il existe aujourd’hui à la surface du globe entre 6 500 et 7 000 langues dont les unes sont parlées par plus de cent millions de personnes (le chinois, l’anglais, le malais, l’espagnol, le portugais, l’arabe, le français, le hindi...) et les autres par une poignée de locuteurs, comme le montre le tableau ci-dessous. On imagine aisément que ces dernières ont un avenir sombre, condamnées à disparaître dans un proche avenir. Celles qui occupent le haut du tableau, comme toutes les langues qui se sont répandues sur un vaste territoire, sont de leur côté confrontées à la possibilité d’éclatement : face au français ou à l’anglais standards, on voit apparaître en Inde, au Sénégal, au Congo ou au Nigéria des formes locales qui pourraient se transformer en langues nouvelles, comme le latin s’est transformé en diverses langues ou comme l’arabe classique a donné les formes “dialectales” actuelles*” (Calvet, 2004, p. 287).

(2002b), permite descrever, analisar e compreender a evolução da diversidade linguística. Por serem meios de interação entre os homens, as línguas, assim como os humanos, estão sujeitas à morte. Portanto, a morte das línguas é uma consequência inevitável da supremacia entre as majoritárias em relação às minoritárias.

Sobre a questão, Bastardas-Boada (2017, p. 2) assevera:

Todas as línguas humanas servem às suas populações, que as criam e renovam para nomear os elementos e as ideias necessárias à sobrevivência e ao desenvolvimento de cada grupo. Em suma, são instrumentos completos e totalmente funcionais do cotidiano do grupo. A sua transformação em línguas “minoritárias” ou “majoritárias” pertence não às suas propriedades estruturais como códigos, mas tipicamente às relações de poder entre os indivíduos e/ou grupos que as utilizam. Se um grupo humano entra em contato frequente e próximo com outro grupo e o primeiro é muito maior em número de falantes e em poder político e/ou econômico do que o segundo, suas respectivas línguas podem então se transformar em línguas “majoritárias” e “minoritárias”<sup>10</sup>.

A dicotomia línguas majoritárias-línguas minoritárias é uma relação de poder entre Pessoas (Ps) em situação de contato com suas respectivas Línguas (Ls) e em um Território (T). Tal fenômeno é perceptível em grandes cidades de muitos países da África, onde, pela falta de investimento de alguns governos no interior, as capitais acabam se tornando ponto de atração em detrimento das pequenas, favorecendo o contato de povos, vindo das diferentes regiões do país. Com o tempo, as línguas minoritárias acabam sendo engolidas pelas majoritárias, como, por exemplo, em Dacar, Senegal, onde todos se identificam como Wolof – língua dominante na região e no país.

Essa relação conflitante entre as línguas é assim explicada por Mackey (1980, p. 34 *apud* Mühlhäusler, 2017, p. 136):

As línguas também devem existir em ambientes e estes podem ser amigáveis, hostis ou indiferentes à vida de cada uma das línguas. Uma língua pode se expandir, à medida que mais e mais pessoas a usam, ou pode morrer por falta de falantes. Assim como a competição por recursos biológicos limitados cria conflito na natureza, também com as línguas<sup>11</sup>.

10 Do original: “*All human languages serve their populations, which create and renew them in order to name the elements and ideas necessary to each group’s survival and development. In short, they are complete and fully functional instruments of the group’s daily life. Their transformation into “minority” or “majority” languages belongs not to their structural properties as codes, but typically to power relations between the individuals and/or groups who use them. If a human group comes into frequent, close contact with another group and the former is much larger in number of speakers and in political and/or economic power than the latter, their respective languages can then turn into “majority” and “minority” languages*”. (Bastardas-Boada, 2017, p. 2).

11 Do original: “*Languages too must exist in environments and these can be friendly, hostile or indifferent to the life of each of the languages. A language may expand, as more and more people use it, or it may die for lack of speakers. Just as competition for limited bio-resources creates conflict in nature, so also with languages*” (Mackey, 1980, p. 34 *apud* Mühlhäusler, 2017, p. 136).

O conflito linguístico é um dos resultados do contato de línguas, que se caracteriza pela competição revelada ou não de duas ou mais línguas em um mesmo território. Tal conflito é algo atualmente perceptível no continente africano, onde um grande número de línguas que, no entanto, resistiram à colonização, se encontram ameaçadas por certas línguas africanas (majoritárias), como, por exemplo, o Suaíli (África Oriental), o Fula (África Central), o Hausa (Níger e Camarões) ou o Wolof (Senegal) – faladas nacional e transnacionalmente, formando, assim, a glocalização (línguas utilizadas no comércio continental). Estas são tão “perigosas” para as “minoritárias” como o Inglês (hipercentral) ou o Francês (supercentral), porque não são consideradas “línguas estrangeiras” e têm o prestígio das grandes línguas africanas, encontradas, em geral, nas maiores cidades<sup>12</sup>.

Conforme o modelo gravitacional proposto por Calvet (1999), as línguas africanas são consideradas periféricas em relação ao Inglês (hipercentral) e ao Francês (supercentral). Mesmo sendo todas elas periféricas e nacionais, as línguas africanas têm diferentes *status*. Algumas delas (Suaíli, Fula, Hausa, Wolof e Mandinga, por exemplo) desempenham papel de língua veicular ou franca a nível nacional e até transnacional, tornando-se, assim, uma ameaça para as demais línguas, isto é, para a Glotodiversidade, pela ameaça de extinção das línguas minoritárias. Nesse sentido, Mufwene (2008, p. 26) afirma: “As línguas são essencialmente como vírus, pois ambos são espécies parasitárias cujas vidas dependem das atividades de seus hospedeiros, portanto, também dos padrões de interação social destes últimos”<sup>13</sup>.

Diante de situações de multilinguismo, que se caracteriza, por vezes, pela supremacia de algumas línguas sobre outras, como evidencia Calvet (1999) no modelo gravitacional, a língua se torna um lobo para a própria língua; ou seja, o universo das línguas é cruel e impiedoso, pois se tem, de um lado, predadores (línguas social, cultural, numérica e/ou economicamente fortes) e, por outro lado, presas (línguas social, cultural, numérica e/ou economicamente fracas).

Por exemplo, no caso do Senegal, o Inglês é uma língua hipercentral, onde gravitam as línguas supercentrais (Espanhol, Francês e Português, por exemplo). Considerando o Francês uma língua supercentral, gravitam-lhes algumas línguas centrais (Bambara, Suali, Mandinga e Wolof, por exemplo), faladas (trans) nacionalmente, ao redor das quais gravitam algumas línguas periféricas (Diola, Mandinga, Balanta, Serer e Manjaca, por exemplo).

---

12 De acordo com Calvet (2004, p. 288): “A cidade, e em particular a capital, é uma grande devoradora de línguas, atrai pessoas rurais ou provincianas que vêm tanto para ganhar a vida quanto para perder suas línguas em algumas gerações”.

13 Do original: “*Languages are essentially like viruses in that they are both parasitic species whose lives depend on the activities of their hosts, thus also on the latter’s patterns of social interaction*” (Mufwene, 2008, p. 26).

A globalização, para os anglossaxonos, ou “mundialização”, para os francófonos, é um fenômeno que tende a unificar os modos de consumo como, por exemplo, cinema, televisão e língua. No tocante à globalização linguística, assistimos ao *globish*, isto é, a predominância mundial do Inglês, língua hipercentral, conforme o modelo gravitacional (Calvet, 2016). Assim, o mundo se aproxima mais de um multilinguismo no unilinguismo, conforme a Ecologia Fundamental da Linguagem (Couto, 2007), onde tem-se um povo (P), morando em um território (T) e interagindo por meio de uma língua (L).

Para combater esse unilinguismo universal, assistimos ao surgimento de blocos interessados pela cultura e pela organização da promoção linguística, como, por exemplo, a *Commonwealth of Nations*, que reúne quase todas as antigas colônias britânicas, a *L’Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), e a Liga Árabe (Calvet, 2016).

Tais organizações defendem a diversidade cultural e linguística. Assim, se a globalização busca unificar universalmente as pessoas por meio de um *globish* (linguagem comum), as línguas supercentrais procuram unificar localmente. Tem-se, portanto, o uso da expressão “glocalização linguística”.

### ***Política linguística ou glotopolítica***

Conceituar política linguística leva-nos a pensar em Einar Haugen que, em 1959, lançou a expressão “*language planning*” (planejamento linguístico). De acordo com Haugen (1972, p. 287): “Muitas vezes e em muitos lugares os homens têm proposto programas que foram concebidos de uma forma ou de outra para influenciar o desenvolvimento das línguas”<sup>14</sup>. Assim, a língua é o que seus falantes fazem dela. Dessa forma, o planejamento linguístico é a intervenção do homem na língua.

A expressão política linguística só veio à tona quando Fishman (1964) acrescentou a “*language planning*” à expressão “*language policy*” (política linguística). Desde então, o par planejamento-política se tornou muito frequente entre os estudiosos, mas conceituar esses termos com precisão ainda permanece uma tarefa difícil.

A palavra inglesa “*policy*” se opõe à “*politics*”, mesmo que tal distinção não seja clara. Por *politics* se entende fazer política, confrontação de interesses e valores em um contexto social e institucional. Já *policy* significa que o debate político resultou em um número de princípios e que a questão é saber quais

<sup>14</sup> Do original: “*At many times and many places men have proposed programs which were designed in one way or another to influence the development of language*” (Haugen, 1972, p. 287).

medidas tomar para melhor executá-los. E é aqui que se situa o caso do presente estudo: a política linguística.

Mesmo tendo Haugen como precursor da expressão “política linguística”, Calvet (1987) acredita que essa expressão é tão antiga quanto se possa imaginar; ou seja, a história apresenta casos de intervenções humanas sobre as línguas bem antes das etiquetas política-planejamento linguísticos.

Para gerenciar as Ecologias Linguísticas Complexas (bi/multilinguismo e a relação língua padrão-dialetos-linguagens especiais), faz importante a implementação de uma política linguística. Também chamada Glotopolítica (de *glota*, glosa que significa língua e política), estuda a interação entre a política e as línguas, isto é, a política linguística. De acordo com Guespin e Marcellesi (1986, p. 5), o termo “Glotopolítica” “permite a análise de uma rede de ações realizadas em nome de um governo, de um ministério, de instituições, de associações ou de atores individuais”<sup>15</sup>.

Por sua vez, Calvet (1987, p. 154) conceitua política linguística como sendo “[...] o conjunto de escolhas conscientes feitas na relação entre língua e vida social, especialmente entre a língua e a vida nacional”<sup>16</sup>; ou seja, centra na influência das decisões políticas na promoção, regulação ou marginalização de diferentes línguas dentro de um estado ou comunidade.

A abordagem Glotopolítica busca compreender como as escolhas políticas podem ter impacto na diversidade linguística, no *status* das línguas minoritárias e na construção da identidade nacional. Por exemplo, para fins de Educação Bilíngue e alfabetização, Senegal implementou políticas linguísticas que visam mudar ou não o *status* de línguas maternas para línguas nacionais. Assim, para uma língua adquirir o *status* de língua nacional, precisa ser codificada, isto é, passar por um processo de descrição linguística, no intuito de estabelecer seus padrões fonético-fonológicos e gramaticais.

A política linguística diz respeito ao *status* das línguas maternas em muitos países africanos. Para usá-las nos programas de Educação Bilíngue, países como, por exemplo, Senegal, têm codificado as línguas maternas para adquirir o *status* de língua nacional. Tal codificação consiste em descrever as línguas em seus aspectos fonético-fonológico, morfológico, sintático e lexical, no intuito de elaborar suas gramáticas. Assim, as razões políticas levaram 21 das 37 línguas ali faladas a passar de língua local ou materna para língua nacional.

De acordo com Calvet (2004), o desenvolvimento do *status* das línguas africanas tem por base dados situacionais e estruturais. Os dados situacionais

15 Do original: “[...] *l’ensemble des choix conscients opérés dans la relation entre langue et vie sociale, notamment entre langue et vie nationale* ” (Guespin; Marcellesi, 1986, p. 5).

16 Do original: “[...] *comme l’ensemble des choix conscients effectués dans le domaine des rapports entre langue e vie sociale, et plus particulièrement entre langue et vie nationale*” (Calvet, 1987, p. 154).

podem ser observados em situações globalizantes que impõem uma harmonização lexical (empréstimos, neologismos, palavras itinerantes etc.), sintática ou ortográfica, no sentido de um maior convívio linguístico. Já os dados estruturais se referem à capacidade das línguas africanas de ultrapassar a sua rigidez estrutural (simplificação das estruturas sintáticas e dos sistemas fonológicos e tonais).

Tais línguas, em sua maioria, de tradição oral, necessitam que o Estado, por meio da Glotopolítica, mude a oralidade das línguas maternas para a escrituralidade. Para tanto, essas línguas precisam ser descritas fazendo uso de caracteres do *International Phonetic Alphabet* (IPA) para transcrever sons, no intuito de criar as respectivas gramáticas dessas línguas, para que estas sirvam como línguas de instrução na Educação Bilíngue.

### ***Glodiversidade e Educação Bilíngue no Senegal***

No Senegal, as línguas maternas não são apenas reconhecidas pelo Estado, mas também são parte integrante da Glotopolítica ali adotada. As situações linguísticas variam conforme o *status* acordado a uma ou outra língua. Assim, as línguas no Senegal são classificadas como: línguas maternas (domínio de duas ou mais línguas desde muito jovem); línguas nacionais (uma língua materna se torna língua nacional após a sua descrição e codificação, que permite estabelecer sua gramática); e, língua oficial (é a língua oficial, língua do estado ou língua estatal, usada, em particular, no âmbito da administração). Nesse sentido, a introdução das línguas nacionais busca valorizá-las e valorizar as culturas, além de garantir uma boa formação dos alunos.

### ***Relação glotofágica entre línguas maternas e francês***

No Senegal, assim como em muitos países africanos, a entrada na escola, por volta dos 6 ou 7 anos de idade, constitui para a criança uma ruptura total com os hábitos linguísticos familiares e comunitários. O infante inicia sua escolaridade aprendendo Francês oral e escrito – língua que lhe é estranha, sem qualquer referência à sua língua materna, que foi, no entanto, o seu referente sociocultural e cognitivo. Este “tudo em francês” é a causa do fracasso escolar e até do abandono à escola.

Desde a década de 1950, o cientista e egiptólogo senegalês Cheick Anta Diop (1979) demonstrou, por exemplo, que uma criança Wolof, aos 7 anos de idade, era capaz de compreender e desenhar o princípio matemático, “que um ponto que se move no espaço gera uma linha”. A única condição é que este princípio geométrico seja explicado a ele em sua língua materna: o Wolof. Por meio da escola francesa pós-colonial, são necessários mais sete anos de

aprendizado desnecessário da língua francesa para entender esse princípio.

Visando acabar com a imposição e supremacia do francês na educação (Ki-Zerbo, 2006, p. 152) afirma: “Geralmente, a educação faz parte dos subsistemas do sistema colonial que devem ser erradicados. Estou convencido de que a educação deve ser transformadora para que a sociedade seja transformada”.

Na África, os sistemas educacionais importados do Ocidente estão convencidos de que apenas as línguas das (hiper)supercentrais (Calvet, 2016) têm o poder de transmitir ciência, progresso e desenvolvimento, ao passo que as línguas maternas devem permanecer – o que as autoridades coloniais europeias decidiram torná-las – “primitivas”, “como dialetos”, “indígenas”, “incapazes de evolução”, para introduzir no mundo o conhecimento moderno, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento.

Urge ressaltar que não existe o conceito (depreciativo) de língua primitiva, isto é, toda língua é melhor, bonita, rica, para aquele povo que faz uso dela em um determinado território. A ideia de subvalorização e negligência das línguas africanas é profundamente racista e desvaloriza as culturas africanas, como evidencia o sistema educacional africano, que dá mais importância às línguas (hiper)supercentrais, relegando as línguas africanas para segundo plano. Tal situação conduz à perda de diversidade linguística e à redução na transmissão intergeracional das línguas africanas.

De fato, as línguas africanas são tão complexas e ricas como qualquer outra língua. Evoluíram ao longo dos séculos e refletem a diversidade e a complexidade das sociedades africanas. Ou seja, não há língua que não tenha ferramentas para expressar a pergunta, a vontade, a negação... Sempre encontramos formas de significar, se necessário, “mexer nelas”. Quando os escravos tiveram que adotar a língua dos colonos, tiveram à sua disposição uma língua empobrecida: o “negrinho”/“crioulo”.

As línguas maternas são utilizadas em diversos contextos sociais: (família, cerimônias tradicionais, ruas, produções culturais ou musicais etc.). Sua introdução na Educação Bilíngue é uma forma de valorizá-las, uma vez que constituem cultural e socialmente línguas majoritárias, mas minoritárias e minorizadas nos contextos institucional, político, econômico e educacional, como ressalta Ki-Zerbo (2006, p. 93): “Quero dizer com isto que a educação africana deveria ser endógena e basear-se ao máximo na acumulação dos conhecimentos africanos”. Ou seja, trata-se de uma africanização dos currículos na África, uma forma da valorização da cultura africana pela introdução das línguas nacionais na Educação Bilíngue.

A língua materna é, sem dúvida, o ponto de partida de todos os conhecimentos que podem ser enriquecidos pelo conhecimento de outras

línguas e de outras realidades multiculturais e multidimensionais do mundo. No caso em tela, a importância das línguas senegalesas na educação bilíngue é assim evidenciada por Fishman (1997, p. 292):

Nossa língua derrama lágrimas por toda parte – porque os próprios filhos a abandonam, – deixando-a sozinha com seu pesado fardo. Aqueles que falam isso são chamados de antiquados, – embora voe mais rápido que a água. – Esta minha língua, uso-a para apreciar o sabor – como alguém pode provar com a língua de outro?<sup>17</sup>.

As línguas africanas não são apenas ferramentas de comunicação, mas também portadoras de culturas, tradições e conhecimentos. Promovê-las é uma forma de preservar a identidade africana e permitir que as gerações futuras se conectem à sua herança.

### *Educação Bilíngue no Senegal*

Como mosaico linguístico, Senegal, assim como grande parte dos países africanos, teve seu direito linguístico negado pela imposição do Francês em contextos administrativos e educacional, em detrimento das línguas maternas. Uma vez que a língua é o espelho da cultura, o uso das línguas maternas na educação é uma forma de valorizar as culturas locais. Assim, para se livrar do passado glotofágico causado pela colonização, aquela nação vem tentando, logo após a independência, implantar uma educação bilíngue que Profit (2002, n. p.) conceitua como segue:

“Educação bilíngue” geralmente significa educação onde duas línguas são usadas para ensinar disciplinas escolares. Questão linguística, a educação bilíngue é também uma questão social, pois pode ser um critério determinante no recrutamento profissional<sup>18</sup>.

Assim, entende-se por “Educação Bilíngue” ou “bilinguismo escolar” quando duas línguas são utilizadas na escola como vetores de instrução, isto é, quando as disciplinas escolares são ensinadas em ambas as línguas.

Imersas em ambientes multilíngues, muitas crianças senegalesas detêm bilinguismo adquirido, podendo falar a(s) língua(a) dos pais e adquirem outra língua no contato com os colegas. Quando começam a estudar, entram

17 Do original: “*Sunu lakkwi moogi jooy funu toll - ndax ay doomam lakkatunko, - bayyinanko ak yanam bu diis. - Nikoy lakk Sax nu wayadi lan leen jappee - donte daa gaaw ni njappaan. - Sama lakk wii, damakoo soxla ngir ranee caŋka... - Nunuy xamee lu dara di saf ci lammínu jambur?*” (Fishman, 1997, p. 292).

18 Do original: “*On entend généralement par «enseignement bilingue» un enseignement où deux langues sont utilisées pour enseigner les matières scolaires. Enjeu linguistique, l'enseignement bilingue est aussi un enjeu social puisqu'il peut être un critère déterminant dans les recrutements professionnels*” (Profit, 2002, n. p.).

em contato com o Francês – língua de instrução no país. Assim, além do bilinguismo adquirido, são expostas a um bilinguismo escolar, que consiste no uso institucional de uma Língua Nacional (LN) e do Francês na escola como vetor (meio) de instrução. Ou seja, não se trata de aprender as duas línguas na escola como se fosse em aulas de línguas, mas sim, estudar Disciplinas Não Linguísticas (DNLs) nas duas línguas.

Na educação bilíngue senegalesa, o “bilinguismo escolar” é um “bilinguismo funcional”, pois busca levar o aluno a adquirir competências (“conhecimentos” e “habilidades”), não linguísticas, nas disciplinas Educação para a Ciência e a Vida Social (ECVS) e Educação Física Esportiva e Artística (EFEA), através das duas línguas, mas também linguísticas, isto é, na disciplina Linguagem e Comunicação (LC), que envolve a comunicação oral e escrita.

### ***Articulação entre Língua Nacional e Francês na Educação Bilíngue***

A Educação Bilíngue no Senegal é o resultado do contato de diferentes povos com suas respectivas línguas durante a colonização. O contato de línguas é central para o aluno e para o professor, mas também para o estabelecimento escolar e para o sistema educativo, pela articulação entre a escolha da língua alvo e a escolha de disciplinas não linguísticas, a integração de questões linguísticas e disciplinares e o uso de recursos comunicativos bilíngues.

A introdução das línguas nacionais na Educação Bilíngue é uma forma de proporcionar o uso sustentável dessas línguas, devido à relação glotofágica entre a teoria do centro-periferia (Calvet, 1999), em que existe um centro ocupado por línguas supercentrais (Francês, Inglês, Português etc.) e uma periferia ocupada por línguas africanas, por exemplo.

A Educação Bilíngue implica uma necessária adaptação da escola à evolução da sociedade e a sua cultura. Para sua implantação, o MOHEBS (Sénégal, 2019) selecionou algumas LNs ao lado do Francês – língua oficial do país –, como consta no art. 1º da Constituição de 2019, que define o *status* do Francês e das LNs, *in verbis*: “A língua oficial da República do Senegal é o francês. As LNs são Diola, Malinké, Fula, Sérère, Soninké, Wolof e qualquer outra língua nacional que venha a ser codificada”<sup>19</sup> (Sénégal, 2001).

O uso acadêmico de uma língua pressupõe alguns processos, tais como: a prioridade da escrita sobre a oral; a existência de uma grande e variada produção escrita; a formação de especialistas em línguas africanas; e, a padronização (gramática, ortografia, adoção de novas palavras etc.). Assim, por meio de um

<sup>19</sup> Do original: “*La langue officielle de la République du Sénégal est le Français. Les langues nationales sont le Diola, le Malinké, le Pular, le Sérère, le Soninké, le Wolof et toute autre langue nationale qui sera codifiée*” (Sénégal, 2001).

processo de codificação (Senegal, 2019), das 37 línguas maternas faladas no Senegal, 26 obtiveram *status* de línguas nacionais e, destas, apenas seis têm seu uso na Educação Bilíngue.

A implementação da Educação Bilíngue no Senegal é o resultado de um ecossistema linguístico complexo entre as línguas maternas e o Francês – língua oficial. Nesse modal de educação, tem-se uma articulação entre uma L1 (Língua Nacional – LN) e uma L2 (uma segunda língua, no caso, o Francês – Fr), como consta no quadro 1, a seguir.

**Tabela 1:** Articulação entre L1 e L2

ÁREAS		1ª etapa		2ª etapa		3ª etapa	
		CI	CP	CE1	CE2	CM1	CM2
				EF1	EF2	EM1	EM2
LC	CO	LN/Fr <sup>20</sup>	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr
	CE	LN	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr
Matemática		LN	LN/Fr <sup>21</sup>	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr
ECVS		LN	LN	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr
EFEA		LN	LN	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr	LN/Fr

**Fonte:** Adaptada de Senegal (2019)

Onde: CE – Comunicação Escrita; CE1 – Curso Elementar 1 (Ensino Fundamental); CE2 – Curso Elementar 2 (Ensino Fundamental); CI – Curso Introdutório; CM1 – Curso Médio 1 (Ensino Médio); CM2 – Curso Médio 2 (Ensino Médio); CO – Comunicação Oral; CP – Curso Preparatório; ECVS – Educação para a Ciência e a Vida Social; EFEA – Educação Física Esportiva e Artística; Fr – Francês; LC – Linguagem e Comunicação; e, LN – Língua Nacional.

Com base no quadro 1, faz-se importante explicar a estrutura do Ensino Fundamental no Senegal, onde a Educação Básica, destinada a crianças de 7 a 12 anos de idade, consiste em adquirir competências básicas previstas no Currículo da Educação Básica (CEB). Crianças a partir de 6 anos de idade e que tenham concluído o ciclo pré-escolar também são acolhidas no Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental compreende seis etapas, o equivalente a seis anos de estudos atestados pelo Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental (CCEF). Seu currículo é dividido em três etapas, a saber:

- 1) Curso Introdutório (CI) e Curso Preparatório (CP);
- 2) Ensino Fundamental primeiro ano (EF1) e Ensino Fundamental segundo ano (EF2);

20 *Introduction de l'oral du Français au début du 4<sup>ème</sup> mois.*

21 *Enseignement des mathématiques en français à partir du deuxième trimestre du CP.*

3) Ensino Médio primeiro ano (EM1) e Ensino Médio segundo ano (EM2) (MEN, [s. d.]).

No que diz respeito às etapas do Ensino Fundamental, o quadro 1 evidencia que na primeira etapa (CI-CP), a LN é o principal meio de ensino-aprendizagem para as seguintes disciplinas: LC oral e escrita, Matemática, ECVS e EFEA. Tal situação se equilibra nas etapas seguintes, isto é, as duas línguas apresentam o mesmo período de uso.

Para as disciplinas ensinadas por meio de LN/Fr, o quadro 1 apresenta o fato de que, na comunicação oral, as duas línguas (LN/Fr) são utilizadas desde o início do CI e continuam até o EF2. A comunicação escrita começa no CI com a LN e o Francês introduzido a partir do CP, e as duas continuam até o EM2.

Assim como na comunicação escrita, no ensino de Matemática, a LN é o único meio de ensino no CI. A partir do CP, o Francês torna-se, ao mesmo tempo que a LN, um meio para o ensino de Matemática. Para as disciplinas ESVS e EPSA, as aulas são ministradas exclusivamente em LN durante CI e CP (primeira etapa), sendo o Francês introduzido nas duas últimas etapas.

Em suma, no Senegal, a Educação Bilíngue é o resultado de diversas políticas e práticas educativas, que incluem o uso de uma LN e do Francês como meio de ensino e aprendizagem das DNLs (ECVS e EFEA). Mas, a aprendizagem dessas línguas como objeto, não como em um curso de línguas, faz-se necessário, principalmente, nas atividades de LC que envolvem a Comunicação Oral (CO) e a Comunicação Escrita (CE).

Assim, acredita-se que os dois papéis desempenhados pela língua na escola – ferramenta (meio) de comunicação e aprendizagem e objeto de ensino e aprendizagem – devem ser vistos como complementares.

Ler, escrever e comunicar-se oralmente são atividades diárias que permitem aos alunos aprender em DNL. Nas aulas de LC (oral e escrita), tais competências também devem ser desenvolvidas. É isso que distingue a língua, objeto de ensino e aprendizagem do Francês, e a língua, que permite a construção do conhecimento, independentemente da disciplina. Assim, nas aulas de LC, os alunos aprendem a língua, da qual as DNLs dependem.

## CONCLUSÃO

A Ecolinguística (por meio da Ecologia das Línguas), a Didática, as representações e a Glotopolítica, estiveram no centro do presente estudo, quando da análise da Glotodiversidade no Senegal – resultado da Ecologia de Contato e seu impacto na Educação Bilíngue local. Como o contato de povos diferentes com suas línguas ocorre em um território, a educação é inseparável da interação de diferentes Povos (P), morando em um Território (T) e interagindo por suas

respectivas Línguas (L).

Literalmente, educar consiste em levar de um lugar a outro, extrair de um ambiente para inserir em outro. Se a educação é inseparável do espaço, a implementação da Educação Bilíngue no Senegal se justifica, uma vez que, com a introdução das línguas maternas, tem-se a valorização do meio ambiente social, físico e mental do aluno.

Com a articulação de uma LN, que pode ser a língua materna da criança em paralelo com a introdução do Francês, uma segunda língua ou língua estrangeira, a Educação Bilíngue pode permitir que as crianças adquiram habilidades fundamentais em leitura, escrita e numeramento, e, em um primeiro momento, em uma língua que entendam. Mas, adisfunção linguística entre o ambiente familiar da criança e a escola é tal que a escolarização produz alunos desorientados e sem fundamento cultural.

Como as línguas maternas ocupam um lugar importante na vida sociocultural, acredita-se que ter em conta essas línguas na escola é um pré-requisito na formação intercultural, uma vez que, no Senegal em geral, os alunos iniciam/iniciavam a sua escolaridade em uma língua diferente daquela(s) que usam na família ou na comunidade. Assim, tendo em vista o lugar que hoje se dá à cultura no viés ensino-aprendizagem de línguas, é imprescindível questionar o lugar das línguas maternas e da cultura africana na escola.

A implementação da Educação Bilíngue, que pode levar algum tempo, parece ser de fundamental importância para o sistema de educação senegalesa e para o sucesso dos alunos, uma vez que a francização total da educação após a independência parece ser um freio à educação para todos. Além disso, tal processo parece ser glotofágico para a diversidade linguística.

Mesmo estando em fase de implementação, acredita-se que a Educação Bilíngue seja um modelo ideal para a educação, uma vez que reflete as diferentes dimensões da realidade linguística e cultural do país, a fim de conectar todos os níveis da sociedade e promover a comunicação e a construção de conhecimento. Além disso, a introdução das línguas senegalesas nos programas escolares pode permitir que os pais acompanhem a educação dos filhos em casa, por exemplo.

A Educação Bilíngue que favorece a introdução das línguas nacionais nos programas escolares como meio é um luxo no contexto senegalês, onde a escola carece de tudo, incluindo as infraestruturas básicas ou os professores formados para o ensino-aprendizagem. Além desses problemas, tem-se ainda a questão da transição entre os níveis escolares, onde a língua materna (LN) é utilizada no ensino, e os níveis sociais, onde é utilizado o Francês – língua estrangeira e internacional. A transição entre esses níveis é, por vezes, mal negociada, podendo resultar no agravamento das desigualdades educativas, de acordo com a origem social.

Obviamente, ninguém aprende sua língua materna. A língua materna é adquirida naturalmente pelos envolvidos. Não é necessário ser um linguista habilidoso para entender que o caminho “natural” para aprender os conhecimentos, as ciências e as técnicas (formação/educação) das crianças africanas é o uso de suas línguas nativas. Sem as línguas maternas, não há autoconfiança, nenhuma identidade cultural consolidada e nenhum sentimento nacional, nenhuma democracia na educação. Sem este sentido de identidade consolidado, nunca haverá patriotismo e nações multilíngues, onde cada cidadão está ao serviço do seu Estado-nação e do seu continente.

## REFERÊNCIAS

- BASTARDAS-BOADA, Albert. The Ecology of Language contact: minority and majority languages. In: FILL, Alwin F.; PENZ, Hermine (Eds.). **The routledge handbook ofEcolinguistics**. New York: Routledge, 2017. p. 26-39. 476 p.
- BASTARDAS I BOADA, Albert. Llengua i noves migracions: les experiències canadenques i la situació a Catalunya. **Revista de Llengua i Dret**, [s. l.], n. 37, p. 153-190, 2002a.
- BASTARDAS I BOADA, Albert. World language policy in the era of globalization: diversity and intercommunication from the perspective of ‘complexity’. **Noves SL**, Revista de Sociolinguística, [s. l.], p. 1-13, jan. 2002b. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/236213550\\_World\\_Language\\_Policy\\_in\\_the\\_Era\\_of\\_Globalization\\_Diversity\\_and\\_Intercommunication\\_from\\_the\\_Perspective\\_of\\_'Complexity'](https://www.researchgate.net/publication/236213550_World_Language_Policy_in_the_Era_of_Globalization_Diversity_and_Intercommunication_from_the_Perspective_of_'Complexity'). Acesso em: 10 out. 2022.
- CALVET, Louis-Jean. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris: Payot, 1987. 294 p. ISBN-10: 222814200X. ISBN-13: 9782228142007.
- CALVET, Louis-Jean. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 1999. 304 p. ISBN-10: 225918975X. ISBN-13: 9782259189750.
- CALVET, Louis-Jean. La diversité linguistique: enjeux pour la Francophonie. **Hermès: La Revue**, [s. l.], n. 40, p. 287-293, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4267/2042/9561>.
- CALVET, Louis-Jean. Quels fondements pour une Ecologie des Langues? **Ecolinguística**: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 19-35, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9687/8554>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007. 462 p. ISBN: 9788570626035.
- DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et cultures**: de l’antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l’Afrique Noire d’aujourd’hui. 4. ed. Paris: Editions Présence Africaine, 1979.

FISHMAN, Joshua A. Language maintenance and language shift as a field of inquiry. A definition of the field and suggestions for its further development. **Linguistics – An Interdisciplinary Journal of the Language Sciences**, [s. l.], n. 9, p. 32-70, 1964.

FISHMAN, Joshua A. **In praise of the beloved language**: a comparative view of Positive Ethnolinguistic consciousness. [S. l.]: De Gruyter Mouton, 1997. (Série Contributions to the Sociology of Language; 76). DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110813241>.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Pour la glottopolitique. **Languages**, [s. l.], n. 83, p. 5-34, 1986. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_1986\\_num\\_21\\_83\\_2493](https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1986_num_21_83_2493). Acesso em: 15 out. 2023.

HAUGEN, Einar. **The Ecology of Language**. Stanford: Stanford University Press, 1972. 366 p.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?**: entrevista com René Holenstein. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. 172 p.

MUFWENE, Salikoko S. **Language evolution**: contact, competition and change. London: Continuum, 2008. 354 p.

MÜHLHÄUSLER, Peter. What creolistics can learn from Ecolinguistics. In: FILL, Alwin F.; PENZ, Hermine (Eds.). **The routledge handbook of Ecolinguistics**. [S. l.]: Routledge, 2017.

PROFIT, Françoise. L'enseignement bilingue. **Revue Internationale d'Éducation de Sèvres**, [s. l.], n. 30, set. 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/ries.1816>.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye. Colaboração: Albert Riedlinger: Prefácio da edição brasileira: Isaac Nicolau Salum. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SÉNÉGAL. **Constitution de la République du Sénégal**. Dacar, 22 jan. 2001. Disponível em: <http://sigif.gouv.sn/app/uploads/2016/12/constitution-senegal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SÉNÉGAL. Ministère de l'Éducation Nationale. Direction de l'Enseignement Élémentaire. **Modèle Harmonisé d'Enseignement Bilingue au Senegal (MOHEBS)**. Dacar, 2019.

THOMASSON, Sarah Grey. **Language contact**: an introduction. Georgetown: Georgetown University Press, 2001. 240 p.

THOMASSON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. **Language contact, creolization, and genetic linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988. ISBN-10: 0520078934. ISBN-13: 9780520078932.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact**: findings and problems. New York: [s. n.], 1953. (Publications of the Linguistic Circle.

# A INEFICÁCIA DOS MODELOS DE DEMOCRACIA OCIDENTAIS EM ÁFRICA - NECESSIDADE DE UMA DEMOCRACIA AFRO-PERSPECTIVISTA

*Inocélio Ussivane<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Caros líderes africanos,

Escrevo esta carta com profunda convicção sobre a importância de abraçarmos uma abordagem democrática que reflita verdadeiramente a diversidade, história e aspirações do continente africano. Acredito firmemente que é hora de adotarmos uma democracia afroperspectivista, uma abordagem que reconheça e valorize as perspectivas únicas das diversas culturas, povos e experiências africanas.

Nossa jornada rumo à democracia tem sido marcada por desafios e conquistas significativas. No entanto, é crucial reconhecer que muitos dos modelos democráticos adotados em todo o mundo não necessariamente refletem as realidades e necessidades específicas de nosso continente. Como líderes africanos, temos a responsabilidade de moldar sistemas democráticos que sejam autenticamente africanos em sua essência.

Uma democracia afroperspectivista se baseia na ideia de que as tradições, valores e conhecimentos ancestrais africanos podem fornecer contribuição valiosa para a governança democrática. Devemos olhar para nossas próprias culturas e histórias para informar o desenvolvimento de instituições políticas que promovam a justiça, a equidade e a participação inclusiva de todos os cidadãos.

Além disso, uma democracia afroperspectivista reconhece a interconexão entre os diferentes países e regiões do continente, bem como a necessidade de solidariedade e cooperação entre eles. Devemos trabalhar juntos para fortalecer as instituições democráticas em toda a África, compartilhando melhores práticas, aprendendo uns com os outros e apoiando os esforços de democratização em todos os lugares.

Caros líderes, é hora de nos comprometermos com uma visão de democracia que seja verdadeiramente africana em sua natureza. Uma democracia

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação na Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5562-2282>. E-mail: [inocelioussivane@gmail.com](mailto:inocelioussivane@gmail.com).

afroperspectivista não apenas fortalecerá nossas sociedades, mas também nos posicionará como líderes globais na busca por justiça, igualdade e dignidade para todos os povos.

Como ponto de partida para minha reflexão gostaria de fazer uma distinção de várias formas de democracia que alguns dos modelos são notórias em países africanos. De acordo com Osbone, (2015) citado por Ussivane (2022, p.12) a democracia pode ser Parlamentar onde o Cidadão é Representado; democracias de Aldeias Medievais e Cidades Repúblicas (O Cidadão Burguês); Democracia nos Alpes (O Cidadão Comunal); democracia Inglesa (O Cidadão Súdito); Democracia na América (O Cidadão Eleitor) democracia Francesa- 1789-95 (O Cidadão Ativista); democracias Repúblicas da América Latina (O Cidadão Subjugado); democracia Indiana (O Cidadão Independente); Democracia e Descolonização (O Cidadão Explorado) e Democracia desde 1989 (O Cidadão Informado). As outras designações como esquerda, direita, direta ou semi-direta estão inseridas nas que apresentamos acima.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O que nos motiva a fazer este debate é a crise dos sistemas democrático no mundo, o que de certa forma sustentam a ideia de que não existe uma democracia consolidada no mundo, sendo que todos os modelos ainda estão em construção daí a necessidade de contínua reflexão para a melhoria, pois aprendemos *que a democracia é uma ideologia política que estabelece que a governação deve basear-se no bem-estar da maioria e os dirigentes políticos devem governar pela vontade popular demonstrada durante o ato eleitoral* (Correia, 2023, p.5). Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a democracia é um ideal em constante evolução, e que sua preservação requer um compromisso contínuo com os valores democráticos e a participação cidadã, isto é, a democracia não é algo que se recebe, mas algo em que se trabalha. Essa visão ressalta a responsabilidade individual e coletiva de promover e proteger os princípios democráticos (Ussivane, 2022, p.13)

A democracia no mundo e em África em particular está sempre em estado de sítio. Isto mostra a falta de coesão e solidez nos sistemas democráticos. Golpes de Estado em vários países da África; golpes militares que derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi; as escaramuças após a derrota eleitoral de Trump nos EUA; as manifestações dos coletes amarelos na França; a Primavera Árabe, são alguns exemplos do colapso das democracias no mundo (Ussivane, 2022, p.13) . De acordo com o ranking de democracia da revista *The Economist* de 2022, que analisou 165 países, em África, Botsuana e África do Sul são os países mais posicionados, como ilustra a tabela abaixo:

**Tabela 1:** Índices da democracia, 2022

Países	Colocação
Noruega	1
Maurícia	21
Botsuana	32
Itália	34
Bélgica	36
Africa do Sul	45
Brasil	51
Afganistão	167

**Fonte:** The economist (2022)

Sendo a democracia um modelo de governação que tem como base de sustento o povo isto é,

“a democracia como um projeto de governança, que traz em sua essência a certeza de que o povo é capaz de tomar em suas mãos o seu próprio destino (dispensando, por essa razão, qualquer espécie de tutela) e, além disso, que ela tem por objetivo realizar, de modo equânime, a divisão do poder e dos bens de um determinado país entre o conjunto de seu corpo social” (Vasconcelos; Araújo, 2023)

Neste diapasão, há que nos questionarmos sobre a eficácia dos modelos de democracia compatível com a situação concreta de África, bem como a sua efectivação com vista a participação de todos na tomada de decisão da coisa pública.

Os países africanos são na sua maioria caracterizado por um governo único (único partido a governar) desde a independência dos seus países e casos há ainda de presidentes que estão no poder há mais de 2 mandatos isto pela *grande ambição pelo poder, a riqueza e o medo de enfrentar a justiça pelas ilegalidades que cometeram durante a governação é um dos motivos para não serem substituídos pelos outros* (Correia, 2023, p.2), não se verifica participação efetiva de outros atores da sociedade, como, a sociedade civil fazendo com que o Estado seja subvertido. Contrariando a ideia de que,

“A luta pela independência visava a possibilidade de, autonomamente, os africanos dirigirem os seus próprios destinos. Este era o *slogan* muito difundido pelos líderes políticos africanos. Subjacente ao *slogan* está o princípio de, finalmente, e apenas com a independência, o ‘povo’ poderia auto governar-se. Ou seja, apenas com a independência, a democracia poderia realizar-se” (Furtado, 1997, p.205).

Significa que as condições atuais de África não favorecem para o florescimento da democracia, embora alguns países africanos tenham iniciado

reformas no seu sistema de governação (democratização) há que porém, repensar um modelo de democracia eficaz para a África. Pois, as *Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder* (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 13)

A democracia não é apenas sobre a realização de eleições, mas também sobre a proteção dos direitos individuais, a garantia da participação popular e a preservação do estado de direito. Em última análise, é responsabilidade de todos os membros de uma sociedade defender e fortalecer os fundamentos da democracia, independentemente do *status* de quem está no poder.

A democracia é um processo, é um sistema em luta constante para se alimentar dos que precisa de ser alimentado por pressupostos culturais e sociais, mas também para formatar, democratizar o homem e a sociedade através de instituições, numa dialéctica constante e contínua. A democracia nunca foi o melhor sistema, foi sempre o menos mau dos sistemas. Nunca foi o resultado de uma cultura, mas deve participar e formatar as culturas. Sendo assim, a democracia tem de servir de processo de aculturação do nosso Estado com vista a garantir o bem comum a todas as colectividades culturais do qual dispõe o nosso país.

Por isso, as anomalias da democracia em África tem a ver com incompatibilidade cultural, dos modelos de democracia implementados em África que são exportados do ocidente sem se considerar que, que os modelos democráticos são respostas históricas e culturais que cada sociedade convencionou num momento determinado da sua história, a fim de responder à existência do viver juntos, quer dizer, aglutinando a universalidade da dimensão axiológica e as particularidades da dimensão institucional.

A África não precisa imitar modelos ocidentais, alterando, cosmeticamente qualquer ponto ou vírgula no modelo democrático que importa. Sendo que podemos criar nossos modelos que seria uma democracia afroperspectivista ou o que Ussivane (2022) chama de *ubuntucracia*, um modelo que teria como base as culturas, tradições e valores de africanidade. Pois, os modelos atuais de matriz ocidentais são exógenos e são incompatíveis com as culturas, todavia, não é a democracia que está em causa mas são os modelos.

### ***Exercício da Cidadania e participação democrática efetiva***

Um das condições da democracia é que os governados queiram escolher os seus governantes, queiram participar na vida democrática, se sintam cidadãos. O que pressupõe segundo Touraine (1992, p. 391) uma consciência de pertença à sociedade política que depende, por seu turno, da integração política dos países. Se este se encontra fragmentado em etnias estranhas e hostis umas às outras e, mais simplesmente ainda, se as desigualdades sociais são tão grandes

que os habitantes não têm o sentimento de um bem comum, a democracia não tem fundamento.

Para que a democracia seja forte é necessário que exista uma certa igualdade de condições, uma consciência nacional. Enquanto a submissão da sociedade ao Estado enfraquece ou destrói a democracia, a integração e a unidade da sociedade política reforçam-na. Se os assuntos públicos parecessem, aos olhos dos cidadãos, estranhos aos seus próprios interesses, porque se preocupariam eles com tais assuntos? *O exercício da cidadania, de forma plena, através da democracia participativa, somente poderá acontecer, se o cidadão entender que a “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”* (Copatti, 2010 p. 87 *Apud* Demo, 1996, p. 19-20). A consciência da cidadania, é a única que permite restabelecer a unidade, destruída pela distância e pelos conflitos entre as classes sociais.

Será necessário ir mais longe e introduzir a ideia de que uma sociedade democrática assente necessariamente em valores comuns e, em particular, em valores religiosos e morais, cuja presença asseguraria a limitação do poder político? A ideia está bastante presente na sociedade americana, mas muito menos nos países europeus e nas novas nações africanas onde a consciência nacional adquire fundamentos mais históricos e políticos do que os religiosos e morais todavia, há *necessidade constante de se aproximar Sociedade e Estado, com base nos direitos de participação democrática* (Copatti, 2010 p. 88)

Todavia, em ambos casos, a exaltação da sociedade nacional contém em si mais perigos do que apoios à democracia. Ela leva à rejeição do outro “o cabritismo” afirmado por Ngoenha (1992), justifica a conquista, exclui as minorias ou aqueles que se afastam do “nós” ou que o criticam. A cidadania transforma-se na afirmação conquistadora da soberania popular que conduziu a tantos regimes totalitários. Para Touraine (1994) ser cidadão, é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições que respeitam os direitos dos cidadãos.

### ***Pressupostos de uma democracia afropespectivista - Ubuntuocracia***

Repensar a democracia afropespectivista é quanto a nós, uma urgência para a África pois, *os modelos de democracia, “impostas” aos africanos não são adequados às formas de ser e estar das comunidades africanas. A democracia deve espelhar o interesse da sociedade* (Ussivane, 2022, p.17). Nós acreditamos que é viável desenvolver um modelo de democracia que respeite e se adapte à identidade, valores e características únicas das comunidades africanas. Este modelo deve ser construído com base nas culturas, tradições e ideais de comunidade que são intrínsecos às sociedades africanas. Em vez de impor modelos importados de democracia, é essencial reconhecer e integrar as perspectivas locais, promovendo

a participação ativa e inclusiva de todos os membros da sociedade. Isso implica repensar uma abordagem que valorize a diversidade cultural e os sistemas de governança tradicionais, garantindo que os princípios democráticos sejam aplicados de maneira sensível e relevante para as realidades africanas.

Acreditamos que a democracia deve refletir e se adaptar à realidade de cada contexto específico. Para nós, essa abordagem representa uma alternativa democrática adequada para a África e, mais especificamente, para Moçambique, assim,

A *ubuntocracia* seria uma concepção afroperspectivista da democracia. Vem dos conceitos Ubuntu<sup>2</sup> e *cracia*. O primeiro conceito literalmente significa ‘humanidade’ e geralmente é traduzido como “Humanidade para os outros” por outras ‘o que é comum a todas as pessoas’. As duas acepções remetem-nos à ideia de comunidade. O segundo conceito *cracia* ou *kratos* que significa domínio ou poder. Assim, seria governo ou poder da comunidade (Ussivane, 2022, p. 18).

As comunidades africanas têm a ética como um modo de vida intrínseco. Nessa perspectiva, conceber a democracia sob uma abordagem do *ubuntu* implica em estabelecer instituições fundamentadas em valores éticos, com o intuito de combater a corrupção, o nepotismo, o burocratismo, a intolerância, a impunidade e outros males. Isso significaria humanizar a sociedade, pois a desumanização de outros seres humanos representa um obstáculo para o autoconhecimento e a plena realização de nossas capacidades humanas.

Essa abordagem reflete a *filosofia do nós*, que consiste em considerar a comunidade em seu sentido mais abrangente, reconhecendo todos os seres do universo como parte integrante dela. Sob essa perspectiva, todos nós somos uma família, interligados e interdependentes, e é através do respeito mútuo e da promoção do bem-estar comum que podemos alcançar uma democracia genuinamente inclusiva e justa.

Uma Democracia de constituição do comum representa a consagração da ética *ubuntu*, através do enaltecimento da igualdade sobre o privilégio, da valorização da multiplicidade em oposição à uniformidade, do cultivo do respeito diante do preconceito, da promoção da inclusão frente à exclusão e da implementação de mecanismos que garantam a *humanidade* para todos os membros de uma coletividade, garantindo objetivamente o acesso aos direitos universalmente definidos como *humanos*. Neste diapasão, a necessidade quanto a nós que olhar para *ubuntu* como uma forma de convivência em sociedade onde,

---

2 Também entendido como *Umthu*, *Munthu*, *Munu* em outras línguas bantu. As sociedades falantes de idiomas do tronco linguístico bantu compartilham a noção de que a comunidade possui três dimensões: os ancestrais, os que estão vivos e os que ainda não nasceram (Nogueira, 2012, p.148)

“As pequenas comunidades devem ser escolas de autonomia. Mas, para tal, devem começar por ser autónomas. Devem poder escolher a assembleia da própria comunidade, não a partir de um partido político, mas a partir dos objetivos políticos, dos projeto sócio-económicos propostos” (Ngoenha, 1993, p. 160 *Apud* Ussivane, 2022, p. 19).

Para alcançar esse objetivo, é imprescindível uma organização cuidadosa para definir e perseguir seus objetivos políticos. Todavia, o processo de construção da democracia implica forças combinadas a todos os níveis mas, sempre deve partir da base, sendo que as pequenas comunidades emergem como o terreno fértil para o desenvolvimento de talentos, habilidades, ritmos e necessidades individuais. Elas se configuram como espaços de participação, solidariedade e afeto, conforme destacado por Ngoenha (1993).

Portanto, é essencial promover a educação democrática desde a base, incentivando valores como respeito mútuo, diálogo, tolerância e engajamento cívico nas comunidades locais. Isso não apenas fortalecerá os alicerces da democracia, mas também cultivará uma cultura de participação ativa e responsabilidade cidadã, fundamentais para a consolidação de uma sociedade democrática robusta e inclusiva.

Esta forma de convivência foi pensada nos anos 60 do século XX, por Julius Nyerere, ao propor *Ujamaa*<sup>3</sup> que se desdobra em aldeias comunais. A convivência comunal é característica dos povos africanos, a estrutura social das sociedades africanas é comunitária.

“A ubuntocracia compreende três dimensões: institucional, axiológica e metodológica. A primeira tem a ver com a existência de instituições humanizadas, o que permitirá que sejam funcionais e úteis. A segunda tem a ver com valores éticos morais, pois, não se pode construir democracia sem valores. A democracia deve estar assente em valores éticos-morais são criar uma sociedade justa, sem corrupção, solidária, hospitaleira, que presta contas, comunhão entre as pessoas. A terceira dimensão tem a ver com o *status* de pessoa na cultura africana e a sua base é a declaração de Mbite *apud* Gyekye (2002:) *eu sou, porque nós somos; e uma vez que somos, então eu sou*. A convivência comunitária pressupõe a observância de direitos e deveres” (Ussivane, 2022, p. 20) (grifo nosso)

As políticas e instituições podem ser bem elaboradas e teoricamente sólidas, mas se não forem apoiadas por uma cultura de atitudes e valores que promovam a cooperação, a igualdade, o respeito mútuo e a responsabilidade cívica, elas podem ser facilmente subvertidas de seu verdadeiro propósito. Isso pode acontecer através da corrupção, da manipulação, do abuso de poder ou simplesmente da falta de comprometimento com os princípios fundamentais do sistema. Para que o sistema político funcione efetivamente, é essencial

---

3 O livro de Nyerere foi publicado primeiramente fazendo extensas críticas a uma abordagem marxista do socialismo em África (Barbosa, 2019, P. 88)

cultivar uma mentalidade coletiva que valorize o bem comum sobre interesses individuais, que promova a justiça social e a solidariedade, e que esteja disposta a defender e fortalecer as instituições democráticas contra qualquer tentativa de subversão. Somente com as atitudes corretas e um compromisso genuíno com os princípios socialistas, as políticas e instituições podem realmente cumprir seu propósito de promover o progresso e o bem-estar para toda a sociedade.

## CONCLUSÃO

A partir das reflexões apresentadas ao longo do texto é evidente a necessidade de repensar os modelos de democracia em África, considerando as particularidades culturais e históricas do continente. A busca por uma democracia afroperspectivista, fundamentada nos valores e tradições africanas, surge como uma alternativa viável para fortalecer a governança e promover a participação cidadã efetiva.

Além disso, a importância da constante evolução da democracia, do compromisso com os valores democráticos e da proteção das instituições democráticas são destacadas como elementos essenciais para garantir a estabilidade e o progresso das sociedades africanas.

No entanto, com base nas informações apresentadas ao longo do texto, podemos apresentar algumas recomendações:

- A importância de repensar os modelos democráticos em África, considerando as especificidades culturais, históricas e sociais do continente.
- A necessidade de promover uma democracia afroperspectivista, baseada em valores éticos-morais e instituições humanizadas, alinhadas com a cultura africana.
- A valorização da participação cidadã, do diálogo, da tolerância e do engajamento cívico como pilares para fortalecer a democracia e garantir o bem comum.
- A crítica aos modelos democráticos ocidentais e a defesa da criação de modelos próprios, que atendam às necessidades e realidades locais.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Pedro Oliveira; **De Ujamaa à class struggle**: o conceito de “socialismo” em disputana África pós-colonial; *in* *Historiæ*, Rio Grande, v. 10, n. 2, p.85-106, 2019.

BRAUN, Julia; **Botsuana**: uma história de sucesso na África? *In* <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51e65jln6o>.

BBC, **Índices da democracia**, 2022, in: The economist; 2022, acessado: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51e65jljn6o>.

CORREIA, Nelsio Gomes; **A Transição Do Monopartidarismo Para A Democracia Na África**: O Caso Da Guiné-Bissau; In: Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 7, n. 1, pp. 01-17, 2023.

**COPATTI, L. C**; A Efetivação Da Cidadania Através da Participação no Poder Local; In **Perspectiva, Erechim**. v.34, n.126, p. 85-100, junho/2010.

FURTADO, Cláudio; **Democracia em África: Possibilidades e limites**, In: África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 199-217, 1997/1998.

NOGUERA, Renato; **Ubuntu como modo de existir**: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista in Revista da ABPN ; v. 3, n. 6 nov. 2011 – fev. 2012 p. 147-150.

NGOENHA, Severino Elias. **Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica**; Porto Salesianas, 1992.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de; ARAÚJO, Lílian Lopes de; **A Questão Da Democracia Na África**: Uma Abordagem Filosófica; in ARTIGO LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 6-21, set. 2022/ fev. 2023.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel (2018); **Como as democracias morrem**.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica à modernidade**. Lisboa, Fayard, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é democracia?** Lisboa, Fayard, 1994.

USSIVANE, Inocêlio; **Democracia, Participação E Cidadania: Análise A Partir Comunidades Africanas Bantufonas**; in USSIVANE, Inocêlio, AMARAL, Duarte Augusto; **Ubuntu-cracia: Repensando a democracia e Moçambique**; Maputo: TPC editora, 2022.



## **PARTE II**



# **COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO**

# A POLÍCIA MOÇAMBICANA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA - ESTADO-NAÇÃO E IDENTIDADE COLECTIVA

*Isidoro Jacob Valia<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

No presente capítulo, procuramos fazer uma análise do papel da polícia moçambicana na construção do Estado-nação, no período pós-independência. Para tal, com base numa revisão de literatura, analisamos obras que abordam o processo da criação e atuação da polícia após a independência de Moçambique (ASSANE, 2019; BORGES, 2017; BORGES, 2012; CABAÇO, 2004; CABAÇO, 2007) e obras que fazem referência à segurança pública (BERG e SHEARING, 2018; COSTA, 2021a; COSTA, 2021b; COSTA e BANDEIRA, 2007; MUNIZ e PAES-MACHADO, 2010; WOOD e SHEARING, 2007).

Após a independência de Moçambique, em 1975, o jovem governo da FRELIMO<sup>2</sup> idealizou um Estado em que os seus habitantes pudessem estar unidos por meio de uma mesma identidade, partilhando os mesmos valores, de modo a formar uma nação. Para tal, os moçambicanos deviam abdicar dos interesses particularistas, tribalistas, regionalistas, capitalistas, étnicos e tudo quanto estivesse associado ao colonialismo, e que os pudesse separar. Nesses termos, buscamos perceber em que medida o papel da polícia teve importância no processo de construção de uma identidade colectiva e, portanto, do Estado-nação. Nesse sentido, a única forma de alcançar tal objetivo era por via da força e da violência, em que a polícia era o principal instrumento, o qual estava em íntima relação com o poder político, recorrendo a uma lógica de governar através do crime<sup>3</sup> (BERG e SHEARING, 2018).

Começamos por contextualizar e analisar o processo de independência em Moçambique, apontando as razões que guiaram à ideologia orientadora,

---

1 Sociólogo. Docente da Universidade Licungo. E-mail: isidrovaliamz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7411-4137>.

2 Frente de Libertação de Moçambique. Trata-se do movimento nacionalista fundado a 25 de junho de 1962, tendo como objetivo lutar pela independência de Moçambique, a qual alcançou em 1974, nos Acordos de Lusaka. Atualmente, é o partido dominante na arena política moçambicana.

3 *Governing-through-Crime*.

o Marxismo-Leninismo, e em que medida esse sistema ideológico seria o mais adequado para aqueles que eram os objetivos da elite governante, a construção de uma nova nação, consubstanciada na formação do *Homem Novo*, entendido como um cidadão emancipado e livre de preconceitos. Em seguida, são apresentados e analisados os dados referentes à criação da polícia no país, a sua composição e contexto de formação. Finalmente, analisamos o papel da polícia na construção da nação, tendo como referência as suas formas de atuação naquela época e revisão de literatura que tem como temática questões de segurança pública no geral e policiamento, especificamente. Por último, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

### ***Moçambique: Independência e Identidade Coletiva***

Moçambique proclamou a sua independência em 1975, após um processo de colonização que durou centenas de anos. A proclamação da independência foi resultado de cerca de 10 anos de luta armada (1964-19174), entre o exército português e o Movimento de Libertação de Moçambique (FRELIMO). De 5 a 7 de setembro de 1974 foi assinado o Acordo de Lusaka (na capital da Zâmbia), que pôs fim a todo o processo de colonização.

Dois anos após a independência, em 1977, no seu III Congresso, a FRELIMO - então partido único e declarado orientador no processo de construção do Estado Democrático popular pela Constituição da República Popular de Moçambique de 1977 - assume a ideologia Marxista-Leninista como a base para a construção da nação moçambicana, denominada República Popular de Moçambique. Portanto,

A FRELIMO guia-se pela síntese das experiências revolucionárias do povo moçambicano com os princípios universais do Marxismo-Leninismo, nomeadamente no que respeita aos seus princípios, organização e métodos de trabalho. Pela sua composição e linha é a forma mais alta de organização revolucionária das classes trabalhadoras moçambicanas (Relatório do Comité Central ao 3º Congresso, 1977, p. 91).

A opção pelo socialismo, por parte dos guerrilheiros, derivou, por um lado, do fato de serem países como a União Soviética e a China, países socialistas, a oferecer ajuda durante a guerra de libertação e, por outro lado, os abusos do sistema colonial, as desigualdades sociais, a violência e a exploração (Cabaço, 2007). Porquanto, a “primeira constituição moçambicana foi uma compilação das constituições dos países socialistas” (Fernando, 2021, p. 194). Nesse sentido, ao se assumir como um Estado de ideologia marxista-leninista, este se orientava segundo o Artigo 4 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1977, pela

“eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente; edificação de uma democracia popular e a construção das bases material e ideológica da sociedade socialista; prosseguimento da luta contra o colonialismo e o imperialismo”.

E, no Artigo 8, do mesmo documento, por um Estado que “promove a planificação da economia, com vistas a garantir o aproveitamento correto das riquezas do país e a sua utilização em benefício do povo moçambicano”.

Desse modo, a estrutura estatal estava assente numa ideologia que se posicionava contra todas as formas de visão de mundo capitalista, que era entendido como reprodutor de desigualdades e de opressão. Nesse sentido, para que tal desígnio fosse alcançado, entendia-se que o Estado Estruturado com bases socialistas, portanto, coletivista, seria o guia que iria determinar os interesses da sociedade. Portanto, as políticas públicas, em todos os âmbitos, deviam ser concebidas e executadas apenas pelo Estado. Havendo apenas um guia que define o que é melhor para todos, isso implicaria a formação de um tipo ideal tanto de sociedade, como de perfil identitário para todos. É nessa lógica que se constrói a ideia de *Homem Novo*. O *Homem Novo* é emancipado, está liberto da ignorância, do obscurantismo, da superstição, dos preconceitos, é consciente dos deveres de solidariedade e de cooperação; esse *Homem Novo* é socialista, que trava uma luta interna para se livrar da alienação capitalista e colonial, procurando se transformar e criar uma revolução (FRELIMO, 1977).

A proposta de sociedade concebida para Moçambique estava pautada numa identidade única, de uma sociedade com os mesmos valores, que se constrói alicerçada no grupo, numa sociedade em que os membros que a compõem devem abdicar dos seus interesses individuais em favor dos interesses coletivos. Era, portanto, um projeto de sociedade que ambicionava uma identidade coletiva, uma “nova identidade moçambicana” (Cabaço, 2007). Se estava em processo de uma unidade nacional. A proposta de uma identidade nacional convergia com os seguintes dizeres de Stuart Hall,

A identificação que [...] era atribuída à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas gradualmente [...] à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob [...] Estado-nação, que se tornou assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais [...]. A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua [...] criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais [...] (Hall, 2001, p. 48-49).

A unidade nacional era vista como o distanciamento em relação à cultura moçambicana (Fernando, 2021), que se apresentava diversificada em termos étnicos. As práticas étnicas

[...] são vistas como arquitetas da desunião, ou seja, na independência essa diversidade foi vista como principal causa da nossa colonização. O governo de transição defendia que as diversidades étnicas seriam a mesma coisa que premiar o que nos fez entrar na colonização e escravatura, porque não havia unidade (*Ibidem*, p. 199).

A FRELIMO entendia o poder tradicional como um obstáculo na luta pela unidade nacional e o via como oposto à ciência, à técnica e ao progresso e representaria parte do poder colonial (Cabaço, 2007). A diversidade étnica era entendida como fonte de discórdia entre os moçambicanos, entre os membros do novo Estado que estava em sua fase incipiente de construção. Edificar a nova nação moçambicana implicava a partilha de valores, um mesmo ideal, uma mesma visão de mundo. O diferente era inimigo do processo revolucionário projetado, o diferente era o reacionário. A etnia era a inimiga, a etnia representava diferença. A construção do novo Moçambique passava pela substituição dos interesses particulares pelos coletivos. Para que os moçambicanos se unissem, era preciso, na concepção de Samora Machel<sup>4</sup>, que morresse a tribo para que nascesse a nação (Machel, 1974). Nesse sentido,

A concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo [...] Esta unidade forjar-se-ia na participação na libertação nacional e no comportamento cotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos da luta, pelo estabelecimento de 'relações de tipo novo', que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como tradicional (Cabaço, 2004, p. 240).

Portanto, o Moçambique pós-independência era um projeto de construção de um Estado-nação, onde as identidades eram o resultado de uma síntese de diversas características do povo moçambicano. Na perspectiva da FRELIMO, tida como o guia da recente sociedade em formação, a coesão social só seria possível por similitudes (Durkheim, 1999). Nesse caso, a identidade devia ser construída num processo de identificação, em termos de pertença ou referência, de semelhança (Pinto, 1991). Porquanto, a identidade era também construída em termos de negação, de autonomia e diferenciação em relação ao outro, fixando fronteiras e distâncias, se construindo num processo de identificação (*Ibidem*). Consequentemente, por um lado, o idêntico, o semelhante, era o *Homem Novo*, era o comprometido com a causa da nação, era o revolucionário; por outro lado, o diferente era o reacionário, era o *xiconhoca*, aquele que era objeto de

4 Samora Moisés Machel foi o primeiro presidente de Moçambique independente. Foi ele quem, após a morte do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, em 1969, assumiu a liderança do movimento.

eliminação, de reeducação, de conversão, o outro, o inimigo a ser combatido e, se for caso, abatido. Dessa forma, a identidade nacional passava por,

distinguir ou classificar quem é ou não cidadão; norteia os olhares institucionais das autoridades policiais e de vigilância; possibilita a demarcação de fronteiras entre o dentro e o fora, amigo e inimigo, nós e outros, o orgulho e a vergonha, os dignos de respeito; estabelece quem deve ser merecedor de tratamentos desumanos e do confinamento nos campos de reeducação; qualifica e desqualifica no interior do mesmo povo e território nacional pessoas iguais (Borges, 2017, p. 41).

A sociedade que se pretendia construir devia ter como base a escola, isto é, o sistema de ensino. Este devia ser o alicerce para a construção do *Homem Novo*, um homem pós-colonial, um homem livre das amarras de velhas mentalidades, do obscurantismo, da tradição, das desigualdades e opressões do colonialismo (Borges, 2017). A escola devia servir de base científica moderna para o cidadão moçambicano. É na escola onde a disciplina militar e político-partidária ganhavam forma. É lá onde, desde novas, as crianças aprendiam a valorizar os símbolos partidários e os valores político-militares, tais como: a guerra de libertação, a figura do presidente da república; é lá na escola onde aprendiam a identificar o inimigo comum. Tudo era “parte integrante de um projeto bem maior de construção do cidadão moçambicano”. “Sem dúvidas, estávamos participando da ideia de nação, havia um Estado-nação sendo esculpido” (Borges, 2017, p. 37). “O sentimento de pátria, a unificação linguística, eram imprescindíveis para tal empreendimento” (Boto, 1996 *apud* Borges, 2017, p. 37).

Contudo, a escola era apenas mais uma das várias instituições onde se forjava o *Homem Novo*. Todas outras instituições estatais, e centros de reeducação, exerciam um importante papel nessa missão. O Corpo de Polícia de Moçambique – em paralelo com outras formas de policiamento – por sua vez, exercia um papel especial, sendo que se configura como “o topo da cadeia produtiva desse sujeito –*Homem Novo* - ocupando-se, através do policiamento ostensivo” (Borges, 2017, p. 39).

Desse modo, a construção do *Homem Novo* não é um processo que passa apenas pela transmissão de valores, mas pela sua imposição por meio da força e da violência. Não era uma escolha renovar-se, ou não. O policiamento, exercido pela polícia, tinha um importante papel na formação, por meio coercitivo, desse novo cidadão. Era a polícia quem garantia que aqueles que estavam na contramão em relação ao sistema fossem reeducados e reencaminhados.

## ***A Polícia em Moçambique: O Pós-Independência***

A história da constituição da polícia de Moçambique no pós-independência coincide com a formação da nação, como foram grande parte das polícias em outros lugares do mundo, especialmente na Europa (Muniz e Paes-Machado, 2010). A constituição de Moçambique independente implicou a criação de uma polícia moçambicana. Os Acordos de Lusaka, para além de dar por terminado ao processo de colonização e a guerra de libertação, dentre vários outros aspectos que previa, o ponto 11 dos Acordos de Lusaka preconizava que,

“O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança de pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo, o comando das forças policiais atualmente existentes dependerá do Alto Comissário, de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição” (Acordos de Lusaka, 1974).

Foi assim que o primeiro Corpo de Polícia de Moçambique (CPM) foi criado tendo como base o recrutamento de ex-guerrilheiros das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), que realizavam patrulhamento conjunto com a Polícia de Segurança Pública (PSP), a então polícia colonial (Manuel, 2015 *apud* Assana, 2019, p. 38), a qual estava em missão de acompanhamento da nova polícia, no âmbito do acordo.

Portanto, como foi o caso da polícia brasileira e a da Europa que tiveram inspiração e foram constituídas por militares em sua fase de criação (Costa, 2021), a polícia moçambicana também foi composta por ex-militares, especificamente ex-guerrilheiros, embora tenham sido conduzidos ou instruídos pela polícia portuguesa. Sobre esse fato, Borges aponta o seguinte,

A organização policial que se estava estabelecendo era composta, essencialmente, de ex-guerrilheiros e, obviamente, com nível de escolaridade relativamente baixo, o que nos permite afirmar que se tratava de uma polícia militarizada e, essencialmente, repressiva. Suas ações orientavam-se para a manutenção da ordem pública por meio do policiamento ostensivo (Borges, 2012, p. 61).

Nesse sentido, essa polícia recém-criada não se distinguia, em suas práticas, dos militares. Em paralelo com a capacitação dos ex-guerrilheiros foram sendo recrutados e formados, em matéria policial, jovens sem perfil, necessariamente, militar. Desse grupo de indivíduos, constavam alguns com formação em enfermagem, 7º ano de escolaridade e outros sem nenhuma escolaridade, analfabetos (Borges, 2012). O primeiro treinamento foi em Nashingwea – Tanzânia – num centro político-militar, em 1974; mais tarde, em Moçambique, no Centro de Formação de Quadros, em Michafutene, em 1975; e no Centro de Formação Básica da Polícia, em Matalane, Província de Maputo; outros centros foram

abertos, posteriormente, nas províncias de Sofala (distrito de Dondo) e Nampula (Natikiri), (*Ibidem*). A mesma fonte refere que outros grupos de nacionais foram formados em escolas de formação militar, em países como a Tanzânia, a Zâmbia, o Egito, a República Democrática da Alemanha e Cuba.

O Decreto-Lei nº 54/75 cria, a 17 de Maio de 1975, a primeira força policial de Moçambique, decorrente da desmobilização massiva dos portugueses pertencentes à Polícia de Segurança Pública portuguesa, a qual estava agora sendo destituída, ficando os PSP's moçambicanos à mercê do processo de nacionalização<sup>5</sup>(Borges, 2012). Assim, a base material e humana da ex-PSP em conjunto com os formados em Nachingwea foi criado o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM), (*Ibidem*). Em sua estrutura, segundo o artigo 4 do Decreto-Lei 54/75, de 17 de maio, previa um comandante das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), agentes da polícia e pessoal especializado. Neste contexto, o CPM era dirigido por “um comandante geral coadjuvado por um comissário político e um chefe do Estado maior todos nomeados pelo presidente da República e exigia que estes prestassem contas, cortesias militares, em suma, que se subordinassem às estruturas do partido FRELIMO” (Borges, 2012, p. 62).

Em 1979, o Decreto-Lei 5/79, de 26 de maio foi criado pela Polícia Popular de Moçambique (PPM). Esta polícia era composta pelo Corpo de Polícia de Moçambique, a Polícia de Investigação Criminal, a Polícia de Trânsito, a Polícia Fiscal, a de Migração e a de Transporte e Comunicação, subordinadas pelo Ministério do Interior. Em termos de estrutura e composição, podemos perceber que a constituição da polícia moçambicana tem, em suas raízes, elementos militares. Isso é ilustrado, por um lado, pelo fato de parte do seu contingente ter tido origem em ex-guerrilheiros que fizeram parte da luta de libertação nacional e de terem sido formados em escolas militares; por outro lado, por terem uma estrutura hierárquica de origem militar, um comandante das FPLM. A subordinação às estruturas partidárias pressupõe uma sobreposição da ideologia em relação a toda a estrutura policial. Desse modo, entendemos que a segurança pública devia ser a materialização dos interesses ideológicos.

As condições sob as quais foi criada a polícia de Moçambique estão intimamente ligadas às características político-ideológicas da época, como foi o caso de muitas outras polícias em vários países do mundo, como bem foi referido por Costa (2021). Sendo que parte do contingente da PSP estava sendo desmobilizada, a única alternativa seria a integração dos ex-guerrilheiros, sendo os únicos com perfil mais adequado para ajudar a preencher parte do vazio deixado.

Na secção que se segue, iremos fazer uma abordagem da atuação da

---

5 Foi a transferência do património da colónia portuguesa para o Estado moçambicano, recém-constituído.

polícia no contexto do pós-independência. A perspectiva que tomamos é de que a ação da polícia se enquadra numa governança através do crime. A governança da segurança era imaginada em termos objetivos, que implica uma perspectiva de exterioridade em relação ao indivíduo ou grupos – que implica exercer uma governança através do crime – “na medida em que o crime e a punição se tornam as ocasiões e os contextos institucionais em que nos comprometemos a orientar a conduta dos outros (ou mesmo de nós mesmos)”; (Wood e Shearing, 2007, p. 5), eliminando ou neutralizando a ameaça. É nesta lógica que a polícia funciona, punindo todos aqueles que não se refletem no ideal do Estado, que age e pensam em contramão da direção que o Estado toma.

### *A Polícia e a construção do Estado-Nação*

Ao mesmo tempo que foi criada, à polícia moçambicana lhe foi atribuída determinada missão. Tal missão estava a par dos interesses ideológicos da FRELIMO. Tratando-se de um partido-Estado, falar dos interesses da FRELIMO é o mesmo que falar dos interesses da nação. Segundo o Decreto Lei nº 54/75, artigo 3, nº 7, às seguintes competências foram atribuídas ao CPM:

participar ativamente nas tarefas de reconstrução nacional, designadamente no combate à prostituição, banditismo, alcoolismo, vadiagem e, bem assim, na concretização de obras de interesse social coletivo, tais como escolas, hospitais, estradas, apoio as cooperativas, e todas as demais tarefas que for chamado a desempenhar; [...] repressão de todas as manifestações contrárias a unidade do povo Moçambicano tais como o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

Nas palavras do primeiro presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, a nossa polícia “deve contribuir para a destruição do racismo, do tribalismo, do regionalismo. Não podemos admitir membros da polícia que atuam com base em motivações tribalistas, racistas, regionalistas. [...] a polícia deve manifestar sempre a sua identidade com o povo” (MACHEL, 1981 *apud* BORGES, 2012, p. 64).

Nesses termos, a polícia moçambicana é concebida como parte de um sistema que se pretende suficiente para todos, o socialista. Por via disso, a própria polícia, como um instrumento de segurança pública, era um meio para a realização, por meio da violência e policiamento ostensivo, das pretensões do sistema. A polícia exercia o papel de desmotivadora de qualquer atitude que se mostrasse contrária ao sistema. Esta usava diversificados meios para “a sustentação de um *status quo*, de uma determinada visão e expectativa de ordem que se deseja obedecida e, em alguma medida, consentida pelos indivíduos ou grupos policiados” (Muniz e Paes-Machado, 2010, p. 438).

A polícia se constituía mecanismo por via do qual os interesses coletivos podiam ser alcançados. Garantir a segurança passava por assegurar que todos os membros da sociedade partilhassem os mesmos valores. Uma polícia que devia lutar pela consolidação da independência, ao se assegurar da construção de uma nação, eliminando todos os obstáculos que pudessem separar os membros da sociedade. Entendendo, numa perspectiva durkhemiana, que o indivíduo deve se submeter a sociedade, de modo a garantir a reprodução dos valores desta e, por consequência, a coesão social (Durkheim, 1999). Portanto, por um lado, distinguir-se do grupo implica se distanciar deste, implica se tornar alvo de represália e de ser conotado como inimigo do povo; por outro lado, quanto mais se identificar com aquele, mais próximo dele, mais fortalecidos os laços sociais.

Nesse sentido, sendo um sistema centralizado, onde o Estado se pretende o garante de todos os serviços, a segurança pública está igualmente centralizada e monopolizada por este. Os serviços de segurança pública são o bastante para satisfazer as necessidades da sociedade, não sendo precisos, desse modo, os serviços de segurança privados, os quais atendem apenas aos interesses partidários. A polícia existia não para garantir os interesses privados, mas os interesses públicos. Nesse contexto, as instituições públicas de policiamento eram tidas como suficientes para acabar com as desigualdades em termos de segurança, numa perspectiva de que “as pazes privadas [seriam] “engolidas” por uma única paz pública inclusiva [Tradução nossa]”<sup>6</sup> (Maitland, 1885 *apud* Berg, Shearing, 2018, 73). Desse modo, num contexto como este, não se pode falar de segurança privada, tanto que os interesses privados estavam submetidos aos públicos. Porém, isso não implica dizer que a polícia trabalhava sozinha. Todos eram chamados a exercer o controle social, sendo que qualquer desvio de regra implica um ataque a todos e, portanto, a coesão social, que é a garantia do equilíbrio social.

Segundo o Departamento de Informação e Propaganda (DIP) (1976, p. 3) “para que no seio do nosso povo sejam criadas condições mínimas de paz, segurança e tranquilidade social, indispensável à participação popular [...] nas tarefas da revolução, impõem-se como ação prioritária o combate à criminalidade”. Nesse sentido, “a edificação do Estado pós-colonial sob os desígnios da democracia popular, ou do socialismo democrático, exigia que o povo se engajasse nas diversas tarefas, com prioridade particular sobre o combate à criminalidade” (Borges, 2012, p. 65).

Como forma de envolvimento da comunidade no combate ao crime, foram criados os denominados Grupos Dinamizadores (GD). Os membros desses grupos “não eram, necessariamente, membros da FRELIMO, mas eleitos em reuniões de massa de trabalhadores ou residentes. No entanto, os GD acabavam

---

6 Private peaces were “swallowed up” by a single inclusive public peace.

funcionando como uma corrente de transmissão das determinações do Estado/ Partido à população” (Macagno, 2009, p. 22). Esses grupos, que objetivavam, de princípio, “mobilizar a população ao redor das políticas do novo governo” (Macagno, 2009, p. 19), e processo revolucionário, “acabaram por ganhar um caráter cada vez mais associado à vigilância e ao controle da população, particularmente no que diz respeito a sua liberdade de circulação” (Thomaz, 2008 *apud* Borges, 2012, p. 66) de bens e pessoas. Nesse sentido, esses grupos passaram a denominar-se Grupos Populares de Vigilância (GPV), (Borges, 2012).

Por um lado, podíamos entender que o policiamento comunitário era uma estratégia de aproximação entre a polícia e a comunidade (Costa e Bandeira, 2007). Mas, por outro lado, dada a natureza do sistema político, um sistema dominador e repressivo, é mais coerente pensar que seja mais uma estratégia de dominação e controle, de vigiar e punir aqueles que se mostrassem opostos ao sistema. Era mais uma estratégia de garantir que o sistema tivesse olhos em todos os lugares e que ninguém ficasse impune ou ousasse se opor. Portanto, a comunidade passou a ser um aliado da polícia em ações de policiamento. Os “corpos e os territórios” (Muniz e Paes-Machado, 2010) estavam, desse modo, sob o controle tanto dos polícias como da comunidade. Correspondente a essa sombra de vigilância, é oportuno referir que,

É com base na ideologia do terror que se garantiu a adesão das massas. O envolvimento das massas se mostrava necessária como instrumento para realização ou materialização do projeto de nação cuja centralidade residia no combate aos inimigos, àqueles que não estavam alinhados aos ideais do partido e das demais instituições. Uma simples conversa de bar poderia custar a liberdade ou até mesmo a vida. Quase todos tinham a certeza de que estavam sendo vigiados (Borges, 2017, p. 41).

Esse estado de tensão constante era justificado como decorrência das práticas de policiamento tanto da polícia como dos GPV. A polícia reprimia qualquer ato que se apresentasse como sendo racista, regionalista, de índole étnica, tribalista, ou seja, qualquer ato que fosse contra o ideal de nação que se pretendia construir. Para que a polícia cumprisse com distinção o seu papel, devia estar imbuída da ideologia reinante. Tal é a relação entre as organizações policiais e a dominação política, entre a superestrutura política e o sistema policial, referenciada por Costa e Bandeira (2007), tendo o Brasil como exemplo. A polícia era “composta por militantes e militares comprometidos com o pensamento e os projetos do único partido no poder, e impunham por meio do policiamento urbano e ostensivo, a conversão dos descolonizados em *Homens Novos* e a consequente penalização dos *inimigos*” (Borges, 2017, p. 43). Desse modo, a polícia buscava captar,

[...] todos aqueles que as outras instituições não conseguissem ajustar ao padrão de cidadão moçambicano desejável. Uma vez capturados, eram concentrados num determinado local da cidade e, posteriormente, encaminhados para o confinamento final onde deveriam ser “purificados”, “reciclados” nos campos de reeducação e de acolhimento (*Ibidem*, p. 39).

Sobre fatos do género, Muniz e Paes-Machado (2010, p. 440) apontam que em sociedades pós-coloniais, as quais apresentam um nível relativamente baixo em termos democráticos e clivagens étnicas,

[...] a percepção generalizada de insegurança, assim como os seus impactos sobre a opinião pública, reforça a aprovação coletiva de práticas heterodoxas de policiamento público e estatal, nas quais se incluem toda sorte de violações e violências socialmente autorizadas.

O desespero por se construir uma nação a todo custo, a fragilidade e a insegurança que permeavam o novo governo, reforçados pelos conflitos e diversidade étnicas, que vinham sendo manifestados desde o decorrer da luta de libertação, fizeram da força e da violência um recurso para eliminar tudo quanto podia significar obstáculo. Nesse contexto, o policiamento, por um lado, era uma manifestação do sentimento generalizado em termos políticos; e por outro lado, era um meio para se atingir o que se pretendia em termos político-ideológicos. Portanto, a polícia, detentora do uso da força, num sistema que privilegiava a violência, era o “garante da construção da unidade e identidade nacional moçambicana” (Borges, 2017, p. 43).

O policiamento pretendia garantir o alcance dos interesses coletivos que, por sua vez, eram o caminho para a coesão social, sem a qual não seria possível a constituição de uma nação. Pois, o policiamento contribui para “melhor compreender os dispositivos de coerção e coesão social” (Muniz e Paes-Machado, 2010, p. 440). Nesse sentido, o policiamento era a expressão, por um lado, de quais objetivos eram perseguidos pelo poder e, por outro lado, da natureza ou o tipo de poder em causa. Desse modo, o policiamento,

[...] caracteriza-se, assim, como uma expressão pragmática, funcional, utilitária e invasiva do como sustentar a submissão, sob algum consentimento, às regras do jogo, vistas como objeto de *enforcement* (ou aplicação da lei), ou a uma determinada ordem pactuada ou não, com o recurso à coerção respaldada pela força (Muniz e Paes-Machado, 2010, p. 438).

Estamos diante de uma forma de governança numa lógica de gigante benigno, o *Leviatã* de Hobbes, que se pretendia o único provedor de segurança, ou do Estado que é a entidade que tem o monopólio legítimo da força. Tendo, desse modo, grande parte das forças policiais sido concebidas como portadoras do monopólio da força do Estado para um bem comum, isto é, a construção de uma nação que se entendia livre de qualquer forma de opressão. O que, não era,

necessariamente, correspondente com a realidade. Pois, a reação da população, por conta dos abusos das forças de segurança pública começou a se fazer sentir em 1981 (Borges, 2012). As “agressões físicas, castigos corporais, torturas, violação de mulheres e menores, abuso de poder, apropriação indevida de bens de cidadãos, [...] foram denunciados pela população em todo o país [...]” (*Jornal Notícias*, 1981 *apud* Borges, 2012, p. 68). Como resultado dessas denúncias, o presidente Samora Machel, a 15 de novembro de 1981 exorta aos representantes do governo em matéria de segurança pública:

É necessário que todos, todos conheçam, compreendam e assumam as tarefas de cada ramo das forças de defesa e segurança. Quem não conhece sua tarefa, não pode executá-la. Uma estrutura que não compreende a sua tarefa, os objetivos de sua tarefa, deixa-se facilmente infiltrar. Quando os cidadãos não estão claros quanto às tarefas das estruturas que existem para os servir, é difícil o povo exercer a sua vigilância e detectar os elementos infiltrados (Machel, 1981 *apud* Borges, 2012, p. 68-69).

O discurso do presidente Samora Machel mostra a necessidade de uma vigilância recíproca. Tanto a comunidade precisava se instruir em matéria do perfil das forças de segurança pública como os próprios elementos da segurança pública precisavam se aperfeiçoar em suas tarefas. Portanto, não eram apenas os policiais que exerciam policiamento que deviam vigiar e detectar quem estava fora do perfil de *Homem Novo*, mas os membros da comunidade deviam, igualmente, ter a capacidade de encontrar os sinais que indicassem no policial, ou outro elemento da segurança pública, atitude fora daquilo que era esperado de um moçambicano revolucionário. De certo modo, todos eram responsáveis pelo exercício do controle social.

Nesse contexto, da parte do governo, o comportamento dos policiais foi interpretado como sendo resultado da falta de educação política. Como podemos constatar, nas palavras do presidente,

Durante a luta de libertação nacional fazia parte do treino, da formação de todo soldado, a educação política. Atualmente, perdemos essa prática, e esse erro conduz-nos a desvios graves na formação de nossos soldados, que se reflete no seu comportamento e em especial nas suas relações com o povo. (Machel, 1981 *apud* Borges, 2012, p. 69).

Por um lado, notamos a necessidade, por parte do sistema, de inculcar nos polícias formas de ver o mundo por meio da ideologia. Entendia-se que a ideologia era a única forma de lidar com os problemas ou apaziguar os conflitos entre o Estado, ou os servidores deste, com o povo. A ideologia partidária seria a base para resolver os problemas relativos a questões de segurança, os quais tinham na polícia o ponto central. É esta ideologia, captada por meio da educação política que, durante a guerra de libertação, foi a propulsora para a

vitória, sendo os guerrilheiros a principal peça; e é a ideologia que é a solução, no pós-independência, para a construção da nação moçambicana, sendo, agora, a polícia o elemento fundamental. Foi conquistado o território, agora tem que ser construída a nação. Cada uma das fases exige intervenção de forças diferentes. Por outro lado, é notável, no discurso do presidente, a equiparação que se faz entre o soldado e o polícia. A mesma formação e preparação que se espera do soldado, no tempo da luta de libertação, se espera do polícia, após a libertação, como se estes já não estivessem em contextos diferentes.

Portanto, entendemos que a governança da segurança é sempre uma questão de relações de poder, especificamente, luta pelo poder. A forma como vemos o mundo acaba determinando a forma como o vamos organizar e estruturar, com vistas a assumirmos uma posição privilegiada, isto é, uma posição de poder. Embora cada uma das formas de imaginar a segurança não sejam mutuamente exclusivas, a dominância de uma em relação a outra é uma questão de “disputa pelo poder” (Buzan *et al*, 1998 *apud* Wood; Shearing, 2007), visto que os atores defendem posições em relação a questão de segurança tendo como base suas formas de pensar ou definir segurança e de ver o mundo e, consequentemente, como definem soluções para resolver problemas.

Atualmente, é comumente entendido que a segurança é uma questão que interessa várias organizações, não apenas ao governo, daí a necessidade de integrar tais organizações aquando da elaboração de políticas públicas de segurança. Pois, “como em outras áreas (i.e., saúde, educação, mobilidade, meio ambiente etc.), a formação de agenda das políticas públicas de segurança, ou seja, a escolha dos temas prioritários, é um processo político e socialmente construído” (Cobb, Elder, 1983; Birkland, 2001 *apud* Costa, 2021, p. 38). Porém, no contexto de Moçambique pós-independência, orientado por uma visão socialista, as políticas públicas de segurança eram pensadas e concebidas apenas pelo governo, num sistema de economia planificada. Neste sistema, o Estado era o provedor, este se percebia como suficiente para determinar os destinos da nação. A segurança pública era responsabilidade apenas do Estado, sendo este o guia do povo, tanto no que respeita à governança da segurança como em todos os outros aspectos da vida deste.

## CONCLUSÃO

Neste capítulo procuramos mostrar em que medida a polícia, que iniciava o seu processo de formação, foi relevante para a construção da nação moçambicana, também em sua fase primitiva. Nesse sentido, defendemos a ideia de que a polícia, por meio de uma governação, através do crime e mantendo um estrito laço com a ideologia no poder, serviu de mecanismo para se assegurar que a população, por meio do policiamento violento, assimilava o

perfil identitário desejado pelo sistema. Foi por meio da polícia que todos os comportamentos que iam contra os objetivos do sistema, tais como o tribalismo, o regionalismo, o racismo e o obscurantismo, eram punidos. A polícia, por meio do policiamento ostensivo, procurava garantir que os valores transmitidos por outras instituições estatais estavam sendo, de fato, aprendidos. A polícia aparecia num dos níveis mais altos da produção do *Homem Novo*, emancipado, que está liberto da ignorância, do obscurantismo, da superstição, dos preconceitos, que é consciente dos deveres de solidariedade e de cooperação.

A natureza da polícia e a sua prática em termos de policiamento eram a reflexão do tipo de ideologia dominante no sistema. A polícia atuava em direção dos objetivos que o sistema preconizava. Ela era o mecanismo usado pelo sistema para, por meio da força, constranger os indivíduos a se ajustarem aos planos definidos pela ideologia, daí a necessidade daquela estar constantemente associada ao partido.

Portanto, a governança da segurança era um meio de assegurar um determinado tipo de ideologia que, por sua vez, era a forma de ver o mundo de um determinado grupo de indivíduos. Nesse sentido, impondo a sua forma de ver o mundo, a elite governante estava se impondo socialmente e marcando a sua posição de dominação.

Contudo, muito ficou por ser explorado em relação à temática. Vários aspectos ficaram por ser analisados, tanto que seria quase impossível encerrar todos os aspetos relacionados com questões de segurança. Entendemos, no entanto, que este artigo pode servir para o enriquecimento do debate em torno da questão de governança da segurança e segurança pública em Moçambique. Importa, por exemplo, pensar sobre como foi transferida a forma de governança de segurança do sistema socialista, de partido único, para um Estado multipartidário, assumido na Constituição da República de 1990. Isto é, analisar como a polícia ainda se posiciona como um instrumento dos interesses da ideologia governante.

## REFERÊNCIAS

ASSANE, Salimo. *A Gestão da Identidade e Imagem na Polícia da República de Moçambique*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa, p. 104. 2019.

BERG, Julie.; SHEARING, Clifford. Governing-through-Harm and Public Goods Policing. *Annals*, v. 679, p. 72-85, set. 2018.

BORGES, Egor. Vasco. *Polícia em Moçambique: Padrões e Experiências dde Formação de Jovens Policiais (1975-2011)*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, p. 1140. 2012.

- BORGES, Egor. Vasco. *A Polícia e a Construção do Homem-Novo na Formação do Estado-Nação em Moçambique (1975-1990)*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. São Paulo, p. 236. 2017.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. Identidades, Conflitos e Liberdade. *Travessias - Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Lisboa: ICS, n. 4/5, 2004.
- CABAÇO, João Luís de Oliveira. *Moçambique, Identidades, Colonialismo e Libertação*. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 475. 2007.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. A Polícia Militar e seus Dilemas Identitários. *Contemporânea*, v. 11, n. 1, p. 287-312, Jan./Abr. 2021.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Segurança Pública, Redes e Governança*. Brasília: UnB, 2021.
- COSTA, Arthur; BANDEIRA, Lourdes. *A Segurança Pública no Distrito Federal: Práticas Institucionais e Dilemas Culturais*. Brasília: LGE Editora, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FERNANDO, Celestino Taperero. O Outro Lado da História de Moçambique. *História em Reflexão*, v. 15, n. 29, jan/jun 2021.
- FRELIMO. *Departamento de Informação e Propaganda*. Maputo. 1976.
- FRELIMO. *Relatório do Comité Central ao 3 Congresso*. Maputo, p. 165. 1977.
- HALL, S. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma Imaginação Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, jun. 2009.
- MACHEL, Samora. *A Luta Continua*. Porto: Afrontamento, 1974.
- MAIO, D. L. 5. D. 1. D. [S.l.]: [s.n.].
- MOÇAMBIQUE. *Decreto-Lei 5/79*. Maputo. Maio de 1979.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira.; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para Quem Precisa: contribuições aos estudos sobre policiamento. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, Set./Dez. 2010.
- PINTO, José Madureira. Considerações sobre a Produção Social de Identidade. *Revista Crítica Ciências Sociais*, v. 32, p. 217-231, Jun. 1991.
- WOOD, Jennifer.; SHEARING, Clifford. *Imagining Security*. Portland: Willan, 2007.

# TRABALHO DOMÉSTICO COMO HERANÇA COLONIAL NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

Fernandes Orlando Zitha<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O olhar que se traz neste capítulo é referente à minha experiência de observação e pesquisa bibliográfica de autores moçambicanos e brasileiros como pensadores oriundos de países que partilham um passado de ocupação colonial de Portugal, fato que constituiu semelhança no modo de exploração nesses países. No Brasil, a maioria dos indivíduos outrora escravizados foram sequestrados da África e trazidos para a maior colônia portuguesa do mundo e segunda maior colônia européia nas Américas. Portanto, o *modus vivendi* e *operandi* dos colonizadores nessas antigas colônias se confundem, a exemplo da forma como operacionalizavam as torturas, a proibição aos cultos ancestrais dos povos originários e dos sequestrados, a introdução dos batismos como norma civilizatória e a mudança compulsória de nomes ameríndios e africanos como ferramenta de aceitação dos marcos civilizatórios europeus. A forma “civilizatória” trazida pelos colonialistas implicava a imposição, aos povos oprimidos, da religião católica apostólica romana e dos costumes europeus aliados à negação e destruição das culturas tradicionais ameríndias e africanas.

Atualmente, o trabalho doméstico evoluiu e é normatizado por leis trabalhistas nem sempre respeitadas, mas existentes; e é responsável pela garantia do sustento de várias famílias pauperizadas que vêm nessa forma de trabalho uma das poucas soluções viáveis para a empregabilidade. Ainda assim, o emprego doméstico atual é herança direta do passado colonial, no qual era exercido pelos escravizados explorados no interior das casas-grandes e, posteriormente, pelos negros alforriados, aos quais cabiam as tarefas de arrumação, limpeza, confecção de alimentos, cuidados com crianças e idosos.

De acordo com Almeida (2010) *apud* Silva e Queiroz (2017), antes da Abolição da Escravatura no Brasil, mulheres negras livres ou escravizadas, de todas as idades, inclusive crianças, eram encarregadas das tarefas domésticas da

---

1 Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília. Doutorando em Política social pela Universidade de Brasília. E-mail para contato: fernandeszitha@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2164-0830>.

casa-grande e das casas de família nos centros urbanos. Consequentemente, na sociedade em geral as atividades domésticas tornaram-se próprias das mulheres pobres, classificadas como de “segunda classe”.

Por inferência, depreende-se que, pelo menos, a maior parte das mulheres de segunda classe no período da escravidão eram as mulheres negras, fossem livres ou escravizadas. Isto, pois, Oliveira Viana (1973) *apud* Lacerda (2010) afirma que durante o período colonial havia escassez de mulheres brancas no Brasil. Assim, durante boa parte da colonização, coube majoritariamente às mulheres negras e indígenas o desempenho do trabalho doméstico, físico e reprodutivo dentro e fora de seus contextos familiares.

Oliveira Viana (1973) *apud* Lacerda (2010) afirma que:

A organização da família era muito diferente nas classes altas e nas classes baixas. Segundo o autor, na plebe rural, o princípio básico era o da união transitória, poliândrica, difusa. Em oposição, na alta classe rural a família era estável e se estruturava a partir de um senhor equiparado por Oliveira Viana a um “pater-famílias”, ou seja, que rege e determina todas as relações no seu território de domínio.

A forma como se estruturou a família no Brasil colonial em grande parte se relaciona à escassez de mulheres brancas – Caio Prado (1957, p. 350), Mary Del Priore (2000, p. 16 e 50), Maria Nizza Silva (1998, p. 11-16; 2002, p. 13, 22-3, 41) e Gilberto Freyre (1986, p. 13, 128, 219) reafirmam isso. A insistência do impacto da falta de mulheres brancas no período colonial se dá porque seriam as únicas capazes de produzir os colonizadores puros, considerando que sua inserção na colônia se relaciona quase totalmente à necessidade de reprodução. Um dos motivos para a raridade das europeias foi a forma de imigração (Prado Júnior, 1957, p. 350 e Silva, 1998, p. 11-16). Esta se fez para cá apenas excepcionalmente por grupos familiares constituídos – os que vinham acompanhados da família eram membros da fidalguia portuguesa, e permaneciam, em geral, pouco tempo no novo território. Quase sempre vinham indivíduos masculinos isolados que, quando tinham família, deixavam-na na Europa à espera de uma situação mais definida.

Além disso, faz-se relevante considerar que ao longo do povoamento do Brasil Colônia havia grande discrepância na composição racial da população brasileira. Conforme nos evidenciam os dados do Censo de 1872<sup>2</sup> – período em que já havia ocorrido maior massificação de imigração portuguesa para o Brasil, bem como já era fato a imigração sistemática de colonos italianos, espanhóis, alemães e japoneses como parte da política de branqueamento populacional do Brasil – a população brasileira era formada por 9.930.478 habitantes, dos quais, 84,8% eram pessoas livres e 15,2% eram pessoas escravizadas. Ainda, do total de habitantes, 58% da população foi contabilizada como preta ou parda, 38% se

2 Westin, Ricardo. *1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou com 1,5 milhões de escravizados*. SENADO. Brasília, 2022. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>.

declarava branca e 4% foram descritos como indígenas. Assim, é possível aferir que do total de pessoas negras no Brasil em 1872, cerca de 74% foram libertas, enquanto 26% ainda eram escravizadas.

Ora, ponderamos que se 16 anos antes da Abolição da Escravatura cerca de 60% da população nacional foi tida como negra, da qual boa parte era liberta e praticava o trabalho remunerado – embora indigno e mal remunerado – e, estando o Brasil da época em um contexto vigente de franco racismo e políticas de branqueamento populacional, é possível que a população negra fosse maior que a registrada no CENSO, bem como que a participação das pessoas negras livres e escravizadas nos postos de trabalho fosse maior que os registros possam mostrar.

Na atualidade, o serviço de empregada doméstica continua sendo predominantemente exercido pelas mulheres negras, assim como a participação dessas mulheres na categoria é consideravelmente maior do que em outras categorias do mercado de trabalho formal.

Conforme Silva e Brasil (2020, p. 188-189):

Observa-se que, no Brasil, o vínculo empregatício doméstico dá uma continuidade atualizada à tradição escravocrata, já que as mulheres negras “[...] são maioria [dentre as domésticas], têm escolaridade menor e ganham menos.” (PORTAL BRASIL, 2016, p. 08). Em 2014, apenas 10% das mulheres brancas exerciam essa profissão (PORTAL BRASIL, 2016, p. 08). Destaca-se: O trabalho doméstico é geralmente ocupado por mulheres negras, que representam 52,6% das domésticas na região metropolitana de São Paulo, segundo dados do Dieese. Essa porcentagem é bem maior do que a de mulheres negras no mercado de trabalho em geral, 38%. Uma herança da escravidão, já que, ao serem libertadas, elas permaneceram nas “casas grandes” como cozinheiras, faxineiras, lavadeiras e babás (PORTAL BRASIL, 2016, p. 08).

Adicionalmente, os autores apontam que, ao nível nacional, de acordo com pesquisa realizada pelo IPEA em 2019, “92% (5,7 milhões) dos trabalhadores domésticos são mulheres, das quais 68% (3,9 milhões) são negras. Deste modo, novamente constata-se que a categoria do trabalho doméstico é incontestemente herança escravocrata, sendo e perpetuando-se como relevante catalisadora das desigualdades sociais de gênero e raça no Brasil. (Silva e Brasil, 2020, p. 191)

O trabalho doméstico no Brasil saiu da informalidade em 1º de junho de 2015 por meio da sanção da Lei Complementar n.º 150/2015, que alterou e revogou dispositivos anteriores que versavam sobre o assunto; bem como da ratificação da Convenção n.º 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos<sup>3</sup> por meio do Decreto

3 OIT. *Convenção n.º 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_179461.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_179461.pdf).

Legislativo n.º 172, de 2017, do Congresso Nacional. Embora seja uma profissão comum no Brasil desde a fundação do país, foram necessários mais de 500 anos de história, 126 anos de República e 73 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para que a ocupação se tornasse digna de “carteira assinada”.

No caso moçambicano, informalidade deixou de existir em 2008, quando foi aprovado o *Regulamento do Trabalho Doméstico* por meio do Decreto n.º 40/2008, resultado de reivindicações pelo movimento sindical e feminista ao nível nacional e internacional (R. CASTEL-BRANCO, 2019, p. 2).

Valeriano (2017, p. 54) aponta que:

Uma vasta literatura sociológica, antropológica e histórica remonta ao período escravagista para entender como os serviços domésticos compõem o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, suas gêneses e processos de transformação. A literatura brasileira também contribuiu e contribui de maneira significativa para o entendimento das particularidades que compõem o trabalho doméstico no Brasil, a partir de suas narrativas sobre a vida cotidiana, as relações sociais, as lutas de resistência e os costumes de uma época em que o trabalho doméstico era, sobretudo, um trabalho servil, realizado por pessoas escravizadas.

Em Moçambique, à semelhança do que aconteceu no Brasil, o trabalho doméstico também constitui uma herança colonial. Tal argumentação é sustentada por Ali (2014, p.36) apud Zamparoni (1998) ao referir que:

Na região sul de Moçambique o trabalho doméstico surge após a derrubada do estado de Gaza entre 1895/1896 pelos portugueses chefiados por Mouzinho de Albuquerque. Tendo como objetivo impor o seu domínio na região, começa com o processo de expropriação de bens e recursos naturais, tais como o gado e as terras férteis; introduz imposto monetário na região e apela a uma “obrigação moral do trabalho” aos nativos, o que justificaria a exploração de trabalho forçado sub-remunerado.

O que seria trabalho doméstico no Brasil e Moçambique? Efetuamos essa questão retórica para suscitar um questionamento sobre o processo de trabalho no qual as mulheres estão sujeitas desde o período escravista até os dias atuais. A categorização das mulheres como praticantes naturais dos trabalhos subalternizados não se restringe apenas às famílias negras, uma vez que mulheres brancas também foram condicionadas a assumir o fardo doméstico, o que significa que a classificação da mulher enquanto trabalhadora doméstica, cuidadora e procriadora perpassa diferentes espaços e *status* sociais. Mesmo as mulheres que pertencem às famílias da aristocracia burguesa não são isentas dessa estratificação e responsabilização pelos trabalhos domésticos, tal fato é sustentado por Federici (2017, p.193-194) ao referir que “*também é destacado que, dentro da família burguesa, a mulher perdeu muito de seu poder, sendo geralmente excluída dos negócios familiares e confinada a supervisionar os cuidados domésticos*”.

Entendemos como trabalho doméstico todo o esforço exercido principalmente pelas mulheres, seja ele remunerado ou não, mais que comumente se configura como trabalho não pago e tido como responsabilidade “natural” da mulher. Configura-se como trabalho doméstico remunerado aquele que estabelece um vínculo empregatício entre a pessoa que executa os trabalhos requisitados e a pessoa que demanda; ao passo que o trabalho não é remunerado quando não há ganhos monetários que derivam desse trabalho. Este último geralmente acontece na esfera doméstica familiar e se manifesta através do cuidado pelas pessoas do núcleo familiar, pela culinária, arrumação, limpeza, organização e educação infantil que as mulheres desempenham no âmbito residencial, enquanto aos homens é destinada à responsabilidade de prover financeiramente a casa e seus membros, cabendo-lhe a tarefa de procurar emprego objetivando a garantia do sustento familiar.

Por conseguinte, ao homem cabe a responsabilidade de trazer conforto material para a família, enquanto para a mulher cabe a dupla função: primeiro a de procurar ocupação no mercado de trabalho; segundo a de assumir o fardo da organização familiar e doméstica, da reprodução e do cuidado.

Sobre a dupla jornada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, bem como a crença de que a responsabilidade pelo provimento familiar sempre foi única ou majoritariamente imbuída e exercida pelos homens, embora se discuta atualmente sobre o aumento da inserção feminina no mundo do trabalho, é importante ressaltar que a mulher negra escravizada ou liberta, bem como muitas mulheres brancas pobres, sempre estiveram trabalhando e, inclusive, chefiando seus lares.

Lacerda (2010, p. 61) aponta que:

[...] em 1804 os domicílios chefiados por mulheres em Vila Rica representavam 43,9% do total. Mas não se sabe qual seria essa porcentagem em outras localidades e em outros períodos. Informações relevantes que se têm por seguras são: que entre os libertos, o número das famílias chefiadas por mulheres solteiras superava o número de famílias nucleares; que entre as famílias chefiadas por mulheres, a maior parte era por mulheres negras ou pardas; que a maioria das chefes de família era solteira, e não viúva ou casada com marido ausente. As negras e mulatas passaram a chefiar famílias vivendo em concubinatos, amasiamentos estáveis ou em outras formas de convivência familiar, porque a partir do século XVIII já era grande o número de mulheres alforriadas.

Davis (2016, p. 34 - 35) traz uma visão diferenciada sobre as famílias negras em Moçambique. Embora no período colonial tanto homens quanto mulheres negras estivessem submetidas ao regime do trabalho escravo, havia diferenças na forma como estava estabelecida a divisão sexual do trabalho. A autora argumenta que:

A característica especial do trabalho doméstico durante a escravidão, sua centralidade para homens e mulheres na condição de servidão, envolvia afazeres que não eram exclusivamente femininos. Os escravos executavam importantes tarefas domésticas e não eram, portanto, como(...) meros ajudantes de suas companheiras. Enquanto as mulheres cozinhavam e costuravam, por exemplo, os homens caçavam e cuidavam da horta. (Inhame, milho e outros vegetais, bem como animais selvagens como coelhos e gambás, eram sempre deliciosos acréscimos às monótonas refeições diárias.) Essa divisão sexual do trabalho doméstico não parece ter sido hierárquica: as tarefas dos homens certamente não eram nem superiores, nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres.

A Abolição da escravidão negra no Brasil, aos 13 de maio 1888, contribuiu para o término do tráfico ilegal de escravizados em Moçambique – embora, ao nosso olhar moçambicano, em momento nenhum houve legalidade no tráfico de africanos, pois não havia consentimento entre o escravizado e o colonizador e, sobretudo, toda captura de pessoas no continente africano se deu por meio de profunda violência física, social e psicológica.

Esse marco histórico não significou liberdade das famílias negras no Brasil, pois o jugo colonial continuava beneficiando as famílias brancas com os dividendos da escravidão e com a preferência de contratação por pessoas brancas em todos os postos mais qualificados ou dignos do crescente mercado de trabalho.

Assim, mesmo com a libertação, a precarização da vida das pessoas e famílias negras continuou, pois, o desamparo criado por uma abolição não associada a nenhuma política de reparação e inclusão social vulnerabiliza a situação dos libertos, sobretudo, para as mulheres. Embora existissem quilombos e agrupamentos de pessoas negras que se caracterizavam como grupos de suporte, solidariedade e fraternidade, as capacidades e efetividades das redes de apoio e solidariedade negras eram limitadas, especialmente para as mulheres, deixando-as em extrema situação de vulnerabilidade face aos homens.

### *O trabalho versus salário e educação das mulheres*

Apesar do Brasil ter alcançado sua independência política de Portugal em 1822, o poder se manteve sob controle de colonialistas de origem e mentalidade portuguesa, de modo que a independência não beneficiou os povos indígenas e negros que se encontravam em situação de subalternidade. Por outro lado, Moçambique teve sua independência em 1975, mais de 150 anos depois do episódio brasileiro, mas a grande diferença é que no país africano foram os negros outrora colonizados que assumiram todos os espaços de poder político e econômico e, assim, potencializaram a cultura nacional e não mais

os valores culturais e sociais europeus. Isto garantiu liberdade de circulação e restabelecimento de redes de apoio e solidariedade por todo país.

No Brasil, quando a abolição chegou, a situação da mulher negra ficou ainda mais precarizada, pois a branquitude não se preocupou em criar inclusão para pessoas negras, mas sim, o Estado preferiu reforçar as políticas de imigração europeia e importar aquela mão de obra para ocupar os postos de trabalho outrora ocupados pelos negros.

Conforme Jacinto (2008) *apud* Zitha (2021), o Estado Brasileiro por compreender o *“potencial inclusivo e emancipador do trabalho livre, digno e assalariado, logo após a abolição da escravidão, o Brasil criou uma série de regras que impediam o acesso das pessoas negras ao pleno emprego”*.

Ramatis Jacintos (2008) nos traz que para além do ideário racista que começou a disseminar a suposta inadequação dos negros para o desempenho de diversas funções no mercado de trabalho, houve uma série de legislações que dificultavam ou efetivamente proibiam o exercício profissional de algumas funções por pessoas negras, constituindo uma lógica de branqueamento do trabalho no Brasil. O autor relata que:

Na cidade de São Paulo, além do cumprimento da legislação nacional, normatizações específicas tentavam regulamentar e direcionar o papel dos escravos e ex-escravos no espaço urbano. Nessa cidade, a ideia de modernidade e suas consequências foram maximizadas pela nova e empreendedora elite cafeeira. As transformações na metrópole implicavam na expulsão dos negros tanto do trabalho como dos lugares onde habitavam, dando espaço para estrangeiros ou permitindo a ocupação por setores médios e da elite nas regiões centrais, então, valorizadas. Essa expulsão se dava com novas exigências legais, padrão de construção, higiene e artifícios jurídicos (JACINTO, 2008, p. 165-166).

A abolição no Brasil criou novos desafios para a população negra, que foi rejeitada nos locais de trabalho, sendo obrigada a sobreviver na indigência e na informalidade, sem terra e casas para morar, enquanto em Moçambique embora a independência tenha sido tardia, foi acompanhada por profundas mudanças na gestão da administração pública.

Na diáspora africana, em geral, a situação da mulher negra foi e continua sendo de muita resiliência no campo do trabalho, pois, foram obrigadas a ficarem com os trabalhos ditos femininos não ocupados pela mulher branca e até mesmo com trabalhos não femininos rejeitados pelos homens brancos, condição que permanece até os dias atuais. Silva (2013, p. 110) salienta que *“para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos. As demandas são, por conseguinte, diferenciadas.”*

No Brasil atual há incontáveis resquícios do comportamento colonial das antigas famílias que exploravam o país em relação às empregadas domésticas, por exemplo, no seio da classe média e da burguesia, permanece a ideia do quarto da empregada. Além disso, desde o período colonial até os dias atuais, em especial depois da positivação dos direitos trabalhistas da categoria – os quais também representaram um aumento na oneração dos patrões a partir da obrigatoriedade de recolhimentos financeiros garantidores dos direitos de licença, aposentadoria, etc. – a possibilidade de contratação de uma empregada doméstica por uma família representa um *status* social.

Segundo Owensby (1999) *apud* Corossacz (2014)

A figura da empregada doméstica representa um elemento central para a afirmação da identidade da classe média brasileira no período de 1920 a 1950, pois marca a diferença entre uma classe que não se deve ocupar do trabalho manual e uma outra destinada, ao contrário, a cumpri-lo. Segundo diferentes pesquisadoras, essas observações seriam igualmente válidas para épocas mais recentes. Kofes (2001, p. 217) observa que a presença das empregadas domésticas nas casas da classe média alta não está ligada à necessidade das mulheres de classe média de trabalhar fora da sua casa, porque é anterior à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Silva (2010, p. 22) observa como “a facilidade de acesso ao trabalho de outros resulta das desigualdades econômicas” típicas do Brasil e o quanto “o emprego de uma ajuda doméstica paga aumenta com o salário e a brancura da pele” (SILVA, 2010, p. 23). Com certeza, apesar de raramente explicitado, a classe média alta está identificada com indivíduos brancos, criando uma associação entre a classe média alta e a cor branca, que começou a mudar apenas no curso dessas últimas décadas (FIGUEIREDO, 2002; SILVA; REIS, 2011).

Adicionalmente sobre as relações de raça e classe entre empregadores e empregadas domésticas no Brasil, Corossacz nos traz que:

Em geral, como cita Ávila (2008, p. 69), no Brasil, ter lembranças da “babá”, da empregada doméstica “configura a estética burguesa”; essas memórias “são parte de seu status de classe”.

Assim, a presença das empregadas domésticas em casa, de um lado, comportava o fato de serem consideradas como fazendo parte da família e, por outro lado, indicava a condição social de classe média da família, que é, ao mesmo tempo, de classe e de cor. Há aqui uma combinação entre intimidade e separação claramente representada pela utilização dos espaços domésticos e particularmente pelo uso dos banheiros e sanitários separados (KOFES, 2001)

A famosa “Dependência Completa de Empregada” ou DCE, também referido como “quarto de empregada”, é a consagração da senzala moderna e representa uma espécie de cárcere voltado à exploração da funcionária, pois sua localização não permite a partilha e convivência com a família empregadora e

a empregada fica geograficamente limitada entre a área de serviço e a cozinha da casa, isolada dos outros compartimentos do imóvel ; bem como é obrigada a permanecer em prontidão para servir aos seus patrões sempre que requisitarem. Portanto, a arquitetura brasileira conserva a ideia da funcionalidade geoespacial da Casa Grande, onde os negros escravizados da casa estavam vinculados à sede da família escravagista.

Provavelmente este quarto de empregada foi colocado estrategicamente no local menos visível da casa ou apartamento como uma forma de garantir a não transitabilidade da mulher negra em outros cômodos da casa depois do seu expediente, salvo em situações em que fosse seu serviço fosse solicitado. As dimensões do quatinho foram desenhadas de tal maneira que a mulher não tenha conforto suficiente para acomodar a si ou seus pertences, ou para não poder fugir para lugar algum durante uma tentativa de agressão ou perpetuação da violência sexual, zerando opções de fuga.

Ainda, acerca da irrestrita disponibilidade e facilidade de acesso às empregadas domésticas que a DCE oferece aos patrões, acrescidas às mentalidades racistas, machistas e de classe que permeiam as relações de trabalho entre patroas, patrões e serviçais domésticas desde a colônia até os dias atuais, é imprescindível abordar sobre a lógica constante e reiterada de abusos sexuais a que a categoria de empregadas domésticas está submetida, ainda hoje, em seus postos de trabalho.

Se, por um lado, a casa de família das classes médias e alta se constituem, no ideário brasileiro, como o local de segurança física e moral dos cidadãos de bem, que são nutridos e geridos em espaços materialmente confortáveis e moralmente baseados na ética cristã – outrora majoritariamente católica, hoje majoritariamente evangélica –; por outro lado, a casa de família enquanto posto de trabalho das empregadas domésticas é notoriamente perigosa, pois é cenário de incontáveis violências morais, sexuais, patrimoniais, entre outras.

Acerca das violências sexuais, Corossacz (2020, p. 5) refere que:

Na literatura há registros de que os donos de escravos violentavam as próprias escravas e as usavam para iniciar os filhos na vida sexual (Freyre, 1986). Essa realidade historiográfica foi naturalizada e englobada no senso comum e difundida por meio de lugares-comuns e expressões como “ter um pé na cozinha”, que indicam como pessoas que podem ser consideradas brancas na realidade têm um parentesco com a mulher escrava ou a trabalhadora doméstica negra. A prática de “iniciar” na sexualidade heterossexual os rapazes das famílias brancas abastadas com as trabalhadoras domésticas é conhecida e foi corroborada pelas violências que os homens adultos perpetravam contra elas.

Ainda, Silva e Brasil (2020, p. 194) apontam que:

A categoria das trabalhadoras domésticas, desprezadas socialmente e precarizadas legalmente, está entre as principais vítimas do assédio sexual. Ao analisar esse dado, é essencial considerar que, conforme exposto, no Brasil a abordagem também precisa contemplar a questão racial. Nas palavras de Hildete Melo, “[...] no Brasil as negras passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico.” (MELO, 1998, p. 08), resquícios que o legado da escravidão anuiu a essas mulheres. A cultura do estupro se faz presente desde o tempo da escravidão. O assédio contra empregadas domésticas histórica e diametralmente viola o direito das trabalhadoras à segurança no trabalho, cria condições prejudiciais ao seu bem-estar físico e psicológico e interfere no âmbito de trabalho ao concretizar uma atmosfera que fragiliza e desmoraliza a mulher, infringindo a ela a sujeição e um sistemático rebaixamento de direitos e limites morais. O padrão assediador utiliza-se do espaço de convivência e da confiança que se estabelece - quer pelos laços de afinidade, quer a partir das relações de subordinação. Revestido de crenças machistas e patriarcais, o empregador se sente protegido pela inviolabilidade do lar e se vê no direito de dispor dos corpos das trabalhadoras, principalmente adolescentes e jovens.<sup>11</sup> A agressão sexual é sórdida e clandestina, pois o seu autor age em lugares fechados, longe de testemunhas, para não ser identificado.

Outro fator importante na realidade do serviço doméstico brasileiro é que, em enorme medida, ele é iniciado ainda na infância e na adolescência, estendendo-se durante a maior parte ou toda a vida da trabalhadora. A juventude e, conseqüentemente, inexperiência de vida destas mulheres em tenra idade se soma aos fatores que agudizam a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas.

A subalternização da força de trabalho feminino é algo secular e por muito tempo na história da humanidade houve coisificação das mulheres nos postos de trabalho, tratando-as como sujeito cuja posse pertencia ao homem, seu pai, na ausência do pai o irmão e, finalmente, o esposo. A violação dos direitos da mulher, principalmente no que se refere ao controle da maternidade, e a perseguição contra elas são pressupostos estabelecidos e alimentados pelo Estado como forma de controlar seus corpos e os índices de natalidade. O Estado viola o direito das mulheres ao não permitir que elas ocupem os mesmos espaços que os homens ocupam nos postos de trabalho, ao vedar a mulher de trabalhar e ao pagar o salário de forma desproporcional sobre o trabalho realizado por homens e mulheres. Por longo período o Estado hipotecou o direito das mulheres aos seus maridos e/ou representantes, perseguiu as mulheres solteiras, apedrejou e humilhou as mulheres autônomas, como, por exemplo, as proletárias e as prostitutas (FEDERICI, 2017).

No Séc. XIV, a Europa viveu uma crise demográfica que consistiu no baixo índice de natalidade. Então, a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado atribuíram às mulheres a responsabilidade por tal, pois compreenderam que as mulheres estavam individualmente controlando os próprios úteros, ou seja, utilizando-se de métodos de controle de concepção e gestação. Sobretudo, as mulheres foram culpabilizadas pela escassez da mão, e “*a heresia passou a*

*ser associada aos crimes reprodutivos, especialmente à “sodomia”, ao infanticídio e ao aborto”,* bem como, Igreja e Estado criaram medidas disciplinares objetivando regular, controlar e incentivar a procriação mediante campanhas pró-natalistas e a usurpação do poder decisório das mulheres sobre a maternidade. Nas colônias das Américas, essa usurpação se deu de forma ainda mais violenta e desumana em relação às mulheres escravizadas (FEDERICI, 2017, p. 79).

Se a igreja e o Estado perseguiram a mulher branca e livre, pode-se imaginar as atrocidades que estas instituições fizeram com a mulher negra e escravizada, que no período da colonização eram tidas como semoventes<sup>4</sup> e seres humanos inferiores, de “segunda classe”. Pessoa (2017) refere que por um período da escravidão no Brasil, existiam fazendas que praticavam e financiavam a reprodução endógena dos cativos para multiplicar a mão de obra. Sendo assim, foram feitas atrocidades com o útero da mulher negra e escravizada.

Federici (2017, p.145-146) disserta sobre a questão da divisão sexual do trabalho como ferramenta opressora, salientando que:

A divisão sexual do trabalho que emergiu (...) não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres.

Notoriamente há uma discrepância no salário de homens e mulheres. Esta discriminação envolve questão de gênero, tendo como alicerce versículos bíblicos que categorizam a mulher como costela esquerda do homem, tal fato inferioriza e precariza a situação das mulheres na sociedade ocidental, pois o parâmetro do salário das mulheres é determinado pelo salário dos homens que mesmo sendo comprovadamente menos escolarizados em relação às mulheres, continuam ocupando a maioria dos espaços de chefia e poder.

No que refere ao desempenho feminino em relação à educação superior, trazemos resultados constatados por Pereira, Favaro e Semzezem (2021, p.306):

Pesquisas e dados recentes refletem a superioridade feminina no cenário educacional brasileiro. “Elas são, em grande parte, maioria entre estudantes e docentes, assim como lideram índices relacionados a cargos de gestão e à participação em avaliações” (INEP, 2021b, p. 1). Em relação aos resultados do Censo da Educação Superior de 2019, esse relatório constatou em levantamento específico que a taxa de permanência das mulheres é maior, sendo que, de 2010 a 2019, 43% delas concluíram os cursos em que ingressaram, contra 35% dos homens.

4 “Por definição, o escravo era um ativo semovente, aquele que anda ou se move por si – forma de ativo também relacionado aos animais (A. R. Silva & Rodrigues, 2013)”. Registros contábeis e escravatura no Brasil oitocentista: uma abordagem histórica. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cebape/a/FkyKRDBNc5XH7jSprLCKRxF/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Por%20defini%C3%A7%C3%A3o%2C%20o%20escravo%20era,Silva%20%26%20Rodrigues%2C%202013>.

Estudo efetuado por António e Hunguana (2014) mostrou que na região de África composta por países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)<sup>5</sup>, até o ano de 2014, haviam mais homens do que mulheres nas universidades, sendo que 49,9% estudantes mulheres e 50,1% de estudantes homens. Contudo, em relação à Moçambique, apenas 38,6% dos estudantes universitários eram mulheres e 61,4% eram homens, o que mostrou que, efetivamente, o ensino superior era predominantemente masculino no país.

Cerca de oito anos depois, Tambe, Costa e Gonçalves (2022, p. 108) trazem resultados referentes à pesquisa por eles realizada que aponta que embora tenha havido diminuição na discrepância entre homens e mulheres universitários em Moçambique, o ensino superior continuava dominado pelos homens. Os autores referem que:

Enquanto a cultura tende a dar atenção limitada ao acesso e sucesso das mulheres nos empreendimentos educacionais, seu acesso ao ES melhorou substancialmente nos últimos anos. Entre 2011 e 2017, o índice de paridade de género para Moçambique situava-se no intervalo 50%-80% para o ES (UNESCO, 2018), apontando mais homens no subsistema.

Apesar das mulheres brasileiras estarem em maior número no espaço acadêmico brasileiro, é importante referenciar que no caso brasileiro permanece a hegemonia das mulheres brancas, visto que as mulheres negras e indígenas não tiveram as mesmas trajetórias de oportunidades que as mulheres brancas. Também, há que se ressaltar que as Academias brasileiras continuam dominadas pela branquitude, o que significa que a expressiva parte do corpo docente é composto por homens e mulheres brancas, ao passo que em Moçambique a maior representação é de professores homens e negros.

Em meio às diferenças entre os dois países, é mister referir que em Moçambique o colonizador foi expulso, seus investimentos nacionalizados, estatizados e redistribuídos para a população que outrora ocupava os espaços como meros trabalhadores subalternizados. Com a independência e nacionalização dos investimentos coloniais, o negro passou a ocupar todos os espaços de destaque político, econômico e social. No Brasil a situação de precariedade da população negra permanece, dado que os negros não tiveram mesmas oportunidades que os africanos do continente, não tiveram acesso a bens e serviços que lhes permitissem competir de forma igual com a pessoas brancas e com a branquitude. Por conseguinte, a exclusão da população negra das opções

---

5 Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), é um bloco econômico criado em 1980 com objetivo de apoiar os países membros a alcançar o desenvolvimento, pois, este período calha com as independências de alguns países da África. E tem como membros África do Sul, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

do trabalho assalariado após a abolição no Brasil criou espaços para perpetuação da exploração, tendo sido o trabalho doméstico costurado pela branquitude como uma ferramenta de perpetuação da situação de miserabilidade deste povo.

*The Intercept Brasil* (2019, p. 2) disserta sobre o contributo dos negros para o enriquecimento dos colonialistas no Brasil, referindo que:

Os escravizados, nascidos no Brasil e na África, foram a mão de obra utilizada na criação da riqueza derivada do açúcar, do algodão, do ouro, do diamante e do café, principais produtos de exportação do país. Mas eles eram também empregados domésticos, amas de leite, sapateiros, barbeiros, vendedores de rua, pedreiros, pescadores, alfaiates e ferreiros.

Adicionalmente, *The Intercept Brasil* (2019, p.14) faz uma comparação entre os ex-escravizados brasileiros com os imigrantes italianos do final do século XIX, referindo que os negros recém-libertos haviam conseguido, finalmente, a liberdade, mas permaneceram isolados da sociedade, sendo:

Livres, mas sem nenhuma indenização por séculos de trabalho forçado, sem acesso à terra, à educação, marcados pelo preconceito e vítimas do racismo “científico” que ganhou força no final do século 19 e começo do século 20. Enquanto os imigrantes italianos que aqui aportavam aos milhares a partir de 1890 tinham passagem subsidiada, salário, terra e liberdade para trocar de emprego depois de cinco anos, os pretos e pardos não tinham nada.

Devido à carência de oportunidades, muitas vezes as pessoas negras são empurradas para os trabalhos rejeitados pela branquitude, trabalhos que não oferecem condições suficientes de sustento e progressão de carreira. Davis (2016, p. 106) reforça sobre o privilégio das mulheres brancas de rejeitar alguns trabalhos, referindo que “*enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, amas, criadas de quarto e todas as propostas domésticas, as mulheres brancas do Sul rejeitavam esta linha de trabalho*”. Assim sendo, a situação de precariedade dos negros/as no Brasil foi orquestrada de tal forma que este público permanecesse em situação de miserabilidade para que o branco pudesse perpetuar seu poder colonizador sobre eles.

Martins (2012, p.462, 465 e 466) reforça sobre a informalidade do povo afro-brasileiro, referindo que apesar de ter acesso ao trabalho doméstico:

No Brasil, pretos e pardos são, em maior proporção, empregados sem carteira assinada e representam a maioria dos empregados domésticos (...) no Brasil o racismo, ao se associar às novas relações, têm influenciado efetivamente para a concentração da classe trabalhadora negra no desemprego e/ou nas ocupações informais, com precárias relações de trabalho

Enquanto em Moçambique os negros passaram a ocupar todos os espaços da sociedade, inclusive ao nível político e econômico, no Brasil a população negra continuou sendo majoritariamente empobrecida, com menor índice de desenvolvimento humano que a população branca.

Estudo do Unicef (2021 p. 20) aponta que:

Em todo o Brasil, crianças e adolescentes vivendo nas áreas rurais são as(os) mais afetada(o)s pela exclusão escolar. No ano de 2019, mais de 10% das crianças de 4 e 5 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos nessas localidades estavam fora da escola. Uma parcela dessas crianças e adolescentes reside em áreas isoladas ou de alta vulnerabilidade, como os territórios da Amazônia Legal e do Semiárido, que, juntos, abrigam 35,7% das matrículas da Educação Básica em redes públicas no Brasil.

O estudo evidencia que as crianças de famílias mais empobrecidas oriundas dos estados nortistas e nordestinos são as que mais sofrem com a exclusão e evasão escolar. Ainda, o relatório indica que os estados das regiões Sul e Centro-oeste apresentam maior taxa de inscritos e frequência escolar. Isso demonstra que existe preferência geográfica na escolha do aporte de recursos e investimentos na educação brasileira, uma vez que verifica-se um fraco investimento em educação das regiões Norte e Nordeste, uma vez que se observa maior incidência de crianças e adolescentes fora da escola.

Pretendemos com esses dados trazer visibilidade sobre a exclusão e a elitização da educação promovidos pelo processo decisório racista e xenofóbico por parte do Estado Brasileiro e seus correspondentes nos entes federados. Os estados que integram as regiões desfavorecidas em investimentos educacionais possuem elevado índice de população negra, indígena e empobrecida, sobretudo quando comparados aos estados do Sul e Sudeste. Estas pessoas, para além de serem sujeitos do racismo estrutural do estado e da sociedade brasileira, são acometidas pelas dificuldades de acesso e permanência no ensino formal, ficando à mercê de um ciclo vicioso de estigmas e exclusões que contribuem para a perpetuação de sua indignidade social. Desta forma, não naturalmente às suas possibilidades, mas em consequência direta dos arranjos sociais, esse público tende a ocupar o trabalho informal, estando as mulheres negras e pobres quase que fatidicamente relegadas ao trabalho doméstico.

Moçambique, à semelhança do Brasil, tem tido iniciativas pífiás no que concerne aos investimentos para educação de crianças e adolescentes, se focalizando em outros setores que constituem prioridade para os governos do dia. Contudo, o Brasil se destaca na garantia de vagas escolares para todas as crianças, inclusive as provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade; enquanto em Moçambique não existem vagas suficientes em escolas e creches capazes de absorver a maior parte das crianças, tampouco de garantir a pré-escola delas.

Dados do Unicef (2021) trazem à tona a fragilidade sobre a questão educacional em Moçambique e a sua evolução com o passar do tempo, referindo que no ano de 2017, *a taxa líquida de frequência escolar primária era de 57%, significativamente diferente das taxas líquidas de matrícula fornecidas pelos dados*

*administrativos do Ministério da Educação e Direitos Humanos que indicam perto de 100% em 2019 e 2020.* Existem, em Moçambique, muitas crianças em idade escolar que não se encontram matriculadas. Crianças afetadas por múltiplas situações de carência, como água potável, habitação condigna, saneamento, sendo, segundo o Unicef (2021), 38% das crianças moçambicanas sofrem de desnutrição crônica. A desnutrição é um dos principais responsáveis pelo fraco aproveitamento e desenvolvimento intelectual das crianças, se constituindo como um problema com impactos intergeracionais, uma vez que gera problemas futuros.

A esse respeito, embora fruto de contextos distintos, parece-nos pertinente citar a relação entre a desnutrição crônica observada em Moçambique ao longo das décadas com os episódios brasileiros trazidos ao conhecimento do grande público em 2023 sobre a situação de extrema gravidade dos povos Yanomami, uma vez que ambas derivam de desatenção do estado. Enquanto em Moçambique a desnutrição atual é, em larga medida, resultado do acúmulo dos resultados da Guerra de 16 anos<sup>6</sup> e dos cíclicos desastres naturais que acometem o norte do país e afetam não apenas aquela região, mas também a logística de escoamento dos insumos e alimentos por todo o território nacional; no caso do povo Yanomami, habitantes do extremo Norte do território brasileiro nos estados de Amazonas e Roraima, a gravíssima crise humanitária de desnutrição decorreu-se da contaminação por mercúrio – advindo da mineração ilegal – nos rios que servem como base para manutenção dos sustentos e navegação daquele povo. Para além da mineração, o assédio colonizar dos extrativistas criminosos sobre os territórios indígenas têm grande impacto na qualidade de vida, integridade física e saúde mental dos nativos. Neste caso, especialmente as crianças ficam vedadas ao acesso aos serviços básicos como educação, alimentação decente, saúde, segurança e locomoção, tendo sua infância marcada pela relação nefasta entre mineradores criminosos e agentes negligentes do estado brasileiro que, por ação ou omissão, envenenam os nativos em seus corpos e modos de vida.

Para além deste cenário histórico, faz-se necessário considerar que no período de vigência da Pandemia de Covid-19, agudizou-se a precarização socioeconômica das famílias pobres com crianças em idade escolar no Brasil e em Moçambique, tendo como fator importante as fragilidades de assistência que o sistema nacional de educação. Naquele período registou-se um acentuado índice de evasão escolar.

Muzime e Zimbico (2021, p. 1466) salientam que *a educação em Moçambique, antes da pandemia do Coronavírus, já estava em crise devido à influência das políticas*

6 Guerra dos 16 anos ou simplesmente guerra civil de Moçambique foi um conflito armado gestado dois anos depois da independência nacional, envolvendo a FRELIMO e a RENAMO, este último se consagra como o maior partido da oposição de Moçambique.

*neoliberais no sistema educacional, introduzindo, deste modo, a economia do mercado no campo educacional.* Durante a pandemia percebeu-se que há um despreparo do Estado perante os novos desafios tecnológicos que supõem salas de aulas virtuais e métodos alternativos de ensino. Pôde-se constatar que o país não dispunha de recursos materiais suficientes para implementar de forma adequada a educação à distância, tampouco, após a implementação – embora com falhas – para dar continuidade às aulas no modelo remoto em caso de extensão da crise sanitária.

Constatou-se também o despreparo dos professores para manejar as ferramentas digitais, visto que estes apresentavam dificuldades para acesso e domínio das plataformas. Mas o grande fracasso deveu-se a fraca disponibilidade dos dispositivos eletrônicos como notebooks, *tablets* e aparelhos celulares para a efetivação das aulas, agravado pela falta de corrente elétrica e internet para alimentar esses dispositivos em posse escassa dos estudantes. Houve também falta de condições mínimas para os estudantes, pois, especialmente os que vivem em áreas rurais tiveram maior dificuldade para manusear computadores e grande parte não dispunha de energia elétrica e internet para assistir às aulas. Portanto, o atual governo da República de Moçambique não criou condições suficientes para a transição do modelo de aulas presenciais, mas as condições em que o país se encontrava não permitiram o avanço do ano letivo para as classes fundamentais e básicas.

À semelhança do que acontecia nos anos da colonização, em que os negros eram sonogados a uma educação formal, tampouco, emancipadora e capaz de oferecer ferramentas críticas para a leitura dos acontecimentos da sociedade da época, atualmente os governos perpetuam uma lógica de elitização da educação. Enquanto no Brasil a elite é constituída predominantemente por famílias brancas que conservam valores coloniais herdados dos antepassados de classe, em Moçambique a elite não é constituída por filhos dos antigos colonizadores, tampouco de cor branca, eles se tornaram elite pelo destaque militar e discursos nacionalistas insuflados na clandestinidade revolucionária no tempo colonial, tendo se tornado eminentes figuras durante o processo da guerra de libertação nacional contra a jugo colonial português.

Alguns membros da elite pertencem às famílias que participaram direta ou indiretamente no processo da guerra de libertação nacional, mas é importante deixar claro que estes indivíduos não têm passado aristocrático ou detém algum legado sobre a exploração dos seus semelhantes, por conseguinte, são pessoas negras que ocuparam lugares de destaque durante o processo de libertação e no pós-independência. Contudo, o comportamento que as duas elites apresentam é muito semelhante, pois investem muito nas políticas de embrutecimento da população, fato evidenciado ao não permitirem com que seus filhos usufruam das políticas de educação pública que eles mesmos desenham, mas sim, sempre

matriculando seus filhos nas redes exclusivas de educação privada.

Gatto (2019) disserta sobre a necessidade de reformas no sistema de educação, pois atualmente, as propostas de melhoria das políticas e procedimentos da educação nunca são concluídas. O autor defende que há um ciclo contínuo de produção e consumo intelectual supérfluo massificado que não contribui efetivamente para o avanço do país. A isso, se soma uma enorme dependência intelectual e emocional das massas, salientando a existência do projeto de tornar um considerável número de adultos distraídos da realidade e dos acontecimentos sociais, de modo que essa ignorância programada também atinge as crianças e perpetua a alienação da população. O autor aponta que:

A Liga precisa de adultos burros; então ela garante sua demanda emburrecendo as crianças. Apesar de sempre haver a necessidade de um número bastante reduzido de tecnocratas para se substituir, a Liga tem pouca utilidade para centenas de milhões de indivíduos autossuficientes, que pensem criticamente, sejam capazes de dialogar e que determinem suas próprias necessidades individuais ou comunitárias, independentemente da sedução e do domínio da Liga (GATTO, 2019, p.28).

Esse projeto de alienação suporta diversos pontos da sociedade capitalista, que por sua vez é amparada na exploração. O neoliberalismo prega a falsa noção de que é apenas do indivíduo a responsabilidade por obter oportunidades na sociedade, sendo cada pessoa a responsável pelo próprio sucesso ou fracasso. Nessa lógica, portanto, se uma pessoa vira empregada doméstica ela é culpabilizada por não ter se dedicado o suficiente a ponto de se tornar uma grande médica ou empresária, ocultando o fato de que a sociedade não distribui oportunidade de forma equilibrada. Algo em comum entre Brasil e Moçambique é visto no processo de educação dos filhos da elite que não estudam em escolas públicas, bem como não utilizam o sistema público de saúde, mas fazem forte investimento em colégios e clínicas privadas com equipamento de alta tecnologia que são encontrados nos hospitais e escolas públicas.

Procópio (2017, p. 215) refere que ainda existe um longo caminho por percorrer para incluir o negro nos espaços, pois “*populações negras continuam apresentando os níveis mais altos de pobreza associados ao menor acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento ambiental*”. Não existe um sistema de cotas para famílias negras, indígenas e pobres acessarem o sistema privado de saúde e terem o atendimento de alta qualidade a exemplo do oferecido por renomadas redes hospitalares que atuam no Brasil, como o Hospital Sírio Libanês, Hospital Moinhos de Vento; ou no campo da educação, as renomadas escolas como *American School of Brasília, Avenues, Dante Alighieri*, entre outros.

Assim sendo, a elite brasileira procurou formas de segregar e sonegar o ensino e a saúde ao povo afro-brasileiro que, em larga medida, não dispõe de

condições financeiras para consumir a prestação de serviços privados, sobretudo, de qualidade. Enquanto, de um lado, a elite é proprietária ou mantenedora das grandes clínicas que recebem pacientes que efetuam pagamento em dinheiro – ou de pacientes da classe média que conseguem manter onerosos Planos de Saúde –, por outro lado, é a elite, em sua participação e influência política capaz de interferir na propositura da legislação e na regulação dos serviços, que promove o sucateamento dos serviços públicos que atendem os pobres. Inclusive, verifica-se que tanto a saúde, como a educação são pautas ministeriais que sofrem constantes ataques e tentativas de desmonte.

Para o caso de Moçambique não existe diferença em relação ao *modus operandi* da elite política e burguesa brasileira, seus filhos também não utilizam a saúde e ensino públicos, mas sim, estudam em escolas internacionais ou no estrangeiro e seus cuidados com saúde também são feitos em clínicas privadas ou fora do país.

Essa situação criada pelos governos elitistas da FRELIMO e partidos da Direita Brasileira dificulta a situação das famílias mais empobrecidas, vedadas de alcançar uma mobilidade social, criando um ciclo vicioso da pobreza. É essa pobreza que em algumas situações torna esses indivíduos e essas famílias elegíveis para serem beneficiários de programas sociais de transferência de renda e, também, são as mesmas pessoas que acabam relegadas aos trabalhos não qualificados, informais ou subalternos como é o caso do trabalho doméstico.

Esse cenário nos apresenta que quando o legislador propõe e aprova políticas de educação, saúde, transporte, habitação, lazer e inclusão social ele não pensa em si ou sua prole como possíveis beneficiários destas políticas, mas sim, vislumbra seus subalternizados e os mais empobrecidos da sociedade. Assim, um fator importante na constituição da precariedade dessas políticas é que a premissa em suas elaborações jamais envolve a possibilidade de emancipação do beneficiário, criando-se ou consolidando-se barreiras para a ascensão social, como por exemplo, a disponibilização de ensino precário que não oferece consciência crítica e autônoma suficientes para a desconstrução dos paradigmas impostos pela elite.

### ***O Trabalho doméstico como ferramenta de sobrevivência das populações empobrecidas***

No Brasil o trabalho doméstico, apesar de ser uma profissão com carteira assinada digno de direitos e benefícios derivados da profissão, como o direito a férias, vale transporte, vale alimentação, décimo-terceiro salário e todos outros benefícios que outras profissões ganham, há uma progressiva tendência de sucatear esse trabalho por meio do desmonte das conquistas alcançadas pelas profissionais da categoria.

Atualmente, parte da precarização do serviço doméstico deriva do crescente uso de plataformas eletrônicas voltadas à requisição desses serviços. Assim, o que outrora era efetivamente negociado com as trabalhadoras, atualmente é contratação via uma empresa que intermedia o contato entre clientes e trabalhadoras, recolhendo o pagamento dos clientes e repassando com descontos para essas trabalhadoras que, muitas vezes, são contratadas de forma informal ou precária, sem os plenos direitos trabalhistas previstos nas legislações. Ou seja, o trabalho doméstico também tem sofrido com a *uberização*, retirando e direcionando considerável parte dos direitos econômicos outrora destinados para as mulheres da categoria para as plataformas que exploram esses serviços.

Como referenciado nos parágrafos anteriores, a atual falta de emprego e a fragilidade do Estado em garantir e ampliar postos de trabalho capazes de incluir trabalhadores, empurra os mais empobrecidos e os que têm perfis e formações acadêmicas menos prestigiosas para os trabalhos mais precarizados, e considerável número de pessoas negras migra para a informalidade e para o trabalho doméstico

R. Castel-Branco (2019) aponta que em Moçambique o trabalho doméstico representa a principal fonte de emprego assalariado para as mulheres, sendo a terceira maior atividade depois da atividade camponesa e de pequena comerciante. Diferente do Brasil, em Moçambique o serviço doméstico continua operando sem influência das plataformas digitais, apesar da oscilação do reduzido salário que as trabalhadoras domésticas ganham, elas não precisam disputar os ganhos econômicos com plataformas digitais que exploram esses serviços, embora a tendência do capitalismo seja de explorar ao máximo possível todos os espaços de trabalho.

Braga, et al (2013, p. 4) trazem nuances para secundar o posicionamento do parágrafo acima, descrevendo que:

O capitalismo utiliza-se deste trabalho para aumentar a exploração do homem e usufruir da mercadoria por ele produzida e assim em todas as formas de trabalho, seja ela doméstica ou industrial. O empregado doméstico não foge a esta regra, ele também é um trabalhador extremamente explorado pelo sistema capitalista.

Essencialmente, o trabalho doméstico é uma das profissões mais exploradas pelo capitalismo, pois desde a sua criação até os dias atuais é uma das profissões que paga baixos salários e pouco valoriza os seus trabalhadores, sem esquecer que por um período sombrio da humanidade esteve atrelado ao trabalho escravo, pois estava em vigência em quase todo o planeta o regime tráfico de pessoas africanas para o trabalho escravo, bem como a exploração de pessoas nativas nos territórios recém “conquistados” pelos colonizadores europeus.

Assim, no passado o trabalho doméstico não era considerado profissão, era uma atividade inerente aos escravizados, enquanto que nos dias atuais, muitas vezes, também não é entendido como profissão ou sequer como trabalho quando o trabalho é feito na esfera familiar da mulher, sob o pretexto de que a mulher está executando suas tarefas privadas.

### *O Perfil das Empregadas Domésticas*

Durante o período em que vigorava a escravidão, a categorização da mulher era feita de acordo com sua cor, sendo a mulher preta para trabalhar, a mulher parda para se relacionar sexualmente e a mulher branca para casar, portanto, preferencialmente a mulher negra retinta era elegível para os trabalhos domésticos de acordo com a leitura do Gilberto Freyre (2003). Atualmente, diferentemente do período pós-abolição e independência de Moçambique, associado ao desemprego estrutural, o perfil das empregadas domésticas sofreu alterações com o perfil sociodemográfico das trabalhadoras domésticas. Valeriano (2017) aponta que no Brasil:

Até a metade do século XX, a maioria das/os trabalhadoras/es domésticas/os era composta de mulheres jovens, migrantes do campo e com baixos níveis de instrução. Moravam na residência em que trabalhavam. Atualmente esse perfil de trabalhadoras domésticas mudou. Continua constituída em sua maioria por mulheres, mulheres negras e pardas, mas hoje o nível de escolaridade e a idade média das trabalhadoras domésticas aumentaram.

Zamparoni (2012, p. 218) refere que diferente do Brasil onde o trabalho doméstico era majoritariamente dominado por mulheres, na antiga capital de Moçambique, o serviço doméstico não era dominado por mulheres, mas sim pelos homens, realça ele que:

Em Lourenço Marques<sup>7</sup>, a esmagadora maioria dos “serviçais” domésticos era constituída por homens, tal como em quase toda a África Austral. A emergência da burguesia na Europa foi acompanhada por um discurso que considerava natural e necessária a relação entre atividades domésticas e o fato de ser mulher. Na África sob domínio colonial a forma como estas relações foram estabelecidas mostram que nem sempre este vínculo é obrigatório e o único determinante. A ampla participação de homens africanos no mercado de trabalho doméstico mostra que as tarefas ditas “do lar” não são atributos naturalmente femininos. E mais, a criação do universo doméstico na África colonial não é determinada somente pelo gênero, mas fatores como raça e classe intervêm de maneira primordial.

Ali (2014) disserta sobre a preferência dos homens no exercício doméstico em relação às mulheres porque:

---

<sup>7</sup> Lourenço Marques foi o nome atribuído pelos colonizadores portugueses à capital colonial de Moçambique, que depois da independência nacional passou a designar-se Maputo.

As patroas brancas temiam que seus maridos pudessem usar as domésticas para satisfazer os seus desejos sexuais, pois acreditava-se que as mulheres negras eram sexualmente atrativas e que isso faria com que o patrão branco as desejasse para satisfazer suas fantasias sexuais. Também havia o receio, por parte dos homens africanos, de ver suas esposas envolvidas sexualmente com indivíduos brancos, por isso eles as proibiam de exercer essa função fora das suas casas.

Interessante a forma de raciocínio cunhado por pessoas brancas atreladas aos valores coloniais, a mesma argumentação fornecida pelas mulheres brancas que se beneficiavam pelo escravismo nas antigas colônias dialoga com o argumento apresentado por Gilberto Freyre em sua obra sobre Casa Grande Senzala ao declarar sobre a falsa disposição e elasticidade sexual das mulheres negras escravizadas no Brasil. Esse é o argumento apresentado pelos colonialistas como forma de evitar falar sobre o estupro que as mulheres negras passavam dentro da Casa-Grande, por conseguinte, o que as mulheres brancas beneficiárias do colonialismo em Moçambique não falavam, face à preferência dos homens negros africanos para o exercício do trabalho doméstico era também uma forma de evitar falar sobre o estupro que as mulheres negras estavam sujeitas diante do homem branco.

Embora o trabalho doméstico tenha sido dominado pelos homens durante o período colonial em Moçambique, atualmente encontra-se dividido por regiões, onde na parte sul do país é exercido em maioria pelas mulheres, enquanto na região norte continua tendo maioria de representantes homens. A ideia da divisão do trabalho doméstico em Moçambique é sustentada por R. Castel-Branco (2019, p. 6 apud Humbane 2018 e Chipenembe 2010) ao referir que:

Hoje, os empregadores do sul do país preferem empregar mulheres, enquanto no Norte, o setor continua dominado por homens. A prevalência de homens trabalhadores domésticos no Norte do país é resultado das práticas de gênero que proíbem a participação de mulheres em atividades fora do lar, e dão ao homem o controle dos bens mercantilizados.

Ali (2014) argumenta que após a Guerra dos 16 Anos, o trabalho doméstico passou a ser exercido majoritariamente por mulheres e que a feminização do trabalho doméstico foi resultado da fuga das mulheres e suas famílias para locais seguros durante a guerra civil.

Embora o trabalho doméstico seja o terceiro maior emprego das mulheres em Moçambique, importa referir que o salário dessas trabalhadoras continua muito aquém da realidade do país, especialmente do elevado custo de vida. Mesmo configurada legalmente como profissão na adequação do Decreto nº 40/2008, a Lei do Trabalho, permanece a precariedade salarial das mulheres que trabalham nesta categoria, salientando-se que para além dos baixos salários

que chegam de forma irregular, permanecem também as longas jornadas de trabalho. R. Castel- Branco (2019, p. 1) esclarece que:

Contrariamente a outras profissões, os trabalhadores domésticos trabalham em locais dispersos, por trás de portas fechadas, num contexto onde exercem pouco poder negocial. Apesar desta diversidade, todos os trabalhadores reclamaram sobre as longas jornadas de trabalho, e os salários baixos e irregulares, os parâmetros ambíguos de trabalho, a ausência de saúde e segurança ocupacional, fins de semana e férias encurtadas, o acesso limitado à segurança social, discriminação e violência física e emocional, e despedimentos sem justa causa

Existem dois modelos de trabalho doméstico em Moçambique: as empregadas que permanecem no seu local de trabalho depois do expediente, que geralmente são adolescentes que vivem na casa dos seus patrões e, sazonalmente, voltam para sua aldeia ou residência para visitar sua família; e aquelas trabalhadoras que sempre retornam para sua casa após o expediente, geralmente sendo mulheres adultas, mães de famílias, viúvas, etc. Em geral, as empregadas domésticas que retornam para casa trabalham seis dias por semana, tendo folga aos domingos, e chegam a trabalhar até 12 horas por dia, sem direito ao pagamento de horas extras. Adicionalmente, há uma super exploração das trabalhadoras domésticas que permanecem nos seus locais de trabalho para dormir, sendo essa exploração derivada da fragilidade e insegurança que esses trabalhos oferecem, nas quais muitas vezes as empregadas temem perder emprego se reclamarem às entidades fiscalizadoras.

Outro assunto que é de extrema importância é que as trabalhadoras são consideradas, pelo Instituto de Segurança Social, como trabalhadoras autônomas, *“consequentemente, o registo é voluntário e a contribuição da responsabilidade apenas do trabalhador. Mensalmente, o trabalhador é obrigado a descontar 7% do seu rendimento declarado”* (R. CASTEL-BRANCO, 2019).

Tanto no Brasil, como em Moçambique, as trabalhadoras domésticas passam pelos mesmos constrangimentos. No caso moçambicano, embora a carga horária laboral seja amparada pela Lei Complementar 150 de 1º de junho de 2015, Art. 2º que estabelece que as profissionais da categoria não poderão exceder oito horas diárias e 44 horas semanais, os empregadores não respeitam o tempo de trabalho, sempre procuram se apropriar por mais alguns minutos ou horas do trabalho das empregadas sem sequer pagar as horas extras. No caso brasileiro a mesma situação também é frequente, por mais que a lei do trabalho doméstico preveja o pagamento de horas extraordinárias em caso de extrapolação da carga horária normal mensal (BRASIL, 2015).

### *A violação e exploração dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas*

Nos últimos tempos muitas situações de exploração têm vindo à tona e as mídias têm reportado com certa frequência situações de violações de direitos trabalhistas em quase todo território brasileiro, evidenciando situações de violações, onde trabalhadoras domésticas são submetidas em condições análogas à escravidão, tendo sua liberdade comprometida devido aos recorrentes episódios que se caracterizam como cárcere privado e, sobretudo, potencializado por ameaças e violências físicas. Algumas trabalhadoras têm sua liberdade de ir e vir cerceada e condicionada ao seu local de trabalho e da família empregadora, pois, ao vedar oportunidades de conhecer e interagir com sua família e outras pessoas, essas empregadas ficam completamente sujeitadas à exploração da sua mão de obra. Este é o caso de Madalena Gordiano, mulher negra submetida ao trabalho doméstico não remunerado por 38 anos na casa de um professor universitário que responde pelo nome de Dalton César Milagres, tendo sido resgatada em novembro de 2020. O trabalho por ela exercida se configura como análogo à escravidão, visto que ela não se beneficiava de nenhum tipo de remuneração, férias ou qualquer tipo de direito trabalhista (FENATRAD, 2022).

Para além do midiático caso da Madalena, vários outros casos começaram a aparecer, a começar o episódio que aconteceu no Estado da Bahia, no bairro de Imbuí, em Salvador, que envolvia uma trabalhadora doméstica de nome Raiana Ribeiro da Silva, mulher preta de 25 anos de idade, que teve que se jogar do terceiro piso do prédio onde trabalhava para se livrar das agressões da sua patroa e do cárcere privado que estava submetida, tendo fraturado o pé durante a queda. Ademais, em janeiro de 2022 mais uma trabalhadora foi liberta do trabalho análogo à escravidão na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, que envolvia uma trabalhadora de 52 anos de idade que era obrigada a permanecer em prontidão do trabalho doméstico, 24 horas por dia, com direito ao descanso uma vez em cada 15 dias, sem acesso à direitos trabalhistas e recebia um salário mensal de R\$ 500.

Para terminar, destacamos outro trabalho doméstico não remunerado e análogo à escravidão que se verificou no Rio Grande do Sul, onde uma mulher de 55 anos de idade com deficiência intelectual foi resgatada depois de aproximadamente 40 anos de trabalho, depois de sofrer múltiplas violências dentro da casa onde trabalhava, à semelhança da história da Madalena que também foi submetida ao trabalho doméstico sem remuneração.

Situações análogas à escravidão permanecem na atualidade devido à existência de famílias que perpetuam comportamentos coloniais, exigindo exclusividade ao trabalho doméstico, obrigando a trabalhadora a ter que permanecer no seu local de trabalho para ocupar o espaço em que a arquitetura brasileira atual, ainda fiel ao passado colonial, se dispôs a adicionar nas plantas

arquitetônicas das casas e apartamentos das classes média, altas e ricas a famosa dependência completa de empregada, geralmente acoplada à área de serviço ou em locais menos visíveis das áreas sociais da residência.

Importa referenciar que no caso de Moçambique, apesar de mesmo que não tenha se verificado uma denúncia formal de exploração e cárcere privado das trabalhadoras domésticas, não significa que o país respeite os direitos trabalhistas da categoria, porque de forma repetida, episódios de violações de direitos têm sido constatados. Para subsidiar esse assunto trazemos a reflexão da R. Castel-Branco (2019, p.14) que disserta sobre o assédio que as trabalhadoras domésticas são submetidas, argumentando que:

os trabalhadores domésticos são sujeitos a discriminação, assédio e violência. Os seus corpos são submetidos a testes de HIV, tuberculose, hepatite e vacinações; a sua privacidade desrespeitada; os seus bens pessoais tratados como contaminados; a sua integridade emocional e física violada; e as suas responsabilidades pessoais banalizadas. Apesar, ou se calhar por causa, da natureza íntima deste sector, as relações de poder entre os trabalhadores domésticos e os empregadores são extremamente desiguais. Por um lado, os empregadores cultivam o mito que os trabalhadores domésticos fazem “parte da família”; e pelo outro, inventam regras e protocolos para garantir que os trabalhadores não confundem a proximidade física com a proximidade social. As relações laborais tendem a ser particularmente tensas entre as “donas de casa”, que estão sob pressão para cumprir com as expectativas de domesticidade impostas por uma sociedade machista, e as trabalhadoras domésticas, contratadas para ajudá-las a fazê-lo.

Ao dissertar sobre os constantes constrangimentos que as trabalhadoras domésticas moçambicanas têm passado, mostra o quão vulneráveis estas profissionais estão expostas e as humilhações que passam internacionalmente, especificamente nos países falantes de língua portuguesa, visto que a forma de atuação do colonialismo em diversas antigas colônias portuguesas não se difere na sua forma violenta de atuação. Apesar de ser uma profissão amparada pela lei, permanecem situações de insegurança, sobrecarga de horário de trabalho e as chantagens de demissão nos espaços onde essas profissionais atuam, que geralmente são casas de moçambicanos de classe média alta ou estrangeiros que residem no país. Para além de múltiplas violências e constrangimentos que as trabalhadoras domésticas passam, há também há instabilidade de demissões arbitrárias e assédio moral que criam ambientes de precariedade do trabalho, sem falar dos baixos salários e excessiva carga horária e laboral, a ausência de férias, não pagamento de horas extras, direitos de convívio com seus familiares (ALI, 2014).

## CONCLUSÃO

Embora se tenha alcançado significativos avanços em termos de legislação trabalhista, a luta pela garantia de segurança e estabilidade do trabalho doméstico no Brasil e em Moçambique permanece incipiente. Os desafios práticos de operacionalização dos dispositivos legais pelo patronato permanecem como um objetivo por se alcançar, pois são visíveis as violações de direitos através das denúncias das empregadas domésticas, o que mostra que esses países continuam aquém do alcance do respeito, dignidade e materialização da lei do trabalho doméstico, em que muitas trabalhadoras são submetidas a cíclicos episódios de violências físicas e emocional, cárcere privado e humilhações.

São essas empregadas humilhadas que se dedicam e contribuem para o bom funcionamento da esfera familiar e social de diversas famílias. Pois, uma vez nos novos modelos de sociedade inseridas no sistema capitalista a humanidade é forçada a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e então as trabalhadoras domésticas aparecem como trabalhadoras fundamentais para o sistema capitalista e para as famílias que fornecem sua mão de obra na esfera privada, estatal ou que tenham empreendimentos empresariais, pois, reduzem o fardo das famílias na gestão de atividades da esfera familiar.

Assim como no caso brasileiro, no caso moçambicano o atual modelo societário é embasado no patriarcado e o trabalho doméstico é direcionado como atividade quase exclusivamente para as mulheres nas diferentes classes sociais, mas nem sempre foi assim. Antes da influência árabe e da colonização européia as sociedades tradicionais subsaarianas eram majoritariamente matrilineares, nas quais o poder emanava das mulheres. Contudo, com a colonização e a imposição dos hábitos e costumes ocidentais, a mulher passou a ocupar lugar de subalternidade.

A inexistência de um piso salarial uniforme em todos estados brasileiros e ao longo de Moçambique gera situações de instabilidade e precarização socioeconômica da categoria que é uma contunde vertente violação dos direitos trabalhistas, pois nas sociedades capitalistas que nos encontramos inseridos são materialistas e categorizam as pessoas e as profissões de acordo com os status sociais, valorizando-as de acordo com a remuneração auferida no final do mês. Com uma das categorias menos respeitadas, as empregadas domésticas convivem com a insegurança da perda do emprego e muitas se sentem intimidadas a não denunciar casos de violações.

Por um determinado período da humanidade, o trabalho doméstico foi desempenhado por mulheres que migravam de um lugar para o outro, pessoas que saíam do campo para as cidades. Atualmente, com o avanço da industrialização que vem massivamente substituindo o trabalho humano pelas

máquinas, como diria Marx, e com a predominância do privilégio branco para as poucas vagas que ainda sobram nos postos de trabalho, o desemprego vem crescendo exponencialmente para a população negra e pobre, obrigando várias mulheres a ocupar os empregos rejeitados pela branquitude. Esses empregos, geralmente, são trabalhos informais e principalmente o trabalho doméstico. Embora em Moçambique o trabalho de empregada doméstica continue exercido majoritariamente por mulheres com baixa escolaridade, não é mais uma atividade desempenhada apenas por migrantes do êxodo rural e mulheres urbanas semianalfabetas, tendo também representantes oriundas de trajetórias sociais menos recrudescidas, mas que não conseguiram ingressar em postos mais qualificados e prestigiosos do mercado de trabalho.

Enquanto no Brasil o trabalho doméstico continua dominado por mulheres negras e pobres, em Moçambique ele tem maior representatividade feminina, mas existem também homens trabalhando nessa categoria, fato que deriva do passado colonial que preferencialmente selecionava homens. Duas razões principais destacavam homens para o exercício doméstico, primeiro é que as mulheres brancas não queriam que mulheres negras trabalhassem nas suas casas para evitar que seus homens brancos se relacionassem com elas; segundo, porque os homens negros africanos não permitiam que suas esposas ou companheiras trabalhassem como empregada doméstica, como forma de evitar e protegê-las das violações sexuais dentro das casas dos colonialistas brancos.

Desde o período colonial até os dias atuais o comportamento patronal com os empregados domésticos permanece hostil. Em alguns episódios é visível o resgate comportamental colonial por parte de algumas famílias que não permitem que as trabalhadoras domésticas regressem para o aconchego da sua família depois da jornada de trabalho, mantendo-as distante da sua família e em situação de cárcere privado, submetendo-as a situação de trabalho análogo à escravidão.

A moderna arquitetura brasileira cria condições para que as trabalhadoras fiquem à total disposição dos seus patrões, que muitas das vezes não respeitam o tempo de repouso da trabalhadora, violem o compromisso de pagamento de horas extras, não permitem que a empregada se beneficie do período de férias e quando questionados respondem com o falso moralismo ou afeto de que a trabalhadora é como se fosse membro de sua família. Portanto, para os externos afirmam que ela é vista como parente, mas quando está no seu horário de expediente, é vista como empregada que tem que cumprir com suas obrigações. Sendo que as mesmas famílias abusam dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, não ousariam colocar um familiar deles em trabalhos análogos à escravidão. Vale lembrar que por um período histórico da humanidade, os homens brancos não permitiam com que suas esposas ou filhas trabalhassem

como empregada doméstica porque sabiam sobre os constrangimentos que seus familiares poderiam ser submetidos.

Atualmente, as trabalhadoras domésticas continuam sendo invisibilizadas dentro dos seus locais de trabalho, principalmente as mulheres que permanecem no domicílio onde trabalham. Após dura jornada de trabalho ficam confinadas em quartos pequenos geralmente localizados entre a cozinha e a Área de serviço, muitas vezes vedadas de transitar por outros espaços ou cômodos da área social da casa onde se encontram os patrões. Portanto, enquanto a família beneficiária dos serviços domésticos se encontra reunida na sala para socializar ou exercer uma atividade em grupo, a trabalhadora permanece em solidão no seu quartinho minúsculo, sua família distante do seu local de trabalho, colocando sua pessoa em desalento e em situação de vulnerabilidade afetiva e vulnerável às agressões dos seus patrões.

Atualmente, o trabalho doméstico é a profissão que absorve majoritariamente as pessoas provenientes de famílias mais empobrecidas da sociedade, mulheres que devido à sua condição de raça e classe não conseguiram acessar espaços de privilégio branco como as universidades, ou formação técnico profissional para acessar melhores empregos e colocações dentro da sociedade. Essas mulheres acabam migrando para o trabalho doméstico e empregos tidos como de baixa categoria.

Em Moçambique o emprego doméstico nem sempre é motivo de subalternidade social, pois, vira motivo de orgulho para a trabalhadora e sua família quando ela se encontra trabalhando para famílias de políticos ou importantes figuras do país. Confeccionar alimentos e realizar as demais tarefas domésticas no domicílio dos dirigentes do país, membros sêniores do governo, pessoas famosas, deixa a empregada doméstica empoderada e, conseqüentemente, ganha o respeito da sua família e sua comunidade, diferentemente do Brasil onde, muitas vezes, na atualidade, figuras políticas e pessoas ricas em vez de contratarem uma empregada, contratam um *buffet* ou uma equipe de especialistas em nutrição e chefes de cozinha com grandes referências para atuar em casas e eventos.

As trabalhadoras que exercem suas tarefas em casas de pessoas comuns não têm o mesmo prestígio familiar e comunitário que as que trabalham para famílias da elite, o que também impacta negativa na aceitação social desta trabalhadora das casas comuns, que também acaba por auferir remunerações mais baixas do que as trabalhadoras das casas da elite. Em relação aos motivos que levam as mulheres a entrarem para o trabalho doméstico, segundo a pesquisa bibliográfica por nós efetuada, percebeu-se que em Moçambique as mulheres iniciam-se no trabalho doméstico devido a múltiplas situações de precariedade social gestadas no âmbito familiar. Em alguns episódios as mulheres são obrigadas a entrar

no trabalho doméstico quando o provedor da família perde a vida, deixando a viúva sem fonte alternativa de renda, por vezes as mulheres entram no trabalho doméstico pela necessidade de se tornar economicamente independente dos pais, em outros momentos as mulheres ingressam para a categoria do trabalho doméstico pela questão de maternidade associada à pobreza. Várias idades são encontradas a exercer a função, que inicia aos 15 anos – idade em que se torna permitido o desenvolvimento de atividade laboral com anuência dos pais ou representantes legais –, até aos mais de 40 anos de idade.

As trabalhadoras adolescentes de Moçambique geralmente são provenientes de famílias pobres que se encontram vivendo em áreas rurais, questão as mais precarizadas quanto ao acesso de postos de trabalho para os pais e ao fornecimento de serviços sociais básicos para a família. Os pais dessas adolescentes ao permitirem que ela vá trabalhar em outra província ou em lugar distante do seu círculo de amizade e solidariedade rompem o tecido social e o círculo de solidariedade da adolescente.

A violação de alguns direitos dessas adolescentes passam despercebidos porque os pais em algumas situações não tem noção de que quando a lei permite que uma adolescente vá trabalhar distante da sua família, viola o direito da adolescente permanecer na escola para prosseguir com os seus estudos e sua inserção na comunidade escolar isola a adolescente das suas redes familiares e de apoio comprometendo desenvolvimento de atividades lúdicas, rompem o tecido social comunitário que esta adolescente construiu e se encontra vinculada. Portanto, há uma fragilidade da lei moçambicana, porque por um lado permite que adolescentes possam trabalhar com trabalhadoras domésticas e por outro postula que todos os moçambicanos tenham acesso à educação, mas sem garantir condições efetivas para a permanência escolar destas jovens.

Apesar de ter-se escolhido Moçambique e Brasil para nossa pesquisa, não significa que os negros que faziam parte de outras colônias portuguesas não tenham passado por situações semelhantes ou piores. Embora não tenhamos pesquisado sobre outras colônias europeias, nada nos garante que o trabalho doméstico era respeitado ou que as mulheres negras, indígenas e pobres que fazem trabalho doméstico tinham o devido respeito. Ademais seria utópico acreditar que o colonizador e os seus atuais representantes respeitaram os negros e negras nas outras partes do mundo, porque se tivesse respeito pelos negros não teriam invadido seus territórios e traficando-os como objetos para lugares desconhecidos, sem dignidade

No Brasil a situação do trabalho doméstico também é discriminatória, pois as múltiplas situações de violência e cárcere aqui descobertas reforçam a difícil situação e precarização que as trabalhadoras enfrentam no cotidiano.

No entanto, há contundentes casos em que uma vez descobertas situações de trabalho indigno envolvendo meninas adolescentes, as violações trabalhistas não permanecem impunes. Todos sujeitos que praticam trabalho análogo à escravidão são passíveis de punições, diferentemente da situação de Moçambique em que o Estado não tem controle sobre a situação das trabalhadoras domésticas.

No Brasil, uma prova que a categoria do trabalho doméstico vem sofrendo violência não só dentro das famílias brasileiras, mas também por parte do Estado foi o episódio envolvendo o ex-Ministro da Economia da gestão Jair Messias Bolsonaro, que em dada ocasião, quando questionado sobre a adequação do preço do real em relação ao dólar, defendeu que a alta do dólar era positiva para a economia, pois com o dólar baixo “empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada”. A fala preconceituosa, racista e xenofóbica sobre a categoria predominantemente constituída por mulheres negras e pobres repercutiu na mídia e desviou atenção do debate econômico para o debate social, no qual se evidenciavam as questões de classe do Brasil. No entanto, o que se descobriu em seguida foram os investimentos milionários em offshore que o Paulo Guedes fazia. Portanto, o então Ministro da Economia não apenas manipulou a depreciação da moeda nacional para atender interesses pessoais e de investidores análogos, como se utilizou de ódio de classe para criar um discurso que serviu como cortina de fumaça na mídia e inflame social contra a possibilidade de boa estabilidade financeira das trabalhadoras domésticas. Ainda assim, apesar do furor, seguiu empossado no cargo.

O retrato do Brasil é de perseguição dos políticos que contribuem para o equilíbrio social dos mais empobrecidos, tal foi o caso da perseguição ao presidente Lula que foi preso sem provas sobre o dito triplex e o Sítio em Atibaia, mas Jair Bolsonaro não foi preso nem sofreu impeachment mesmo tendo provas sobre a compra de 51 imóveis em dinheiro vivo.

Outra repercussão sobre a fala do ministro pode ter causado na vida das empregadas domésticas e sua falsa estabilidade é a precarização e uberização do trabalho, pois os grandes empresários e famílias que acreditaram no discurso do ministro podem achar que as funcionárias estão ganhando tão bem a ponto de sobrar dinheiro para viajar pelo mundo afora, esquecendo do planejamento que estas famílias fazem por longos períodos para conseguirem realizar um sonho.

## REFERÊNCIAS

ALI, Abobacar Mumade. Empregadas domésticas em Moçambique: classe e trabalho numa sociedade pós-colonial. São Paulo. 2014. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11062015\\_154942/publico/2014\\_AbobacarMumadeAli\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11062015_154942/publico/2014_AbobacarMumadeAli_VOrig.pdf). Acesso em 22/05/2023.

ANTÓNIO, Elisa e HUNGUANA, Carolina. Relatório do estudo sobre género no ensino superior em Moçambique. 2014. Disponível em <https://www.isutc.ac.mz/wp-content/uploads/2017/05/Estudo-sobre-Genero-no-Ensino-Superior.pdf>. Acesso em 29/05/2023.

BRAGA, Luana; SILVA, Denise Rocha da; CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira; BARROS, Jaqueline de Melo; MARIANO, Valquíria Alves. O trabalho doméstico e a domesticação das domésticas. 2013. Disponível em <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-trabalho-dom%C3%A9stico-e-a-domestica%C3%A7%C3%A3o-das-dom%C3%A9sticas.pdf>. Acesso em 17/05/2023.

BRASIL. Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. 2015. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em 19/05/2023.

CASTEL-BRANCO, Ruth. O trabalho doméstico em Moçambique: uma década a pós a sua formalização. 2019. Disponível em <http://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-sobre-o-trabalho-domestico.pdf>. Acesso em 18/05/2023.

COROSSACZ, Valéria Ribeiro. *Abusos sexuais no emprego doméstico no Rio de Janeiro: a imbricação das relações de classe, género e “raça”*. Temporalis, ano 14, n. 28, p. 299-324, Brasília, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/8214/6157#:~:text=No%20Brasil%2C%20os%20abusos%20sexuais,a%20conflitualidade%20que%20deriva%20disso>.

COROSSACZ, Valéria Ribeiro. Assédio sexual no emprego doméstico. Revista Z Cultural. Rio de Janeiro. 2020. disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/assedio-sexual-no-emprego-domestico/>. Acesso em 06/03/2024.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Boitempo, São Paulo, 2016. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20Davis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf). Acesso em 11/04/2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS. Trabalhadoras domésticas em situação análoga à escravidão no Brasil, até quando? 2022. Disponível em <https://fenatrad.org.br/2022/04/04/trabalhadoras-domesticas-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-brasil-ate-quando/>. Acesso em 22/05/2023.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo SYCORAX. Editora Elefante, São Paulo, 2017. Disponível em [http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA\\_E\\_A\\_BRUXA\\_WEB-1.pdf](http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf). Acesso em 10/04/2023.

FREYRE. Gilberto. Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. Pernambuco, 2003. Disponível em [https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/freyre\\_gilberto\\_casa\\_-\\_gran](https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_gran)

de\_senzala.pdf. Acesso em 16/06/2023.

GATTO, John Taylor. Emburrecimento programado: curriculum oculto da escolarização obrigatória. 1 ed. São Paulo, 2019.

JACINTO, Ramatis. *O Branqueamento do Trabalho*. Editora Nefertiti. São Paulo, 2008.

LACERDA, Marina Basso. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, Patrimonialismo, Personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16570/16570\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16570/16570_4.PDF).

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade*. São Paulo. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/7RhQZbYhtnPcbTDZL5dYhNp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29/05/2023.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 40/2008 de 26 de novembro. 2008. Disponível em <https://www.inss.gov.mz/publicacoes/decretos/finish/4-decretos/10-decreto-40-2008-de-26-de-novembro-trabalho-domestico/0.html>. Acesso em 19/05/2023.

PEREIRA, Ana Cristina; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEM-ZEZEM, Priscila. Mulher, escolarização e tendência em curso. Baía, 2021. Disponível em [Vista do Mulher, escolarização e tendências em curso \(ufba.br\)](https://www.vista.dmulher.ufba.br). Acesso em 29/05/2023.

PESSOA, Thiago Campos. E depois da “Lei Eusébio”? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888). Rio de Janeiro. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FjwdgQkPFhCcZ5cP5hWwG6g/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26/05/2023.

SILVA, Daniel Teixeira; BRASIL, Mariane Lima Borges. O assédio sexual às trabalhadoras domésticas e a dificuldade probatória: um olhar sobre o tema e a Justiça do trabalho brasileira à luz da Teoria Interseccional de análise social = Domestic workers, sexual harassment and probatory difficulty: a look at Brazilian Labor justice in the light of the Intersectional Theory of social analysis. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, v. 66, n. 101, p. 183-215, jan./jun. 2020. Disponível em <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/188713>. Acesso em 06/03/2024.

SILVA, Priscila de Souza e QUEIROZ, Silvana Nunes de. Perfil das empregadas domésticas na região metropolitana de Fortaleza (RMF) E NA REGIÃO METROPOLITANA DE São Paulo (RMSP). 2017. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/329515055\\_PERFIL\\_DAS\\_EMPREGADAS\\_DOMESTICAS\\_NA\\_REGIAO\\_METROPOLITANA\\_DE\\_FORTALEZA\\_RMF\\_E\\_NA\\_REGIAO\\_METROPOLITANA\\_DE\\_SAO\\_PAULO\\_RMSP](https://www.researchgate.net/publication/329515055_PERFIL_DAS_EMPREGADAS_DOMESTICAS_NA_REGIAO_METROPOLITANA_DE_FORTALEZA_RMF_E_NA_REGIAO_METROPOLITANA_DE_SAO_PAULO_RMSP). Acesso em 17/05/2023.

SILVA, Tatiana Dias. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Org. Marcondes (et al), Brasília: Ipea, 2013. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em 11/04/2023.

TAMBE, Telma Amorgiana Fulane; COSTA; Candida Soares da; e GONÇALVES, António Cipriano Parafino. *Relação entre equidade de gênero no ensino superior e desenvolvimento tecnológico) em Moçambique*. São Paulo, 2022. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54642/39433>. Acesso em 07/03/2024.

THE INTERCEPT BRASIL. *Anúncios da época da escravidão mostram por que o Brasil precisa acertar as contas com o passado*. 2019. Disponível em <https://www.intercept.com.br/2019/07/15/baquaqua-escravidao-brasil-elite/>. Acesso em 30/05/2023.

UNICEF. *A situação da criança em Moçambique*. 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/media/4961/file/A%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20das%20Crian%C3%A7as%20em%20Mo%C3%A7ambique%202021%20Relat%C3%B3rio%20Completo.pdf>. Acesso em 10/05/2023.

UNICEF. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação*. 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em 10/05/2023.

VALERIANO, Marta Maria. “Elas são quase da família” - Trabalho, identidade e trajetórias de domésticas residentes. 2017. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/5483c8c1-fc03-489b-a101-11b6b-4f8d3d8/content>. Acesso em 06/03/2024.

WESTIN, Ricardo. *1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou com 1,5 milhões de escravizados*. SENADO. Brasília, 2022. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>.

# O ENCARCERAMENTO EM MASSA EM MOÇAMBIQUE DO PERÍODO COLONIAL AOS SEUS LEGADOS PÓS-COLONIAIS

*Joaquim Miranda Maloa<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este capítulo é dirigido ao sistema de justiça criminal moçambicana, em resposta ao problema de superlotação das nossas penitenciárias. No dia 29 de Abril de 2024, o porta-voz do Conselho Coordenador do Serviço Nacional Penitenciário, afirmou no Programa *Bom-dia - Moçambique* da Televisão de Moçambique (TVM), que a capacidade de reclusão das cadeias moçambicanas é de 8 mil, mas estão acima da capacidade, com 22 mil prisioneiros<sup>2</sup>. Por isso, este capítulo constitui uma oportunidade para refletirmos sobre a problemática da superlotação nas cadeias moçambicanas que representa um problema de saúde pública. Assim sendo, este capítulo tem como objectivo analisar o legado colonial de práticas carcerárias dos grupos marginalizados e subalternizados permanecem até aos dias atuais, a partir de uma abordagem multidisciplinar e multissituada. Esta análise parte da hipótese de que o sistema colonial em Moçambique, deu primazia à dimensão racial do encarceramento em massa. Essa dimensão ganhou contornos com o Estatuto Político Social e Criminal dos indígenas de Angola e Moçambique de 1926 e Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígena, de 1 de junho de 1929, que colocava a população negra nos lugares marginalizados e subalternizados, onde a prisão figurava como o lugar por excelência da punição. O legado da prisão como o lugar por excelência de punição, ganhou uma continuidade no período pós-colonial com as políticas revolucionárias de 1975, que estabelecia a fronteira entre os revolucionários e os contra-revolucionários, cujo destinos desses últimos, era a punição e encarceramento em massa para se transformar em “homem novo”. Com o fim das políticas revolucionárias e estabelecimento das políticas neoliberais na década de 1990, ocorreram mudanças nos critérios de encarceramento, mas permanecendo as mesmas práticas de encarceramento em massa.

---

1 Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP-Brasil). Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma (ISDRB - UniRovuma). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>. Email: [mwanamaloa@gmail.com](mailto:mwanamaloa@gmail.com).

2 Ver, <https://www.tvm.co.mz/>.

Para narrar esta realidade, o ponto de partida é a Conferência de Berlim que se constituiu como uma “arquitetura” do poder colonial, que viria a caracterizar a ocupação total de África no século XX. A implantação do colonialismo fez-se pela institucionalização da sociedade dual e pela criação do Estado bifurcado, que separava colonos dos colonizados. Como diz Cabaço (2007), este processo de polarização produziu duas sociedades diferenciadas, a dominadora e a dominada, cuja relação político-econômica se sobrepunha através da distinção “racial”. Essa estrutura tendencialmente dual, exprime-se, em todas as manifestações da vida colonial (BALANDIER, 1993; MEMMI, 1967; DAVIDSON, 2000), onde os colonos eram os “*administradores da violência*” sobre os povos subjugados (ARENDDT, 1986, p.167). Entre essas violências, destaca-se a prisão baseada na hierarquia racial, comotem demonstrado THOMAZ, (2012); PENVENNE, (2012); e CABAÇO, (2007).

Este capítulo analisa como o legado colonial de práticas carcerárias dos grupos marginalizados e subalternizados permanece até o período pós-colonial, a partir de uma abordagem multidisciplinar e multissituada. Como aponta Meneses, (2015) esta abordagem combina a história com outros registros audiovisuais, apoiada nos estudos de jornais e revistas.

A partir destas constatações, o foco deste capítulo é de mostrar como as experiências históricas coloniais de encarceramento são incontornáveis para entendermos as práticas judiciais e prisionais do presente, na sua relação com os marginalizados e subalternizados. *Que elementos devem ser privilegiados nessa busca de nexos de sentido?* A resposta a essa pergunta vamos responder ao longo deste capítulo.

### ***O encarceramento em massa no período colonial: a dimensão racial como espiral***

O sistema colonial em Moçambique, como em todos países africanos, estava estruturado em “raça como princípio da estrutura política” e da “burocracia como princípio do domínio no exterior” (ARENDDT, 1986, p.215). Esta demarcação estava carregado de termos como: “branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência” etc. (CABAÇO, 2007), aponta que todas essas distinções marcavam *raison d'être* hierarquias, entre negros e brancos.

Como mostra Zamparoni (2000), o trabalho prisional foi o primeiro recurso utilizado pelos colonizadores, que era aplicado através de multas de trabalho aos “indígenas”, quando condenados por “embriaguez, desordem, ofensa à moral e

ao pudor, desobediência às autoridades e infrações dos regulamentos policiais. Mas também, os indivíduos eram encarcerados por perturbar o sossego público sem estar embriagado (DECRETO de 19 de Setembro de 1913).

Segundo Thomaz (2012), na prática, a pena maior era imposta aos “indígenas” do que os não “indígenas”, exceptuando os “indígenas” de idade superior a 60 anos e os portadores de alguma deficiência física. As mulheres e os menores de 14 anos, deveriam cumprir pena nos hospitais, nas missões religiosas, estabelecimento de beneficência e ensino, entre outros. E os “indígenas” considerados perigosos eram internados no Depósito de Sentenciados na Ilha de Moçambique. Essa realidade indicava a seletividade racial do encarceramento colonial, que dava primazia a prisão dos negros em relação aos brancos.

Olhando para essa realidade, podemos verificar que a sociedade colonial em África, foi uma sociedade dual, que enfatizava o seu carácter maniqueísta para delimitar os limites que separam a sociedade colonial da sociedade colonizada, pelas relações de poder expressas na punição e encarceramento do homem negro. O poder de encarceramento colonial estava representado nos quartéis e nos postos policiais, representado pelo polícia e o soldado (FANON, 1960, p.34).

As informações acima apontam, que o sistema colonial da justiça criminal penalizava mais os “negros” como alvo de intenso controle e encarceramento. Para termos uma ideia, vamos transcrever aqui um longo trecho da História de Rafael Arcanjo de Cabaço (2007, p.85).

Estava-se em 1961, eu tinha 20 anos. Começara no meu primeiro emprego, vivendo ainda em casa de familiares, onde trabalhava Rafael Arcanjo, empregado doméstico, designado na linguagem local por “criado”. Era um jovem de 27 anos, de estatura mediana, forte de compleição, a pele bem escura, os ombros largos e um rosto redondo e sisudo. Na casa onde eu vivia, Rafael teve seu primeiro trabalho na “cidade de cimento”. Dormia nas dependências da residência, porque isso lhe dava a oportunidade de frequentar, à noite, o ensino primário. Apesar da distância que caracterizava as relações raciais e sociais do colonialismo, fui tentando vencer seu retraimento e estabelecer um canal de comunicação que não passasse pelas relações hierárquicas que decorriam da minha condição de “branco” e da sua de “criado”. Eu estava em processo de maturação política: repugnava-me a ordem colonial (...) Numa noite, regressando da escola, Rafael fora interpelado pela polícia. O bilhete dos meus familiares, que lhe permitia circular depois das 21 horas, não foi aceito pelo policial que o levou preso. Soube do caso, por outros trabalhadores domésticos da vizinhança, só na manhã seguinte. Logo me dirigi ao posto policial da área para indagar dele. Quando entrei, vi-o, de esfregão na mão, lavando o posto. Fiquei furioso. Pedi para falar com o chefe com o qual protestei veementemente, não só contra a prisão arbitrária como contra o fato de que lhe tivessem sido cometidos quaisquer trabalhos. Devo dizer que não percebi quem estava mais espantado: se o policial, a quem o problema aparentemente se punha pela primeira vez, se Rafael, pela minha desabrida intervenção.

O poder colonial assumiu-se, como um poder exercido através de sistemas jurídicos que conferiam ao Estado o monopólio da violência repressiva legalizada. Todavia, o poder se manifestava de forma diferente em função das realidades separadas que administrava. Mamdani (1998), põe em evidência como a história da sociedade civil na África colonial esteve intimamente associada à natureza racista da ordem social. A sociedade civil era a dos colonos, que se beneficiava dos direitos humanos e políticos como no ordenamento jurídico metropolitano, construindo o “outro” mediante uma lógica binária que reprimia as diferenças (CASTRO-GOMES, 2000).

Como diz Cabaço (2007), a estrutura da sociedade colonial dual conduziu a que cada colono se sentisse investido da autoridade que lhe conferia a “superioridade” propalada e assumida, representando o Estado no exercício molecular da dominação racista. Como diz o mesmo autor, em Moçambique até os primeiros anos da década de 1960, por exemplo, era corrente que os patrões aplicassem punições físicas aos seus empregados domésticos os chamados “criados” ou que as donas-de-casa portuguesas, perante um erro, infração ou desobediência de um “criado”, o enviassem à administração ou à estação de polícia com um bilhete no qual explicavam o “delito” e solicitavam punição física ou mesmo uns dias de encarceramento - “calabouço”. O empregado punido devia devolver o bilhete à “patroa” com um apontamento do funcionário informando que o castigo fora aplicado. Tratava-se de uma configuração informal de desmultiplicação do poder centralizado no qual o colono depositava a responsabilidade da proteção da sua pessoa e dos seus bens, e do qual esperava a garantia do seu privilégio. A vigilância policial era enfocada mais sobre a população negra do que branca.

### ***O encarceramento em massa no período pós-colonial socialista: a criminalização dos considerados “indesejáveis” da “revolução moçambicana”***

No período da independência em 1975, houve uma continuidade do legado de encarceramento em massa dentro das políticas de controle estatal. Essas políticas de controle estatal foram “regimes de subjetividade”. Como diz Hall (1997, 2004), os regimes de subjetividade são concebidos como uma experiência cultural que moldam as identidades. Podemos dizer que esses regimes de subjetividade, formataram a “sociogênese”<sup>3</sup> e “psicogêneses”<sup>4</sup> da sociedade moçambicana<sup>5</sup>, onde os *habitus* estão intimamente vinculados ao

3 Trata-se da estrutura da sociedade, ver Elias (1994).

4 Trata-se da estrutura da personalidade, *Ibidem*.

5 Para Elias (1994), essas duas dimensões “sociogênese” e “psicogênese” existem entrelaçadas. A estrutura da sociedade influencia a estrutura da personalidade, assim como a estrutura da personalidade influencia a estrutura da personalidade.

processo de formação do Estado a que foi submetido (ELIAS, 1994).

A criminalização dos considerados inimigos do povo teve o seu início no processo de transição política da independência na cidade de Maputo, no dia 7 de novembro de 1974, onde foram apreendidas coercivamente 284 indivíduos, dos quais 192 eram mulheres e 92 homens. Destes, 50 mulheres foram postas em liberdade e 142 foram transportadas em autocarros para os campos de encarceramentos abertos, localizados em regiões distantes da capital do país, sob escolta do Exército Popular de Libertação de Moçambique (THOMAZ, 2008).

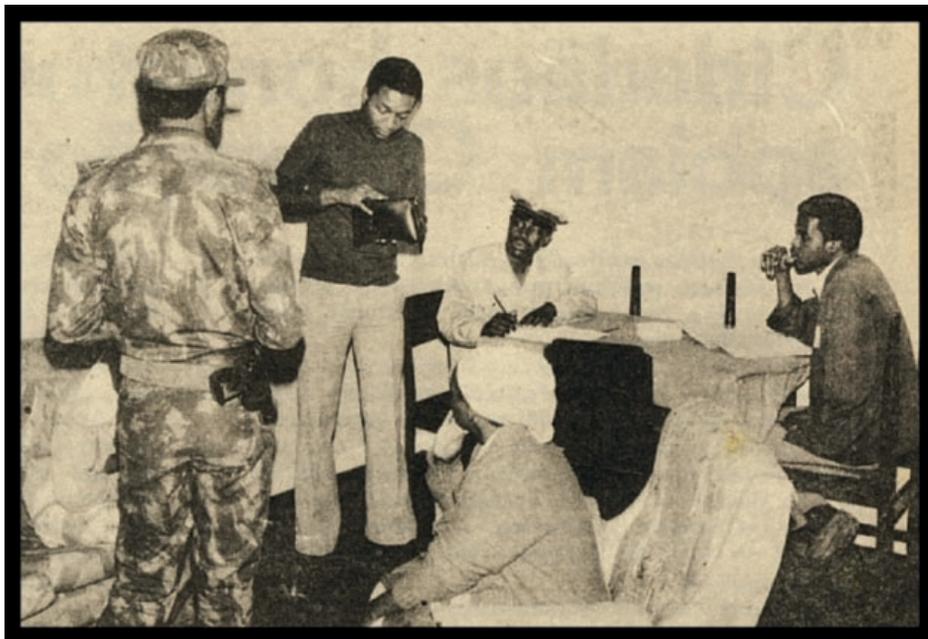
**Figura 1:** Brigada de verificação de pessoas físicas nas casas incluindo polícias, soldados e grupos dinamizadores. “1983”



**Fonte:** Jornal Notícias. 8 de julho de 1983

Esta política de encarceramento teve auge com a Operação Produção (OP) que foi uma ofensiva política, lançada pelo governo. Em 21 de maio de 1983, após a realização do IV Congresso da FRELIMO, o presidente Samora orientou um comício, no qual anunciou que a cidade de Maputo devia ser “*penteada, com os bandidos que destroem a economia do Estado. Vão pagar ou vão ser presos (eu não tenho vergonha de dizer isso). Para tal, a polícia terá de ser reorganizada*” (SERRA, 1997, p.112). A ofensiva política consistia em identificar indivíduos das áreas urbanas em idade ativa, residentes nos bairros mais populares, que não tinham um emprego. Conforme a imagem a seguir, que mostra um jovem na sua casa a ser abordado por um funcionário da administração do bairro, um policial e militar para confirmar a sua empregabilidade.

**Figura 2:** Uma brigada de verificação na Operação Produção (OP). “1983”



**Fonte:** Jornal Notícias, 8 de julho de 1983

Como mostra o escritor moçambicano, Ungulani Ba Ka Khosa, na sua obra, “*Entre as Memórias Silenciadas*” (2013, p.116):

Bastando não apresentar um documento identificativo de ocupação em fábrica ou cooperativa em falência, como pena e por serem considerados vadios, eram transportados para serem encarcerados nas áreas rurais, onde eram organizados para realizarem trabalhos agrícolas .

Como o nome diz, tratava-se de uma operação de encarceramento para a produção agrícola. Samora Machel dizia no seu discurso, na Zambézia em 1983, que a “Operação Produção” está intimamente ligada à operação militar e que:

Ela tem de entrar no Estado porque é onde se refugiaram muitos corruptos, negligentes, preguiçosos, datilógrafos incompetentes quem nem acabam uma página por dia, condutores negligentes que andam a chocar porque conduzem embriagados (TEMPO, 21 de Agosto de 1983, p.9-16).

Nas palavras de Borges Coelho (2003), a operação produção foi um ritual de “limpeza” de elementos nocivos ou impuros da sociedade urbana. A pena de ir à OP era igual a um ritual de limpeza (resignação moral), conhecido no sul de Moçambique por *kuphahla*. O indivíduo considerado impuro é retirado ou afastado da sua comunidade até que esteja purificado, só depois regressaria a sua vida normal.

Dentro deste contexto, muitos indivíduos foram encarcerados, incluindo

mulheres acusadas de prostituição. A prostituição era vista como algo degradante e humilhante para a mulher. Samora Machel apontava que esse fenômeno era muito frequente nas cidades que tinham grande número de cabarés, boates, como cidade de Maputo, Beira e Nampula onde havia concentração das tropas portuguesas (TEMPO, n° 288-11 de Abril de 1976).

Mas também era destinado às mulheres acusadas de vagabundagem e consumo de drogas, crimes que representavam um obstáculo à nova República que se pretendia criar ou modernizar. Esses indivíduos foram considerados impuros para a nova sociedade que acabava de nascer da independência nacional, entravam como “reacionários” nos campos de encarceramento em massa e saíam como um “homem novo” revolucionário, identificado com o interesse nacional. A OP era uma política determinista, de métodos positivistas, que se pode assemelhar a uma criminologia correcionista, com crenças de que exista uma relação direta entre crime e desemprego (QUEMBO, 2010).

Como aponta Ba Ka Khosa (2013, p.116): “foi uma operação de músculos. Em ordens acertadas e desacertadas, militares, policiais, paramilitares, milícias e outros voluntários, puseram-se ruidosamente nas ruas, prendendo gente jovem e adulta”. Como apontava o autor, bastava não apresentar uma carteira de trabalho às autoridades estatais para ser enquadrado como criminoso. Como se narra na entrevista de Omar Ribeiro Thomaz a revista eletrônica *Com Ciência*:

*Operação Produção tinha o objetivo de reeducar os delinquentes, ociosos, mas tinha também uma função de gerar renda para o país?*

Thomaz – A ideia era essa. Existia um expediente punitivo, mas havia uma ideia de fundo de produzir para as pessoas e para o país. No campo em que eu trabalhei, por exemplo, eles produziam abóbora, feijão, vários gêneros alimentícios, só que não ganhavam. Era um trabalho escravo, e as pessoas viviam em condições inaceitáveis, muitos não aguentavam (PALLONE, 10 de Abril de 2008).

A respeito do encarceramento em massa, Ba Ka Khosa (2013), falou que foi doloroso, para muitos de nós, jovens revolucionários, ver as fotografias dos nossos irmãos e tios e primos, coladas nas vitrines dos serviços públicos como comprometidos com o regime colonial. Foram para os campos de reeducação os críticos, os antigos funcionários da colônia, os considerados indisciplinados, entre outros.

No fim desta política de encarceramento em massa, principalmente nos finais da década de 1980, calculava-se que entre 50 e 100 mil pessoas foram encarceradas (Quembo, 2010). Depois de cumprida a pena, as biografias pessoais eram expostas nos lugares públicos como forma de arrependimento e perdão. Essas detenções na sua maioria não resultaram em inquéritos policiais e nem em processos judiciais, mas sim em arbitrariedade do poder estatal. Assim

podemos afirmar que as detenções que ocorriam na altura eram resultados de uma política de continuidade de “encarceramento em massa colonial” nos tempos e realidades diferentes.

A lógica do encarceramento em massa era de eliminar os desempregados, justificados na época como marginais. Como mostra uma reportagem da revista Tempo de 26 de junho de 1983: “*As cidades estão cheias de pessoas que não produzem, mas agravam a utilização dos seus poucos meios de vida. A cidade tem vadios, ladrões, prostitutas, contrabandistas, candongueiro*”<sup>6</sup> (TEMPO, 1983, p.37). As pessoas encaminhadas para o encarceramento, na sua maioria eram acusadas de ter cometido contravenções e vadiagem no conjunto das detenções.

A título de exemplo:

A província de Nampula conseguiu já evacuar a maior parte dos improdutos que pulavam na cidade capital, em outras pequenas cidades e sedes distritais, tendo procedido ao seu enquadramento nas diversas unidades de produção. Atualmente, a tarefa prioritária da província é melhorar as condições de instalação dos ex-improdutos, assegurando-lhes todo o apoio material e moral, bem como rever os casos que constituam irregularidades (RIBAS, 1993, p.16).

O encarceramento em massa era pensado como uma política determinista, de métodos positivistas, que se pode assemelhar a uma criminologia correcionista, com crenças de que exista uma relação direta entre crime e desemprego (QUEMBO, 2010). Khosa (2013, p.116) expõe a respeito dos encarcerados e condenados ao trabalho: “esses, teriam que ir produzir na província mais desabitada e rica do país. Era Niassa que já albergava os reeducados e que agora se prestava a receber novos inquilinos (...), os impuros da revolução”

Como mostra Thomaz (2008), os impuros da revolução eram classificados de “improdutos” e deviam-se transformar em mão de obra rural e doces aos princípios da revolução moçambicana, para utilizar as palavras de Foucault (1977).

A criminalização dos considerados inimigos do povo recaiu com maior peso sobre as camadas mais baixas da sociedade moçambicana, cujos membros, em sua maioria, não tiveram possibilidade de ter acesso à educação formal, por razões das barreiras que o sistema colonial estabelecia para a formação do colonizado. Assim sendo, foram integrar-se pelo trabalho forçado, pois não possuíam nenhuma formação técnica.

Apoiado pelo discurso de uma sociedade de controle e disciplina, integrado forçosamente os seus elementos pelo trabalho coercivo, ninguém devia ficar fora do trabalho, a terra era abundante. Assim percebia o poder popular, por isso foram encarcerados indivíduos acusados de curandeirismo, feitiçaria, régulos,

6 Grifo nosso. Num sentido literal, *candongueiro* quer dizer, especulador.

uma prostituta da noite, os bêbados incorrigíveis, os drogados, enfim, os que em classificação não criteriosa eram chamados de ociosos da sociedade. (KHOSA, 2013, p.116).

Dentro deste contexto foram criminalizados e encarcerados também indivíduos considerados *Xiconhoca* — uma caricatura se assim podemos dizer, composta por duas palavras: *Xico* e *Nhoca*. A primeira, vem de *Xico*, um indivíduo — no seu sentido literal. A segunda palavra, *Nhoca*, provinda da tradução da palavra cobra das línguas locais. Na nossa representação, a palavra cobra representa o mal. Entretanto, o termo, *Xiconhoca*, era uma palavra composta por aglutinação, para designar os comportamentos que eram considerados os contra-revolucionários.

**Figura 3:** Xiconhoca representando a Polícia Internacional de Defesa do Estado Português (PIDE)



**Fonte:** Mozambique History Net (MHN, Online)

De uma forma geral o termo *Xiconhoca*, foi uma figura presente no discurso disciplinar, no sentido dado por Foucault (1999), com o objetivo de regular as condutas dos corpos. As pessoas identificadas como *Xiconhocas*, eram simbolicamente denominadas traidoras dos valores da revolução, isoladas e descartadas da organização política, classificadas como puníveis, como pode ser visto na figura acima. É talvez pouco surpreendente que até hoje o termo *Xiconhoca* seja utilizado para descrever alguns comportamentos desviantes na sociedade moçambicana. Para elucidar este cenário, apresento a imagem de *Xiconhoquices*.

Figura 4: Xiconhoca e Xiconhoquices



Fonte: Jornal Verdade(1 de novembro de 2015)

Lembro que quando tinha 9 anos e frequentava a Escola Primária 11 de Novembro, na Cidade da Beira, no Bairro da Manga, na periferia da cidade, isto em 1986, entoávamos canções revolucionárias, com nome do Xiconhoca por exemplo, cantávamos, assim: *Xiconhoca está isolado, está isolado, está isolado, aló!, está isolado e tu está isolado*. E outra canção era assim: *Xiconhoca boateiro e inimigo do povo*. Estas entoações revolucionárias, foram um recurso para o bom adestramento da sociedade, que tornávamos polícias de nós mesmo e de outros, para não cair no purgatório urbano simbolizado como *Xiconhoca*, bem mostrado no artigo de Maria Paula Meneses (2015), “*Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique*”.

Autores como Granjo (2001); Florêncio (2002); Meneses (2005) e Quembo (2010), que apontavam que as políticas do Estado era de construção de uma identidade de controle que produziu muitos indivíduos “indesejáveis” da “revolução moçambicana”, através de “encarceramento em massa”.

Este “encarceramento em massa”, só foi possível graça a vários “dispositivos” (Foucault, 1978), um conjunto heterogêneo que englobou discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas morais e administrativas de controle do crime e vigilância, assente nos projetos “militarista” e assimilacionista do governo “revolucionário” pós-colonial (CABAÇO, 2007).

***O encarceramento em massa no período pós-colonial neoliberal: a dimensão da pobreza e da exclusão social como determinante***

A partir dos anos 1990, uma nova conjuntura estatal se formou impulsionada pelo fim das políticas do governo “revolucionário” e da guerra civil, que permitiu a realização das primeiras eleições multipartidárias que introduziu alguns aspectos da globalização capitalista, acompanhada por uma teoria moral e política empenhada em desacreditar os fundamentos do Estado social, desenvolvendo-se o neoliberalismo.

Para Barbosa e Santos (2017), o neoliberalismo compreende a liberalização crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade.

Segundo Stiglitz (2002), as privatizações que foram feitas em Moçambique, levaram muitos trabalhadores estatais ao desemprego e tornou o mercado de trabalho inseguro. Esta realidade foi possível devido às mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais passou a sociedade moçambicana no período de 1975-1990. Mudanças essas que devem ser entendidas a partir da transformação do Estado socialista para democrático, da economia centralmente planejada para a economia de mercado, do coletivismo para o “individualismo de massa” (PERALVA, 2000).

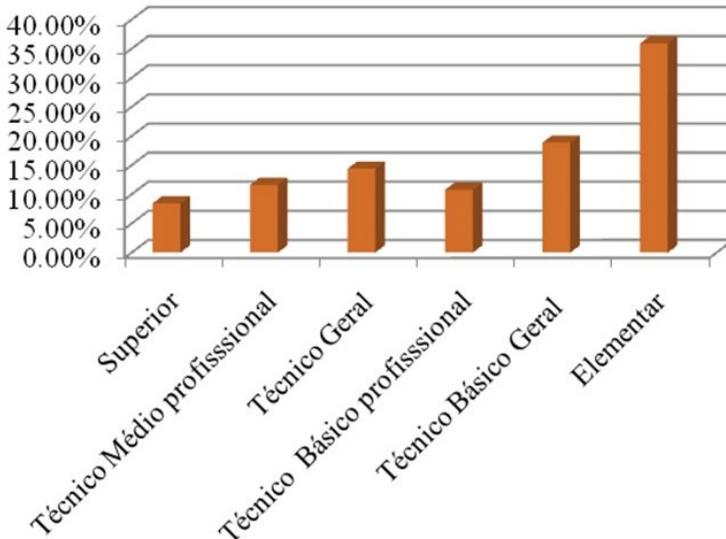
De acordo com Piotr Sztompka (2005), a *mudança social* consiste em transformações observáveis e verificáveis no curto espaço de tempo. “Quando falamos de *mudança social*, devemos ter em mente algo que mudou durante um determinado tempo ou período. O conceito de *mudança social* segundo Rocher (1989), está ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização “histórico-temporal”. E para Immanuel Wallerstein, a *mudança social*, corresponde a alteração de um sistema histórico preexistente. “Mas já não se trata de mudança social se a substituição ocorrida for pelo mesmo tipo de sistema histórico” (WALLERSTEIN, 1995, p.3).

As mudanças sociais afetaram o sistema prisional, uma vez que muitos jovens pobres e excluídos da sociedade eram encarcerados em massa, acusados de vadiagem. O estudo de Brito (2003), *Os condenados da cidade de Maputo*, mostrou essa realidade apontando que entre 1990-2000, muitos jovens pobres da cidade de Maputo foram encarcerados em massa de forma arbitrária, acusados de vadiagem como forma de prevenção e combate ao crime.

Os estudos recentes de Trindade (2020) e Bacião e Rocha (2020), concluíram que não houve, grandes mudanças desde 1990, apesar das reformas constitucionais de 1990 e de 2004, os problemas de superlotação, falta de

infraestrutura adequada para abrigar os detentos, prazos de prisão preventiva largamente expirados, a má nutrição, a má higiene e cuidados médicos, a inclusão de prisioneiros menores em instalações para adultos, a partilha de celas entre prisioneiros condenados e prisioneiros não julgados, alimentação inadequada. Para falar como Wacquant (1999 e 2003), podemos afirmar que são prisões da miséria (1999), que servem para punir pobres e sem instrução escolar.

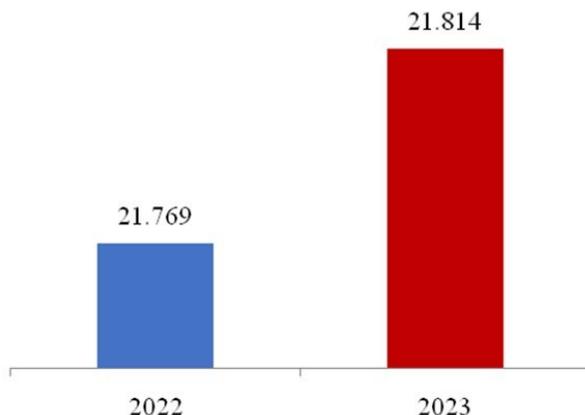
**Figura 5: Níveis Escolares dos Reclusos (2016)**



Fonte: Siteo (2017)

O gráfico acima mostra as variações percentuais dos níveis escolares dos reclusos de 2016, apontando que grande parte dos encarcerados têm o ensino primário. Como mostra Maloa (2012), grande parte dos autores de atos infracionais em Moçambique sempre esteve atrelado a baixo nível de escolaridade, o que proporciona uma difícil inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, agravam-se as manifestações da questão social como o desemprego, a fome e a violência. Esta realidade tem implicação na reincidência e aumento da população prisional, como mostra o gráfico 2 abaixo:

**Figura 6:** Situação prisional (2022-2023)



**Fonte:** Procurador-Geral da República (2024)

Estes dados possibilitam inferir que há um endurecimento das políticas penais manifestado não apenas no aumento do encarceramento, mas em uma maior repressão aos pobres estabelecendo um “Estado penal” (WACQUANT, 2003; 2024), onde ocorre com frequência um endurecimento das políticas policiais, jurídicas e penitenciárias, calcado em uma política de criminalização da pobreza em que o sistema carcerário possui um lugar central como instrumento de governo da miséria.

## CONCLUSÃO

A dimensão do encarceramento em massa tem sido pouco analisada como uma consequência da herança colonial. Em Moçambique o encarceramento em massa tem resultado em superlotação, onde durante as últimas décadas se dá um crescimento exponencial de população prisional, maioritariamente constituída por jovens do sexo masculino e excluídos do mercado de trabalho mais qualificado. Esta forma de encarceramento em massa mantém uma relação seminal com o passado colonial do país. No período colonial os jovens não-brancos eram encarcerados de forma arbitrária, o que ocorre atualmente nas prisões moçambicanas. Esta forma de resolução e administração de conflito e de controle do crime, expõe de modo exemplar como os legados coloniais estão presentes nas práticas carcerárias.

Para melhorar o nosso sistema penitenciário, devemos estimular e fortalecer políticas de segurança pública que visem à desaceleração do encarceramento em massa, em especial de jovens que vêm sendo alvo do crescimento das penas de prisão, conforme foi demonstrado no capítulo.

A realidade de crescimento do encarceramento convive com a superlotação das unidades penitenciárias, o que agrava a precarização das

condições de cumprimento de pena. Recomenda-se implementar e estimular, junto às unidades prisionais, ações assistenciais aos encarcerados na área de saúde, educação, trabalho e cultura.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, autoritarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BACIÃO, Domingos e ROCHA, Juluio. O sistema prisional moçambicano: Entre a previsão normativa e a realidade prática Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 12, núm. 2, 2020, p.296-308.
- BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial”. In *Cadernos de Campo, ano III, n.º.3*, São Paulo, Antopologia/ USP, 1993.
- BARBOSA, Santos Coelho. A questão étnico-racial do sonho americano: o encarceramento dos pobres e negros no Estado policial. *Rev. bras. segur. Pública*. São Paulo v. 11, n. 1, 2017, p.164-182, Fev/Mar.
- BRITO, Luis. *Os condenados de Maputo*. Maputo: PNUD.2003.
- CABAÇO, José. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. “Ciências sociales, violência epistémica y problema de la ‘invención del outro’”. In Lander, Edgardo (org.), *La colonidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2000.
- DAVIDSON, Basil. *O Fardo do Homem Negro. Os efeitos do estado-nação em África*. Luanda: Ed. Chá de Caxinde. 2000.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.1976.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa, Ulisseia.1960.
- FLORÊNCIO, F. Christian Geffray e a antropologia da guerra: ainda a propósito de la cause des armes au Mozambique. *Etnográfica*. Vol. VI (2), 2002, 347-364.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.1977.
- GRANJO, Paulo. *Poder, morte e Linchamento*. 2008. S:l. Disponível em: <http://antropocoiso.blogspot.com/2008/04/poder-morte-e-linchamentos-3.html>. Acessado 24 nov.2017.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2004.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções dos nossos tempos. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, 1997, p.15-46.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Entre as memórias silenciadas*. Maputo: Alcance Editores. 2013.

MALOA, Joaquim. *Os filhos do “Diabo”*: factores explicativos do engajamento dos jovens moçambicanos na experiência do crime. *Revista do Laboratório de Estudo da Violência da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília*, edições 10 – Dezembro, 2012, p.57-72.

MAMDANI, Mahmood. *Cuidadano y súbdito. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo XXI Editores. 1998.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, Maio de 2015, 9-52. Disponível em: <http://www.mozambiquehistory.net/cartoons.php>. Acessado 25 de nov. 2017.

PALLONE, Simone . (2008), Entrevista Omar Ribeiro Thomas. *ComCiência*, Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=3evista>. Acessado 17 de janeiro de 2017.

PENVENNE, Jeanne Marie. Fotografando Lourenço Marques: a cidade e os seus habitantes de 1960 a 1975. In: Castelo, Cláudia. *Os outros da colonização: ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. 2012, p.173-191.

PITCHER, A. *Transforming Mozambique: The politics privatization, 1975-2000*. Cambridge: University Press. 2002.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. *Informação Anual do PGR à Assembleia da República*. Maputo: PGR. 2023.

QUEMBO, C. *Le pouvoir du pouvoir: lé Opération Produção (1983) et la construction des “urbains au Mozambique”*. Master Sciences Politiques. Université Bordeaux. 2010.

RIBAS, Filipe. “Operação produção”. *Nampula em tempo de acertos. Tempo*. Nº673 - 4 de setembro. 1984, p.22-25.

SERRA, Carlos. *Combates pela mentalidade sociológica. Crenças anômicas de massa em Moçambique, seguido de, Mitos e realidades da etnicidade, e de, para um novo paradigma da etnicidade*. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane. 1997.

SITOE, Wagner. *O Ensino Técnico Profissional como Factor para a Ressocialização nos Estabelecimentos Penitenciários*. Dissertação de Mestre em População e Desenvolvimento. Universidade Eduardo Mondlane. 2017.

STIGLITZ, J. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios*

*globais*. São Paulo: Futura.2002.

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2005.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a. (re)ação dos africanos*. 2012. 305f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense.2012.

THOMAZ, O. “Escravos sem dono:” experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP. V51, n1.2008.

TRINDADE, João Carlos. *Estado de Direito e independência judicial*. UNU-WIDER. 2020.

WALLERSTEIN, I. Mudança social? “mudança é eterna. Nada muda, nunca”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº44.1995.

ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Chinas e Afromometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890~1940. *Lusotopie*, 2020, p. 191-222.

WACQUANT, Löic. *As prisões da miséria*. 1999.Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar. 2024.

WACQUANT, Löic. *Punir os pobres: a nova geração da miséria nos Estados Unidos*. Tradução Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro. 2003.

# SANTOS OU DIABOS DISFARÇADOS - UMA ANÁLISE DA COLONIZAÇÃO E RELIGIÃO EM MOÇAMBIQUE

*Manuela de Fátima Carlos Manuel Maloa<sup>1</sup>*

“Do mar vieram os lívidos navegantes  
E o negro aprendeu as rezas [...]”  
(CRAVEIRINHA, 1959)

## INTRODUÇÃO

Esse artigo inclui-se em um campo de investigações que dialoga com as áreas da Antropologia e da História, constituindo como enfoque o expansionismo português e o cristianismo católico no contexto Africano em geral e Moçambicano em particular.

A partir do pressuposto de que a religião sempre andou de mãos dadas com o processo de colonização, desde a sua fase embrionária, respondendo aos objetivos do momento, neste artigo intitulado: Santos ou diabos disfarçados: uma análise da colonização e religião em Moçambique, pretendemos como objetivo geral, compreender a influência do cristianismo no processo de fixação e colonização de África no geral e Moçambique em particular,

Se no passado, a religião cristã sempre esteve presente na edificação do Estado Colonial, hoje nos perguntamos qual tem sido o seu papel para com o Estado Moçambicano? Daí que dirigimos esta reflexão especialmente ao Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, porque acreditamos que seja o órgão competente em Moçambique, para pensar e repensar acerca dessa relação, não só com o cristianismo, mas também com as religiões autóctones, pois nos termos do disposto do Artigo n.º 2 do Decreto Presidencial n.º 8/2015, de 13 de agosto, na sua alínea g) prevê a garantida articulação entre o Estado e as confissões religiosas.

A nossa análise está dividida em dois momentos de relação entre a colonização e o cristianismo, caracterizada pela presença de missionários católicos e o seu papel para garantir a presença e a manutenção do Estado Colonial.

A primeira abordagem iniciará com a presença de Europeus em África,

---

1 Doutoranda em Antropologia Social. Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Bociências da Universidade Rovuma (ISDRB - UniRovuma). mmanuel738@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2207-0355>.

onde têm sido apresentadas várias explicações no sentido de esclarecer a concorrência desenfreada dos europeus por colônias que assolou a África pelos séculos XIV-XV, e que só terminou praticamente quando todo o continente foi partilhado entre alguns estados, na famosa Conferência de Berlim. Nesse mesmo sentido, buscaremos compreender também acerca da chegada dos missionários em África e a sua fixação nesses territórios.

Na segunda parte, seguiremos com a presença efetiva portuguesa nas terras de Moçambique, após a Conferência de Berlim em 1884-1885, processo denominado colonização, onde igualmente abordaremos acerca da presença de missionários católicos (atuando particularmente no processo educativo de indígenas).

### *A corrida para África, um diamante por lapidar*

Quando os europeus vieram para a África, influenciados por fatores políticos, econômicos, sociais e religiosos, ocuparam várias regiões africanas. O comércio de ouro, o comércio de marfim e o comércio de escravos foram essencialmente a exploração econômica inicial. Naquela época, a soberania do Mediterrâneo perdeu seu antigo significado, com ferozes lutas pela partilha entre cristãos e estado islâmico.

GWEMBE (2021) acrescenta que, os governos europeus seguiram uma política de aquisição de terras na África, para gerar benefícios econômicos diretos para a metrópole e assim a Espanha, Portugal, Grã-Bretanha, França e Holanda estabeleceram impérios coloniais de onde importavam especiarias, café, açúcar, algodão e seda.

A convivência de diferentes potências europeias em África, foi gerando conflitos entre elas, caracterizado pela ocupação e exploração desenfreada dos espaços, a título de exemplo “[...] A Inglaterra ocupou também a Rodésia do norte (Zâmbia) e Niassalândia (Malawi), desafiando as reivindicações de Portugal na região, mas reconhecendo as fronteiras de Moçambique e de Angola [...]” (BAULENE, [2013], p.88), o que veio a ser solucionado com a realização da Conferência de Berlim (1884-1885).

Durante a Conferência, os 14 signatários concordaram com a livre circulação na Bacia do Congo, Lago Niassa e Rio Níger e um princípio de ocupação efetiva, que facto foi estabelecido, em vez do princípio dos direitos históricos, defendido por Portugal:

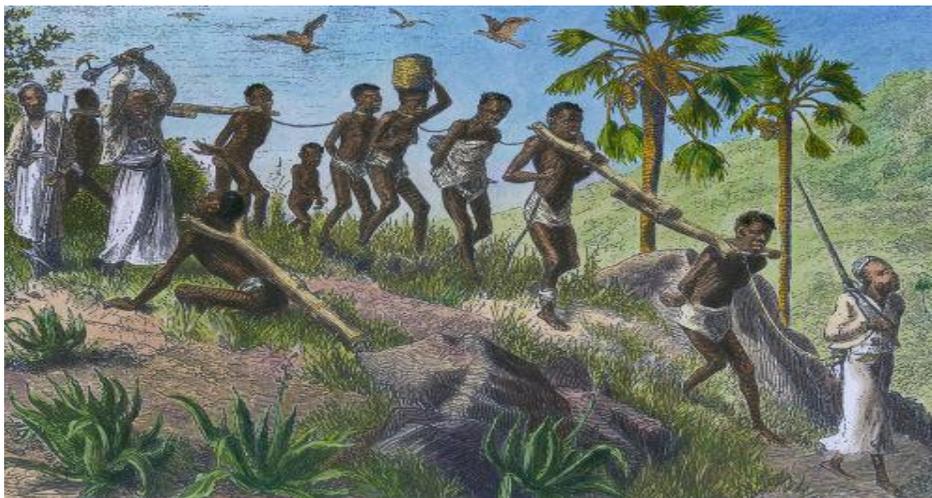
Segundo este princípio, todas as potências europeias tinham o direito de ter uma colônia legal na África se celebrassem tratados com líderes locais; se eles pudessem estabelecer uma administração europeia e força policial suficiente para governar a região. Em outras palavras, uma terra na África não seria possuída a menos que fosse realmente ocupada. As potências coloniais podiam usar economicamente suas colônias em seu benefício, (BAULENE, [2013], p.92).

Este princípio ganhou importância ao definir as fronteiras dos atuais países africanos, pois a ocupação efetiva serviu em alguns casos, como critério para resolver conflitos de fronteira entre potências coloniais europeias. Como resultado, a conferência acelerou a divisão da África entre as potências europeias, removeu as formas existentes de governo e expandiu as atividades de exploração e desenvolvimento em favor dos colonizadores.

Após a Conferência de Berlim, foram definidas novas formas de relações entre as potências europeias e os territórios colonizados, o que, em Moçambique, resultou na demarcação das fronteiras e na ocupação militar, administrativa e econômica. A implantação colonial no período imperialista foi inicialmente conseguida através da conquista militar do território moçambicano.

Segundo Cossa (1981), a partilha de África pode-se assegurar dentro das suas principais teorias em quatro grandes domínios, a saber: a) Económico (expansão do capitalismo emergente); b) Psicológica, onde destacamos o Darwinismo Social (conquista das raças não evoluída pela raça superior); Cristianismo Evangélico (razões filantrópicas e humanitárias); Activismo Social (dominar o próximo pelo simples prazer de dominar); c) Diplomática (prestígio nacional, equilíbrio de forças, estratégia global); e d) Da dimensão africana (atitude dos Africanos).

**Figura 1:** Europeus aprisionando e escravizando africanos



**Fonte:** Mundo Educação (s.d.)

A imagem acima, deixa claro a forma de tratamento que eram submetidos os africanos, em seu próprio território, após a sua partilha, muitas vezes caracterizada pelo uso de todo os tipos da violência, sempre considerados como povos primitivos e selvagens, com a necessidade de passar pelo processo de civilização (sob ponto de vista europeu).

Como podemos analisar a presença da religião cristã em África, nos processos anteriores à ocupação efetiva? Devemos olhar para trás ainda no contexto da queda do Império Romano e a propósito disso, GOODY (2008, p.177) afirma: “com a queda de Roma, o Império Romano tornou-se Sacro império, o Papa e a fé católica passaram a ser dominantes na política de muitos estados”.

Por isso que a nossa percepção, deve partir da presença embrionária dos missionários cristãos em África, e como a Conferência de Berlim incentivou este processo, como diz SILVA (2020, p.6), o artigo 6 da Conferência [...] *O missionário cristão, os sábios, os exploradores, suas escoltas, haveres e acompanhantes serão igualmente objeto de proteção especial [...].* demonstra claramente que foi criado um espaço protegido para a entrada das missões e missionários nos territórios dominados por Portugal.

A ação missionária na África tem início com a chegada dos portugueses nesse continente. No século XV, com a ideia de expansão, os portugueses se lançaram na ocupação da costa do continente africano, tendo como grande impulsionador das navegações D. Henrique, filho de D. João I, que após a descoberta do Ceuta submeteu-se à costa africana. Era ele também o líder da Ordem de Cristo, uma organização religiosa – militar herdeira dos templários, que ficou incumbida da ação missionária na África, e a essa Ordem estava associada à expansão e a administração colonial na época do descobrimento.

SILVA (2016) faz referência que se traçou o período de 1891 a 1936 como forma de objetivar as ações em dois momentos da prática católica: exploratória e expansionista, marcado por existência de territórios eclesiásticos, ou seja, a igreja católica também se lançou sobre os territórios Africanos, a partir de orientações do papado, como podemos ver, olhando para o trecho abaixo, referente a Bula de Nicolau V “Dum Diversas” (1452), que trata de atos com os quais o Papa autoriza os clérigos a apoderar-se das propriedades nas terras colonizadas, subjugando as populações originárias.

*[...] nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades [...] e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supra-mencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes [...] (PORTAL GELEDES, 2009)<sup>2</sup>*

2 Em 1455, o papa Nicolau V concedeu a Afonso V, entre outros direitos, o de reduzir à escravatura perpétua os habitantes de todos os territórios africanos a sul do Cabo Bojador. A Dum Diversas é uma bula papal dirigida a D. Afonso V de Portugal e publicada em 18 de junho de 1452 pelo Papa Nicolau V. Através desta Bula

A partir deste breve trecho, podemos compreender as práticas católicas exploratórias e expansionistas, salvaguardadas primeiro pela Conferência de Berlim e pela própria Igreja. Ora vejamos, no mesmo contexto:

O conceito de *habitus* pode-se compreender nesse contexto religioso no qual o chamado à vida missionária foi iniciado por uma história particular de resposta àquilo que fora interpretado por cada clérigo como apelo divino, legitimado pelas disposições eclesiásticas, ou seja, o documento do papado acima exposto, interpretado por diferentes formas pelos clérigos, possibilitou a exploração dos povos africanos, com justificação com base religiosa, no sentido de que conquistar e explorar era algo divino ou da vontade de Deus, (BOURDIEU, 1990, p.44).

Assim, em cada um dos territórios eclesiásticos ou circunscrições, os referidos clérigos representavam hierarquicamente, a distribuição do poder papal, comandadas por um padre com certas atribuições de Bispo, chamado de Monsenhor (Mgr.) eram estruturadas dinamicamente em um campo simbólico. Como diria Bourdieu (2007), esses espaços eram organizados por esquemas culturais na forma de disposições vinculares, orbitando ao redor da centralidade do poder papal e organizadora das constelações adaptando ações de acordo com tais pré-disposições católicas.

Ainda a propósito das práticas exploratórias e expansionistas, a difusão do cristianismo também foi um dos objetivos, como aponta SILVA (2016, p.77):

As circunscrições utilizadas pelos membros eclesiásticos, padres, irmãos e irmãs, delineavam suas narrativas e instrumentalizavam a população a compreender os traços da alteridade africana e assim convertiam ao cristianismo, prescrevendo um pacto católico entre população local e interesses católicos expansionistas.

Portanto, podemos afirmar que a ideia inicial da religião cristã ou igreja católica, encabeçada pelos missionários cristãos era expandir a fé, mas essa expansão foi caracterizada ao mesmo tempo por práticas exploratórias, onde eram negados os direitos aos africanos de permanecerem livres em suas terras e cultuarem as suas religiões tradicionais, junto aos seus ancestrais, como ressalta SANTOS (2013), que salvar os africanos segundo visões e imagens da época, de sua indolência, preguiça, de sua condição animalesca, de costumes pagãos e supersticiosos, era o objetivo dos missionários cristãos.

ENNES (1946) *apud* SANTOS (2013, p.217), também, defendia que as missões católicas na África cumpririam o papel de rebater o proselitismo do islamismo e debelar as superstições gentílicas dos bárbaros e selvagens. Assim podemos compreender que erradicar a expansão do islamismo, também consistia um dos grandes objetivos da religião cristã no período expansionista.

Assim, SANTOS (2016) refere que a ideia de agir em nome de Deus e cometer atrocidades fundamentadas em seu nome é tão antiga quanto o próprio

cristianismo enquanto instituição. As barbaridades cometidas pela Igreja católica, sob essa justificativa foram inúmeras, dentre elas algumas mais conhecidas como, por exemplo, as Cruzadas na Idade Média, onde o clero persuadiu a população europeia a combater o islamismo e reconquistar Jerusalém, cidade natal de Cristo.

Portanto, nos apoiando nas palavras de (CABAÇO 2007, p.111), podemos concluir que,

A expansão marítima iniciada por países católicos e conservadores, buscara legitimidade e apoio na tradição das cruzadas e associadas aos interesses comerciais, a motivação e a justificação da sua missão evangelizadora. Os relatos acerca das sociedades africanas enfatizavam os seus aspectos exóticos, as características que as distinguiam das normas europeias. O encontro de culturas e civilizações se pautava pelo desconhecimento recíproco, pela incompreensão e frequentemente pela intolerância em relação a essas diferenças. A ação missionária definiu categoricamente o modelo civilizacional, identificando os africanos como pagãos, introduzindo as primeiras classificações binárias onde o europeu era o sujeito do processo civilizador e o africano, o objeto.

Se tivéssemos que definir em poucas palavras o objetivo da religião cristã neste primeiro período, poderíamos dizer que estes agiam em nome de Deus, expandindo a fé cristã, a partir de práticas exploratórias atroz, forçando os africanos a abandonarem as suas crenças e costumes, sob uma capa de missão evangelizadora, com o objetivo de supostamente salvar as almas. Aí nos perguntamos, estes religiosos foram santos ou diabos disfarçados? Pensemos nisso!

### ***A chegada das Caravelas nos “territórios selvagens” e o início da colonização***

CABAÇO (2007) diz que, imbuídos de seus objetivos e justificativas (teóricas e resoluções saídas da Conferência de Berlim) os aventureiros europeus, iniciaram a penetração dos territórios, em particular de Moçambique, efetivado pelos portugueses.

A implantação colonial portuguesa no período imperialista foi inicialmente conseguida através da conquista militar do território moçambicano. Apesar da superioridade de armamento dos colonialistas, esse processo perdurou por mais de duas décadas (1886-1918), devido à forte resistência em diferentes partes do território.

Com o objetivo de reduzir os custos diretos da ocupação militar e administrativa, Portugal optou por atribuir as atuais províncias de Niassa e Cabo Delgado à Companhia do Niassa, uma companhia majestática, que, para além da sua função económica, tinha poderes militares e administrativos.

Da mesma forma, as províncias de Manica e Sofala passaram a ser geridas pela Companhia de Moçambique. As províncias de Tete e Zambézia

estavam sujeitas à administração conjunta do Estado português e de empresas que arrendavam as antigas terras. A província de Nampula e o território a sul do rio Save (Maputo, Gaza e Inhambane) estavam sob administração direta do Estado Português.

Até cerca de 1930, as relações económicas entre Portugal e Moçambique eram reduzidas, sendo os investimentos portugueses muito insignificantes. Após o golpe militar de 1926, o novo regime instaurado em Portugal tinha como um dos principais objetivos da sua política a alteração desta postura. Trata-se do período em que Portugal estabeleceu em Moçambique alguns dos alicerces do seu nacionalismo económico, a sua tentativa de colocar verdadeiramente a economia moçambicana ao seu serviço.

Assim podemos considerar que, todas essas tendências para uma colonização efetiva de Moçambique começaram a ser consolidadas com a ascensão de António Salazar ao poder e o estabelecimento do “Estado Novo”, nos princípios dos anos 1930, sendo que Portugal tornou a sua exploração, tanto da força de trabalho como dos recursos naturais, mais eficientes e para benefício dos capitalistas portugueses.

De acordo com a estratégia política de Salazar em relação às suas possessões ultramarinas, definidas pelo Ato Colonial de 1930, reformulou os diversos códigos e regulamentos sobre o regime de indígena que vigoravam até a altura do golpe militar. É aí, começamos a ver neste período, uma mudança na relação Estado e a Igreja Católica (nosso objeto de estudo, pois não pretendemos estudar profundamente o colonialismo em si, mas sim a relação entre ambos).

Já não se tratava apenas da necessidade da igreja de levar a cabo a expansão e exploração de moçambicanos, com o suposto intuito de evangelizar, mas agora se unira ao estado para supostamente civilizar os povos além-mar. Como isso se traduziu afinal?

Respondendo a questão acima, foi a partir das missões católicas, como veremos a seguir, que foram instituições legitimadas pelo Estado, pois estas estiveram normalmente associadas às políticas colonizadoras e assim sendo tinham normalmente, além do objetivo de propagar o cristianismo, uma importância muito grande na ocupação, contacto e reconhecimento dos povos e regiões a serem ocupados. Na grande maioria das vezes o sucesso da implantação administrativa dependia do trabalho dos missionários.

De acordo com NEWITT (1995), o Ato Colonial de Salazar manteve a separação formal entre a igreja católica e o Estado, mas deu à igreja um reconhecimento especial como um instrumento de civilização e de influência nacional, canalizando a ajuda do Estado para as missões para o seu trabalho educacional. Foi assim que em 1940, o Governo português promulgou o Acordo

Missionário, um decreto que estabelecia que a Igreja Católica (missões) deveria ser provedora da educação para todos os africanos, e reforçava as regulações no que concerne à obrigatoriedade do uso da língua portuguesa na instrução escolar.

Para Salazar, a Igreja Católica era um elemento que formava a alma da nação e um traço dominante do caráter do povo português. O seu papel nas colônias foi delimitado tanto no texto constitucional, quanto na Carta Orgânica do Império português, como instituições de educação e, principalmente, instrumentos de civilização. Ora vejamos o que dizia a Carta Orgânica no seu artigo 248:

As missões católicas portuguesas do ultramar, instrumentos de civilização e influência nacional, e os estabelecimentos de formação pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado como instituições de ensino. Parágrafo Único. Nos orçamentos das colônias serão inscritas verbas especiais para o serviço das missões católicas portuguesas e facultados os meios necessários de ação junto dos indígenas. Disponível em [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17128/17128\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17128/17128_3.PDF)

Contudo, foi somente em 7 de maio de 1940 que o regime português e a Igreja Católica assinaram um acordo, definindo os vínculos entre si, com a Concordata de 1940 e pelo Acordo Missionário do mesmo ano, que foram rapidamente ratificados pela Assembleia Nacional Portuguesa. Em 5 de abril de 1941, foi publicado o Estatuto Missionário, que seria a base legal e regulamentar da expansão católica. Logo após a assinatura da Concordata, a administração colonial estabeleceu a estrutura de ensino seguindo o modelo de organização do ensino ministrado por entidades religiosas. No ano de 1941, a administração portuguesa dividiu o ensino em indígena e oficial.

O ensino oficial era destinado aos filhos dos colonos ou assimilados, o outro, indígena, era articulado à estrutura do sistema de dominação em todos os seus aspectos. O ensino indígena (designado também ensino primário rudimentar) tinha por fim elevar gradualmente da 'vida selvagem' à 'vida civilizada' dos povos cultos a população autóctone das províncias ultramarinas, enquanto o ensino oficial (designado também ensino primário elementar para os não indígenas), visava dar à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral, preparando-a para a vida social, (MAZULA, 1995, p. 80).

FERNANDES (2011), diz que um dos traços mais característicos desta época, foi também o estabelecimento das fundações para a predominância dos missionários da igreja católica em Moçambique. A empreitada colonial, na ótica dos seus representantes, deveria trazer a civilização para os povos primitivos de Moçambique. Os portugueses acreditavam que a sua missão era a conquista espiritual sobre as forças da ignorância, daí então as primeiras campanhas educacionais terem sido relegadas aos missionários católicos.

As missões, por causa da sua dinâmica de trabalho, tinham facilidade em se instalar e penetrar no seio das comunidades rurais onde estava o grande número da população chamada indígena. O Estado sabia bem disso e tirou proveito, incumbindo ou confiando às missões a tarefa de dirigir as escolas indígenas. Isso não significava que o Estado se demitiu da sua tarefa de acompanhar e definir a política de ensino e as missões eram obrigadas a apresentar um relatório no fim de cada ano letivo [LARANJEIRA (1995) *apud* OMAR (2021, p.65)].

Podemos olhar para a tabela abaixo, que retrata a cronologia da presença das missões em Moçambique. Ora vejamos:

**Tabela 1:** Cronologia da presença das missões católicas

1948-1560	Iniciativas esporádicas ligada à presença colonial e chegada de número reduzido de missionários
1560-1783	Chegada massiva de missionários Jesuítas (1560), Dominicanos (1563), Agostinianos, Franciscanos e Capuchinhos de Goa (1760)
1783-1940	Chegada massiva de religiosos e Irmãs de Cluny, Salesianos, Franciscanos e Exerbitas. Assinatura de uma concordata entre a Santa Sé e Portugal (1940)
1940-1975	Acordo Missionário entre o governo Português e Santa Sé. São criadas as missões e escolas-missões.

**Fonte:** Autora, adaptado do Vatican News (*s.d.*)

O papel das missões, na perspetiva do colonizador europeu em Moçambique, era de oferecer um modelo de educação para inculcar a ideologia de exploração do homem pelo homem, isto é, treinar o nativo africano a aceitar com humildade, respeito pelo superior hierárquico, incutir moralmente de forma pacífica e sem nenhuma exaltação ou contestação, (MADEIRA, 2007). Vejamos abaixo uma imagem ilustrativa de uma missão católica:

**Figura 2:** Missão de São José de Boroma, 2014



**Fonte:** Tripadvisor (*s.d.*)

Estas missões, estavam espalhadas um pouco por todo o Moçambique, a exemplo disso em Niassa a missão de Massangulo, na Beira a missão São Benedito, de São José de Boroma em Tete (imagem acima) e muitas outras. É preciso clarificar que na sua maioria estavam ligados a Escola de Artes e Ofícios, que formava os indígenas em atividades braçais, como sustenta o autor abaixo:

ALBUQUERQUE (1899) *apud* SANTOS (2013, p.224), reforça que:

Quanto a mim, o que melhor temos a fazer para educar e civilizar o indígena é desenvolver-lhe praticamente as suas aptidões de trabalho manual e aproveitá-lo para a exploração da província. É pelo trabalho manual, pelos hábitos de atividade regulamentada que ele traz como consequência, pelas necessidades que cria em contacto com os brancos.

Neste sentido, estes aprenderiam a trabalhar, aperfeiçoar seus primitivos processos de cultura, seriam treinados em profissões manuais, ao mesmo tempo em que poderiam adquirir uns princípios de moral rudimentar, como ilustra a imagem abaixo:

**Figura 3:** Alunos na escola de Artes e Ofícios em Lourenço Marques, 1930



**Fonte:** The Delagoa Bay World (*s.d.*)

Podemos perceber a priori, que este sistema de educação colonial em nada beneficiava a população nativa, pois que mais do que formar, instruir e libertar os moçambicanos baseada num pressuposto racista e discriminatório, procurava somente, através do trabalho compulsório, tirar vantagem na exploração lucrativa da colónia. Como atesta para o trecho abaixo:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para ensiná-los a ler, escrever e contar, não para fazê-los “doutores” (...) Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atração das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram

com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província. (...) As escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinamos ao nativo o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que os protege,( MONDLANE 1995 *apud* SANTOS 2005).

Se tivéssemos novamente que definir em poucas palavras a relação entre o Estado Colonial e a religião cristã neste segundo período, o que diríamos? poderíamos dizer que com o objetivo de supostamente transformar os povos nativos em cidadãos portugueses, o Estado Colonial aliou-se a Igreja Católica e criou inúmeras políticas de assimilação e de segregação racial, como tentativa de não somente evangelizar, mas sim civilizar os ditos primitivos e selvagens, agora com o auxílio de uma educação diferenciada e rígida, sem possibilidades de melhoria das condições de vida. Aí nos perguntamos novamente, estes religiosos foram santos ou diabos disfarçados? Repensemos nisso!

## CONCLUSÃO

A colonização sem Igreja Católica como suporte e alicerce, era algo impensável, porque no pensar dos diferentes intervenientes deste processo, ela fazia parte do designio geral de Deus de permitir que todos os povos do mundo conhecessem a verdadeira civilização e fé (pensamento marcadamente eurocentrista).

Nos arriscamos a dizer que o Estado usou a Religião Cristã para camuflar os seus verdadeiros objetivos (subjugação e exploração) e a Religião Cristã usou a figura de Deus (um elemento para fortificar a fé, cristianização e evangelização) para encobrir e justificar os seus reais interesses de exploração, acúmulo de riquezas e benfeitorias (dadas pelo Estado colonial como pagamento por cuidar da educação dos nativos). Nos arriscamos ainda a dizer, que as duas entidades tinham um denominador comum que foi a exploração e escravização do povo africano no geral e moçambicano em particular.

Contudo, estes religiosos foram santos ou diabos disfarçados? Estaríamos errados se pensarmos a religião Cristã como um braço forte de dominação colonial? Pensemos e repensemos! Cabe a cada um dos leitores olhar, com os ditos olhos de ver, para a dura realidade imposta pelo processo colonial e pela mão de ferro usada pela Religião Cristã e responder com precisão a esta pergunta que ecoa com bastante força em nossos pensamentos.

Para que África, como continente e Moçambique como país, construa o seu destino, é importante ver a história como espelho do que foi, para repensar acerca do passado doloroso e violento e ainda assim, decidir seguir em frente, a partir de novas alianças entre o Estado, Religião Cristã e as Religiões Nativas (detentoras dos nossos valores autóctones), com vista não de escravizar, mas de construir um nação de paz, que muito estamos precisando.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A. M. *Moçambique 1896-1898*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa/Typographia Minerva [orig. 1899].
- BAULENE, M. R. **História das Sociedades III- Os fenómenos sociais e seus reflexos 19 nas formas de interpretação. O colonialismo e a estruturação social em África**. [2013?].
- BORDEAU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BORDIEU, P. **O poder do Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertand. 2007.
- CABAÇO, J. L de O. **Moçambique, identidade, colonialismo e libertação**. Tese de doutoramento- Programa de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Sociais, São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE\\_JOSE\\_LUIS\\_OLIVEIRA\\_CABACO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE_JOSE_LUIS_OLIVEIRA_CABACO.pdf). Acesso: 10 de Fevereiro de 2024.
- CASTIANO, J. P. **Referenciais da filosofia africana: em busca da Inter subjetivação**. Maputo: Sociedade Editorial, 1993. p. 193.
- COSSA, H; MATARUCA, S. **Moçambique e sua História**. 1981.
- ENNES, A. **Moçambique. Relatório apresentado ao Governo**. 4ª edição. Agência Geral do Ultramar, 1946. Disponível em: <file:///C:/Users/Dra.Manuela/Downloads/apoena2,+Legislaçãoportuguesaparaoultramar.pdf>. Acesso: 10 de Fevereiro de 2024.
- GRAÍNHA, M. B. *As missões em Angola e Moçambique*. Resumo histórico e um plano missionário. Cernache do Bonjardim: Tipografia do Instituto de Missões Coloniais, 1920.
- GOODY, J. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. Editora contexto.2008.
- LARANJEIRA, C. M. **Apontamentos sobre os primórdios do ensino primário em Moçambique**. In: *Africana*. Porto: Universidade Portuguesa, 1995.
- LITSURE, H. F. **A identidade Tsonga-Changana no contexto da Identidade Nacional Moçambicana: construção e representação**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - especialidade de Historia dos factos sociais. – Lisboa, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/89676418/A\\_identidade\\_TSONGA\\_CHANGANA\\_no\\_contexto\\_da\\_identidade\\_Nacional\\_Mo%C3%A7ambicana\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_representa%C3%A7%C3%A3o?hb-g-sw=98228487](https://www.academia.edu/89676418/A_identidade_TSONGA_CHANGANA_no_contexto_da_identidade_Nacional_Mo%C3%A7ambicana_constru%C3%A7%C3%A3o_e_representa%C3%A7%C3%A3o?hb-g-sw=98228487). Acesso em: 10 de Fevereiro de 2024.
- MADEIRA, A. I. **Ler, escrever e orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Educação - Educação Comparada) – Universidade de Lisboa, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302\\_td.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302_td.pdf). Acesso em: 12 de Fevereiro de 2024.

- MAZULA, B. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Maputo, MZ: Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa - Edições Afrontamento.1995.
- MONDLANE. E. **Lutar por Moçambique**. Maputo : Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.1995.
- NEWITT, M. **A History of Mozambique**. Hurst & Company, London, 1995.
- SANTOS, D. L. **Conhecer para catequisar e dominar: colonialismo visto sobre o outro e missões católicas, Moçambique (1985-1940)**. 2013.
- SANTOS et al. **Exploração portuguesa na África colonial: cristianismo como estratégia para dominação política dos chefes Africanos**. 2016. AUPU; BAI Feira Santana.
- SANTOS, H. A. **Colonialidade do saber no ensino de História: uma perspectiva pós-colonial e intercultural**. 2005.
- SILVA, O. **A comunidade dos missionários da África e a introdução do catolicismo na Rodésia do Norte**. 2016.
- SILVA, D. R. **O processo de independência de Moçambique e o caso da Missão Suíça no ensino de História**. 2020.
- OLIVEIRA, et al. **Religião, literatura e a dinâmica colonial na África**. 2021.
- OMAR,D. K.S.Revista: **Em favor a igualdade racial**. Rio Branco.V.4, n1.P. 59-71,jan-abril, 2021.
- 1452-55: quando Portugal e a Igreja Católica se uniram para reduzir [praticamente] todos os africanos à escravatura perpétua. Disponível em <https://www.geledes.org.br/1452-55-quando-portugal-e-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-escravatura-perpetua/>. Acesso em:10 de Fevereiro de 2024.
- Silva,D.N. Neocolonialismo na África e a Conferência de Berlim. Disponível em disponível: em<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/neocolonialismo-na-africa-e-a-conferencia-berlim.htm>. Acesso: 18 de Abril de 2024.
- <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-09/papa-francisco-viagem-mocambique-igreja-dados-estatisticos.html>. Acesso:22 de Abril de 2024.
- [https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g677702-d6881933-Reviews-Igreja\\_de\\_Sao\\_Jose\\_de\\_Boroma-Tete\\_Tete\\_Province.html-Missaoj](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g677702-d6881933-Reviews-Igreja_de_Sao_Jose_de_Boroma-Tete_Tete_Province.html-Missaoj). Acesso:22 de Abril de 2024.
- <https://delagoabayworld.wordpress.com/2018/03/22/alunos-na-escola-de-artes-e-oficios-em-lourenco-marques-1930/>. Acesso:22 de Abril de 2024.
- O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, Nº 1, 2006.<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/e>.



## **PARTE III**

---

**MUDANÇA CLIMÁTICA  
E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

# ALIMENTANDO COMUNIDADES E NUTRINDO O DESENVOLVIMENTO - O PAPEL FUNDAMENTAL DO MELHORAMENTO DE PLANTAS NO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E NA QUALIDADE DE VIDA

*Aguiar Afonso Mariano<sup>1</sup>*

*Andreza de Brito Leal<sup>2</sup>*

*Fane Benedito Eduardo Duarte Macueia<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Reconhecemos os desafios enfrentados pelo desenvolvimento sustentável na África, mas acreditamos que, unidos, podemos superá-los. É crucial que os líderes se comprometam com políticas inclusivas e de longo prazo para promover a produção alimentar sustentável, enfrentando a fome e a pobreza. Além disso, é necessário construir infraestruturas resilientes, desenvolver cultivares adaptadas e promover uma cultura de inclusão e igualdade.

O investimento em pesquisas no desenvolvimento de variedades resistentes é essencial. Com ações coordenadas, podemos garantir o desenvolvimento sustentável e um futuro mais justo e próspero para todos os africanos. Esta carta representa um apelo para o compromisso coletivo com o desenvolvimento sustentável na África, visando alcançar avanços significativos para as futuras gerações.

Em África, embora a agricultura seja a principal fonte de subsistência para a maioria da população que vive em áreas rurais, a insegurança alimentar e a desnutrição crônica ainda são predominantes. Esses problemas são particularmente graves entre mulheres e crianças na região subsaariana do continente (FAO, 2017).

---

1 Eng. Agrônomo, MSc, Doutorando em Agronomia – UFPel. Instituto de Investigação Agrária de Moçambique - Centro Zonal Noroeste. <https://orcid.org/0000-0001-7046-6816>. [aguiarafonsomariano488@gmail.com](mailto:aguiarafonsomariano488@gmail.com).

2 Tec. de Alimentos, MSc, Doutoranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos – UFPel. [andrezaleal.tecno@gmail.com](mailto:andrezaleal.tecno@gmail.com).

3 Eng. Agrônomo, MSc, Doutorando em Ciência e Tecnologia de Alimentos-UFPel. Universidade Lúrio-FCN-Pemba, Moçambique. <https://orcid.org/0000-0002-2147-6433>. E-mail: [fane.macueia@unilurio.ac.mz](mailto:fane.macueia@unilurio.ac.mz).

A falta de recursos, como terra e água adequada para irrigação, a escassez de insumos agrícolas, a ausência de políticas de investimento efetivas no setor agrícola, assistência técnica especializada e orientada aos resultados e uma rede de comercialização insuficiente, mantêm a agricultura africana em um estado de atraso (BJORN LUND; BJORN LUND; VAN ROOYEN, 2020). Além disso, o continente africano é vulnerável a uma variedade de desastres naturais, incluindo secas recorrentes, inundações e ciclones, tornando o progresso agrícola cada vez mais desafiador (DURGA *et al.*, 2024).

Apesar dessas dificuldades, a agricultura na África continua sendo o setor que mais contribui na economia da maioria dos países, visto que na maioria deles, cerca de 60% da sua população vive exclusivamente desta atividade, contribuindo em até cerca de 30% do PIB (SRID, 2020). Devido a vários fatores, a população rural enfrenta vulnerabilidade alimentar e, muitas nações dependem da produção externa, principalmente da Ásia e Europa, elevando a inflação e o custo dos alimentos (BJORN LUND; BJORN LUND; VAN ROOYEN, 2020; DURGA *et al.*, 2024; SRID, 2020).

Em 2022, a África sofreu a pior seca em quatro décadas, exacerbada pela guerra na Ucrânia e pela pandemia de COVID-19, que impulsionaram os preços globais dos alimentos. A dependência da África nas importações de produtos agrícolas a torna vulnerável a choques externos, agravando a escassez de alimentos para milhões de pessoas e piorando a situação socioeconômica (FAO, 2022). A crise destaca a necessidade de repensar a agricultura no continente, evidenciando lacunas e oportunidades. A melhoria da produção e segurança alimentar é, portanto, uma prioridade (FAO, 2022; BEN HASSEN; EL BILALI, 2024).

Entretanto, vale lembrar que a segunda meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas prevê que até 2030 a fome seja erradicada e o acesso a alimentos seguros e nutritivos seja garantido para todos, com foco especial nos pobres e vulneráveis. Além disso, é crucial dobrar a produtividade e os rendimentos dos pequenos produtores, incluindo mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores. Isso pode ser alcançado através do acesso igualitário à terra, recursos produtivos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de emprego não agrícolas (UN, 2015).

À medida que nos aproximamos de 2030, surge a necessidade premente de avaliar os avanços em direção às metas ambiciosas, particularmente no que diz respeito à erradicação da fome e à promoção da produção sustentável de alimentos na África. Líderes africanos precisam se mobilizar e investir em tecnologias de produção, desenvolvimento humano e capacidade de produção local. Políticas agrárias claras são essenciais para uma produção sustentável e minimização do

impacto ambiental. Para alcançar esses objetivos, é crucial buscar orientação de todas as partes interessadas e priorizar consultas públicas ao implementar programas, garantindo que atendam às necessidades das comunidades.

Desde a independência das nações africanas, a África tem-se beneficiado de vários programas e instituições financeiras regionais e internacionais para mitigar os problemas causados pelas mudanças climáticas e na área da agricultura (QOBO, 2007). No entanto, o desenvolvimento do continente não tem acompanhado o ritmo desses apoios, sugerindo falhas na implementação desses programas ou falta de planejamento adequado antes de buscar esses apoios (NDIZERA; MUZEE, 2018). Outra preocupação é que esses programas podem tornar a África dependente, resultando em falta de comprometimento dos líderes com essa causa (NWOZOR; OKIDU; ADEDIRE, 2021).

Uma das estratégias para a melhoria da produção e segurança alimentar é o melhoramento de plantas. Este processo garante um recurso genético de maior produtividade, qualidade nutricional, adaptação às mudanças climáticas, redução do uso de agroquímicos e preservação da biodiversidade, alinhando-se diretamente com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente os ODS 2 (Fome Zero), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) (ALAM, 2021; UN, 2015).

O melhoramento de plantas tem como objetivo principal, aumentar o rendimento e a qualidade dos produtos agrícolas, adaptando-os às condições ambientais e reduzindo perdas causadas por fatores bióticos e abióticos. Isso é alcançado através do desenvolvimento de variedades com maior produtividade, resistência a doenças e pragas, além de características agrônômicas desejáveis, como maturação precoce e crescimento determinado (ALAM, 2021).

O melhoramento de plantas, como discutido por PANDEY et al. (2024), é uma abordagem científica que visa modificar as características das plantas para alcançar características econômicas desejáveis, como produtividade, tamanho de frutos (ou grãos) e teor de nutrientes (como vitaminas, minerais, proteínas etc.). Esse processo pode ser realizado por meio de uma variedade de métodos, que vão desde a seleção simples de plantas com características desejadas até técnicas moleculares avançadas, como a engenharia genética (PANDEY *et al.*, 2024).

Por ser um processo complexo e de certa forma que envolve custos, é necessário que haja investimentos de várias formas, desde a capacitação do capital humano capaz de lidar com as diversas ferramentas existentes para o melhoramento, infraestruturas como laboratórios, centros de pesquisas, universidades, capacitação de produtores, entre outros aspectos. Acreditamos que com um investimento no melhoramento de plantas em várias vertentes,

irá resolver significativamente os problemas enfrentados na nossa agricultura e subsequentemente teremos reduzida a problemática da insegurança alimentar.

A presente revisão pretende abordar aspectos relacionados ao melhoramento de plantas como uma ciência e sua importância na promoção do desenvolvimento sustentável na África. Esta abordagem inclui a criação de culturas que não apenas visam a segurança alimentar, mas também a sustentabilidade ambiental. A intenção é que este trabalho possa auxiliar a todos os intervenientes e aos líderes africanos na tomada de decisões e na elaboração de planos para a produção de alimentos de forma sustentável.

### ***Melhoramento de plantas e sua importância na produção de alimentos***

O melhoramento de plantas é uma ciência aplicada e multidisciplinar que visa desenvolver cultivares mais adequadas às necessidades humanas, integrando conhecimentos agrônômicos, botânicos, genéticos, entre outros (Schlegel, 2003, citado por Gepts & Hancock, 2006). Os melhoristas colaboram com agricultores para desenvolver variedades que atendam às demandas dos consumidores e melhorem a produção de alimentos (TIWARI *et al.*, 2022).

Essa prática, ancestral na história humana, foi fundamental na transição para estilos de vida sedentários, garantindo o fornecimento de alimentos em constante crescimento (HALLAUER, 2011). A Revolução Verde, liderada por cientistas como Norman Borlaug, destacou a importância do melhoramento de plantas ao aumentar significativamente a produção mundial de alimentos (GONAL *et al.*, 2023).

A revolução do melhoramento genético de plantas teve suas raízes nos trabalhos pioneiros de Jonh Le Couter, Patrick Sherrif, Louis de Vilmorin e outros no século XIX, que exploraram progênies e princípios de seleção individual. Avanços como os de G.H. Shull e Jones impulsionaram a obtenção de híbridos superiores, fundamentais para o desenvolvimento do melhoramento genético moderno. Essa abordagem, combinada com a integração de disciplinas científicas diversas, resultou em variedades de alto rendimento e especialização, contribuindo significativamente para a produtividade agrícola global e a oferta de alimentos (MACHADO, 2014).

Os programas de melhoramento de plantas visam aumentar a produtividade agrícola e minimizar os impactos ambientais negativos, promovendo serviços ecossistêmicos e novos modelos agrícolas (BRUMMER *et al.*, 2011; OSORIO-MARÍN *et al.*, 2024). Desde a década de 1990, os marcadores moleculares têm sido empregados para selecionar linhagens de plantas superiores, integrando métodos tradicionais e moleculares no processo de melhoramento genético (DUTTA; BEHERA; SARMA, 2022).

Os avanços na genômica permitiram marcar genes associados a qualidades agronômicas e resistência a desafios ambientais (KUMAR *et al.*, 2021). A engenharia genética, exemplificada pela criação de arroz geneticamente modificado, busca aumentar o rendimento do cultivo e garantir a segurança alimentar (ABDUL AZIZ *et al.*, 2022; KOBAYASHI; WANG; WANG, 2023). No entanto, desafios regulatórios e a desconfiança pública permanecem obstáculos para o avanço responsável da tecnologia GM (BAWA; ANILAKUMAR, 2013; KUMAR *et al.*, 2020).

A adoção de biotecnologia na África, incluindo culturas Geneticamente Modificadas, enfrenta desafios. Governos implementaram políticas de apoio, mas questões éticas e legais complexas persistem (SIKORA *et al.*, 2019). A falta de precedentes legais para a Engenharia genética e a necessidade de adaptar definições existentes são obstáculos. A diversidade de contextos na África exige abordagens flexíveis para maximizar os benefícios da biotecnologia e gerenciar riscos para agricultores e ecossistemas (SIKORA *et al.*, 2019; MUTEZO *et al.*, 2021).

No século XX, houve avanços no melhoramento de plantas devido ao conhecimento em genética, contudo, em África, esse progresso foi limitado devido a falta de acesso ao conhecimento e investimento. Hoje, desafios persistem, como adaptação às mudanças climáticas e ameaças por pragas. Para superá-los, é necessário fortalecer a pesquisa e promover parcerias entre setores público e privado (KYETERE *et al.*, 2019; MUTEZO *et al.*, 2021).

O melhoramento de plantas tem mostrado ser essencial para o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar, sendo um investimento estratégico para combater a fome em África. A colaboração entre setores público e privado, impulsionada por avanços em genética e tecnologia, pode aumentar a produtividade agrícola e enfrentar desafios como mudanças climáticas e pragas. Além disso, o comprometimento dos líderes africanos no delineamento de políticas concretas e inclusivas é crucial para garantir a implementação efetiva dessas estratégias.

### ***Segurança alimentar para o desenvolvimento sustentável em África***

A Segurança Alimentar é um conceito global que visa garantir o acesso a alimentos nutritivos e sustentáveis para todos. Ela enfrenta desafios significativos devido ao crescimento populacional e às mudanças climáticas, exigindo soluções rápidas e eficazes. Avaliações consistentes são necessárias para monitorar e abordar esses desafios (POZZA; FIELD, 2020). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destacam a importância da Segurança Alimentar, reforçando seu papel crucial na promoção de um futuro sustentável (ISPA, 2018; POZZA; FIELD, 2020).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é alcançada quando todos têm acesso a alimentos seguros e nutritivos, excluindo água, álcool (cerveja, vinhos etc.) e medicamentos. Este conceito abrange quatro dimensões: categórica,

sócio-organizacional, gerencial e situacional, definindo uma perspectiva ampla de segurança alimentar (SIMELANE; WORTH, 2020). A alimentação, um direito humano básico, vai além da nutrição, incluindo diversidade, acesso à informação, respeito à cultura alimentar e recursos financeiros ou naturais (NASCIMENTO *et al.*, 2023).

Por outro lado, a insegurança alimentar e nutricional é um problema global que persiste mesmo em anos de colheitas abundantes, afetando tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. A disponibilidade de alimentos não garante automaticamente a segurança alimentar e nutricional, pois os alimentos podem não ser acessíveis a todos, não fornecer todos os nutrientes necessários ou não serem aceitáveis ou sustentáveis. Essas situações representam potenciais inseguranças alimentares e nutricionais (SIMELANE; WORTH, 2020). A insegurança alimentar, prejudicial à saúde humana, destaca a necessidade de segurança alimentar e nutrição para melhorar a saúde das pessoas. Esses são focos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030. Milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar, representando um dos principais riscos à saúde humana (BEYENE, 2023).

Enquanto a falta de alimentos é uma preocupação em um extremo, a desnutrição crônica, especialmente em países em desenvolvimento, é outra questão que enfrentamos, conhecida como “fome oculta” (CIRIELLO *et al.*, 2023). A fome oculta, ou deficiência de micronutrientes, é um tipo de desnutrição que ocorre quando a dieta carece de vitaminas e minerais essenciais. Mesmo tendo acesso a alimentos suficientes, as pessoas que sofrem de fome oculta muitas vezes não recebem os nutrientes vitais necessários para uma saúde e desenvolvimento adequados (CIRIELLO *et al.*, 2023; NIKO; JITPRAKONG; RIYADI, 2023).

A “fome oculta”, deficiência de micronutrientes que afeta cerca de 60% da população mundial, pode causar problemas de crescimento, cognição e imunidade em adolescentes e levar a doenças crônicas na vida adulta (CIRIELLO *et al.*, 2023). Estratégias educativas têm sido eficazes para promover a conscientização sobre micronutrientes e incentivar escolhas alimentares saudáveis entre os jovens (IBEANU; EDEH; ANI, 2020).

Para combater a fome oculta, é essencial uma abordagem multissetorial em nível nacional e internacional. A coordenação governamental entre os sectores da agricultura, saúde e educação é vital para aprimorar a segurança alimentar. A promoção de alimentos biofortificados pode ser uma solução sustentável, atingindo efetivamente tanto as áreas urbanas quanto rurais (JEJE; OLUWAFEMI G I; OMOWAYE-TAIWO O A, 2023).

A biofortificação é uma estratégia que busca aumentar a densidade de nutrientes em culturas alimentares. Ela permite o desenvolvimento de variedades

vegetais enriquecidas com nutrientes essenciais, como ferro, zinco e carotenoides pró-vitamina A (TALSMA; PACHÓN, 2017). Essas iniciativas utilizam métodos convencionais e transgênicos para melhorar o conteúdo de micronutrientes. Estudos mostram que as culturas biofortificadas são uma fonte confiável e segura de micronutrientes para populações não atendidas por outras intervenções nutricionais (JEJE; OLUWAFEMI G I; OMOWAYE-TAIWO O A, 2023).

Diversas técnicas, como biotecnologia e melhoramento convencional de plantas, são usadas para melhorar a nutrição das culturas, aumentando a concentração de nutrientes como vitaminas e minerais (GARG *et al.*, 2018; SAINI *et al.*, 2022). O arroz dourado, modificado geneticamente para conter  $\beta$ -caroteno, é um exemplo notável. Embora considerado seguro em alguns países, seu cultivo comercial é limitado devido a preocupações com a saúde humana e ambiental. Outros cultivos geneticamente modificados enriquecidos com carotenoides foram desenvolvidos, mas ainda não estão em cultivo comercial. Essas estratégias visam reduzir a desnutrição e promover a saúde da população através de culturas mais nutritivas e saudáveis (SAINI *et al.*, 2022).

A promoção de estratégias para a redução da insegurança alimentar e desnutrição crônica é essencial para o desenvolvimento sustentável. Investir em técnicas sofisticadas de melhoramento de plantas pode ser uma solução eficaz para esses desafios. Essas técnicas podem aumentar a densidade nutricional das culturas, fornecendo alimentos mais ricos em nutrientes para as populações vulneráveis. Assim, além de combater a insegurança alimentar e a desnutrição, essas estratégias também contribuem para a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

### ***Sustentabilidade na Agricultura em África***

A agricultura desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável da África, contribuindo significativamente para o PIB e empregando a maioria da força de trabalho do continente. Apesar dos avanços, a agricultura ainda enfrenta desafios significativos, como baixa produtividade e questões de segurança alimentar. Superar esses obstáculos é fundamental para aproveitar plenamente o potencial agrícola da África e garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico sustentável (SCHOOR *et al.*, 2023)

Na África Subsaariana, a aplicabilidade dos princípios de agricultura sustentável dos países industrializados é limitada por desafios como doenças e mudanças nas preferências de cultivo (GOLDMAN, 1995). A resiliência na agricultura é reforçada pela diversificação de culturas e fontes de renda, juntamente com ações de organizações locais e internacionais (EBITU *et al.*, 2021; GOLDMAN, 1995).

Diferentemente de outras regiões, a África Subsaariana sofre colapsos devido a perturbações intensas, resultando em degradação do solo, crises econômicas e deslocamento de populações. Nesse cenário, a adoção de tecnologia e a adaptação dos agricultores são fundamentais para a sustentabilidade e o aumento da renda agrícola (EBITU *et al.*, 2021; GAMAGE *et al.*, 2023).

O desenvolvimento sustentável visa satisfazer as necessidades atuais sem comprometer o futuro das próximas gerações, priorizando os mais pobres e considerando limitações tecnológicas e sociais (HÓDINÉ HERNÁDI, 2023). Na África, a exploração de recursos e a pobreza continuam sendo desafios, mesmo com os esforços governamentais. Para alcançar objetivos inclusivos, é essencial abordar tais questões e encontrar soluções eficazes, mantendo um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais e sociais (NNENNA *et al.*, 2023).

As práticas agrícolas tradicionais na África enfrentam desafios como a falta de análises de solo, nivelamento de terra e diversificação de culturas, resultando em baixos rendimentos. A ineficiência na irrigação é exacerbada pela ausência de associações de usuários de água e cooperativas agrícolas (FAO, 2018). Além disso, o acesso limitado a fertilizantes e sementes de qualidade, juntamente com a escassez de maquinário agrícola, leva muitos agricultores a depender de fornecedores privados e métodos manuais, afetando negativamente a produtividade e a eficiência no uso da água (FAO, 2018; VANLAUWE *et al.*, 2023).

A baixa produtividade do milho na África, por exemplo, é um problema significativo. A falta de acesso a recursos e tecnologias modernas por parte dos pequenos agricultores, que são a maioria dos produtores de milho, resulta em rendimentos insuficientes (EPULE; CHEHBOUNI; DHIBA, 2022). Isso faz com que haja uma agravada dependência por parte dos agricultores na expansão de áreas de cultivo, uma prática que não é sustentável e contribui para a degradação ambiental. Portanto, é crucial abordar a questão da baixa produtividade do milho para garantir a segurança alimentar na África (ADDAI; NG'OMBE; TEMOSO, 2023).

A exploração do potencial produtivo das lavouras na África enfrenta obstáculos devido a vários fatores, como a infertilidade do solo, a falta de água para irrigação e a ausência de insumos apropriados (MABHAUDHI *et al.*, 2018). A presença de fatores bióticos e abióticos também tem prejudicado o avanço do setor agrícola, tornando-o menos competitivo em comparação com outros continentes. Apesar disso, surgiram diversas práticas alternativas para superar esses desafios, como a utilização de fertilizantes minerais e pesticidas (BELSKY; JOSHI, 2019). Contudo, o uso impróprio desses insumos pode levar a impactos ambientais adversos e resíduos nocivos nos alimentos, representando uma ameaça à saúde humana (BATIONO *et al.*, 2006; BELSKY; JOSHI, 2019).

Diante da necessidade de aumentar a produção agrícola e preservar o meio ambiente, é essencial criar estratégias para minimizar os impactos negativos da agricultura, promovendo práticas sustentáveis e minimizando a perturbação ambiental (JACQUET *et al.*, 2022; ÇAKMAKÇI; SALIK; ÇAKMAKÇI, 2023). O melhoramento de plantas é uma das principais estratégias, que envolve o desenvolvimento de cultivares adaptadas a várias latitudes e condições de cultivo, resistentes a estresses causados por fatores bióticos e abióticos. Essas cultivares têm baixa demanda de insumos, maximizam o uso de recursos hídricos e minimizam o uso de fertilizantes e agrotóxicos sintéticos (ÇAKMAKÇI; SALIK; ÇAKMAKÇI, 2023).

A engenharia genética impulsiona a criação de novas variedades agrícolas adaptáveis às mudanças climáticas, proporcionando benefícios como aumento da produção e redução de custos, mas é crucial equilibrar acesso à tecnologia e regulação para maximizar os benefícios e minimizar os riscos ambientais (SHARMA *et al.*, 2022). Apesar das controvérsias, a pesquisa nesse campo promete contribuir significativamente para a sustentabilidade agrícola, com alimentos geneticamente modificados considerados seguros com base em análises científicas rigorosas (ARECHE *et al.*, 2023).

A sustentabilidade na agricultura é vital para a segurança alimentar, o crescimento econômico e a proteção ambiental. Práticas agrícolas equilibradas e a inclusão de pequenos agricultores na tomada de decisões são necessárias. Nesse cenário, é crucial que os líderes africanos se comprometam mais e assegurem investimentos para promover a maximização da produção e de forma segura.

### ***Desafios e oportunidades do melhoramento de plantas na produção de alimentos***

O melhoramento de plantas enfrenta desafios significativos na agricultura e segurança alimentar, embora não seja uma solução universal, pode ser direcionado para resolver questões específicas, como aumento da produtividade, resistência a doenças e pragas, redução do tempo de maturação e melhoria do valor nutricional (AGBOWURO; SALAMI; AFOLABI, 2021). As técnicas de manipulação genética desempenham um papel crucial nesse processo, permitindo a adaptação das plantas às necessidades da sociedade, seja para fornecer alimentos mais nutritivos, matérias-primas para a indústria farmacêutica ou outros usos relevantes (AGBOWURO; SALAMI; AFOLABI, 2021; ZIMBA *et al.*, 2022).

O melhoramento convencional é essencial para o desenvolvimento de variedades vegetais e a segurança alimentar. No entanto, sua eficiência pode ser limitada pelo tempo necessário para alcançar os resultados desejados (AHMAR *et al.*, 2020). O surgimento do melhoramento baseado em marcadores moleculares

têm proporcionado avanços significativos, com a adoção de ferramentas de melhoramento molecular resultando em plantas com características agrônômicas desejáveis. Isso tem contribuído para aumentar a produção e a produtividade agrícola (KRISHNA *et al.*, 2023).

No entanto, em África e em muitos países em desenvolvimento, a adoção limitada do melhoramento genético é devida a vários fatores, incluindo a falta de pessoal treinado, infraestrutura inadequada e recursos limitados (RIBAUT; DE VICENTE; DELANNAY, 2010). Esses desafios são amplificados pela necessidade urgente de melhorar as culturas para resistir a estresses bióticos e abióticos, tornando a fenotipagem um desafio. Apesar disso, a história relativamente curta do melhoramento genético nesses países sugere um grande potencial para avanços futuros. Isso poderia levar a ganhos genéticos significativos em comparação com os obtidos em países desenvolvidos (RIBAUT; DE VICENTE; DELANNAY, 2010; WANGA *et al.*, 2021).

A biotecnologia agrícola enfrenta desafios como restrições regulatórias, falta de recursos e resistência do consumidor. A comercialização de culturas geneticamente modificadas é dificultada por regulamentações rigorosas e a resistência de consumidores conservadores (KOSSMANN, 2012). A falta de divulgação sobre os benefícios desses produtos também é um obstáculo. Para superar esses desafios, são necessárias estratégias multidisciplinares, colaboração e engajamento de líderes para promover políticas favoráveis e conscientização pública (NASUTION; NASUTION, 2023).

À área do melhoramento de planta apresenta vários panoramas de oportunidades para inovação, através de alianças abrangentes, podendo se estabelecer objetivos compartilhados e desenvolver sistemas de colaboração que sejam transparentes e inclusivos (HERRERO *et al.*, 2020). Tais iniciativas, se bem executadas, têm o potencial de influenciar positivamente as negociações intergovernamentais e moldar as normas futuras sob a égide das Nações Unidas. Assim, os defensores da inovação têm a chance de promover plataformas e sistemas de governança que inspirem confiança e facilitem a implementação justa e eficaz dessas tecnologias (HALEWOOD *et al.*, 2018; HERRERO *et al.*, 2020).

É importante ressaltar que na África, o melhoramento de plantas enfrenta desafios e oportunidades, exigindo reflexão e colaboração para superar obstáculos e aprimorar capacidades existentes. Este processo é crucial para o desenvolvimento sustentável. Ao abordar desafios como falta de recursos e infraestrutura inadequada, e aproveitar oportunidades de inovação e colaboração, podemos criar um futuro onde a agricultura seja mais produtiva e resiliente, garantindo a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades africanas.

## CONCLUSÃO

Diante dos desafios significativos enfrentados pela agricultura no continente africano, é crucial reconhecer o papel fundamental do melhoramento de plantas no impulsionamento do desenvolvimento sustentável e na promoção da segurança alimentar. Esta revisão destaca diversos aspectos que evidenciam a importância dessa ciência aplicada para enfrentar os desafios específicos da região.

Primeiramente, o melhoramento de plantas é uma ferramenta poderosa para aumentar a produtividade agrícola, adaptando culturas às condições ambientais adversas e aos desafios bióticos e abióticos. Por meio do melhoramento genético convencional e a biotecnologia, é possível desenvolver variedades mais resistentes a doenças, pragas e tolerantes aos estresses abióticos, garantindo assim um suprimento estável de alimentos.

Além disso, o melhoramento de plantas desempenha um papel crucial na promoção da nutrição e saúde, por meio da biofortificação e do aumento do teor de nutrientes essenciais nas culturas. Isso é especialmente relevante para combater a “fome oculta” e reduzir a incidência de deficiências nutricionais, melhorando assim a qualidade de vida das populações africanas.

Apesar do enorme potencial do melhoramento de plantas, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. A falta de recursos, infraestrutura inadequada e restrições regulatórias são apenas alguns dos obstáculos que limitam a adoção generalizada dessas tecnologias na África. Portanto, é essencial que os líderes africanos se comprometam a investir em pesquisa, capacitação e infraestrutura, a fim de promover o desenvolvimento e a aplicação de variedades melhoradas de plantas.

Além disso, é fundamental promover políticas públicas adequadas ao contexto atual e conscientizar a população sobre os benefícios que advém dessa inovação tecnológica, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. Isso requer uma abordagem multidisciplinar e colaborativa, envolvendo governos, instituições de pesquisa, setor privado e sociedade civil.

Vale ressaltar que não há evidências científicas que comprovem que os alimentos oriundos de plantas geneticamente modificadas causem problemas de saúde específicos. Organizações como a OMS (Organização Mundial da Saúde), NAS (National Academy of Sciences) dos Estados Unidos e a EFSA (European Food Safety Authority) afirmam que esses alimentos atualmente no mercado são seguros para consumo humano. A pesquisa continua para monitorar possíveis impactos a longo prazo.

Em conclusão, o melhoramento de plantas desempenha um papel vital no desenvolvimento sustentável da África. Investir em políticas que promovam variedades melhores é essencial para garantir um futuro próspero na agricultura.

Essas ações são fundamentais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e combater a fome até 2030. Portanto, é urgente que os líderes africanos ajam agora.

## REFERÊNCIAS

- ABDUL AZIZ, M. *et al.* Genetically engineered crops for sustainably enhanced food production systems. **Frontiers in Plant Science**, [s. l.], v. 13, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpls.2022.1027828/full>.
- ADDAI, K. N.; NG'OMBE, J. N.; TEMOSO, O. Average and heterogeneous effects of smallholder farm sizes on dietary diversity in northern Ghana. **Review of Development Economics**, [s. l.], n. November 2023, p. 697–718, 2023.
- AGBOWURO, G. O.; SALAMI, A. E.; AFOLABI, M. S. Plant breeding: A potential tool to sustain food security in Sub-Saharan Africa. **Journal of Pure and Applied Agriculture**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1–6, 2021.
- AHMAR, S. *et al.* Conventional and Molecular Techniques from Simple Breeding to Speed Breeding in Crop Plants: Recent Advances and Future Outlook. **International Journal of Molecular Sciences**, [s. l.], v. 21, n. 7, p. 2590, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1422-0067/21/7/2590>.
- ALAM, M. “Plant Breeding and Its Impact on Crop improvement”. [s. l.], n. June, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/352816156>.
- ARECHE, F. O. *et al.* Role of Biotechnology in Food Security: a Review. **Sabrao Journal of Breeding and Genetics**, [s. l.], v. 55, n. 5, p. 1496–1509, 2023.
- BATIONO, A. *et al.* African soils: Their productivity and profitability of fertilizer use. **Background paper for the Africa Fertilizer Summit**, [s. l.], n. June, p. 9–13, 2006.
- BAWA, A. S.; ANILAKUMAR, K. R. Genetically modified foods: safety, risks and public concerns—a review. **Journal of Food Science and Technology**, [s. l.], v. 50, n. 6, p. 1035–1046, 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s13197-012-0899-1>.
- BELSKY; JOSHI. Impact of Biotic and Abiotic Stressors on Managed and Feral Bees. **Insects**, [s. l.], v. 10, n. 8, p. 233, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-4450/10/8/233>.
- BEN HASSEN, T.; EL BILALI, H. Conflict in Ukraine and the unsettling ripples: implications on food systems and development in North Africa. **Agriculture & Food Security**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 16, 2024. Disponível em: <https://agriculture-andfoodsecurity.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40066-024-00467-3>.
- BEYENE, S. D. The impact of food insecurity on health outcomes: empirical evidence from sub-Saharan African countries. **BMC Public Health**, [s. l.], p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-023-15244-3>.

BJORNLUND, V.; BJORNLUND, H.; VAN ROOYEN, A. F. Why agricultural production in sub-Saharan Africa remains low compared to the rest of the world – a historical perspective. **International Journal of Water Resources Development**, [s. l.], v. 36, n. sup1, p. S20–S53, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07900627.2020.1739512>.

BRUMMER, E. C. *et al.* Plant breeding for harmony between agriculture and the environment. **Frontiers in Ecology and the Environment**, [s. l.], v. 9, n. 10, p. 561–568, 2011. Disponível em: <https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1890/100225>.

ÇAKMAKÇI, R.; SALIK, M. A.; ÇAKMAKÇI, S. Assessment and Principles of Environmentally Sustainable Food and Agriculture Systems. **Agriculture**, [s. l.], v. 13, n. 5, p. 1073, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0472/13/5/1073>.

CIRIELLO, M. *et al.* Iodine biofortification of four microgreens species and its implications for mineral composition and potential contribution to the recommended dietary intake of iodine. **Scientia Horticulturae**, [s. l.], v. 320, p. 112229, 2023. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0304423823004004>.

DURGA, N. *et al.* Barriers to the uptake of solar-powered irrigation by small-holder farmers in sub-saharan Africa: A review. **Energy Strategy Reviews**, [s. l.], v. 51, p. 101294, 2024. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2211467X24000014>.

DUTTA, C.; BEHERA, P. P.; SARMA, R. N. Applied Genetics and Plant Breeding in 21st Century for Crop Improvement – Status and Prospects. **International Journal of Environment and Climate Change**, [s. l.], v. 12, n. 11, p. 252–264, 2022.

EBITU, L. *et al.* Citizen science for sustainable agriculture – A systematic literature review. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 103, n. July 2019, p. 105326, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105326>.

EPULE, T. E.; CHEHBOUNI, A.; DHIBA, D. Recent Patterns in Maize Yield and Harvest Area across Africa. **Agronomy**, [s. l.], v. 12, n. 2, 2022.

FAO. Good Agricultural Practices (GAPs) for Sustainable Improvement of Quality and Quantity of Horticultural production of small-scale farmers in Fayoum. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/I7701EN>.

FAO. **Highlights in 2022 FAO in Africa: Highlights in 2022**. [S. l.: s. n.], 2022.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. **FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO.**, [s. l.], 2017.

GAMAGE, A. *et al.* Role of organic farming for achieving sustainability in agriculture. **Farming System**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 100005, 2023. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2949911923000059>.

GARG, M. *et al.* Biofortified Crops Generated by Breeding, Agronomy, and Transgenic Approaches Are Improving Lives of Millions of People around the World. **Frontiers in Nutrition**, [s. l.], v. 5, 2018. Disponível em: <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fnut.2018.00012/full>.

GOLDMAN, A. Threats to sustainability in African agriculture: Searching for appropriate paradigms. **Human Ecology**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 291–334, 1995.

GONAL, B. *et al.* Exploring the Future of Plant Breeding: Advancements and Challenges. **International Journal of Plant & Soil Science**, [s. l.], v. 35, n. 24, p. 49–55, 2023.

HALEWOOD, M. *et al.* Plant genetic resources for food and agriculture: opportunities and challenges emerging from the science and information technology revolution. **New Phytologist**, [s. l.], v. 217, n. 4, p. 1407–1419, 2018.

HALLAUER, A. R. Evolution of plant breeding. **Crop Breeding and Applied Biotechnology**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 197–206, 2011.

HERRERO, M. *et al.* Innovation can accelerate the transition towards a sustainable food system. **Nature Food**, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 266–272, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43016-020-0074-1>.

HÓDINÉ HERNÁDI, B. From Three-Factors Model of Sustainability to the Integrated Model of Sustainability. **Theory, Methodology, Practice**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 79–91, 2023.

IBEANU, V. N.; EDEH, C. G.; ANI, P. N. Evidence-based strategy for prevention of hidden hunger among adolescents in a suburb of Nigeria. **BMC Public Health**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1–10, 2020.

ISPA, I. A. S. P. A. **Food Security and Nutrition**. [S. l.: s. n.], 2018.

JACQUET, F. *et al.* Pesticide-free agriculture as a new paradigm for research. **Agronomy for Sustainable Development**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 8, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s13593-021-00742-8>.

JEJE, O. A.; OLUWAFEMI G I; OMOWAYE-TAIWO O A. Mitigation of Hidden Hunger through Biofortification: An Appraisal. **International Journal of Recent Innovation in Food Science & Nutrition**, [s. l.], v. 6, n. March, 2023. Disponível em: <http://eurekajournals.com/JRIFSN.html>.

KOBAYASHI, K.; WANG, X.; WANG, W. Genetically Modified Rice Is Associated with Hunger, Health, and Climate Resilience. **Foods**, [s. l.], v. 12, n. 14, p. 2776, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-8158/12/14/2776>.

KOSSMANN, J. Grand Challenges in Plant Biotechnology. **Frontiers in Plant Science**, [s. l.], v. 3, 2012. Disponível em: <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fpls.2012.00061/abstract>.

KRISHNA, T. P. A. *et al.* The Era of Plant Breeding: Conventional Breeding to Genomics-assisted Breeding for Crop Improvement. **Current Genomics**,

[s. l.], v. 24, n. 1, p. 24–35, 2023. Disponível em: <https://www.eurekaselect.com/217006/article>.

KUMAR, K. *et al.* Genetically modified crops: current status and future prospects. **Planta**, [s. l.], v. 251, n. 4, p. 1–27, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00425-020-03372-8>.

KUMAR, N. *et al.* Genome-wide transcriptome analysis and physiological variation modulates gene regulatory networks acclimating salinity tolerance in chickpea. **Environmental and Experimental Botany**, [s. l.], v. 187, p. 104478, 2021. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0098847221001088>.

KYETERE, D. *et al.* the Role and Contribution of Plant Breeding and Plant Biotechnology To Sustainable Agriculture in Africa. **Afrika Focus**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 83–108, 2019.

MABHAUDHI, T. *et al.* Prospects for Improving Irrigated Agriculture in Southern Africa: Linking Water, Energy and Food. **Water**, [s. l.], v. 10, n. 12, p. 1881, 2018. Disponível em: <http://www.mdpi.com/2073-4441/10/12/1881>.

MACHADO, A. T. Construção histórica do melhoramento genético de plantas: do convencional ao participativo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 35–50, 2014.

MUTEZO, W. *et al.* The Application of CRISPR/Cas9 Technology in the Management of Genetic and Nongenetic Plant Traits. **International Journal of Agronomy**, [s. l.], v. 2021, 2021.

NASCIMENTO, L. G. P. *et al.* Organizational factors and safe food handling by food service workers: a scoping review protocol. **JBIS Evidence Synthesis**, [s. l.], v. 21, n. 6, p. 1318–1326, 2023. Disponível em: <https://journals.lww.com/10.11124/JBIES-22-00194>.

NASUTION, R. M. W.; NASUTION, M. K. M. A Computational Model of Biotechnology. *In*: [S. l.: s. n.], 2023. p. 122–133. *E-book*. Disponível em: [https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-35317-8\\_12](https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-35317-8_12).

NDIZERA, V.; MUZEE, H. A critical review of Agenda 2063: Business as usual?. **African Journal of Political Science and International Relations**, [s. l.], v. 12, n. 8, p. 142–154, 2018. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/AJPSIR/article-abstract/6790F5858951>.

NIKO, N.; JITPRAKONG, P.; RIYADI, S. F. **Hidden Hunger among Indigenous Women: How to Achieve Food Security in Southeast Asia**. [S. l.]: Atlantis Press SARL, 2023. *E-book*. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.2991/978-2-38476-150-0\\_6](http://dx.doi.org/10.2991/978-2-38476-150-0_6).

NNENNA, U. J. *et al.* Prospects and Challenges of Sustainable Development in Africa. **Idosr Journal of Communication and English**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 6–12, 2023.

- NWOZOR, A.; OKIDU, O.; ADEDIRE, S. Agenda 2063 and the Feasibility of Sustainable Development in Africa: Any Silver Bullet?. **Journal of Black Studies**, [s. l.], v. 52, n. 7, p. 688–715, 2021. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00219347211021099>.
- OSORIO-MARÍN, J. *et al.* Climate change impacts on temperate fruit and nut production: a systematic review. **Frontiers in Plant Science**, [s. l.], v. 15, 2024. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpls.2024.1352169/full>.
- PANDEY, V. C. *et al.* The agricultural extensification on polluted lands. In: DESIGNER CROPPING SYSTEMS FOR POLLUTED LAND. [S. l.]: Elsevier, 2024. p. 1–84. *E-book*. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B978032395618500004X>.
- POZZA, L. E.; FIELD, D. J. The science of Soil Security and Food Security. **Soil Security**, [s. l.], v. 1, n. August, 2020.
- QOBO, M. The challenges of regional integration in Africa In the context of globalisation and the prospects for a United States of Africa. [s. l.], n. June, p. 211–220, 2007. Disponível em: <http://www.fllanos.com/homeingles.html>.
- RIBAUT, J.-M.; DE VICENTE, M.; DELANNAY, X. Molecular breeding in developing countries: challenges and perspectives. **Current Opinion in Plant Biology**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 213–218, 2010. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1369526610000063>.
- SAINI, R. K. *et al.* Carotenoids: Dietary Sources, Extraction, Encapsulation, Bioavailability, and Health Benefits—A Review of Recent Advancements. **Antioxidants**, [s. l.], v. 11, n. 4, 2022.
- SCHOOR, M. *et al.* A Review of Sustainable Pillars and their Fulfillment in Agriculture, Aquaculture, and Aquaponic Production. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 15, n. 9, 2023.
- SHARMA, P. *et al.* Genetic modifications associated with sustainability aspects for sustainable developments. **Bioengineered**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 9509–9521, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21655979.2022.2061146>.
- SIKORA, R. A. *et al.* **Transforming agriculture in southern Africa: Constraints, technologies, policies and processes**. [S. l.: s. n.], 2019.
- SIMELANE, K. S.; WORTH, S. Food and Nutrition Security Theory. **Food and Nutrition Bulletin**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 367–379, 2020. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0379572120925341>.
- SRID. Agriculture in Africa. **Economic Journal of Development**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 144–157, 2020.
- TALSMA, E. F.; PACHÓN, H. **Biofortification of crops with minerals and vitamins**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.who.int>.

TIWARI, A. *et al.* Plant Breeding: Its Evolution and Recent Trends. *In: MARKET-DRIVEN PLANT BREEDING FOR PRACTICING BREEDERS*. Singapore: Springer Nature Singapore, 2022. p. 1–32. *E-book*. Disponível em: [https://link.springer.com/10.1007/978-981-19-5434-4\\_1](https://link.springer.com/10.1007/978-981-19-5434-4_1).

UN. **TRANSFORMING OUR WORLD: THE 2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT**. [*S. l.: s. n.*], 2015.

VANLAUWE, B. *et al.* Fertilizer and Soil Health in Africa THE ROLE OF FERTILIZER IN BUILDING SOIL. **INTERNATIONAL FERTILIZER DEVELOPMENT CENTER**, [*s. l.*], n. January, 2023.

WANGA, M. A. *et al.* Opportunities and challenges of speed breeding: A review. **Plant Breeding**, [*s. l.*], v. 140, n. 2, p. 185–194, 2021.

ZIMBA, K. J. *et al.* Induced mutagenesis: An underutilised component in the integrated management of aphid pests in sub-Saharan Africa. **Crop Protection**, [*s. l.*], v. 159, p. 106030, 2022. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0261219422001260>.

# **GESTÃO DE INUNDAÇÕES EM MOÇAMBIQUE - AÇÕES DO ESTADO E PROPOSTA DE APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA**

*Gudo Bai Armando Maidjelele<sup>1</sup>*

*Daniela Gonçalves Mattar<sup>2</sup>*

*Filomena Elídio Filipe Colaço<sup>3</sup>*

*Alexandre Strapasson<sup>4</sup>*

## **PRÓLOGO**

Caros Amigos Africanos e Brasileiros,

Atualmente, o ambiente construído enfrenta grande parte dos desafios relacionados às mudanças do clima e ao desenvolvimento sustentável. Espera-se que este capítulo inspire e forneça aos profissionais africanos e brasileiros, formuladores de políticas e pesquisadores, bem como às organizações da sociedade civil, uma base útil para compreender e implementar políticas, iniciativas e inovações que ajudem na transição de assentamentos urbanos vulneráveis e inseguros em cidades resilientes. Este capítulo também coopera para a implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres ao auxiliar o objetivo de construir resiliência e promover um comportamento adaptativo a eventos climáticos extremos, a fim de reduzir a vulnerabilidade.

O Brasil e a África têm muito em comum. Desde a diversidade e criatividade de seus povos até a necessidade de superação de muitos desafios, tais como: mudanças do clima; disponibilidade de recursos financeiros; transformação

---

1 Pós-doutorando em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília (UnB), Brasil, e Professor Doutor da Universidade Púnguè, Moçambique. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8374-597X>. E-mail: [gudoarmando@gmail.com](mailto:gudoarmando@gmail.com).

2 Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília, Brasil e Tecnologista do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9591-5878>. E-mail: [daniela.g.mattar@gmail.com](mailto:daniela.g.mattar@gmail.com).

3 Mestre em Bioética, Universidade de Brasília, Professora da Escola Secundária Quinta das Laranjeiras. E-mail: [filomenacolaco57@gmail.com](mailto:filomenacolaco57@gmail.com).

4 Professor Permanente do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). Ph.D. em Environmental Research pelo Imperial College de Londres. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4315-7334>. E-mail: [alexandre.strapasson@unb.br](mailto:alexandre.strapasson@unb.br).

digital e seu impacto social e em serviços; adequação das cidades adensadas e superpovoadas; aumento e a melhoria dos serviços urbanos, sem a ampliação dos impactos negativos sobre os recursos naturais.

As ocorrências de alagamentos, inundações, enchentes, movimentos de massa e secas prolongadas, associadas a chuvas torrenciais e, por vezes, concentradas, representam grandes desafios para as populações e aos gestores públicos nos centros urbanos de Moçambique e do Brasil. Observa-se, portanto, que os eventos extremos e os cenários de risco de desastre nas cidades e regiões metropolitanas evidenciam a urgência de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, bem como de enfrentamento e prevenção de multiriscos. Neste capítulo, apresentamos uma análise sobre a estrutura da governança para a gestão do risco de inundações em Moçambique, assim como um modelo existente de governança, elaborado e aplicado por um dos autores (Gudo Bai Armando Maidjelele), ao caso das inundações na cidade da Beira, durante seu doutorado na Universidade de Brasília (UnB).

## INTRODUÇÃO

Condições climáticas extremas decorrentes do efeito atual das mudanças climáticas e diversas atividades antrópicas descontroladas tornaram-se uma das principais causas de inundações à ecologia humana (Nkeki, Bello e Agbaje, 2022). As inundações são a forma de desastre natural mais frequente, geograficamente onipresente e grave em todo o mundo (Roy et al., 2021; Saha et al., 2021). Representam 52% dos desastres naturais, afetando cerca de 140 milhões de pessoas em todo o mundo (Fustos et al., 2017). Entre 1980 e 2019, resultaram em cerca de 3 mil mortes registradas e mais de 1 trilhão de dólares em danos globalmente (Munique, 2020). Estima-se que o impacto das inundações atinja aproximadamente 52 bilhões de dólares ao ano, em 2050 (Hallegate et al., 2013; Rahman et al., 2021). Cerca de 89% da população global vulnerável a inundações reside em países em desenvolvimento (Rentschler et al., 2022). Na África Subsaariana, em particular, 44% dos 170 milhões de pessoas vivem em pobreza extrema (menos de 1,90 dólares por dia) e enfrentam um risco significativo de inundações (Rentschler et al., 2022), sendo este o caso de várias regiões de Moçambique.

Moçambique, tal como outros países da costa oriental da África Subsaariana, é conhecido como o mercado de perigos naturais, devido a sua alta exposição aos fenômenos meteorológicos que se formam no Oceano Índico. Quando tais fenômenos se dirigem para a região sul do continente, Moçambique torna-se uma porta de entrada para a passagem dos ciclones tropicais, em razão de sua localização geográfica. Além dos ciclones tropicais, outro perigo constante

em Moçambique são as inundações, especialmente durante as estações chuvosas de outubro a março de cada ano, com pluviosidades diárias de alta intensidade. O país é atravessado pelos grandes rios da África Austral, por meio dos quais nove principais sistemas fluviais deságuam no Oceano Índico. Isso resulta em inundações durante o período chuvoso, com cerca de 45% do território sujeito a inundações anuais. Segundo levantamento do Banco Mundial, 58% de sua população está exposta a pelo menos um perigo hidrometeorológico, enquanto mais de 37% estão expostos a dois ou mais perigos (Banco Mundial, 2018).

As inundações têm ocorrido com maior frequência, levando à perda de propriedades e impactando o dia a dia das pessoas (Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres - INGD, 2020). Eckstein, Kunzel e Schafer (2021) relatam a perda de 647 vidas e o deslocamento de cerca de dezoito milhões de pessoas, após as inundações e ciclones tropicais de março e abril de 2019, que afetaram as zonas central e norte de Moçambique. Esses eventos foram classificados como “crises sem precedentes”, alertando de forma mais explícita a ciência e os governos para a urgência de revisar e inovar métodos, procedimentos operacionais e instrumentos da gestão de riscos e desastres diante desse cenário atual, ao qual o acervo existente parece incapaz e insuficiente para responder. Tais falhas nas defesas contra inundações lançam dúvidas sobre a eficiência das políticas públicas de adaptação e gerenciamento de crises de Moçambique para uma nova era climática.

Diante disso, a questão central deste capítulo é: até que ponto a estrutura de governação em Moçambique apoia a gestão do risco de inundações? A governança refere-se aqui ao contexto estrutural em que agem e interagem vários intervenientes com um papel no desenvolvimento e implementação de políticas de gestão do risco de inundações. Especificamente, o capítulo busca responder às seguintes perguntas: (i) quais são os desafios dentro dos atuais arranjos institucionais para a gestão de riscos de inundações em Moçambique? e (ii) que fatores moldaram as respostas do governo central aos eventos de inundações? Ao responder a essas perguntas, o capítulo examina a posição e o papel das instituições moçambicanas que são críticas no desenvolvimento de gestão inteligente para abordar os riscos de inundações e apresenta sugestões de aprimoramento institucional. A motivação deste capítulo é dupla. Em primeiro lugar, como os estudos sobre a gestão do risco de inundações em Moçambique se concentram principalmente em aspectos técnicos, pretendemos fornecer ao leitor uma compreensão básica da gestão do risco de inundações neste país. Em segundo lugar, os quadros de avaliação de governança que se concentram especificamente na gestão do risco de inundações são quase inexistentes.

### ***Contexto e aspectos metodológicos***

Para entender a governança do risco de inundação em Moçambique, uma pesquisa empírica foi realizada na cidade de Beira, conduzida pelo autor principal deste capítulo, em colaboração com seus colegas. Beira é a capital da província de Sofala e está localizada na região central e litoral do país, com território muito próximo ao nível do mar e uma população estimada em aproximadamente 640 mil habitantes, em 2024 (Figura 1). Nos últimos anos, a cidade da Beira tem sido frequentemente atingida por eventos climáticos, resultando em danos significativos em termos humanos, ecológicos, materiais e financeiros. Isso se deve à sua localização geográfica em uma planície baixa ao longo do Oceano Índico e às condições geomorfológicas, uma vez que grande parte de sua terra está abaixo do nível das águas do mar, além de ser atravessada por um complexo sistema ribeirinho. A cidade da Beira teve seu desenvolvimento articulado à construção de aterros litorâneos e de um sistema de canais artificiais, para facilitar o escoamento das águas fluviais e fluviomarinhas, visto que por toda a área predominam terrenos baixos, pantanosos e alagadiços, constituindo um fator desfavorável para o desenvolvimento de processos de urbanização. Algumas dessas áreas foram reservadas como zonas úmidas, cinturões verdes ou espaços de respiração, desde a criação da cidade, em 1887. No entanto, no período de 2008 a 2020, grande parte dessas terras foi transformada em áreas residenciais de alta densidade e sem acompanhamento de infraestrutura e serviços urbanos. Conseqüentemente, a cada ano, o número de pessoas afetadas por desastres, incluindo inundações, aumenta em Beira. Entre 2019 e 2023, Beira foi atingida por seis ciclones: Fredy, Gombe, Chalane, Eloise, Guambe e Idai, com intensidades de ventos variando entre 150 e 230 km/h (Instituto Nacional de Meteorologia - INAM, 2024). Destes eventos, destaca-se o ciclone Idai, que assolou a zona centro do país, com intensidade de ventos atingindo 230 km/h, e precipitação acumulada de 214.5 mm em apenas 1 dia (INAM, 2024). O evento de categoria 3 resultou na morte de 603 pessoas, afetando 18 milhões de indivíduos. Além disso, 3.359 salas de aula e mais de 200.000 habitações foram destruídas (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades - INGC, 2020). Entre 2013 e 2022, estima-se que ocorreram 10 inundações, causadas por ciclones, chuvas fortes e frentes frias (INAM, 2024).



risco de inundações em termos de resiliência social, eficiência e legitimidade. Na seção sobre legislação deste capítulo, damos atenção especial à Lei de Gestão de Calamidades Naturais e de Redução do Risco de Desastres. Esses resultados foram combinados teoricamente com as descobertas da análise documental, para construir uma avaliação holística da governança de risco de inundação em Moçambique.

### ***Estrutura institucional para gestão das inundações em Moçambique: o que o Estado faz?***

Moçambique criou uma série de instituições para combater os riscos de inundação e garantir práticas de adaptação eficazes. Entre essas instituições está o Conselho Coordenador para a Prevenção e Combate de Calamidades Naturais<sup>5</sup> (CCPCCN), criado por meio do Decreto nº 44/1980, e seu órgão executivo, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN). Esse órgão tinha como objetivo principal “dar uma resposta rápida e eficiente a situações de calamidade natural, orientando e coordenando os esforços das várias estruturas do Estado no combate às calamidades naturais”. No entanto, ações mais efetivas somente começaram no início dos anos 2000, depois de grandes cheias do rio Limpopo, no sul do país, e dos rios Púnguè, Zambeze e Licungo, no centro. Em 1999, o governo criou o Instituto Nacional de Gestão e Calamidades (INGC), em substituição do DPCCN, órgão responsável pelas atividades de gestão de catástrofes.

Em 2020, o governo criou, por meio da Lei Decreto nº 10/2020, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), em substituição ao INGC. Essa nova legislação pretendia alterar formalmente o papel do governo, estabelecendo um estilo de gestão descentralizado, determinando que as ações referentes à gestão e à redução do risco de desastres sejam executadas de forma descentralizada, observando-se as competências dos órgãos de administração pública e das circunscrições territoriais abrangidas, sem prejuízo da intervenção dos órgãos centrais do Estado. Prescreve deveres, autoridades e responsabilidades dos diferentes níveis de governo e da comunidade, e abrange aspectos de planejamento, utilização e emergência de recursos hídricos e controle de enchentes. Esperava-se que a descentralização facilitasse aos governos locais responderem adequadamente às enchentes, sem terem que esperar por ordens superiores.

Para execução das atividades, foram criadas forças-tarefa de desastres intersetorial, em coordenação com o Conselho Coordenador de Gestão e

---

5 Criado para fornecer assistência humanitária às vítimas das cheias de 1978 (Decreto nº 44/80, de 3 de setembro de 1980). Essas cheias provocaram inundações nas províncias da Zambézia, Tete e Sofala, causando 45 mortes e deixando 220 mil desalojados e mais de 3 milhões de pessoas em prejuízo (REVISTA *TEMPO*, abril de 1978, p. 35).

Calamidade (CCGC), presidido por Presidente ou Primeiro Ministro, e o Ministério de Administração Estatal (MAE), ao qual o INGD se subordina, contando com apoio de técnicos dos Ministérios das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), de Saúde (MISAU), da Indústria e Comércio (MIC), incluindo a Direção-Geral dos Recursos Hídricos (DNA), Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), Administração de Estradas (ANE) e Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE).

No âmbito distrital, a coordenação dessas instituições é garantida pelo governo local, por intermédio do Centro de Operações de Emergência (COE), coadjuvado pelo Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura (SDPI) e pelos Comitês Locais de Gestão de Risco (CLGR). Essa coordenação é suportada pelo INGD, em coordenação com INAM, DNA, entre outras instituições de nível provincial ou central, sendo DNA e INAM as instituições que se responsabilizam pela produção e pelo processamento da informação hidrológica e meteorológica. A criação de Comitês Locais de Gestão de Risco é um passo em direção a uma estratégia de gestão das inundações mais inclusiva, mas continua a ser insuficiente. Essas estruturas locais continuam a ser “conchas vazias” que carecem de financiamento adequado e reconhecimento formal.

Anualmente, os governos distritais, em coordenação com setores de nível provincial e parceiros (maioritariamente ONGs), entre outros, fazem o mapeamento dos recursos existentes nos distritos. Após a coleta e harmonização dos dados no distrito, a proposta é enviada para a província. Por sua vez, o Conselho Técnico provincial de Gestão de Desastres abre uma sessão e discute o plano após a globalização dos planos distritais num único documento, denominado “plano de contingência”, e, posteriormente, envia-o à Direção Geral do Instituto Nacional de Gestão de Redução de Risco de Desastres (INGD). Os planos de contingência são a espinha dorsal da gestão das inundações, mas parece que a sua implementação falhou devido a uma defasagem das escalas ecológicas, políticas e temporais, dadas como resultado das perspectivas de curto prazo e das configurações institucionais dos programas de adaptação às inundações.

O quadro legal acima mencionado é ainda complementado por um número considerável de planos nacionais e instrumentos de governação, tais como o Plano de Redução de Risco de Desastres de 2017–2030; o Plano de Prevenção e Redução de Desastres Naturais de 2006–2016; a Estratégia e Plano de Ação de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas de 2010; e a Política de Gestão de Desastres de 1999. Embora exista uma série de políticas e planos estratégicos, as diretrizes políticas não são inseridas em planos e projetos municipais. As alterações climáticas, por exemplo, não estão integradas nos processos de ordenamento do

território urbano. Ao longo dos anos, o INGC, atualmente INGD, responsável pelas atividades de gestão de catástrofes, adotou respostas fragmentadas de cima para baixo, falhando em promulgar uma abordagem abrangente, mas específica do contexto, para o gerenciamento de inundações que incorpore respostas de baixo para cima nas comunidades locais, ou seja, algo construído coletivamente. Zevenbergen *et al.* (2008) argumentam que, para fornecer respostas eficazes de gerenciamento de inundações, as cidades devem adotar uma abordagem baseada em sistemas que capturem interações em várias escalas espaciais e temporais e, em particular, considere todas as fases, incluindo a fase pré-desastre (ou seja, mitigação e preparação), a fase de desastre (resposta, alívio e recuperação), bem como a adaptação a longo prazo às condições em mudança.

Essa análise demonstra que a questão das inundações caracterizou o desenvolvimento urbano na Beira e em outros centros urbanos em Moçambique por um longo tempo, especialmente em comunidades informais costeiras vulneráveis. Sublinha a complexidade dos fatores que contribuem para as inundações incessantes na cidade, revelando que, embora as chuvas intensas e variáveis localizadas sejam um importante gatilho para as inundações, a má gestão dos cursos de água naturais, os resíduos sólidos, o desenvolvimento indiscriminado e as descargas agravam os riscos de inundação na cidade. Tal compreensão dos *drivers* locais evidencia a necessidade de se promover a preparação de baixo para cima e refinar o conhecimento e as respostas locais para simplificar o urbanismo nos moldes “faça você mesmo”, para um futuro mais resiliente (Mususa e Marr, 2022).

No entanto, a gestão de inundações na Beira não tem sido necessariamente orientada para o futuro e para o contexto. Ao contrário, ela tem se mostrado reacionária e impositiva em sua reação aos eventos, sem qualquer esforço significativo dos gestores para entender os impulsionadores locais das inundações e desenvolver respostas centradas na comunidade. O processo usual nas vítimas na distribuição de itens de socorro é apenas pontual, não resolvendo as causas subjacentes, nem melhorando a capacidade do governo e da população para lidar com os impactos das inundações. Uma resposta igualmente ineficaz, mas comum, que as autoridades municipais usam para resolver o problema das inundações urbanas está relacionada a limpeza de cursos de água e ao desassoreamento de drenos entupidos para melhorar o fluxo livre de águas pluviais. Como afirmado, tais soluções são meramente paliativas, com foco no curtíssimo prazo.

Na Beira, essa resposta envolveu despejos frequentes de pessoas afetadas por inundações e demolição de estruturas percebidas em cursos d'água, obstruindo o livre fluxo de águas de inundação, especialmente em assentamentos informais (Serviço Autónomo de Saneamento da Beira - SASB, 2013). Onde o

financiamento está disponível – principalmente de patrocinadores estrangeiros, muitas vezes com interesse próprio, uma nova infraestrutura de drenagem é construída em áreas propensas a inundações, a fim de minimizar os impactos de sua ocorrência em vidas, propriedades e meios de subsistência. Recentemente, as intervenções contra inundações concentraram-se na construção de barreiras contra inundações, os chamados muros ou diques de defesa do mar, para evitar inundações costeiras, e no alargamento das valas de drenagens existentes, a fim de conter as inundações repentinas. Lamentavelmente, as tendências recentes das ocorrências de inundações expõem, essencialmente, as insuficiências das atuais respostas da gestão.

No entanto, a apreciação limitada dos fatores determinantes locais e o uso dessas abordagens de respostas impositivas e arraigadas tornaram a gestão de inundações cada vez mais incapaz de lidar com riscos futuros, agravados pela possível escalada da mudança do clima nas próximas décadas. A complicar ainda mais as coisas estão as responsabilidades institucionais pouco claras. A legislação vigente não estabelece uma responsabilidade precisa no enfrentamento de desafios em larga escala da cidade, como as inundações. Como resultado, recentes medidas de gestão de inundações foram impostas por ministérios do governo central com o apoio de organizações internacionais. Além disso, a capacidade institucional limitada (ou seja, a escassez de recursos logísticos, técnicos e financeiros), o envolvimento inadequado da comunidade, a coordenação ineficaz entre as agências, bem como a falta de apoio político nacional sustentado, restringem a gestão eficaz do uso da terra e do planejamento ambiental. Beira, como muitas outras cidades africanas, está evidentemente sobrecarregada pelo ritmo acelerado da urbanização não planejada, com recursos institucionais inadequados para o fortalecimento da infraestrutura e o gerenciamento eficaz de águas pluviais.

No entanto, a situação atual revela uma séria desconexão entre as políticas e as causas das inundações, criando uma lacuna de implementação para uma adaptação bem-sucedida ao risco de inundação nas cidades. Por exemplo, vários marcos internacionais e documentos nacionais identificam a disseminação e coordenação do conhecimento como estratégias-chave de adaptação, mas não há evidências que vinculem explicitamente sua falta às causas das inundações no contexto da cidade.

Apesar do apoio de organizações internacionais, para a construção de valas de drenagem (incluindo o desenvolvimento de uma estratégia de resiliência em 2019 e um plano de ação climática em 2020), não têm sido bem-sucedido o recente esforço da Beira com o objetivo de enfrentar as inundações persistentes e outros impactos climáticos por meio de uma gestão eficaz de resíduos e proteção de

infraestrutura verde. Uma das hipóteses dessa pesquisa para essa ineficiência seja a compreensão limitada das forças motrizes e a abordagem de resposta impositiva.

Reforça-se que as respostas da gestão das inundações na Beira centram-se principalmente nas medidas de controle nos bairros e na ampliação do apoio limitado de ajuda pós-catástrofe às vítimas das inundações. Enquanto isso, a rápida taxa de urbanização e os impactos climáticos provavelmente agravarão a frequência, a intensidade e a variabilidade das inundações. Nesse contexto, serão necessárias novas formas de abordagem, baseadas no sistema e na resiliência, para o planejamento da gestão das inundações, incluindo modelagem integrada de cenários e obras de infraestrutura de precaução. A abordagem de resiliência baseada em sistemas de Zevenbergen *et al.* (2008) envolve a redução das exposições a inundações e o uso das capacidades para lidar e responder a inundações em múltiplas escalas espaciais, incluindo os níveis de cidade, bairros e construções.

Compreender as complexidades das pressões das inundações na Beira, e seus arredores ajudará a melhorar a resiliência da cidade às ameaças existentes e previstas e informará as estratégias de resposta. Infelizmente, esses entendimentos ainda não se refletiram nas respostas de gestão de inundações na Beira.

### ***Desafios das respostas do governo central às inundações: por que o Estado falha?***

A questão das inundações é uma preocupação crescente para os formuladores de políticas em Moçambique. Ao longo das últimas décadas, foram dados diferentes passos em direção a uma solução. Em primeiro lugar, a governança dos desastres naturais, em particular das inundações, foi descentralizada. Como mencionado, esperava-se que a descentralização tornasse mais fácil para os governos locais responderem adequadamente às inundações, sem ter que se esperar por ordens superiores, e que levaria a um uso mais transparente dos fundos públicos; que o financiamento seria utilizado de forma mais eficiente na promoção do desenvolvimento local e na melhoria da qualidade das prestações de serviços públicos; e que os governos locais, as comunidades e os conselhos legislativos seriam capacitados, aproximando o governo da cidadania. Assim, seu sucesso a longo prazo não é garantido, pois a reforma falhou em reconhecer, dar incentivos e estabelecer penalidades para que as autoridades locais fossem responsáveis pelo público.

As reformas de descentralização são percebidas como estratégias de subversão. Elas são vistas por alguns gestores, como uma tentativa do governo central de enfraquecer o poder local, fragmentando seus recursos financeiros com a redistribuição municipal e ambiguidade administrativa. Na prática, porém, a implementação da reforma está sujeita a múltiplas manobras políticas e tensões entre os municípios governados pela oposição, como é o caso da Beira

e do governo de Moçambique. O governo central continua a manter o poder financeiro, em detrimento dos municípios, embora as diversas atribuições e responsabilidades já tenham sido formalmente transferidas para os governos locais. Consequentemente, a maioria dos governos municipais têm “fraca capacidade em gestão financeira, planejamento e prestação de serviços, e geralmente não tem recursos adequados para prestar serviços efetivamente” (Rodrigues, 2019). O governo central, em 2019, após fortes tempestades, tidas como um verdadeiro dilúvio pela população local, foi forçado a descentralizar sua estratégia de gestão de desastres, devido à sua incapacidade de fornecer recursos, serviços e informações em tempo hábil para o povo beirense.

A extensão de inundação em 2019 foi, no entanto, sem precedentes. Uma combinação de quantidade excepcionalmente alta de chuva, ciclone tropical e má gestão de barragens resultou em uma inundação de dois meses, de 1 a 2 m de altura, na maioria das partes da cidade. Em vez disso, a resposta do desastre foi liderada em grande parte pelo governo central e organizações filantrópicas. No entanto, essas tentativas foram, na melhor das hipóteses, sem vontade política efetiva. Isso é ainda mais evidente da natureza reacionária da governança das inundações na Beira: inundações são rapidamente esquecidas no âmbito municipal à medida que as águas das inundações diminuem. O povo, porém, não as esquece.

A má gestão do governo central sobre o início do assim chamado dilúvio foi ainda agravada pela distribuição ineficaz e caótica de recursos como alimentos, água e abastecimento médico. A distribuição de suprimentos foi parcialmente delegada aos líderes comunitários locais ou aos comitês de gestão de desastres. Essa iniciativa engajou os atores locais que estavam indiscutivelmente mais familiarizados com a linha de frente do processo de gestão de enchentes. Além disso, em teoria, o aumento da participação pública veio com melhorias na prestação de contas institucionais locais (Manuta e Lebel, 2005).

Por outro lado, no caso da Beira esse processo de descentralização abriu mais caminhos para o abuso de poder e dispersão de esforços. Nos 16 bairros urbanos onde o trabalho de campo foi realizado, muitos entrevistados envolvidos na presente pesquisa observaram que o processo de distribuição de recursos era altamente politizado e ligado ao partido e ao patrocínio político. Se alguém fosse afiliado de alguma forma a alguém do comitê da aldeia, poder-se-ia alocar mais recursos. Além disso, os resultados deste estudo mostram desafios fundamentais das respostas do governo local e central aos eventos de inundação: papéis institucionais conflitantes; ausência de registros da população afetada e vulneráveis; baixa previsibilidade das condições geoclimáticas; condições precárias de moradia e de vida; processo de evacuação; política de reassentamento; entre outros. Sobre a questão dos papéis institucionais

conflitantes e sua implicação na gestão de inundações, observam-se dificuldades no fluxo de informações intra e interinstitucionais e na coordenação no planejamento e resposta às inundações na cidade, principalmente nas cidades onde o partido do governo do dia é oposição ao governo central, caso da Beira.

Outro desafio para a resposta eficiente a eventos de inundação pelo Estado diz respeito à má manutenção de registros. Entrevistas com os participantes institucionais sugerem um banco de dados sobre populações pobres e características demográficas das comunidades afetadas. Existe falta geral de um plano ou quadro abrangente de gestão de riscos de inundações/catástrofes. A população de comunidades propensas a inundações é geralmente desconhecida oficialmente, devido à falta de manutenção de registros adequados em níveis institucional e comunitário. Da mesma forma, a falta de dados consistentemente atualizados sobre as vítimas das inundações, suas localizações, gama de danos, impactos nos meios de subsistência, vidas e propriedades perdidas é uma grande restrição à formulação de políticas públicas mais assertivas. O INGD, DNA e INAM e outras instituições relevantes são incapazes de planejar as respostas às inundações com a precisão necessária.

Os resultados do estudo mostram que as condições geoclimáticas de difícil previsibilidade, algumas delas até mesmo imprevisíveis, como o surgimento de ciclones tropicais vindas do oceano Índico, resultando em fortes inundações na Beira e outras cidades, continuam a ser um grande obstáculo. Os funcionários da INAM entrevistados nesta pesquisa admitem que “os eventos de precipitação que resultam em riscos de inundação tornaram-se menos previsíveis ultimamente e aumentaram em intensidade”. Essa situação, de acordo com as autoridades, está ocorrendo porque a agência meteorológica é limitada por tecnologia de ponta para prever com precisão os riscos de chuvas e inundações. A falta de um sistema confiável de alerta precoce e de resposta é um dos principais desafios para a gestão das inundações na Beira. Em tal situação, é compreensível que os papéis de todas as instituições relacionadas com as inundações tenham sido reduzidos a abordagens reativas das respostas às inundações e à reabilitação das vítimas. Um funcionário da Direção Provincial de Recursos Hídricos lamentou: “estamos todos esperando que o desastre aconteça, então vamos e damos às vítimas das inundações itens de socorro, ou os políticos vão e dão promessas... elas nunca se cumprirão”. Destaca-se, aqui, que os modelos climatológicos de ponta requerem alto nível computacional e acesso a dados de satélites, a fim de se analisar com maior acurácia os sistemas complexos de padrões atmosféricos.

As más condições de moradia e de vida em comunidades informais propensas a inundações continuam sendo outro desafio pelo qual o Estado falha em seus esforços para gerenciar eventos de inundação. As famílias,

frequentemente, tornam-se menos resilientes a eventos ou perigos de inundação, devido às suas más condições de moradia e de vida. Como afirmado anteriormente, as comunidades de estudo de caso continuam sendo as comunidades mais vulneráveis e afetadas por inundações na Beira, por estarem localizadas em moradias precárias (estruturas de madeira e improvisadas) e por suas condições de vida. A principal preocupação levantada tem sido o fracasso das autoridades em fornecer alternativas habitacionais adequadas para aqueles que estão sendo despejados e a falta de consulta e sensibilização adequadas dos moradores de comunidades informais.

Ademais, a evacuação de populações em risco tem sido um grande problema. Em uma das inundações que ocorreram durante a estada do autor Gudo Bai na Beira, observou-se uma equipe multissetorial de funcionários públicos, ONGs e voluntários a orientar as comunidades a se dirigirem a locais seguros já identificados em cada bairro. Normalmente, os locais seguros têm sido escolas que contêm um telhado sólido, que protege as pessoas do sol e da chuva, e instalações e suprimentos gratuitos, como banheiros públicos, água, comida e medicamentos. Os funcionários públicos, membros de comitês de desastres e ONGs fornecem apoio e outros registram todos os nomes das vítimas das enchentes que chegam, para identificar quem está seguro e quem não está. Se suspeitarem que uma pessoa está presa em sua casa, enviam equipe de resgate para ajudá-la a sair.

A evacuação tem sido uma estratégia de último recurso para a população local. Trata-se de um processo arriscado, principalmente nas comunidades rurais, devido aos animais, que não podem ser levados junto, e à ação de saqueadores. Ademais, no processo de evacuação as pessoas exibem uma hierarquia de respostas de acordo com a gravidade das inundações. Normalmente, elas primeiro movem seus pertences para a casa principal, localizada em um terreno mais alto. Quando o nível da água sobe, elas se preparam para viver em seus celeiros, que são construídos em postes, principalmente para proteger os grãos dos animais. Quando o nível da água ameaça o celeiro, elas se mudam de suas propriedades para encontrar acomodação nas colinas locais. Somente quando isso não for suficiente, as pessoas estarão dispostas a se mudar totalmente.

Outro desafio é a política de reassentamento, cuja implementação tem sido cercada de muitas complicações. Para um indivíduo ou uma família, uma decisão pós-desastre, como reassentar ou reconstruir no local, geralmente não é um reflexo puro da cognição do risco de desastre, mas sim uma decisão tomada com base em múltiplas considerações de diferentes tipos de risco. Eles têm que considerar muitas consequências culturais, racionais ou pessoais do reassentamento. Além de seu distanciamento do território tradicional, onde suas lendas, ritos e atividades culturais ocorreram, eles têm que lidar com custos mais

elevados de vida no novo local. Em vez de viver da terra, cultivando sua própria comida, obtendo água das nascentes da montanha, iluminando e aquecendo suas casas com tradicionais fogões à lenha, conhecidos como “fogões de madeira”, eles agora devem viver de forma semelhante aos moradores da cidade. Eles tendem a expressar má aceitação durante o reassentamento, o que resulta em migração frequente entre lugares antigos e novos para manter atividades de agricultura no território tribal tradicional.

Esse processo tem sido caracterizado por captura de elites, caso concreto da comunidade de Ndunda, em Beira. Observou-se que os líderes têm sido muito mais bem posicionados do que as famílias pobres nessa competição. Contudo, a diferenciação tornou-se visível desde o início, com famílias reivindicando lotes maiores ou ficando com lotes menores. Isso é apenas parcialmente explicável por referência às necessidades (tamanho da família) e muito mais um reflexo dos diferenciais de poder. Consequentemente, as políticas públicas para enfrentamento de desastre levam ao reforço da diferenciação social e à formação de elites na área. Adicionalmente, o tratamento desigual pode levar parte da população a situações de marginalização em regiões urbanas periféricas, onde a presença do poder público (ex. provimento escolas, policiamento, transporte público, serviços de saúde e saneamento) não se faz presente de forma efetiva.

No reassentamento de Mutua, por exemplo, segundo Jacobs e Almeida (2020), constataram-se sentimentos contraditórios entre as pessoas reassentadas. Em parte, tais sentimentos parecem estar em linha com o lugar onde as pessoas costumavam viver. As pessoas da Praia Nova estavam habituadas a um estilo de vida urbano, que incluía a disponibilidade próxima de bens e serviços e o acesso aos pequenos empregos disponíveis numa cidade. Além disso, os reassentados reclamavam da qualidade de vida longe do centro urbano e sem condições mínimas de sobrevivência. Para eles, a transição foi dura, pois tiveram que se acostumar a uma vida rural. Alguns deles pareciam ter mais dificuldade com essa transição. Outros enfatizaram as dificuldades das novas vidas; reclamaram da falta de oportunidades de emprego, da água que começava a entrar nas suas tendas e da insegurança que viviam à noite por causa da falta de eletricidade. Em contrapartida, muitos dos reassentados que vinham de áreas mais rurais tinham sido agricultores antes de serem reassentados, e alguns deles ainda cultivavam as mesmas machambas (hortas e roçados). Para eles, o reassentamento não implicou uma mudança completa na sua subsistência.

Os resultados do estudo de Jacobs e Almeida (2020) revelam que, no caso de benefícios, muitos líderes locais e secretários de bairros aumentam o agregado familiar, registram-se em diferentes centros, dividem os membros da família entre centros diferentes, ou solicitam assentamento, mesmo sem terem

sido afetados pela enchente.

O reassentamento de pessoas como resposta aos eventos extremos pode ser uma estratégia eficaz em determinadas circunstâncias, mas dificilmente pode ser visto como uma solução duradoura para as pessoas afetadas. Se um programa de reassentamento implicar apenas o deslocamento físico de pessoas de uma área de alto risco para uma área menos exposta a perigos, isso pode evitar que elas sejam afetadas por desastres no futuro, mas as pessoas deslocadas precisam mais do que apenas abrigo. Elas podem precisar ser indenizadas pelos investimentos que fizeram nas suas antigas residências antes de estarem dispostas a se mudar, e precisam desenvolver estratégias seguras de subsistência nos novos locais de reassentamento. Para a maioria das pessoas, isto significa acesso à terra nas áreas ao redor dos locais de reassentamento e políticas de inclusão social.

A segurança dos direitos à terra é importante aqui, não só para as pessoas reassentadas, mas também para as comunidades que as acolhem. Atualmente, a estratégia preferida do INGD para prevenir futuros desastres é remover pessoas de áreas de alto risco para outras áreas. Essa é uma solução relativamente barata, sem grande complexidade tecnológica e que pode ser implementada num prazo relativamente curto, desde que os locais de reassentamento estejam disponíveis. A comunidade de doadores internacionais e atores como a Organização Internacional de Migração têm apoiado o Estado moçambicano no sentido de alcançar o seu objetivo de reassentamento.

Todas as instituições consultadas queixaram-se da inadequada capacidade de pessoal, em termos de número e de qualificação profissional, e de recursos e tecnologia. A incapacidade da INGD para assumir a liderança na mobilização de recursos financeiros e logísticos e capacidades institucionais para a prevenção, mitigação ou reconstrução/reabilitação pós-inundações é um desafio fundamental revelado durante as consultas institucionais.

Outra limitação à resposta do governo municipal aos eventos de inundação, observada nas pesquisas do presente estudo, é a percepção de interferência política desnecessária e da corrupção no funcionamento da INGD, INAM e DNA, quando realizada por funcionários das outras instituições descentralizadas. Relata-se que essa percepção tem sido a principal causa da incapacidade dos atores institucionais de colaborar efetivamente nas respostas às inundações. As três instituições (INGD, INAM e DNA) são vistas pelas outras instituições como desprovidas de vontade profissional e política para fazer cumprir os regulamentos de desenvolvimento e responder adequadamente aos riscos de inundação em Beira.

Talvez o desafio abrangente para a prevenção, mitigação ou respostas eficazes de inundações subjacentes a todos os outros desafios para as respostas e gestão eficiente de inundações na Beira seja, de acordo com um funcionário

metropolitano do CMB, um “sistema complexo e não transparente e gestão de terras urbanas”. Esse desafio combina ou exacerba todos os outros desafios antes mencionados para impedir qualquer tentativa de prevenir, mitigar ou responder adequadamente aos riscos de inundação na Beira. O domínio do sistema tradicional de propriedade e administração da terra na Beira continua a ser um dos principais contribuintes para o fracasso nos esforços de resposta às inundações.

A análise aqui apresentada mostra que as respostas oficiais às inundações em assentamentos informais não são sustentáveis. São *ad hoc* e caracterizam-se por hostilidade (despejos forçados e demolição), apatia (não fornecimento de infraestruturas e habitação adequadas e a preços acessíveis) e doações de caridade (distribuição ocasional de bens de primeira necessidade). A comunidade da Praia Nova, particularmente, tem sido alvo de constantes ameaças de despejos das autoridades municipais, alimentadas por uma parte dos meios de comunicação locais. Curiosamente, as respostas das autoridades municipais às inundações em comunidades informais geralmente não fazem uso dos chamados arranjos institucionais para o gerenciamento de inundações, mas são baseadas nos caprichos dos funcionários do Estado e na disponibilidade de apoio logístico das agências internacionais de desastres. Isso explica a ausência de uma resposta institucional estruturada e bem coordenada para inundações em áreas urbanas pobres. Na ausência de uma estrutura institucional eficiente para lidar com os riscos anuais de inundação, a abordagem dos governos provinciais e municipais tem sido reacionária, na melhor das hipóteses.

### ***Em busca de uma abordagem inteligente da gestão dos riscos de inundações urbana – pontos de entrada***

Ao responder aos eventos anuais de inundação na Beira e outras cidades moçambicanas, algumas lições podem ser tiradas da literatura existente sobre o conceito das Cidades Inteligentes (*smart cities*) e as melhores práticas de gestão “inteligente” do risco de inundação e da vulnerabilidade em outras cidades do sul global, onde o crescimento urbano tem sido em grande parte informal, complexo pelo mercado de terras e com a marginalização exacerbada pela pobreza e pela governança urbana antidemocrática. Uma definição de uma Cidade Inteligente, relacionada à gestão de riscos de desastres, é dada por Barrionuevo *et al.* (2012), onde a gestão urbana ocorre “usando toda a tecnologia e recursos disponíveis de maneira inteligente e coordenada para desenvolver centros urbanos que sejam ao mesmo tempo integrados, habitáveis e sustentáveis”. A gestão inteligente dos riscos de inundação exige: dados confiáveis sobre a natureza, as tendências e a distribuição espacial dos riscos de inundação, tecnologia para prever a ocorrência de inundações, sistemas estruturados de alerta precoce e de evacuação. A esse respeito, Lombardi *et*

*al.* (2012) discutem a esperteza para incluir a aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com capital humano, social e relacional, e práticas ambientais para melhorar o funcionamento e a sustentabilidade de uma cidade.

Ao operacionalizar o conceito de *Smart City* definido acima na gestão de riscos de desastres, Naphade *et al.* (2011) apontam para três pontos de entrada, a saber: Planejamento, Gerenciamento e Operações. O planejamento, neste caso, conota o uso de tecnologia e ferramentas na alocação de recursos - terra, água, transporte e assim por diante - à medida que a cidade evolui. Por exemplo, a modelagem holística do ecossistema da cidade e o mapeamento de perigos usando SIG (sistema de informações geográficas) fornecem as bases para sistemas de alerta precoce e preparação para inundações. A gestão em uma Cidade Inteligente inclui a coordenação das atividades de gerenciamento de infraestrutura - a criação e manutenção de bueiros, estradas, refúgios seguros e outros ativos - fornecendo visibilidade entre agências das intervenções planejadas. As operações integram várias fontes de dados para representar a interdependência dos domínios urbanos em tempo real. Por exemplo, em operações de gestão de riscos de inundação podem conotar a integração da intensidade das chuvas, ocorrência de inundações e sistemas de evacuação em uma complexa rede de gerenciamento de dados para fornecer informações em tempo real aos moradores de comunidades urbanas afetadas por inundações.

Soluções ágeis e eficientes vêm sendo intermediadas pelo desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TICs) em celulares pessoais através de aplicativos e mensagens. Nessa perspectiva, um dos desafios para a implementação de sistemas de alertas para a gestão de riscos de desastres através de sistemas de notificação por celulares são: a necessidade de infraestrutura física para a transmissão segura de dados (equipamentos, energia elétrica, dados); e extrema pobreza da população, tornando a falta da tecnologia mais um fator de exclusão social. Segundo MENDES (2020) “os caminhos definidos de como integrá-las às cidades na solução dos seus problemas poderão vir a diminuir ou aumentar as desigualdades socioeconômicas, a depender dos modelos de implantação (*top-down* ou *bottom-up* ou uma mescla dos dois)” .

Tais pontos de entrada fornecem potenciais para gerenciar a vulnerabilidade a inundações em comunidades informais na Beira como uma cidade africana emergente. Como proposta, as opções inteligentes de gestão dos riscos de inundação poderiam ser implementadas em dois níveis principais: (i) recolhimento e armazenamento digital e gestão de dados relativos de risco de inundação e vulnerabilidade; e (ii) operacionalização do quadro Planejamento-Gestão-Operações com base em dados precisos. As abordagens propostas para a implementação das duas grandes intervenções são detalhadas a seguir.

## ***Recolhimento, armazenamento e gestão de dados de riscos de inundação***

Uma realidade fundamental das comunidades de estudo na Beira é a existência de apenas uma estação meteorológica na cidade. Portanto, os modelos de previsão de inundações e os sistemas de alerta precoce e de evacuação precário. Como resultado, não estão disponíveis dados sobre as frequências, intensidades e impactos reais dos eventos de inundação. Devido ao seu *status* informal (e às vezes ilegal), também não há dados precisos sobre população, habitação, infraestrutura e serviços sociais nas comunidades de estudo e em todas as outras comunidades informais. Na ausência desses dados cruciais, não pode haver uma opção de Gerenciamento Inteligente de Riscos e Vulnerabilidades de Inundações.

Como resposta a essa lacuna de dados, um ponto de entrada importante para projetar uma estrutura inteligente de gerenciamento de riscos de inundação para comunidades informais em Beira será a identificação, coleta e digitalização de dados geofísicos, espaço-temporais, demográficos e habitacionais, de infraestrutura e socioeconômicos. Estes incluirão padrões detalhados de precipitação e ocorrência de inundações; alteração dos padrões de utilização dos solos nas zonas de inundação; estrutura e distribuição do tamanho da população; densidades habitacionais; e infraestrutura em áreas propensas a inundações. Além disso, informações sobre rendimentos, dimensões e características das famílias, taxas de ocupação e qualidade da habitação serão necessários à criação de uma base de dados abrangente para a gestão dos riscos de inundação.

Com os dados coletados de forma abrangente para toda a cidade, modelos apropriados baseados em SIG e previsão de inundações podem ser adotados para se analisar as relações entre usos da terra, habitação e densidades populacionais, tamanho das famílias, características locais, riscos de inundação e situação de vulnerabilidade nas comunidades informais afetadas. Esses dados também podem ser cruzados com sistemas internacionais de informações e alertas, inclusive para áreas agrícolas, como, por exemplo, o sistema de alerta prévio (*early warning system*) da Organização para Agricultura e Alimentos (FAO) das Nações Unidas (Li *et al.*, 2020), chamado GIEWS (*Global Information and Early Warning System on Food and Agriculture*), assim como dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e sistemas de alerta de países relativamente próximos à Moçambique.

Em formato de armazenamento adequado e com atualizações regulares, esse banco de dados pode iniciar uma abordagem mais inteligente para o gerenciamento de riscos de inundação do que a existente atualmente. Um resultado importante do processo anterior será um Mapa de Sustentabilidade de Inundações abrangente que identifique adequadamente os bairros de ‘muito alto’, ‘alto’, ‘médio’ e ‘baixo’ risco de inundação, que possa ajudar no planejamento e evacuação proativa.

### ***Gestão e operações inteligentes para os riscos de inundação***

Como foi discutido na subseção anterior, com um banco de dados abrangente de gerenciamento de riscos de inundações para Beira (incluindo as comunidades mais afetadas, como as comunidades de estudo), pode haver planejamento, gerenciamento e estrutura operacional pertinentes para o enfrentamento adequado, eficiente e eficaz dos riscos de inundação. Assim, essa alternativa tem um maior potencial para implementar um quadro de gestão inteligente e integrado dos riscos de inundação que planeie as suas zonas propensas a inundações, faça gestão das utilizações dos solos e das inundações e operacionalize sistemas de alerta precoce e de evacuação baseados em tecnologia. A aplicação dessa solução poderia ter componentes não estruturais e estruturais (Jha *et al.*, 2012). Portanto, deve-se adotar um sistema integrado de Planejamento-Gestão-Operações para a gestão de inundações na Beira, alinhado a políticas de distribuição de renda, educação, saneamento e zoneamento urbano, como uma estratégia maior de médio e longo prazos.

Para o planejamento e gerenciamento de emergências, as autoridades municipais poderiam adotar tecnologias modernas, aumentar a preparação por meio de campanhas de conscientização e evitar inundações por meio do planejamento do uso da terra, através de um plano diretor construído com as comunidades e uma política de zoneamento territorial sustentável. A gestão deve se concentrar em drenos pluviais e infraestrutura de mitigação de inundações, garantir uma recuperação rápida e usar essa recuperação para aumentar a resiliência, refinando projetos e construções de edifícios. Este processo de reconstrução das comunidades afetadas pelas inundações tem sido referido por Satterthwaite (2011) como “*building-back-better*”. Para as operações, uma política inteligente de gestão dos riscos de inundação deve integrar e gerir múltiplos dados, tais como caracterização, frequências e intensidades das inundações, com o fornecimento de infraestruturas de gestão de tempestades, alerta precoce, evacuação e sistemas de reabilitação pós-perigo.

## **CONCLUSÃO**

Este capítulo procurou estabelecer a importância do papel do Estado na compreensão da informalidade urbana e da vulnerabilidade às inundações em Moçambique. Os principais intervenientes institucionais na gestão de inundações, tanto em nível nacional como local, foram identificados e os seus mandatos, papéis, desafios e perspectivas, explorados. Os principais desafios para as respostas institucionais às inundações incluem papéis pouco claros, falta de colaboração efetiva, conflitos funcionais, rápido crescimento populacional,

crescimento de comunidades de favelas dentro das valas de drenagem, sistema de alerta precoce deficientes e ameaças de despejos forçados.

A ausência ou presença do Estado e de suas instituições na resposta às inundações é construída em torno da legalidade das comunidades envolvidas. Essa situação aumentou a percepção de que falhas ou ineficiências na governança urbana na Beira são causas e consequências da vulnerabilidade a inundações. No entanto, não está claro como as agências envolvidas mantêm e compartilham os dados e informações que possuem. Tampouco está claro como elas colaboram em suas tomadas de decisão e ações, nem como as lições aprendidas de um incidente são documentadas, compartilhadas e usadas para melhorar o processo existente pelas agências.

Desta forma, foram elencadas algumas estratégias para melhoria da estrutura institucional de adaptação e redução de riscos e vulnerabilidades a impactos climáticos. Entre elas está o planejamento integrado de políticas e ações, a melhoria dos sistemas de monitoramento e alertas, e da capacidade de atendimento das comunidades. Essas ações devem ser construídas em conjunto com a comunidade e baseadas em políticas duradouras de inclusão social e ordenamento territorial.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de expressar nossa mais profunda gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil, pelo valioso apoio concedido através da bolsa de doutorado. O referido autor correspondente identifica que receber esse reconhecimento foi mais do que uma honra; foi uma oportunidade que mudou a sua trajetória acadêmica e profissional de maneiras inimagináveis. A confiança e o investimento do CNPq não apenas fortaleceram sua jornada acadêmica, mas também incentivaram seu compromisso contínuo com a excelência na pesquisa. Além disso, também desejamos estender os sinceros agradecimentos à Universidade de Brasília (UnB) e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) pela oportunidade de participação nessa publicação e por reconhecerem a importância de se apoiar e divulgar estudos baseados em evidências científicas, em direção ao desenvolvimento sustentável, como forma de respostas à altura do desafio que é o de tornar eficaz e sustentável políticas públicas para a adaptação urbana frente às mudanças climáticas.

## REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. Proteção Financeira contra Desastres em Moçambique. Maputo, 2018.
- BARRIONUEVO, J.M., BERRONE, P., RICART, J.E. Smart cities, sustainable progress. *IESE insight*, 14.; 2012. p. 50–7.
- ELKHRACHY, I. Flash flood hazard mapping using satellite images and GIS tools: a case study of Najran City, Kingdom of Saudi Arabia (KSA), National Authority for Remote Sensing and Space Sciences the Egyptian Journal of Remote Sensing and Space Sciences 18 (2) (2015) 261–278.
- FUSTOS, I. et al., A simple logistic model to understand the occurrence of flood events into the Biobío River Basin in central Chile, *J. Flood Risk Manag.* 10 (1) (2017) 17–29.
- HALLEGATTE, S., GREEN, C., NICHOLLS, R.J., CORFEE-MORLOT, J. Future flood losses in major coastal cities. *Nat. Clim. Chang.*, 2013, 3 (9), 802. <https://doi:10.1038/nclimate1979>.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INAM. *Dados Observados nos Últimos 10 anos* (2024).
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E CALAMIDADES- INGC. Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique: relatório síntese – segunda versão. Maputo: INGC, 2009.
- JACOBS, C.; ALMEIDA, B. Propriedade e alterações climáticas: direitos e deslocados ambientais em Moçambique. Leiden: Van Vollenhoven Institute for Law, Governance and Society (VVI), 2020.
- JHA, A., LAMOND, J., PROVERBS, D., BHATTACHARYA-MIS, N., LOPEZ, A., PAPACHRISTODOULOU, N., BIRD, A., BLOCH, R., DAVIES, J., BARKER, R. *Cities and Flooding: A guide to integrated urban flood risk management for the 21st Century*; 2012. © World Bank <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2241>
- LI, Y., STRAPASSON, A., ROJAS, O. Assessment of El Niño and La Niña impacts on China: Enhancing the Early Warning System on Food and Agriculture, Weather and Climate Extremes, Volume 27, 2020, ISSN 2212-0947, <https://doi.org/10.1016/j.wace.2019.100208>.
- LOMBARDI P, GIORDANO S, FAROUH H, YOUSEF W. Modelling the smart city performance. *Innovation: The European Journal of Social Science Research.* 2012;25(2):137–49.
- MANUTA, J., LEBEL, L. Climate change and the risks of flood disasters in Asia: crafting adaptive and just institutions. In *Human security and climate change an international workshop*, Asker; Norway 21e23 June 2005. Retrieve via <https://faculty.unlv.edu/wjsmith/smithtest/ClChgAndHumanSecurityJesseM.pdf>.

MENDES, T. C. Smart Cities: Solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais? In: **Observatório das Metrôpolis - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <

<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/smart-cities-solucao-para-as-cidades-ou-aprofundamento-das-desigualdades-sociais-texto-para-discussao/>>. Acesso em 13 de abril de 2024.

MUSUSA, P., MARR, S. Comparing Climate Politics and Adaptation Strategies in African Cities: Challenges and Opportunities in the State-Community Divide, 33, 2022. In *Urban Forum*, pp. 1–12.

NAPHADE M, BANAVAR G, HARRISON C, PARASZCZAK J, MORRIS R. Smarter cities and their innovation challenges. *Cover Feature*. 2011:32–9.

NKEKI, N. F; BELLO, I. E; AGBAJE, G. I. Flood risk mapping and urban infrastructural susceptibility assessment using a GIS and analytic hierarchical raster fusion approach in the Ona River Basin, Nigeria, *International Journal of Disaster Risk Reduction*, Volume 77, 2022, <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2022.103097>.

RAHMAN, M. NINGSHENG, C. MAHMUD, G.I. ISLAM, M.M. POURGHASEMI, H.R. AHMAD, H. HABUMUGISHA, M.J. WASHAKH, R.M.A. ALAM, M. LIU, E. HAN, Z. NI, H. SHUFENG, T. Ashraf A. Dewan, Flooding and its relationship with land cover change, population growth, and road density, *Geoscience Frontiers* 12 (2021) 101224.

RENTSCHLER, J., SALHAB, M., JAFINO, B.A. Flood exposure and poverty in 188 countries. *Nat. Commun.* 2022, 13 (1), 3527. <https://doi.org/10.1038/s41467-022-30727-4>.

RODRIGUES, C.U. Climate change and DIY urbanism in Luanda and Maputo: new urban strategies? *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11:3, 319-331, DOI: 10.1080/19463138.2019.1585859.

ROY, P.; PAL, S. C.; ARABAMERI, A.; REZAIE, F.; CHAKRABORTTY, R.; CHOWDHURI, I.; SAHA, A.; MALIK, S.; DAS, B. Climate and land use change induced future flood susceptibility assessment in a sub-tropical region of India. *Soft Comput.*, v. 25, 2021, p. 5925-5949.

SATTERTHWAITE D. What role for low-income communities in urban areas in disaster risk reduction? *Global assessment report on disaster risk reduction*. London: ISDR & IIED; 2011.

SERVIÇO AUTÓNOMO DE SANEAMENTO DA BEIRA - SASB. Plano de continuidade de negócios do Serviço autónomo de Saneamento da Beira (SASB) – Moçambique. Conselho Municipal da Beira. 148.p 2020.

ZEVENBERGEN, C., VEERBEEK, W., GERSONIUS, B., VAN HERK, S. Challenges in urban flood management: Travelling across spatial and temporal scales. *J. Flood Risk Manag.* 2008, 1 (2), 81–88. <https://doi.org/10.1111/j.1753-318X.2008.00010.x>.

# A AGENDA CLIMÁTICA EM ÁFRICA - DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Tomás de Azevedo Júlio<sup>1</sup>

*“A grande maioria da população mundial não participa da sociedade de consumo global. Essa maioria (POBRE) contribui com praticamente nada para os problemas ecológicos globais. Entretanto, essa maioria pobre vai sofrer as piores consequências da mudança climática”* (MARTINE; ALVES, 2015)

## INTRODUÇÃO

A agenda climática vem dominando nos últimos anos, o cenário internacional mundial. O processo de industrialização acelerada, iniciada fundamentalmente durante o século XIX, trouxe significativos e inegáveis avanços socioeconômicos, mas também comportou consigo, algumas externalidades negativas, a crise ecológica global. Essa crise vem se agudizando ao longo do tempo, decorrente principalmente da dificuldade dos países em cumprirem integralmente com os seus compromissos, de reduzir os níveis de emissões de gases de estufa. E, África, apesar dos seus baixos níveis de emissões, não está à margem dessa complexa problemática. Pelo contrário, tem sido a região do planeta que mais impactos negativos se ressentem dessa crise, derivado essencialmente da sua fraca capacidade adaptativa, assente numa estrutura socioeconômica ainda subdesenvolvida.

Uma série de simulações relativamente aos impactos da mudança climática sobre a produção agrícola em África, sugerem que de 2010 a 2050, a produção e produtividade diminua em cerca de 3% por ano (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2011). Outrossim, apesar da região apresentar altas taxas de crescimento populacional e perspectivas de uma forte urbanização para o ano de 2050, os seus indicadores socioeconômicos permanecem abaixo da média mundial. Ou seja, 56,1% da população mundial em extrema pobreza e dois terços da população subnutrida do mundo vivem na África Subsaariana e no Leste Asiático, (UNITED NATIONS, 2019). Se em 1970 o PIB *per capita* da região equivalia a 6,40% do que ocorre no mundo, em 2006 mal chegava a

---

1 Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Pesquisador da Universidade Zambeze. E-mail: tomasdeazevedojulio@gmail.com.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3406-8620>

9,98% (PUENTE, 2015).

É dentro desse contexto, que endereço essa carta às lideranças africanas, particularmente à direção da União Africana, visando partilhar algumas reflexões, relativamente à caminhos sustentáveis para a redução da vulnerabilidade socioecológica do continente. Num contexto, em que os cenários futuros apontam para um aumento contínuo dos níveis de emissões de gases de efeito de estufa, torna-se urgente e pontual, encontrar-se alternativas de modelos de adaptação climática, orientados a redução dos impactos dos eventos climáticos sobre os sistemas naturais e humanos. Estimados líderes africanos, África é o continente com os mais precários indicadores de desenvolvimento, e se não forem tomadas medidas atempadas para fortalecer a resiliência climática da região, a situação socioeconômica da região poderá agravar-se, dimensionando e intensificando os conflitos já existentes.

Portanto, a presente carta traz uma ampla contextualização da vulnerabilidade socioecológica da região, assentes na agenda da mitigação climática e em *stressores* climáticos e não climáticos. Decorrente disso, a carta propõe alguns modelos de adaptação climática, cientificamente documentados pelos relatórios do IPCC, (2014), evidenciando suas vantagens para a agenda climática. Por último, o documento desenvolve uma análise crítica, propondo alternativas, relativamente ao fundo de perdas e danos (agenda de justiça climática), recentemente aprovado na COP 27, realizado na cidade de Cairo, Egito.

### ***Desafio da Agenda Climática em África***

As emissões de gases de efeito de estufa (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) continuam a subir consideravelmente, desde a época pré-industrial (IPCC, 2021). O planeta emitiu até o ano 2020, 51.000 milhões de gases de efeito de estufa (GATES, 2021), e espera-se que essa quantidade cresça nos próximos anos, comprometendo as metas de manter a temperatura abaixo de 1.5°C, relativamente a época pré-industrial, e de atingir-se a neutralidade de carbono até o ano 2050. Desse universo global das emissões, 70% são oriundas de 10 de países (China, Estados Unidos da América, Índia, Rússia, Japão, Indonésia, Irão, Alemanha, Coreia de Sul e Arábia Saudita), (ROA, 2023), que nas últimas décadas registraram níveis acelerados de industrialização das suas economias. A essa quantidade de emissões, juntam-se igualmente o percentual de emissões das economias emergentes que nos últimos anos, entraram para o processo de industrialização acelerado, destacando, os quatro tigres asiáticos (Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan), Qatar e alguns países da América Latina. A queima de combustíveis fósseis e a mudança na dinâmica do uso da terra são apontadas como as principais causas, quer das emissões

acumuladas, quer das atuais emissões.

Por conseguinte, o dilema das emissões, abordado na agenda de mitigação climática, reside no fato das consequências decorrente das emissões afetarem a todos os países, independentemente do seu grau de envolvimento ou responsabilidade. Ou seja, apesar do percentual marginal de emissões das economias subdesenvolvidas, como é o caso de África, elas sofrem de forma proporcional comparativamente aos países geradores da crise. O continente africano é responsável por emitir entre 2% e 3% de emissões de gases de efeito estufa (NACIONES UNIDAS, 2023), entretanto, tem sido a região com maiores danos por Produto Interno Bruto (PIB). A predominância de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), marcadamente baixo (PNUD, 2022) e altos índices de corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2022), debilitam a capacidade adaptativa ou resiliência climática da região. Como detalho mais a seguir, essa conjuntura de emissões, continuará gerando eventos climáticos, com tendência a serem mais regulares e intensos, exigindo dos governos africanos, medidas concertadas em vista a reduzir os seus impactos sobre os sistemas naturais e humanos.

Outrossim, o dilema das emissões globais (agenda de mitigação climática), historicamente tem sido abordado como um problema causado pelas economias desenvolvidas, e em vias de desenvolvimentos. Entretanto, futuramente grande parte das economias africanas, hoje consideradas subdesenvolvidas, poderão experimentar níveis de desenvolvimento socioeconômico para sustentar seus altos índices demográficos. Aliás, até o ano 2050, espera-se que 25% da população mundial, viva nessa região do planeta (NACIONES UNIDAS, 2019). Esse processo de desenvolvimento socioeconômico, poderá estar assente num paradigma de industrialização, mudança intensiva no uso da terra e de perfil de padrão de produção e consumo, significando em última análise, aumento dos níveis de emissões de gases de efeito de estufa. Estudo da Ellen Macarthur Foundation, (2020) projeta que entre 60% a 80% do entorno urbano será construído no continente até 2050 para sustentar as altas taxas de urbanização. Nesse sentido, África tem a oportunidade, ainda numa fase incipiente de desenvolvimento socioeconômico, de projetar melhor o seu modelo de desenvolvimento sustentável (como detalharei mais adiante), para evitar cometer os mesmos erros das economias avançadas ou em vias de desenvolvimento, cuja sua reversão acarreta altíssimos investimentos.

### ***Demanda por recursos naturais***

Decorrente do crescimento populacional, da urbanização e do dinamismo da economia é previsto que o consumo final total de energia na África Subsaariana duplique até 2050. (WORLD ENERGY COUNCIL, 2017). A demanda por

petróleo crescerá até 2050, mas as principais fontes de energia para o mesmo período serão biomassa (37%), petróleo (27%), gás natural (21%), carvão (6%), solar e eólica (5%), e outros (4%) (WORLD ENERGY COUNCIL, 2017). Com base nesses dados, 54% das fontes de energia em 2050 na região continuarão sendo fósseis. Os setores econômicos que mais absorverão energia serão a construção (45%), o transporte (25%) e a indústria (24%) (WORLD ENERGY COUNCIL, 2017). Quais as consequências de uma situação catastrófica desta natureza? Será necessário um maior esforço para reduzir as fontes fósseis e aumentar a produção e distribuição de energia de fonte solar ou eólica (energias limpas e renováveis), (GATES, 2021).

Para responder à procura de alimentos, prevê-se um aumento de produção superior a 150% (FAO, 2017) e uma maior taxa de crescimento anual global de terras aráveis até 2050 estimada em 33% (em cerca de 30 anos). Essa tendência deverá gerar uma forte pressão sobre os diversos ecossistemas. Em consequência, haverá dificuldades no processo de adaptação aos impactos da mudança climática.

A região gerou 174 milhões de toneladas de resíduos em 2016, a uma taxa de 0,46 quilogramas *per capita* por dia. Prevê-se que essa quantidade triplique até 2050. Os resíduos nesta região são principalmente orgânicos, sendo 40% constituído por alimentos e resíduos verdes (KAZA *et al.*, 2018). Atualmente, 69% dos resíduos da região são despejados a céu aberto e muitas vezes queimados (aumentando a geração de gases de efeito estufa). Aproximadamente 24% dos resíduos são dispostos em algum tipo de aterro e apenas 7% são reciclados ou recuperados (KAZA *et al.*, 2018).

Os fatores acima mencionados farão com que África quadruple as suas emissões de carbono até 2060 (até 1,9 - 2,6 Gt CO<sub>2</sub>) (WORLD ENERGY COUNCIL, 2017). Além disso, existem projeções de ocorrência de impactos climáticos negativos no crescimento econômico. O PIB poderá ser reduzido entre 10% e 15% até 2050 (KOMPAS; HA; CHE, 2018) devido aos impactos da mudança climática. Se os países continuarem sem grandes reformas em seus sistemas produtivos e consumo (economia linear), poderão experimentar reduções substanciais na produção econômica e um crescimento das desigualdades (BURKE; HSIANG; MIGUEL, 2015). Portanto, a mudança climática e os fatores socioeconômicos (dupla exposição), (O'BRIEN, KAREN, ROBIN M, 2008) representam uma grande ameaça para a África, embora a região contribua com apenas 2% a 3% das emissões globais de gases de efeito estufa, (WORLD ENERGY COUNCIL, 2017).

### *Alteração nas dinâmicas do uso da terra*

A região tem sofrido nos últimos anos uma significativa redução da sua área de cobertura florestal, fruto do desmatamento progressivo, influenciado fundamentalmente pelas alterações nas dinâmicas de uso da terra. A agricultura, a demanda por energia (combustível lenhoso e carvão vegetal) e a extração da madeira têm sido apontados como principais fatores que impulsionam essas metamorfoses (FAO, 2021). Como corolário disso, estudos desenvolvidos pela FAO, (2021) concluem que cerca de 65% das terras produtivas da região estão degradadas, enquanto a desertificação afeta 45% da área terrestre. Outrossim, o mesmo estudo afirma que cerca de três milhões de hectares de florestas africanas são perdidos, impactando no aumento da vulnerabilidade climática. Por sua vez, a vulnerabilidade climática potencializa a ocorrência de eventos climáticos extremos que resultam em perdas que chegam aos 3% do PIB (FAO, 2021).

Portanto, como resultado da degradação de florestas e terras de cultivo e da consequente perda de produtividade da terra e desertificação, a região investe mais de US\$35 bilhões em importações de alimentos anualmente (AFDB, 2020). Esses valores poderão aumentar para o ano 2050, tendo em conta as perspectivas de crescimento populacional<sup>2</sup>, urbanização e a tendência do aumento do fenômeno de desflorestação. Esses dados tornam-se ainda mais críticos na medida em que a agricultura contribui com 15% do PIB da região, emprega mais de 50% da população e 60% da população depende dela para subsistência (OECD-FAO, 2016). Por outro lado, espera-se um crescimento da taxa de urbanização entre 40% e 80% na região de África. Os países da África Ocidental apresentaram as maiores taxas de urbanização da região, com particular destaque para a Nigéria, devido ao seu intenso processo de industrialização e crescimento populacional, (NACIONES UNIDAS, 2019).

A análise da taxa de alteração líquida do desmatamento na região, no horizonte temporal entre 2000 e 2020, a partir dos dados empíricos da base de dados da *Global Forest Watch*, (2021), indica que com a exceção de 9 países (Sudão do Sul, Sudão, São Tomé e Príncipe, Níger, Maurítânia, Maurícias, Lesotho, Eritreia e Cabo Verde), todos tiveram uma taxa de desmatamento líquida negativa (taxa de desflorestamento maior que reflorestamento). As taxas de desmatamento no período em análise variaram entre -0,34% e -23%. Uganda e Seychelles foram os países com maiores taxas de desmatamento com -23% e -18% respectivamente. Por outro lado, 16 países registaram igualmente taxas significativa de desmatamento com percentual negativo que variam entre 5% e 13%, nomeadamente: Zimbabwe, Zâmbia, Tanzânia, Chade, Serra

<sup>2</sup> Cerca de 4%/ ano, prevendo-se que alcance 2,489.28 milhões em 2050.

Leoa, Quênia, Nigéria, Moçambique, Malawi, Guiné-Bissau, Guiné, Costa de Marfim, Benim, Togo, Madagáscar e Gana.

### ***Impactos da mudança climática em África***

As emissões globais de gases de efeito de estufa, a demanda por recursos naturais e a mudança no uso da terra, têm impactado na mudança do clima, particularmente em África. Essa mudança climática, tem resultado anualmente no aumento de eventos climáticos de rápida progressão (inundações, ciclones, deslizamentos de terra, tornados, tufões, furacões e incêndios florestais) e de lenta progressão (aumento do nível médio das águas do mar, aumento das temperaturas, acidificação dos oceanos, recuo glacial e impactos relacionados, salinização, degradação de terras e florestas, perda de biodiversidade e desertificação), (GEEST; BERG, 2021; KEHINDE, 2014; UNFCCC, 2012).

As temperaturas da África subiram para uma média de +0,3 °C/década entre 1991 e 2021, um registro mais rápido que o calor entre 1961-1990, de +0,2 °C/década. Para 2030, espera-se que entre 108 e 116 milhões de pessoas na África estejam expostas ao risco de subida do nível do mar (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 2023). O aumento da temperatura contribuiu para reduzir em 34% o crescimento da produtividade agrícola na África desde 1961, mais do que em qualquer outra região do mundo (NACIONES UNIDAS, 2023). As anomalias na precipitação são também uma preocupação para a sustentabilidade do continente. Elas situaram-se acima da média de 1991 – 2020 no nordeste de África, em grande parte do Oeste de África, região oriental do Sahe, Sudão e partes da África do Sul. Regiões com acentuado *déficit* de chuvas incluía a parte ocidental do Norte de África, o Corno de África, partes da África Austral e Madagáscar (NACIONES UNIDAS, 2023)

De 2000 a 2019, o continente registrou decorrente dos eventos climáticos, perdas econômicas avaliadas em 27 bilhões de dólares, cerca de 1% total das perdas mundiais (CRED, 2020). Estudos desenvolvidos pela UNFCCC, (2012), indicam que serão necessários 220 bilhões de dólares até 2030, para que os países africanos possam adaptar-se à mudança climática. Ainda durante o período compreendido entre 2000 e 2019, África teve um registro de 1143 eventos climáticos, desse universo, 64% foram inundações, 15% tempestades, 11% secas e os restantes 10% foram eventos relacionados a temperaturas extremas, terremotos, incêndios florestais, deslizamentos de terra, atividades vulcânicas e movimentos de massas (CRED, 2019). Os eventos climáticos nesse período, afetaram a 337 milhões de pessoas (sendo a seca, responsável pelo maior percentual, 60%), tendo causado a morte de 46.078 pessoas (CRED, 2019). Do conjunto dos países afetados, dez se destacam com um número de morte elevado, nomeadamente: Somália (20.739),

Argélia (3.777), Moçambique (2.291), Nigéria (1.696), Madagáscar (1.644), Etiópia (1.639), Quênia (1.572), Serra Leoa (1.289), República Democrática de Congo (1.072) e Malawi (985), (CRED, 2019).

Os impactos da mudança climática são igualmente extensivos aos sistemas naturais, com registros de perda da biodiversidade, importante para a regulação do clima. O fogo é uma das principais causas da perda de biodiversidade em África (SINTAYEHU, 2018). À medida que o aquecimento global aumenta, é provável que estes incêndios se tornem mais intensos e extensos, e possam resultar em alterações significativas nos ecossistemas que afetariam a biodiversidade, através da perda de espécies ou de alterações na composição das espécies (BELLARD *et al.*, 2012; BLAND *et al.*, 2015).

O fenômeno socioambiental, refugiados do clima, também vem aumentando substancialmente nos últimos, influenciado fundamentalmente pela intensificação dos eventos climáticos, com particular destaque para secas e inundações. As projeções para o ano 2050, indicam que a região da África Subsaariana será a mais afetada, concentrando quase 40% dos migrantes climáticos (86 milhões), seguida das regiões de Leste Asiático e Pacífico, Sul de Ásia e África de Norte, com 22,6% (49 milhões), 18,5% (40 milhões) e 8,8% (19 milhões), respetivamente (MODELLI, 2021).

### ***Stressores não climáticos em África***

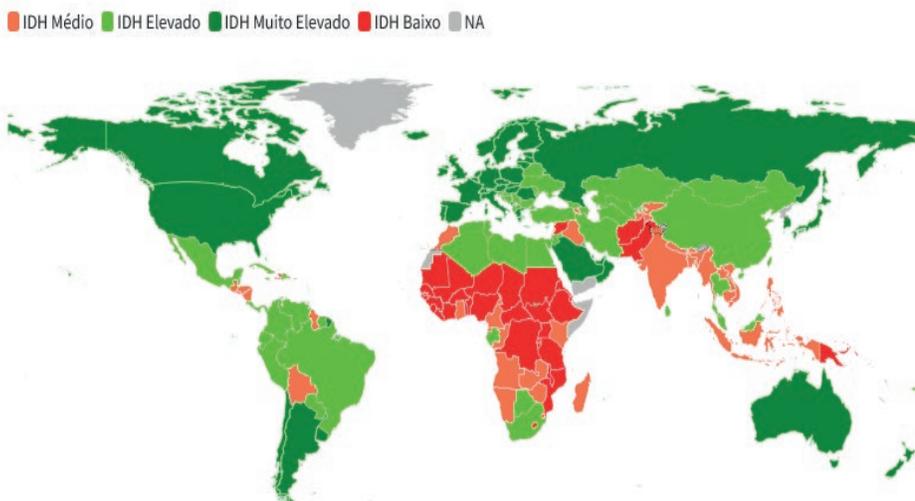
Atualmente, fica cada vez mais evidente que os estudos sobre vulnerabilidade socioecológica, tenham em conta os *stressores* climáticos e não climáticos, em sua análises. Os *stressores* climáticos são aqueles originados pelas mudanças e/ou variabilidade do clima, enquanto que os *stressores* não climáticos são causados por fatores *extra climáticos* centrados em dinâmicas socioeconômicas, de governança pública, globalização, políticas, etc, com impactos na vulnerabilidade socioecológica (O'BRIEN *et al.*, 2004) Esses *stressores*, de certa forma potencializam a vulnerabilidade socioecológica. E, África sofre dessa dupla exposição (O'BRIEN *et al.*, 2004; O'BRIEN, KAREN, ROBIN M, 2008). Nesta seção, abordo os *stressores* não climáticos, nomeadamente: os indicadores socioeconômicos (IDH) e a governança (centrada na variável corrupção).

Os indicadores socioeconômicos são analisados nesta seção, a partir dos relatórios do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no período compreendido entre 2013 e 2021. Os estudos de IDH incorporam na sua análise, indicadores relacionados a parâmetros das características socioeconômicas, nomeadamente: PIB *per capita*, acesso à educação e saúde. Os últimos relatórios do IDH já incluem igualmente indicadores relacionados a desempenho ambiental e igualdade de gênero. De referir que a avaliação do IDH é feita numa escala que varia de 0 a 1. Os

países ou regiões com pontuação abaixo de 0.550 são classificados com um IDH considerado baixo; entre 0.550 e 0.669, IDH médio; entre 0.700 e 0.766, IDH elevado; e acima de 0.800, IDH muito elevado (PNUD, 2022).

O mapa da figura 1, mostra o desempenho dos países relativamente ao IDH, no período que varia entre 2013 e 2021. Nele, fica evidente que os países com IDH considerado baixo, estão maioritariamente concentrados no continente africano, principalmente na região de África Subsaariana. Essa distribuição, condiz com os dados do Banco Mundial, no qual, indica essa região como a que possui os piores indicadores de desenvolvimento socioeconômico (JAFINO *et al.*, 2020). Do total dos 54 países que perfazem o continente, apenas 16.7% tiveram um registro de IDH elevado no período analisado, e nenhum país obteve classificação de IDH muito elevado. Em termos absolutos foram 9 países com registro de IDH elevado, sendo 5 da região de África Subsaariana e 4 da região de África de Norte, nomeadamente: África do Sul (0,713), Botswana (0,702), Gabão (0,702), Maurícias (0,795), Seyschelles (0,796), Argélia (0,738), Egito (0,707), Líbia (0,727) e Tunísia (0,731). Portanto, como se pode notar, Seyschelles é o país com o melhor desempenho de IDH, seguido das Maurícias.

**Figura 11:** Mapa mundial de Índice de Desenvolvimento Humano (2013 – 2021)



**Fonte:** Autor (2024), a partir dos dados da PNUD, (2022)

A governança, como referido acima, se afigura como outro *stressor* não climático, potenciador da vulnerabilidade climática. Nessa dimensão foi tomada em consideração o fenômeno da corrupção, que é um dos sub indicadores de avaliação da *Worldwide Governance Indicators* (promovido pelo Banco Mundial), entendendo-se como um dos fatores-chave e estratégicos para a sustentabilidade da governança

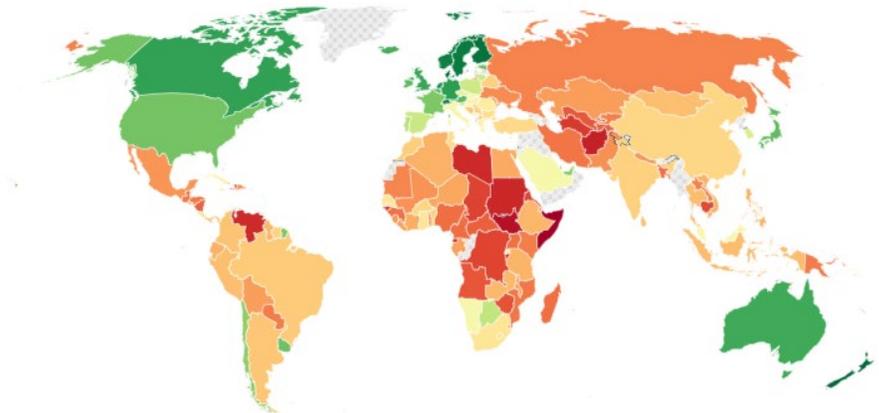
pública e ambiental (WORLD BANK, 2023). Por conseguinte, foram analisados os dados da TRANSPARENCY INTERNATIONAL, (2022), no período compreendido entre 2013 e 2022, numa base comparativa entre os países. Para essa dimensão, a pontuação varia de 0 a 100, sendo que os países com menos pontuação são classificados como os mais corruptos e os com mais pontuação, considerados os menos corruptos (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2022).

A figura 2, evidencia que os países africanos, no período analisado, foram os mais corruptos do mundo (partes mais avermelhadas). A região de África Subsaariana obteve a menor pontuação, seguida das regiões da África de Norte e Sul da Ásia com 32,6 pontos, 33,1 pontos e 34,2 pontos respectivamente. Seyschelles foi considerado o país menos corrupto de África, seguido de Botswana e Cabo Verde, com uma avaliação de 62,4 pontos, 60,8 pontos e Cabo Verde 57,5 pontos respectivamente.

A corrupção é um claro indicativo que os fundos alocados para ações, quer de mitigação, quer da adaptação climática, tendencialmente perdem a sua eficiência porque não cumprem o seu objetivo final, que é de melhorar os indicadores socioeconômicos da região, e por via disso, reduzir os índices de vulnerabilidade socioecológica. Portanto, sem uma estrutura socioeconômica adequada e robusta, dificilmente o continente poderá melhorar a sua capacidade adaptativa para fazer face aos desafios da agenda climática.

**Figura 12:** Mapa mundial do Índice de Percepção sobre a Corrupção (2013 – 2022)

9,9 49,6 89,3

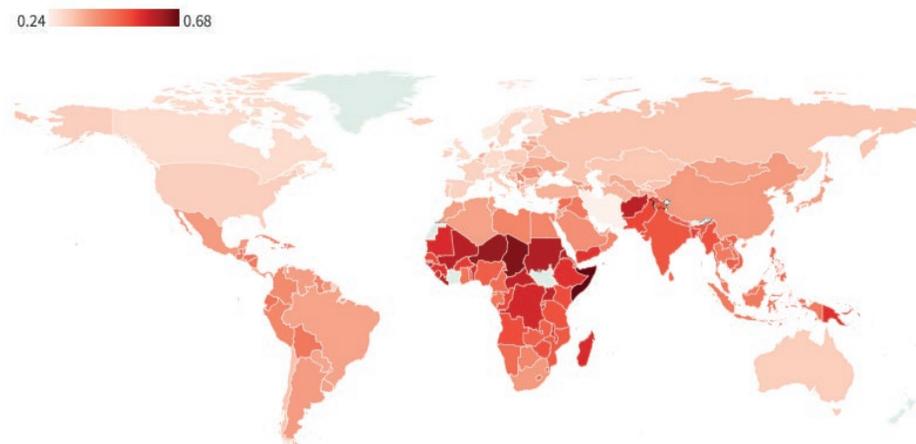


**Fonte:** Autor (2024), a partir dos dados da TRANSPARENCY INTERNATIONAL, (2022)

Outrossim, o mapa da figura 3, mostra avaliação da vulnerabilidade climática dos países. A avaliação varia de 0 a 1. Os países com menos pontuação (menos avermelhados), detêm menores Índices de Vulnerabilidade Climática,

enquanto que os países com mais pontuação (mais avermelhados), detêm maiores Índices de Vulnerabilidade Climática (NOTRE DAME GLOBAL ADAPTATION INITIATIVE, 2024). Essa avaliação é desenvolvida tendo em conta a exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa dos países, que por sua vez, toma em consideração os seguintes elementos de análise: serviços ecossistêmicos, alimentação, água, saúde, infraestruturas e sistemas humanos. Como se pode depreender, os *stressores* não climáticos, acima descritos, evidenciam um forte *nexus* de causalidade com a vulnerabilidade climática do continente. Os países com maiores Índices de Vulnerabilidade Climática, estão também aglomerados ao longo do continente. Ou seja, pode-se estabelecer uma relação de causalidade entre os *stressores* não climáticos e o Índice de Vulnerabilidade Climática. Portanto, fica evidente que a redução dos altos índices de vulnerabilidade climática da região, está condicionado ao melhoramento substancial dos indicadores assentes em *stressores* não climáticos.

**Figura 13:** Mapa mundial de Vulnerabilidade Climática



**Fonte:** Autor (2024), a partir dos dados da NOTRE DAME GLOBAL ADAPTATION INITIATIVE, (2024)

### *Alternativas de modelo de adaptação climática para África*

Diante da caracterização acima desenvolvida, relativamente aos desafios da agenda climática em África, urge a necessidade de refletir sobre caminhos que podem conduzir o continente a um modelo de desenvolvimento sustentável, com menor Índice de Vulnerabilidade Climática. Entre as soluções com potencial de enfrentar aos atuais desafios da agenda climática, se destacam os seguintes:

Modelos de adaptação climática baseada em ecossistemas ou soluções baseadas na natureza (BRAUNGART; MCDONOUGH, 2002; CARSON,

1962; CONNET, 2016; IPCC, 2021): orientado para enfrentar a mudança climática, a partir dos mecanismos de regeneração e regulação climática que os próprios ecossistemas desenvolvem naturalmente. Esse modelo, pode ser uma solução para a agricultura em África, que anualmente é afetada por secas e desertificação, resultando na redução dos seus índices de produção e produtividade (FAO, 2021).

A agricultura de conservação pode ser um modelo sustentável de cultivo. Esse modelo procura manter ou melhorar a fertilidade do solo, de forma que as gerações futuras possam obter produtividades iguais ou superiores às que se obtinham no modo convencional, recuperando a fertilidade do solo, através da melhoria das suas características físicas (manutenção ou melhoria da estrutura), químicas (elevação do teor de matéria orgânica) e biológicas (criação e manutenção de condições favoráveis para os organismos do solo), (BARROS; FREIXIAL, 2011). Ainda dentro da adaptação baseada em ecossistema, se destaca a função ecológica e de regulação climática dos manguezais. Muitas cidades costeiras africanas têm sido afetadas por tempestades e pela subida das águas do mar. A plantação e conservação dos manguezais ao longo da costa, pode ajudar a muitas dessas cidades, a reduzir os impactos desses fenômenos sobre os seus territórios. O reflorestamento costeiro de manguezais resulta em amortecimento natural contra tempestades. Os manguezais contribuem no combate contra o aquecimento global, já que conseguem retirar da atmosfera até cinco vezes mais carbono do que as florestas, (NAÇÕES UNIDAS, 2021; MALLICK; RAHMAN, 2013; CARSON, 1969).

Modelo de adaptação transformacional (IPCC, 2021): desenvolvido em oposição ao modelo de adaptação incremental ou tradicional, está orientada a reestruturar o sistema de produção e consumo atual, para se adequar aos desafios da agenda climática. Em África, ela pode ser implementada no setor energético (GATES, 2021). O continente tem um forte potencial para liderar a transição energética, implantando a energia solar e eólica. Entretanto, esse tipo de energias, comportam consigo alguns desafios, que a ciência, através da investigação e inovação, terá de buscar respostas sustentáveis, nomeadamente: o dilema de disponibilidade de grandes áreas para sua instalação e o desafio das intermitências diárias e estacionárias. O modelo de economia circular pode igualmente ajudar o continente a lidar com os desafios de gestão de resíduos (BOULDING, 1966; BRAUNGART; MCDONOUGH, 2002; CARSON, 1969; CONNET, 2016; HÉRIZ, 2018; HERRERO, LUIS Y LAGUELA, 2019; MACARTHUR; FOUNDATION, 2015).

Para o ano 2050, como me referi atrás, África terá a sua população quase duplicada, tornando-se na região do mundo com maiores índices de crescimento

demográfico. Como corolário disso, grandes quantidades de resíduos serão gerados (KAZA *et al.*, 2018), decorrente fundamentalmente da intensificação do processo de urbanização, industrialização e do aumento da produção e consumo. E, a economia circular pode contribuir no reaproveitamento comercial dos resíduos a serem gerados, reduzindo por um lado a pressão sobre os recursos naturais, e por outro, gerando um sistema econômico baseado nos ditames da sustentabilidade ambiental.

Por último, a adaptação transformacional, pressupõe igualmente uma reforma legislativa estrutural. Essa reforma deve estar orientada a um conjunto de diretrizes, assentes no aumento da capacidade adaptativa ou resiliência climática da região. Algumas das diretrizes se centrariam em áreas como: construção resiliente; combate cerrado contra a corrupção; reforma curricular a todos níveis de ensino; ordenamento territorial; investimento em inovação, pesquisa e desenvolvimento. Essas ações deveriam ser implementadas a todos os níveis de dimensão territorial de administração, portanto, desde o nível central (governo central) até o nível local (províncias, estados, municípios, distritos, vilas e localidades).

## PERSPECTIVA DA AGENDA CLIMÁTICA EM ÁFRICA

Conforme indicam as projeções do IPCC, (2021), as emissões de gases de efeito de estufa tendem a aumentar, e por consequência, os eventos climáticos de rápida e lenta progressão poderão aumentar em intensidade e regularidade. Por via disso, a adaptação climática pode atingir os seus limites biofísicos. A capacidade de adaptação dos atores sociais e dos sistemas naturais é finita e, portanto, há limites para a adaptação (IPCC, 2021), daí a necessidade de gerenciamento estrutural dos *stressores* climáticos e não climáticos. Por outro lado, a capacidade de adaptação dos sistemas humanos e naturais é influenciada pela taxa de mudança climática, bem como pelo nível de desenvolvimento econômico, mudança demográfica, alteração do ecossistema e inovação tecnológica (IPCC, 2021).

Por isso, África deve investir de forma séria para reduzir significativamente os impactos negativos dos *stressores* não climáticos, acima descritos, sobre a vulnerabilidade socioecológica, e por via disso, melhorar a sua capacidade adaptativa. Essa ação é extremamente necessária para a sustentabilidade do desenvolvimento da região, tendo em atenção as previsões para 2050, que será de aumento da demanda pelos serviços ecossistêmicos de regulação, cultural e de provisão.

Paralelamente a imperiosidade do continente investir na redução das externalidades dos *stressores* não climáticos, é igualmente pertinente que se

desenvolva um diálogo entre o norte e o sul global, sobre a agenda de justiça climática. Como foi referido atrás, África tem uma participação marginal no mercado de emissões globais, cerca de 2% a 3% de gases de efeito estufa, entretanto, vem sofrendo as piores consequências da mudança climática. É preciso reconhecer que foi dado um importante passo na COP 27, realizada no Egito, com a aprovação de um fundo de perda e danos avaliado em 100 bilhões anuais, no qual as economias avançadas deverão compensar aos países subdesenvolvidos pelos danos causados, decorrentes, quer das emissões históricas acumuladas, quer dos atuais níveis de emissões. Entretanto, persistem lacunas na metodologia de angariação, administração e gestão desse fundo, nomeadamente: o caráter voluntário de alocação desse fundo por parte das economias avançadas; inexistência de um método objetivo de inventariação e avaliação financeira dos danos causados; e a inexistência de mecanismos de alocação desse fundo pelos países afetados.

## CONCLUSÃO

Depois da contextualização dos desafios da agenda climática em África, pode-se inferir indubitavelmente, que o continente enfrenta dilemas ou problemas perversos de sustentabilidade, centrais e críticos para a materialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os *stressores* climáticos e não climáticos (dupla exposição), são os principais *drivers* para o melhoramento da capacidade adaptativa ou resiliência climática da região, e por meio disso, para a redução dos atuais níveis de vulnerabilidade climática.

Em função dos desafios elencados, a adaptação transformacional e a adaptação baseada em ecossistemas ou soluções baseadas na natureza constituem algumas das alternativas para a complexidade do problema. Portanto, é através desses modelos de adaptação que se pode desenvolver a agricultura de conservação, plantação de manguezais, economia circular, reformas legislativas e curriculares, ações vitais para o enfrentamento dos eventos climáticos (agenda de adaptação climática).

## REFERÊNCIAS

AFDB. **African Economic Outlook**. Tunis: [s. n.], 2020.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **Africa in 50 Years' Time: The Road Towards Inclusive Growth**. Tunis: [s. n.], 2011. Disponível em: [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Africa in 50 Years Time.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Africa_in_50_Years_Time.pdf).

BARROS, José F. C.; FREIXIAL, Ricardo M. C. **Agricultura de Conserva-**

ção. 2011. 26 f. - Universidade de Évora, [s. l.], 2011.

BELLARD, C. *et al.* Impacts of Climate Change on the Future of Biodiversity. **Ecology Letters**, [s. l.], v. 15, p. 365–377, 2012.

BLAND, L. M. *et al.* Predicting the Conservation Status of Data-Deficient Species. **Conservation Biology**, [s. l.], v. 29, p. 250–259, 2015.

BOULDING, Kenneth E. The Economics of the Coming Spaceship Earth. **Johns Hopkins University Press**, [s. l.], n. Environmental Quality in a Growing Economy, Resources for the Future, p. 3–14, 1966. Disponível em: <http://www.ub.edu/prometheus21/articulos/obsprometheus/BOULDING.pdf>.

BRAUNGART, Michael; MCDONOUGH. **Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things**. Firsted. New York: [s. n.], 2002.

BURKE, Marsall; HSIANG, Solomon M.; MIGUEL, Edward. Global non-linear effect of temperature on economic production. **Nature**, [s. l.], n. Environment, p. 235–239, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature15725>.

CARSON, Raquel. **Primavera Silenciosa - Rachel Carson - Pt.Pdf**. [S. l.: s. n.], 1969. Disponível em: [http://www.rbma.org.br/mab/unesco\\_01\\_oprograma.asp](http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp).

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Firsted. New York: [s. n.], 1962. *E-book*. Disponível em: [https://www.fao.org/fileadmin/templates/library/pdf/Silent\\_spring.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/templates/library/pdf/Silent_spring.pdf).

CONNET, Paul. **Solución Residuo Cero**. Kaicroned. Castellón: [s. n.], 2016.

CRED. **Disasters in Africa: 20 Year Review (2000-2019)**. Brussels: [s. n.], 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/CEIFA/AppData/Local/Temp/Cred-Crunch56.pdf>.

CRED. **Human Cost of Disasters: An overview of the last 20 years (2000-2019)**. Brussels: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.cred.be/sites/default/files/CRED-Disaster-Report-Human-Cost2000-2019.pdf>.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Circular economy in Africa: examples and opportunities - Built Environment**. [S. l.: s. n.], 2020.

FAO. **El futuro de la Tendencias alimentación y la agricultura: Tendencias y desafíos**. Washington, DC: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i6881s/i6881s.pdf>.

FAO. **Review of forest and landscape restoration in Africa 2021**. [S. l.: s. n.], 2021.

FAO. **Review of Forest and Landscape Restoration in Africa 2021**. Accra: [s. n.], 2021.

GATES, Bill. **¿Cómo evitar un desastre climático? Las soluciones que ya tenemos y los avances que aún necesitamos**. Barcelona: [s. n.], 2021.

GEEST, Kees van der; BERG, Romy van den. Slow-onset events: a review of the evidence from the IPCC Special Reports on Land, Oceans and Cryosphere. **Environmental Sustainability**, [s. l.], v. 50, p. 109–120, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343521000476>.

GLOBAL FOREST WATCH. **Monitoramento da florestas projetado para ação**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/>.

HÉRIZ, Ignacio. **Economía Circular Un nuevo modelo de producción y consumo sostenible**. Madrid: [s. n.], 2018.

HERRERO, LUIS Y LAGUELA, Elena. **Economía Circular - Espiral Transición hacia un metabolismo económico cerrado**. Primeira Eed. Madrid: [s. n.], 2019.

IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. [S. l.: s. n.], 2014.

IPCC. **Climate Change 2021 The Physical Science Basis**. [S. l.: s. n.], 2021.

JAFINO, B *et al.* **Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030**. Washington, DC: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34555>.

KAZA, Silpa *et al.* **What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050**. Washington, DC: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30317>.

KEHINDE, Balogun. Applicability of Risk Transfer Tools to Manage Loss and Damage from Slow-onset Climatic Risks. *In: 2014, Londres. 4th International Conference on Building Resilience, Building Resilience 2014, 8-10 September 2014, Salford Quays, United kingdom*. Londres: [s. n.], 2014. p. 8. Disponível em: <https://pdf.sciencedirectassets.com/282136/1-s2.0-S2212567114X00122/1-s2.0-S2212567114009940/main.pdf?X-Amz-Security-Token=IQoJb3JpZ2luX2VjEEwaCXVzLWVhc3QtMSJIMEYCIQDBwJ%2FhRjAMtz1DrLg07ASkVk9dMa6sLG1PA7CofM-DbswIhAKIE3k%2FiGoSe8erpGso2iKE6MyOUVXIcCd00KDxu>.

KOMPAS, Tom; HA, Pham Van; CHE, Tuong Nhu. The Effects of Climate Change on GDP by Country and the Global Economic Gains From Complying With the Paris Climate Accord. **Earth's Future**, [s. l.], v. 6, n. Environment, p. 1153–1173, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2018EF000922>.

MACARTHUR, Ellen; FOUNDATION. **TOWARDS A CIRCULAR ECONOMY: BUSINESS RATIONALE FOR AN ACCELERATED TRANSITION**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://emf.thirdlight.com/link/ip2fh05h21it-6nvypm/@/preview/1?o>.

MALLICK, Fuad H; RAHMAN, Mohammad Aminur. Cyclone and tornado risk and reduction approaches in Bangladesh. *In: Disaster Risk Reduction Approaches in Bangladesh*. [s. l.], p. 91–102, 2013. Disponível em: <https://www>.

researchgate.net/publication/266820949\_Cyclone\_and\_Tornado\_Risk\_and\_Reduction\_Approaches\_in\_Bangladesh.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, p. 433–460, 2015.

MODELLI, Laís. **Refugiados climáticos: 17 milhões de pessoas na América Latina poderão ser forçadas a migrarem até 2050**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/09/13/refugiados-climaticos-17-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-poderao-ser-forçadas-a-migrarem-ate-2050.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2024.

NACIONES UNIDAS. **Cambio climático en África: la salud ambiental del continente en alerta roja**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://news.un.org/es/story/2022/09/1514121>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NACIONES UNIDAS. **World Urbanization Prospects**. New York: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>.

NAÇÕES UNIDAS. **Manguezais absorvem até cinco vezes mais CO<sub>2</sub>, mas desaparecem com rapidez**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/07/1757712>.

NOTRE DAME GLOBAL ADAPTATION INITIATIVE. **Vulnerability**. Paris: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>.

O'BRIEN, Karen *et al.* Mapping vulnerability to multiple stressors: Climate change and globalization in India. **Global Environmental Change**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 303–313, 2004.

O'BRIEN, KAREN, ROBIN M, Leinchenko. **Environmental Change and Globalization: Double Exposures**. New York: Oxford University Press, 2008.

OECD-FAO. **Agricultural Outlook 2016-2025**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2016\\_agr\\_outlook-2016-en](https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2016_agr_outlook-2016-en).

PNUD. **Human Development Report**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>.

PUNTE, Adolfo C. Fernández. El África Subsahariana y su capacidad para hacer frente a la inestabilidad económica mundial. **Casa África**, [s. l.], n. Sub Saharian África Challenge, p. 7, 2015. Disponível em: [http://www.ciberoamericana.com/documentos/adolfo\\_casa\\_africa.pdf](http://www.ciberoamericana.com/documentos/adolfo_casa_africa.pdf).

ROA, Mónica Mena. **Diez países causan casi el 70% de las emisiones mundiales de CO<sub>2</sub>**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://es.statista.com/grafico/28687/paises-con-el-mayor-porcentaje-de-emisiones-mundiales-de-co%25E2%2582%2582/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SINTAYEHU, Dejene W. Impact of climate change on biodiversity and associated key ecosystem services in Africa: a systematic review. **Ecosystem Health and Sustainability**, [s. l.], v. 4, n. 9, p. 225–239, 2018.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption perceptions**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <http://cpi.transparency.org/cpi2013/results/>.

UNFCCC. **Slow Onset Events Technical Paper**. [S. l.: s. n.], 2012.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report**. New York: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019.pdf>.

WORLD BANK. **Worldwide Governance Indicators (WGI)**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.govindicators.org/>.

WORLD ENERGY COUNCIL. **World Energy Scenarios**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: [https://www.worldenergy.org/assets/downloads/LAC-Scenarios\\_Full-Report\\_FINAL.pdf](https://www.worldenergy.org/assets/downloads/LAC-Scenarios_Full-Report_FINAL.pdf).

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **State of the Climate in Africa 2022**. Geneva, Switzerland: [s. n.], 2023. Disponível em: [https://library.wmo.int/viewer/67761/download?file=1330\\_State-of-the-Climite-in-Africa-2022\\_en.pdf&type=pdf&navigator=1](https://library.wmo.int/viewer/67761/download?file=1330_State-of-the-Climite-in-Africa-2022_en.pdf&type=pdf&navigator=1).

# A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O ATENDIMENTO JURÍDICO EM AFRICA – MOÇAMBIQUE

*Etelvina Alexandre Caetano Meque<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra as mulheres é um problema complexo e preocupante que afeta diversas sociedades ao redor do mundo, incluindo Moçambique. É uma questão social e de saúde pública que demanda atenção e ação para garantir a proteção dos direitos e a segurança das mulheres em seus lares. No contexto moçambicano, há uma necessidade de investigação mais aprofundada sobre a importância do atendimento jurídico oferecido pelas Delegacias de Mulheres e sua contribuição na implementação da Lei nº. 29/2009, que trata da Violência Doméstica contra a Mulher.

A pesquisa buscou preencher essa lacuna ao examinar a violência doméstica contra a mulher e o papel desempenhado pelas Delegacias de Mulheres em Moçambique. O objetivo principal deste trabalho é investigar como os profissionais que atuam nessas delegacias acolhem e encaminham os casos de violência doméstica aos tribunais, bem como analisar sua interpretação da lei, suas limitações e desafios na defesa dos direitos das mulheres em situação de violência.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa envolveu a realização de entrevistas com profissionais que trabalham nas Delegacias de Mulheres Moçambique. Esses profissionais consentiram participar da pesquisa mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ao explorar as percepções e experiências desses profissionais, obteve-se *insights* valiosos sobre de maneira que as Delegacias de Mulheres são vistas como espaços significativos para o reconhecimento da cidadania das mulheres e para a atuação política e jurídica na defesa de seus direitos. Além disso, a pesquisa visou compreender de modo que esses profissionais interpretam a lei e como enfrentam os desafios e limitações em sua implementação, especialmente no que diz respeito à divulgação da lei em todas as regiões do país, incluindo

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Saúde Coletiva. Universidade de Brasília. E-mail: etelvinameque1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8298-1976>.

áreas urbanas, periferias e zonas rurais.

A importância desse estudo reside na sua contribuição para uma compreensão mais aprofundada da violência doméstica contra a mulher em Moçambique, bem como na identificação de oportunidades para fortalecer o atendimento jurídico e a aplicação efetiva da lei.

Ao fornecer uma análise abrangente da questão da violência doméstica contra a mulher e do atendimento jurídico nas Delegacias de Mulheres, este trabalho visou contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violência para as mulheres em Moçambique.

### *A violência Doméstica em Moçambique e Especificidades Socioculturais*

A violência doméstica contra a mulher como questão social é problema de saúde pública em vários contextos e em Moçambique não é diferente. Segundo VALDEZ-SANTIAGO e RUIZ-RODRIGUEZ (2009), o processo de reconhecimento, em escala mundial, da violência doméstica masculina contra as mulheres, tornando-se objeto de estudo e intervenção na saúde pública, começou a ocorrer entre a década de 1960 e 1970.

Contudo, segundo as mesmas autoras, esse processo passou por diversos desafios desde o início. “É resultado de uma combinação de fatores, momentos históricos e atores sociais; todos coadjuvaram a conformar sua legitimidade, tanto acadêmica como instrumental.” (2009: 506). Destacam-se, nesse processo, o papel fundamental dos movimentos feministas e outros movimentos sociais, a partir das discussões sobre os direitos das mulheres promovendo visibilidade de diversas expressões da violência. As definições iniciais sobre violência doméstica contra as mulheres (VDCM), durante a década de 1970, eram caracterizadas pela dificuldade de apresentar caráter operacional e pela sua ambiguidade, tendo sido desenvolvidas de acordo com o modelo epidemiológico clássico. Nesse contexto, segundo VALDEZ-SANTIAGO e RUIZ-RODRIGUEZ (2009), observou-se o papel e relevância da saúde, enquanto meio de difusão das consequências da VDCM, entendida como um problema social e público, em que a saúde pública deveria intervir.

Posteriormente, outras áreas, tais como a sociologia, psicologia, história, antropologia e psiquiatria, passaram a contribuir para a compreensão do problema da violência doméstica contra as mulheres, contribuindo para o reconhecimento como um problema de saúde pública, não só pela perspectiva de violência de gênero, como também de violência social. (VALDEZ-SANTIAGO, RUIZ-RODRIGUEZ, 2009). A abordagem sobre a violência, na perspectiva da saúde pública, opera com quatro passos essenciais, segundo VALDEZ-SANTIAGO e RUIZ RODRIGUEZ:

a) A obtenção do conhecimento adquirido pela magnitude e alcance das características e consciências da violência nos planos locais, nacionais e internacionais; b) investigação das causas que produzem a violência (fatores de risco e proteção); c) busca de possíveis formas de prevenir a violência; d) execução de ações que em diferentes circunstâncias resultem efetivas, acompanhadas de uma ampla divulgação de informações. (VALDEZ-SANTIAGO, R., M. RUIZ-RODRIGUEZ, 2009: 506).

Essas mesmas autoras ainda destacam como relevante que o reconhecimento deste problema a nível macrossocial significa abordar as dimensões de poder das organizações e instituições internacionais e nacionais. Finalmente, é importante destacar que o problema da VDCM constitui-se em uma questão global de intervenção jurídico-social, além de saúde pública (MORENO, 2000), e manifesta-se também com outros tipos de violência, como crimes violentos (sequestros, homicídios e assaltos, entre outros). Dessa forma, a compreensão de que o afastamento entre a produção de conhecimento acadêmico e o cotidiano pode ser visto como um problema de aplicação de políticas, de identificação de dificuldades em diversas dimensões, por exemplo, cultural, organizacional, institucional ou política, tem norteado a preocupação acadêmica. Enfatizam a responsabilidade do desenvolvimento de intervenções coletivas e medidas de prevenção para os níveis de atenção primária, secundária e terciária de atendimento, pois enfrentar a violência pressupõe o desenvolvimento de estratégias em diferentes escalas realizadas pelo setor acadêmico, especialistas em saúde pública e a sociedade em conjunto. (VALDEZ-SANTIAGO R., RUIZ-RODRIGUEZ M., 2009). (conteúdo das páginas 13, 14 e 15).

Essas estratégias são mecanismos para viabilizar os compromissos internacionais assumidos pelo país. Neste contexto, pode-se destacar a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Direitos da Mulher em África (MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL, 2008).

Em Moçambique, segundo o Censo Populacional realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), as mulheres representam 55% da população do país e atuam com forte papel na manutenção e desenvolvimento familiar e social, contudo é a maior vítima de violência praticada habitualmente pelos homens. As vítimas apresentam receio em registrar suas queixas aos órgãos competentes por vergonha e sentimento de *lealdade familiar*. Além da violência, as mulheres são as maiores vítimas de problemas socioculturais e econômicos, a exemplo da pobreza absoluta, do analfabetismo, considerados produtos do desrespeito aos seus direitos e deveres sociais. (OMS, 2002).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em sua tese de doutorado, ADELINO ESTEVES TOMÁS (2016), enfatiza o *lobolo*<sup>2</sup> e a poligamia como formas de conjugalidade que mantêm uma estreita relação com a prática da violência contra as mulheres por representarem trocas e práticas conjugais desiguais. Em relação à violência contra a mulher, sua transformação de um problema privado em uma questão pública ganha expressão na sociedade moçambicana, notadamente, segundo Tomás (2016), a partir dos anos 1970, tendo o movimento feminista nacional e internacional um papel fundamental.

A partir de então, o esforço para minimizar as ocorrências e os efeitos da violência podem ser destacados à elaboração do *Plano Nacional de Prevenção e Combate a Violência contra a Mulher (2008-2012)*. Este plano é considerado um instrumento operacional do Programa Quinquenal do Governo Moçambicano (2005-2009) (PQG), assim como a Política Para a Redução da Pobreza (PARPA II), a Política de Gênero e Estratégia da sua implementação, assim como o Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM). (MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL, 2008).

As vítimas apresentam receio em registrar suas queixas aos órgãos competentes por vergonha e sentimento de *lealdade familiar*. De acordo com os dados oficiais do Ministério do Interior (2023), a violência contra as mulheres, apesar dos esforços no sentido contrário, atingiu níveis muito elevados nos últimos anos, com mais ênfase no ano 2022, em que houve mais ocorrências registradas, ao nível nacional. Neste período, mais de vinte e nove mil mulheres vítimas de violência apresentaram queixa nas Delegacias da Mulher, conhecidas também como Gabinetes, com uma média de mais de sete mil mulheres por ano, conforme o gráfico 1, a seguir

**Figura 14:** Número de mulheres denunciante de violência doméstica em Moçambique



**Fonte:** Ministério do Interior/Comando Geral da Polícia, Departamento da Mulher e Criança, 2008. *Apud* República de Moçambique – PNAPCVCM, s/d. (gráfico adaptado pela pesquisadora).

<sup>2</sup> *Lobolo* - é a designação que se dá ao casamento tradicional em Moçambique.

Segundo os dados supra, vale observar que, os números reais das vítimas de violência são muito mais elevados que estes, uma vez que muitas mulheres não apresentam queixa quando são vítimas de violência, por razões culturais, sociais e económicas. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, PNAPCVCM, 2012).

**Figura 15:** Casos de violência registados em Moçambique



**Fonte:** República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística (2012)

**Figura 16:** Casos de violência doméstica registados em Moçambique (2009 -2011)



**Fonte:** República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística (2012)

Segundo mostram os dados:

[Os] resultados apresentados acima que mostram as taxas de violência doméstica registadas em cada 100 mil habitantes, a Cidade de Maputo é a que apresenta maiores taxas de violência doméstica, na ordem de 302 e 238 em cada 100,000 habitantes em 2010 e 2011, respectivamente. As menores taxas de violência doméstica registaram-se nas províncias do Norte de Moçambique e nas províncias de Tete e Zambézia no centro. Entretanto, as províncias de Sofala, Gaza e Maputo Cidade tiveram

a tendência da redução de ocorrência de casos de violência doméstica. (República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística, 2012).

Segundo MINISTÉRIO DA SAÚDE NA ÁFRICA, ESPECIFICO MOÇAMBIQUE (2011), os crimes de violência física mais frequentes neste país são as agressões corporais voluntárias, assim como agressões qualificadas, a exemplo de espancamentos com sangramento e ameaças à integridade física. A principal forma de violência sexual no país é o estupro, com qualquer parceiro. A violência psicológica é a mais frequente, pois se considera que para a ocorrência de qualquer tipo de violência física, houve uma primeira de ordem psicológica. A violência praticada contra as mulheres ocorre, sobretudo, na faixa etária dos 25 a 34 anos, mas de modo geral, tem lugar em todas as idades e estratos sociais. As mulheres são as principais vítimas da violência, de acordo com o Ministério supra.

Para o MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011), os principais perpetradores de violência contra a mulher são os parceiros íntimos. Isso explica os motivos pelos quais, na maioria dos casos, as vítimas de crimes de violência não registram as queixas nos órgãos de justiça e não aceitam a instauração de processo judicial contra os agressores, causadores deste grave problema social, que se tornou igualmente um relevante problema de saúde pública. As origens da violência podem ser associadas à estrutura social, às questões culturais que formam valores, tradições, costumes, hábitos e crenças que se relacionam diretamente à desigualdade sexual, em que as vítimas da violência são majoritariamente as mulheres e os agressores, quase sempre, os homens, demonstrando o quanto as estruturas sociais sustentam e reproduzem essa dinâmica.

O supradito vai ao encontro desse tipo de explicação do trabalho de OSÓRIO *et al.* (2000) que, ao lado de reafirmarem que a violência se apresenta como um grave problema global, consideram que a mesma é resultado da crença historicamente construída, em diversas culturas, de que o homem é superior e deve ser detentor de mais direitos que a mulher, em diferentes meios de convivência social. Segundo esses mesmos autores, sustentados por um sistema hierárquico a que se pode chamar de patriarcado, a violência contra a mulher resulta de um desequilíbrio de poder entre mulheres e homens, com base nas desiguais relações sociais de gênero, cristalizadas por estruturas sociais tradicionais.

Segundo OSÓRIO e SILVA (2009), outros aspectos ganham expressão como, por exemplo: antecedentes de violência na família do agressor, quando os mesmos cresceram em ambientes familiares em que a violência era prática usual; dependência econômica da mulher, levando à falta de recursos para a satisfação das necessidades básicas, fato gerador de conflitos; quando um dos cônjuges toma conhecimento da infecção de AIDS (HIV) do seu parceiro ou obriga a parceira a manter relações sexuais sem o uso do preservativo.

De acordo com OSÓRIO e SILVA (2009), a violência contra a mulher tem resultados negativos em todos os níveis e domínios da vida do país. Direta ou indiretamente o impacto da violência contra a mulher tem também implicações econômicas no seio da família e na economia nacional, com implicações globais na sociedade.

Diante de tal quadro é possível entender as preocupações dos órgãos públicos como, por exemplo, o Ministério da Saúde (2011), que aponta inúmeras consequências da violência contra a mulher consideradas graves, tais como: danos físicos e psicológicos à mulher; contaminação por doenças de transmissão sexual (alta incidência de ITS's e infecção de HIV/SIDA nas comunidades); influência negativa no rendimento na escola ou no local de trabalho e no desenvolvimento da criança; redução de autoestima; estigmatização; conflitos e desintegração familiar; uso abusivo de álcool e droga; problemas sociais como a marginalidade, criminalidade e crianças vivendo na rua; constante estado de estresse e medo; agressão ou assassinato dos intervenientes (familiares, crianças, vizinhos); distúrbios comportamentais nas crianças, como consequência de violência dos pais. (conteúdo extraído da página 30 até 41)

### ***Sobre a Dinâmica do Atendimento aos Homens Agressores***

No atendimento aos homens, nas Delegacias de Atendimento à mulher, há procedimentos que são seguidos por forma a garantir que o suposto agressor compareça e tenha a oportunidade de ser ouvido, declarando-se inocente ou culpado. A transcrição das entrevistas usa nomes fictícios para se referir aos participantes, salvaguardando a sua real identidade.

### ***Sobre a Notificação***

Segundo os profissionais, após a denúncia por parte da mulher, são expedidas até três notificações ao denunciado, intimando-o a depor, conforme ilustram falas abaixo:

Segundo o agente: Notificamos três vezes e no caso de não comparecer faz-se a diligência.

Severino: Dá-se primeiro aviso, manda-se segundo, até o terceiro, e se continuar a não comparecer, manda-se mandado de captura.

Segundo o agente: Notificamos três vezes e se o acusado recusa-se aparecer fazemos busca e captura para a Esquadra.

Segundo o agente: Depois de três notificações, se a pessoa não comparecer na delegacia emite-se um mandado de captura, para o efeito.

Conforme podemos observar, pelas falas acima o denunciado recebe até três

notificações a partir das quais, não havendo comparecimento à delegacia, é expedido o “mandado de captura” para que a polícia possa detê-lo e conduzi-lo à delegacia. Nos casos, em que mesmo com o mandado de captura expedido o denunciado não é localizado, o processo segue à revelia, de acordo com relatos a seguir:

Segundo o agente: Abrimos processo à revelia, e depois este é notificado com a PC local.

Segundo o agente: Transfere-se o caso à Procuradoria com o informe de ausência do homem.

Segundo o agente: No caso de homens não comparecerem abre-se um processo criminal.

Segundo o agente: O procedimento é lavrar-se o auto e mandar ao tribunal.

Em relação ao modo como os homens denunciados por violência contra a mulher são ouvidos nas delegacias, os relatos dos profissionais, abaixo indicados, apontam para o princípio da inocência, até prova em contrário, assim como da igualdade, buscando não fazer distinção entre vítima e agressor, tendo em vista o que se considera como ampla defesa.

Segundo o agente: Os homens são ouvidos de igual forma como as mulheres.

Segundo o agente: Homens são ouvidos de tal [da mesma] maneira que todas as vítimas. Merecem o bom atendimento.

Segundo o agente: Estes são ouvidos como a qualquer denunciante e falam como tudo teria iniciado.

Segundo o agente: Dão sua versão do caso.

Ao darem, conforme menciona Aurora, a “sua versão do caso”, esse processo de oitiva para o depoimento dos homens nas delegacias, ocorre, ao que parece, segundo relatos abaixo, na presença da denunciante.

Segundo o agente: Na Delegacia, seja homens como mulheres são ouvidos juntos, as suas declarações às vezes tentam justificar na opção de ter razão.

Segundo o agente: Os homens [são] ouvidos como se fossem qualquer denunciante com a presença da vítima e uns justificam apenas para ter saída e outros, não.

Segundo o agente: Eles são ouvidos através de questões junto com a vítima presente e se tiver testemunhas.

Em relação a esse aspecto, vale considerar, segundo descrição do Diário de Campo da investigadora, o seguinte relato:

Ao acompanhar o depoimento de um homem agressor, a mulher que o denunciou encontrava-se presente. Nessa ocasião havia o confronto entre a versão dada pelo homem com o relato dado pela mulher no momento da denúncia. Em alguns casos, esse momento de depoimento pode resultar em acordo, como é o caso de não pagamento de pensão alimentícia.

Considerando esse relato registado no Diário de Campo, ao lado de outros aspectos, podemos apontar para a relevância de se pensar sobre a possibilidade de que muitas denúncias finalizem seu processo na própria delegacia, o que apontaria para alguns limites e possibilidades dos homens serem realmente punidos, tendo em vista as várias nuances que os casos de violência assumem na realidade moçambicana.

Nos relatos de nossos entrevistados, a ideia geral apresentada pela quase totalidade dos profissionais é a de que a Lei 29/2009 tem contribuído para a punição dos infratores, quando assim indagados: “O/a senhor/a considera que os homens estão sendo devidamente julgados e punidos por seus atos de violência doméstica contra mulheres, baseado na lei 29/2009?” As falas abaixo exemplificam esse tipo de narrativa:

Segundo o agente: É evidente que os homens que cometem tais violências estão ou são julgados e severamente punidos.

Segundo o agente: Claro, através desta Lei pretende preservar as famílias.

Segundo o agente: Com certeza, até depois do julgamento são responsabilizados pelo ato.

Segundo o agente: Sim, homens estão sendo devidamente julgados porque esses agiam de má-fé.

Segundo o agente: Os homens que praticam violência são responsabilizados e punidos.

Segundo o agente: Justamente, porque o processo está sendo bem encaminhado.

Nos relatos dos profissionais acima mencionados a punição é considerada como, por assim dizer, um fato incontestável, notadamente por expressões empregadas como “é evidente”, “claro”, “com certeza”, postura que é, no entanto, relativizada em falas como a de Joana, quando afirma:

Segundo o agente: Acho que sim, estão sendo devidamente julgados e punidos como diz a Lei 29/2009.

Em outros depoimentos, a questão da aplicação da Lei aparece como que garantida pela própria existência da Lei e de seus princípios, sem maiores considerações.

Segundo o agente: Sim, cada um é responsável pelos seus atos e responsabiliza-se.

Segundo o agente: Os homens que praticam as tais violências são responsabilizados pelos seus atos e punidos nos termos da lei.

Segundo o agente: Afirmativo, não foge a regra, tudo anda como é, julgados e ainda são penalizados.

Em relação às falas dos agentes:, merece destaque a ideia subentendida, em termos do pressuposto do alcance da Lei.

Segundo o agente: Afirmativo, com esta lei consegue-se julgar e chega a ser punido.

Segundo o agente: Claro, aqueles infratores com certeza estão [sendo punidos] e ficam mesmo arrependidos e juram nunca fazer tal coisa igual a esta.

Se para Severino a Lei permite às delegacias fazer justiça, em termos de dar início a um processo contra homens agressores de mulheres, na fala dos agentes: presente é a de que a Lei possibilitaria, inclusive, uma mudança de atitude e mesmo comportamento, por parte dos homens denunciados.

Segundo dois relatos merecem igualmente destaque por relativizarem a ideia da punição assim como do alcance da Lei, considerando que a mesma abre possibilidade para penas alternativas. Tratam-se das falas dos agentes:

Segundo o agente: Os homens estão sendo ouvidos e alguns punidos por causa das suas atitudes, ou comportamentos desviantes.

Segundo o agente: Não, porque o tribunal tem dado penas de 6 meses que são convertidas em multas...

Vale observar que o destaque, acima mencionado, refere-se quer a menção dos agentes:, de que nem todos os homens são punidos, mas notadamente ao relato de Ana que ganha expressão quando se considera, a partir da própria experiência brasileira, que a Lei Maria da Penha (11340/06) buscou superar os limites da punição aos homens denunciados por agressão, quando existia a possibilidade de conversão da pena por violência contra a mulher em multa ou prestação de serviços a comunidade (Lei 9099/99), porque considerada uma limitação, não somente em termos de punição, mas igualmente, à real proteção e prevenção da violência contra as mulheres.

Assim, esse tipo de relato, que se relaciona com a questão da remissão da pena prevista na Lei 29/2009, de Moçambique, ganha expressão na medida em que se relaciona com a discussão do alcance e limites que a Lei possui para a punição, de fato, de homens agressores e será objeto de discussão no item a seguir.

(Extraído da página 104 até 1019).

### ***Sobre o Alcance e Limites da Lei***

#### *Contribuição da Lei para a Diminuição da Impunidade dos Casos de Violência Contra a Mulher*

Em relação à indagação sobre a contribuição da Lei para a diminuição da impunidade nos casos de violência contra a mulher houve unanimidade entre todos os entrevistados de que a Lei foi fundamental para a diminuição da violência, assim como da própria impunidade, a despeito de limites. Vale ressaltar, nesse conjunto de respostas acerca dos limites, os relatos de Jaime e

António que mencionam o restrito alcance da Lei para algumas regiões onde a mesma não foi devidamente divulgada ou mesmo aplicada.

Segundo o agente: De outro jeito diria que sim, mas algumas regiões, com grande esforço que os governantes fazem ignorar.

Segundo o agente: De alguns momentos posso dizer sim, colaborou nessa diminuição, mas em algumas zonas, onde esta lei não é conhecida, não.

Em relação aos motivos mencionados em relação à contribuição da Lei para as referidas diminuições da violência contra a mulher, assim como a impunidade em relação ao homem, podemos destacar algumas falas específicas:

Segundo o agente: Colaborou, sim, quando a pessoa é pega na Lei aí aprende mais.

Segundo o agente: Sim, porque a Lei veio para regular as mesmas atitudes cometidas pelos homens que ignoram os direitos das mulheres.

Severino: Claro, com a chegada desta lei a melhoria nos lares, assim como muitos casos encaminhados às DDM.

Segundo o agente: - Claro que diminuiu, e mantém boas relações nos lares assim como na comunidade.

Conforme podemos observar, a ideia da ação pedagógica da Lei 29/2009 apresenta-se mais uma vez, conforme já observado em item anterior nas falas dos agentes, são reiteradas nas falas dos seus Colegas em termos de seu alcance na mudança das próprias relações familiares e conjugais.

Nas falas dos agentes podemos observar que embora se considere a relevância do alcance da Lei para a diminuição dos casos de violência em relação à mulher, tal diminuição é diferenciada nos relatos desses entrevistados.

Segundo o agente: Com a implementação desta Lei posso dizer que os casos diminuíram um pouco porque os homens sabem que a Lei pune.

Segundo o agente: Diminuiu muito, porque a maior parte dos homens começou a diminuir essa prática de violentar mulheres.

Segundo o agente: Esta lei foi de mais-valia porque conseguiu diminuir alguma percentagem na violência.

Muito embora a ideia da diminuição da violência contra a mulher seja uma constante na totalidade dos relatos dos profissionais entrevistados, vale observar percepções diferenciadas quanto a essa diminuição ser significativa ou relativa, em termos quantitativos, conforme apontam as falas acima apresentadas.

Segundo dados disponíveis na publicação intitulada “Mulheres e Homens em Moçambique - Indicadores Seleccionados de Gênero - 2013”:

A maioria das pessoas que reportaram serem vítimas de violência doméstica é do sexo feminino. De acordo com o IDS-2011, foi recolhida informação sobre três tipos de violência, a física, sexual e emocional. E os resultados mostram

que a violência física é a mais comum, sendo as mulheres principais vítimas. Segundo a informação reportada pela polícia nos gabinetes de atendimento às vítimas de violência doméstica, o número de casos de violência reportados é ainda muito reduzido no País cerca de 10 em cada 10 000 habitantes. (Mulheres e Homens em Moçambique - Indicadores Seleccionados de Gênero - 2013).

Segundo dados disponibilizados à pesquisadora pelo Comando Provincial da PRM - Cidade de Maputo, onde são arquivados todos os registos de ocorrências relacionadas à violência contra a mulher da Cidade de Maputo, podemos observar uma oscilação em relação aos números de denúncias, como apresentada em tabela 1, a seguir:

**Tabela 4:** Distribuição da violência contra mulheres maiores de 18 anos, segundo modalidades e ano de ocorrência (2008-2014) Moçambique

Tipo de violência /Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Violência física simples	1540	1540	1597	952	769	1094	1289
Violência física grave	54	54	44	71	35	47	20
Violação da mulher	46	89	0	23	09	15	28
Cópula não consentida	0	0	26	04	02	01	04
Violência psicológica	91	91	630	365	1074	337	357
Violência moral	436	436	452	96	360	35	19
Violência patrimonial			471	545	635	398	154
Violência social			08	180	21	07	04

**Fonte:** República de Moçambique – Ministério do Interior – Comando Provincial da PRM.

A Tabela 1 acima apresentada, aponta para a oscilação presente em relação ao número de denúncias por violência contra a mulher - Moçambique, no período entre 2008 a 2014, não se verificando, portanto, a partir do mesmo nenhuma tendência.

No entanto, importante observar que os maiores valores de denúncias permanecem, em todo o período analisado, cabendo destaque para as quatro primeiras modalidades: em primeiro lugar, à violência física simples destaca-se de maneira evidente, em relação às três outras modalidades que se mostram igualmente expressivas, quais sejam, violência psicológica, violência patrimonial e violência moral. (extraído da página 119 a 124).

### *Remissão da Pena e desafios à Implementação da Lei nº. 29/2009*

No tratamento da questão da remissão das penas e os possíveis desafios à implementação da Lei propusemos a seguinte pergunta aos entrevistados: “O que o senhor/a pensa a respeito da remissão da pena nesses casos de violência

contra a mulher? Ela ajuda ou atrapalha a implementação da Lei para a proteção da mulher?”

Para a maioria dos profissionais entrevistados, a questão da remissão da pena, que abre as possibilidades para juízes substituírem as penas de detenção e reclusão imputadas aos agressores em penas alternativas como, por exemplo, prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas, e/ou pagamentos de cesta-básica, não dificulta ou atrapalha a implementação da Lei, ao contrário, contribui, cabendo destaque à ideia presente em tais relatos de sua função educativa.

Assim, podemos observar que a remissão de pena, a despeito de seus limites, do ponto de vista da punição do agressor, é considerada pela maioria dos entrevistados como positiva na medida em que representaria a possibilidade de uma ação pedagógica à mudança do comportamento dos homens, em relação à naturalizada prática da violência contra a mulher em Moçambique, conforme exemplificam algumas falas a seguir:

É boa, porque, assim, eles respeitam suas esposas.

Ajuda, após cumprir a pena mudam o comportamento social.

Ela ajuda, sim. Pode impedir a punição, ou não, dos agressores quando esses comportam-se bem.

Até a sua remissão ajudou para [“punir”] aqueles infratores, pois o funcionamento [da Lei] é complicado.

Para outros entrevistados, a remissão da pena contida na Lei 29/2009 representa, ao contrário, uma limitação para a aplicação e implementação da mesma, uma vez que os infratores não são devidamente punidos, o que implicaria numa fragilidade da Lei, em termos da garantia dos direitos das mulheres e da devida proteção às mesmas, tendo em vista suas vulnerabilidades frente à tradicional prática da violência contra a mulher na sociedade moçambicana.

Está a encobrir a sua implementação, assim a proteção fica reduzida.

A remissão da pena atrapalha, mesmo porque quando o agressor converte a pena em multa ele volta e comete o mesmo, porque vai pagar.

Esta remissão trouxe mais fraqueza no seio das vítimas e mais liberdades aos infratores.

Vale destacar que, nos três relatos acima, os entrevistados apresentam um contraponto às falas anteriormente apresentadas por outros profissionais que valorizam a existência da remissão como uma forma pedagógica eficaz para a própria modificação do comportamento dos homens em relação à tradicional prática da violência doméstica.

De uma maneira mais reflexiva, tais profissionais apontam para outras questões oriundas da remissão da pena, como proteção reduzida à mulher, reincidências no mesmo crime e, sobretudo, segundo fala de Alberto, uma

maior vulnerabilidade para as próprias vítimas invertendo, assim, a lógica dos princípios da Lei, uma vez que muitas mulheres acabariam tendo que permanecer submissas à situação de violência, uma vez que os próprios companheiros estariam quites com a Lei e livres para novas práticas de violência.

Para o juiz de direito moçambicano CHAMBAL (2013), antes mencionado, a questão da regra da “salvaguarda da família” presente no artigo 37 da Lei 29/2009 ao ser “invocada como um critério para a determinação da medida concreta da pena” passa a funcionar “como uma circunstância atípica de diminuição da pena”. Isto porque, para esse autor, existe estreita relação da referida “salvaguarda da família” com a própria questão da remissão da pena por implicar o próprio comprometimento do juiz a aplicar penas que não causem prejuízo “ao equilíbrio familiar ou a relação amorosa”, optando, assim, por penas que evitem afastar o provedor do lar, no caso, o agressor, “fixando uma pena pecuniária ou de prestação de trabalho a favor da comunidade”. (CHAMBAL, 2013. p. 3)

Considera-se esse aspecto relevante, tendo em vista que para esse autor:

Na prática, isso traduzir-se-ia na limitação do juízo de censura, quase que suprimindo a possibilidade de aplicação da pena de prisão [ao agressor], significando isso que as penas de prisão “obrigatoriamente” deveriam ser substituídas por multa, ou haveria lugar a suspensão da pena e, de certo modo, tornando geral a possibilidade de substituição da pena por prestação de trabalho a favor da comunidade, prevista no nº 2 do art. 13º da Lei da Violência Doméstica [de Moçambique]. (CHAMBAL, 2013. p. 3) (destaque do autor).

Diante de tais colocações apresenta-se como de grande relevância, para se refletir acerca da própria interpretação do texto da Lei, assim como do alcance e limitação de sua aplicação, a seguinte indagação desse mesmo autor: se a regra da “salvaguarda da família” não possui a virtualidade de convolar a natureza pública do crime de violência doméstica ou de constituir singularmente um critério de determinação da pena, qual é o sentido jurídico legal que o legislador lhe quis atribuir. (CHAMBAL, 2013. p. 5).

(Extraído da página 134 até 140).

## CONCLUSÃO

Realizada a pesquisa, chega-se ao entendimento de que, os profissionais entrevistados destacam a importância do exercício da sensibilidade, escuta e alteridade no trabalho com mulheres em situação de violência, além da identificação com a defesa do cumprimento da Lei 29/2009. A violência física simples é a mais frequente, seguida da violência física grave, sexual, psicológica

e moral. A cultura moçambicana, com práticas como o *lobolo* e o casamento poligâmico, dificulta a aplicação da lei e naturaliza a violência.

A criação da Lei 29/2009 é vista como uma estratégia para a mudança na sociedade moçambicana. Existem diferentes perspectivas em relação à implementação da Lei 29/2009 em Moçambique, e alguns profissionais entrevistados expressaram preocupações sobre os possíveis desafios e limitações na proteção das mulheres em situação de violência. Percebe-se que a implementação da Lei 29/2009 em Moçambique enfrenta desafios, como a falta de divulgação ampla da lei e a remissão de penas para agressores. Há sugestões de melhorias, como a divulgação nacional da lei e a capacitação dos operadores. O texto menciona a importância de diversas estratégias na implementação da Lei 29/2009 em Moçambique, incluindo trabalhos em grupos com agressores e profissionais do setor jurídico. Exemplo, experiências brasileiras mostraram que esses grupos podem ser eficazes na prevenção da reincidência e na desconstrução de estereótipos de masculinidade. Além disso, o texto destaca a relevância de atividades interinstitucionais para o combate

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSON, N. *et al.* Worldwide prevalence of non-partner sexual violence. **The Lancet**. Volume 383, Issue 9929, 10–16 May 2014, p.1648-1654.
- MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- SANTOS, B. S. (2009), “Direitos humanos: o desafio da interculturalidade”, **Revista Direitos Humanos**, 2, p. 10 - 18.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª edição, São Paulo: Polis, 1987.
- VALDEZ-SANTIAGO, R. y RUIZ-RODRIGUEZ, M. Violencia doméstica contra las mujeres: ¿cuándo y cómo surge como problema de salud pública?. **Salud pública Méx** . 2009, vol.51, n.6, pp. 505-511. ISSN.
- AMARAL, E. J. Dinâmicas do Pluralismo Jurídico na Implementação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei 29/2009): Caso do Distrito Municipal Ka-Mubukwane, na Cidade de Maputo. Trabalho de Conclusão de Curso na Modalidade Projeto de Pesquisa. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2013.
- ANDRADE, L. F. Grupos de homens e homens em grupos: Novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E. A. (Org.) **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 173-209.
- ARAÚJO, M. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, pp. 165- 182, 2003.

- ARTHUR, M. Violência Contra As Mulheres: Entre o Relativismo Cultural e a Lei. In: ARTHUR M. José (org.) **Memórias do Activismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes**, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique, 2007a.
- \_\_\_\_\_. J.; MEJIA, M. Alguns dados sobre denúncias de violência ocorridas nos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança. **Outras Vozes**, Nº 18-19, 2007.
- \_\_\_\_\_. J. Aprovação da “Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher”. Que resultados? **Outras Vozes**, Nº 28, 2009.
- GUERRA, L. H. B. Políticas e programas para a igualdade de gênero em Moçambique. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.
- JULIO, G. Grau de aplicação da lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher – Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro. **Outras Vozes**, nº 41-42, p. 24-29, 2013.
- LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS. Direitos de mulher no Moçambique: Dever de terminar práticas ilegais. Nova Iorque, 2007.
- LOFORTE, A. M. Algumas Reflexões Sobre Formas de Deslegitimação da Violência Contra Mulher em Moçambique. Codesria, 2011.
- NHABOMBA, H. **Levantamento, Análise e Prospetiva do Desporto no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – Moçambique, 2009 a 2012**. Tese. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2013. 122p.
- OSÓRIO, C. et al. A ilusão da Transparência na administração de justiça. Maputo: Women and Law in Southern Africa - Research Trust - Mozambique (WLSAMOZ), 2000.
- \_\_\_\_\_. TEMBA, E. “A Justiça no Feminino”. In: SANTOS, B. S. e TRINDADE, J. C. (org.), **Conflito e Transformação Social. Uma Paisagem das Justiças em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- \_\_\_\_\_. & SILVA, T. C. Gênero e governação local. Estudos de caso na província de Manica, distrito de Tambara e Machaz. Maputo: WLSA, 2009.
- \_\_\_\_\_. Gênero e democracia: as eleições de 2009 em Moçambique. Maputo: WNLSA, 2010.
- \_\_\_\_\_. e MACUACUA, E. Os ritos de iniciação no contexto atual de ajustamento, ruptura e confrontos, construindo identidade de gênero. Maputo: WNLSA, 2013.
- \_\_\_\_\_. Algumas reflexões sobre o funcionamento dos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança, 2000-2003 (2ª parte). **Outras Vozes**, nº 8, Agosto de 2004. In: ARTHUR, M. J. (Org.) **Memórias do Activismo pelos direitos humanos das mulheres - Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes**, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique, 2007a.

\_\_\_\_\_. & cols. A mulher e a Lei na África Austral: A ilusão da transparência na administração da justiça. Women and Law in Southern Africa - Research Trust - Mozambique (WLSAMOZ) **Departamento de Estudos da Mulher e Género**. 2ª ed. Moçambique, 2008.

PAULO, M.; ROSÁRIO, C.; TVEDTEN, I. “Xiculungo” relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique. **Discussion Papers**. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, 2008.

Prates, P. L. e Alvarenga, A. T. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In: Blay, E. **Feminismos e masculinidades – novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: cultura acadêmica, 2014.

\_\_\_\_\_. **A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística.

SAMUEL, E. Violência de gênero, cultura e direitos humanos. A aplicação da Lei da Violência Doméstica (Lei 29/2009, de 29 de Setembro).

BRASIL. Código Penal. 1940.

BRASIL. Lei 11.340. Lei Maria da Penha. De 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Lei 9.099. De 26 de Setembro de 1995.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei nº29/2009, de 29 de setembro (Lei sobre a violência doméstica praticado contra as mulheres). Diário Oficial da República. 2º suplemento, nº28. Imprensa Nacional de Moçambique.

Estatísticas de Crime e Justiça, 2010-2011. República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística, 2012.

FORUM MULHER. A violência doméstica é uma violação dos Direitos Humanos das Mulheres. Anteprojeto de Lei contra a violência doméstica. Maputo Forum Mulher. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Resultado preliminar do censo populacional de 2007 em Moçambique. Maputo: INE. 2007.

Relatório final do inquérito aos agregados familiares sobre Orçamento familiar, 2002/2003. Maputo: INE, 2002.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. Relatório de Estudo sobre a violência doméstica em Angola. Luanda: Ministério da Família e promoção da mulher. 2007.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Dados estatísticos sobre violência contra a mulher em Moçambique. Maputo: PRM, 2008.

MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL. Inquérito sobre a violência doméstica contra as mulheres. Maputo: MMAC. 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MISAU), INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) e ICF INTERNATIONAL (ICFI). Moçambique Inquérito demográfico e de saúde. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI, 2011.

MOÇAMBIQUE. Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre a violência, saúde e prevenção. Genebra: OMS. 2002.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE – PNAPCVCM. Plano Nacional de Acção para Combate à Violência Contra a Mulher [2008-2012].

## NOTAS FINAIS

O Afroperspectivismo busca dar voz e visibilidade às experiências, perspectivas e lutas das comunidades africanas e afrodescendentes em todas essas áreas, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva das dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e políticas. É um contributo de acadêmicos africanos com vista à promoção do desenvolvimento holístico de África.

O Afroperspectivismo sociocultural a que nos propusemos debater nesta publicação examina como as culturas africanas são influenciadas pelo mundo ao seu redor. E, parte de uma categoria da educação que é o uso de línguas locais para o ensino promovendo a inclusão e diversidade cultural. Partido da experiência do Senegal, **Djiby Mané**, mostra a importância da diversidade linguística para a identidade e a coesão social, mas também reconhece seu potencial para o desenvolvimento econômico e a participação cívica. Portanto, ao considerar a educação bilíngue no Senegal à luz da glotodiversidade e da ecologia das línguas, é possível promover uma abordagem mais inclusiva e sustentável para a educação e o desenvolvimento. O Senegal é um país multilíngue, a promoção da glotodiversidade pode ser fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Como se depreende, a carta de Djiby Mané é não só dirigida ao ministério da educação do Senegal, mas a todos os países africanos, pois todos se debatem com esta realidade.

O debate levantado por Djiby Mané, apesar de ser de uma perspectiva sociolinguística e educacional, ela inaugura, um debate político sobre como a África se deve posicionar no concerto das nações, criando sua própria identidade. Nesta perspectiva **Ussivane**, no seu texto falada Ineficácia Dos Modelos De Democracia Ocidentais Em África - Necessidade De Uma Democracia Afroperspectivista, querendo propor modelo de democrática que respeite as especificidades culturais e sociais do continente para promover a participação cidadã e a governança eficaz. A construção de um modelo democrático que respeite a diversidade cultural, promova a igualdade de condições e estimule o compromisso com o bem comum é essencial para o desenvolvimento sustentável e a consolidação da democracia em África. A democracia não deve ser vista como um conceito estático, mas sim como um processo contínuo de aprimoramento e adaptação às realidades locais, visando sempre a garantia dos direitos humanos e a promoção da justiça social. A valorização da democracia afroperspectivista, baseada em valores éticos-morais e instituições humanizadas, destaca a importância de uma abordagem inclusiva e participativa na construção

de sociedades justas e solidárias.

Entretanto, é importante encontrar soluções locais para os problemas locais. Imbuídos Deste espírito, **Maidjelele, Mattar, Colaço e Strapasson**, No Seu Texto Sobre Gestão *De Inundações Em Moçambique - Ações Do Estado E Proposta De Aprimoramento Institucional De Adaptação À Mudança Do Clima*, mostram a necessidade de Moçambique como Brasil encontrar soluções locais a todos os níveis para a mitigação da crise ambiental. A gestão de inundações em Moçambique é uma questão crucial devido à sua vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como ciclones tropicais e chuvas intensas, exacerbados pela mudança climática. As ações do estado até o momento têm sido importantes, mas há espaço para aprimoramento institucional para uma adaptação mais eficaz. O Estado de Moçambique precisa fortalecer suas medidas de prevenção e preparação para inundações. Isso inclui investimentos em infraestrutura resiliente, como sistemas de drenagem e barragens, e o desenvolvimento de planos de evacuação e resposta a desastres. É crucial envolver as comunidades locais na gestão de inundações, reconhecendo seu conhecimento tradicional e promovendo a resiliência comunitária. Isso pode ser feito através de programas de sensibilização, capacitação e planejamento participativo.

O planejamento participativo envolve várias áreas, uma delas é a segurança, neste caso a polícia que **Valia** discute no seu capítulo. Discussão sobre a Polícia Moçambicana no pós-independência é profundamente enraizada na construção do Estado-nação e na formação da identidade coletiva do país. Após a independência em 1975, Moçambique enfrentou uma série de desafios, incluindo a necessidade de estabelecer instituições de segurança capazes de garantir a estabilidade interna e proteger os interesses nacionais. A Polícia Moçambicana desempenhou um papel crucial nesse contexto, passando por diferentes fases e adaptações ao longo do tempo. Inicialmente, sua missão era garantir a segurança do novo Estado e combater as ameaças internas e externas à soberania nacional. Isso incluía lidar com insurgências armadas, como a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), e promover a consolidação do poder central. Além de suas funções de segurança, a Polícia Moçambicana também desempenhou um papel na construção da identidade nacional e na promoção da coesão social. Isso envolveu ações para promover a unidade entre os diversos grupos étnicos e culturais do país, além da Polícia Moçambicana, também enfrentou críticas e desafios, incluindo alegações de corrupção, abuso de poder e violações dos direitos humanos. Essas questões destacam a necessidade contínua de reformas institucionais e capacitação para garantir que a polícia sirva efetivamente os interesses da população e do Estado.

Como se pode depreender, Valia aborda esta questão no período pós

– independência, para compreender o impacto ou contribuição da polícia para a criação de identidade nacional. Todavia, a identidade pode ser consequência do passado e no caso moçambicano é marcadamente expresso no colonialismo o exemplo disto pode se encontrar no texto de **Zitha**, sobre o trabalho doméstico como herança colonial no Brasil e em Moçambique onde aborda uma questão fundamental para a nossa sociedade atual, que tem raízes profundas na história e nas estruturas sociais dos dois países. Tanto no Brasil quanto em Moçambique, o trabalho doméstico tem uma história marcada pela exploração, desigualdade e marginalização, refletindo padrões estabelecidos durante os períodos coloniais. Hoje, tanto no Brasil quanto em Moçambique, o trabalho doméstico continua sendo realizado principalmente por mulheres, muitas vezes negras e em situações precárias, sem proteção legal adequada, benefícios trabalhistas ou salários justos.

A persistência da desigualdade e exploração nos *países africanos refletem* a continuidade da herança colonial e estruturas sociais profundamente enraizadas. Neste Diapasão **Maloa**, ao abordar a questão de encarceramento em massa em Moçambique no período pós-colonial é legado colonial, quando o sistema prisional foi estabelecido e utilizado como uma ferramenta de controle social e opressão. Isso destaca a importância de entender o encarceramento em massa como parte de um legado histórico mais amplo de colonização e dominação.

Ainda no prisma da herança colonial, **Manuela Maloa**, analisa a colonização e religião em Moçambique, examina a inter-relação entre colonização e religião em Moçambique, com foco especial na influência do cristianismo no processo de fixação e colonização do país. Através de uma análise histórica e sociocultural, exploramos como a religião, em particular o cristianismo, foi utilizada como uma ferramenta pelos colonizadores europeus para alcançar seus objetivos de dominação e exploração em Moçambique. Ao longo do artigo, destacamos exemplos específicos de como as práticas e instituições religiosas foram instrumentalizadas para consolidar o controle colonial e subjugar as populações locais. Além disso, examinamos o papel dos missionários cristãos na disseminação da fé e na imposição de valores culturais europeus, muitas vezes em detrimento das tradições e crenças indígenas. Por fim, refletimos sobre o legado dessa interseção entre colonização e religião, e como ela continua a moldar a sociedade moçambicana contemporânea.

O afroperspetivismo é também económico e neste livro é neste livro é abordado por **Mariano, Leal e Duarte Macueia**, com a temática sobre, alimentando comunidades e nutrindo o desenvolvimento - o papel fundamental do melhoramento de plantas no crescimento sustentável e na qualidade de vida, propondo o melhoramento das plantas. O melhoramento de plantas desempenha um papel central na produção agrícola, aumentando a produtividade das culturas,

melhorando sua resistência a pragas, doenças e condições ambientais adversas, e melhorando seu valor nutricional. Isso é essencial para garantir o abastecimento de alimentos para as comunidades locais e para enfrentar a fome e a desnutrição em todo o mundo. O melhoramento de plantas contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável, promovendo práticas agrícolas mais eficientes e ambientalmente amigáveis, reduzindo o uso de pesticidas e fertilizantes químicos e aumentando a resiliência das culturas às mudanças climáticas. Isso é fundamental para proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas a longo prazo.

É fundamental investir em pesquisa e inovação nessa área e promover políticas que garantam o acesso equitativo e sustentável aos benefícios dessa tecnologia para todos. **Júlio**, olhando a situação atual do mundo e de África em particular, se propõe a debater a agenda climática em África com vista a compreender os desafios e perspectivas. A agenda climática em África representa uma das questões mais urgentes e complexas enfrentadas pelo continente, com desafios e perspectivas que refletem sua diversidade geográfica, socioeconômica e política. Apesar dos desafios, a agenda climática também apresenta oportunidades para promover o desenvolvimento sustentável em África. Isso inclui investimentos em energias renováveis, agricultura resiliente ao clima, conservação de ecossistemas e infraestrutura verde, que podem gerar empregos, fortalecer a resiliência e impulsionar o crescimento.

Finalizando a reflexão do livro, **Meque** desenvolve uma análise sobre os contornos da violência doméstica como um fenômeno social e de saúde pública, decorrente da necessidade de garantir a proteção dos direitos e a segurança das mulheres em todas as dimensões. Meque buscou investigar como os profissionais que atuam em delegacias, acolhem e encaminham os casos de violência doméstica aos tribunais. A reflexão foi igualmente extensiva à dimensão de análise e interpretação da lei, suas limitações e desafios na defesa dos direitos das mulheres em situação de violência. A autora evidencia desafios e avanços no processo de combate contra a violência, que é uma realidade na maioria dos países africanos, marcadamente moldados por um modelo sociocultural de perfil patriarcal.

*Inocélio Ussivane*

